

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

VITOR GONÇALVES PIMENTA

Corpo-arquivo: reflexões da memória encarnada em uma experiência etnográfica em  
Jacarepaguá

Niterói  
2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

VÍTOR GONÇALVES PIMENTA

Corpo-arquivo: reflexões da memória encarnada em uma experiência etnográfica em  
Jacarepaguá

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar de Souza Tavares

Niterói  
2015

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

P 644 Pimenta, Vítor Gonçalves.

Corpo-arquivo: reflexões da memória encarnada em uma experiência etnográfica em Jacarepaguá / Vítor Gonçalves Pimenta . – 2015.  
199 f.

Orientador: Julio Cesar de Souza Tavares.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense.  
Departamento de Antropologia, 2015.

Bibliografia: f. 183-189.

1. Etnologia. 2. Jacarepaguá (Rio de Janeiro, RJ). 3. Memória. 4. Política pública. I Tavares, Julio Cesar de Souza. II. Universidade Federal Fluminense. Departamento de Antropologia. III. Título.

CDD 301.2

Banca Examinadora

---

Prof. Orientador – Dr. Julio Cesar de Souza Tavares  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Freire Estellita-Lins  
Fundação Oswaldo Cruz

---

Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Tania Regina da Silva Furtado  
Fundação Getúlio Vargas

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar e compreender a memória encarnada no “corpo-arquivo” em uma experiência etnográfica em Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, refletindo sobre: o desenvolvimento do projeto “Habitat Saudável” num ambiente institucional público; a percepção do morar e “direito à moradia” construída pelos habitantes da localidade “Curicica 1”; e as transformações ocorridas no território da Colônia Juliano Moreira (CJM) ao longo de sua história, principalmente o processo de municipalização e a redefinição de sua área de aproximadamente 800 hectares. Para tal empreitada, adotou-se uma descrição etnográfica, partindo das questões gravadas na memória do etnógrafo na experiência do trabalho de campo, oriunda de uma prática teórico-metodológica, que se pautou nas observações e anotações de campo, na produção e pesquisa de imagens sobre a região, nas entrevistas realizadas com os interlocutores(as), no trabalho exercido como pesquisador no Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA) e no diálogo com os pesquisadores(as) do CFMA e moradores(as) de “Curicica 1”.

Palavras-chave: Corpo-Arquivo, Memória, Percepção, Mudança, Política Governamental

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze and understand the memory embodied in the “body-file” of an ethnographic experience in Jacarepaguá, west side of Rio de Janeiro (Brazil), bringing reflections about: the development of the “Healthy Habitat” Project in an environment both institutional and public; the perception about dwelling and “the right to dwelling” built by habitants from the informal settlement “Curicica 1”, and the transformations that have occurred in Colonia Juliano Moreira (CJM) throughout its history, especially the process of municipalization and the redefinition of its area of approximately 800 hectares. For such an endeavor, an ethnographic description started from questions marked on the memory of this ethnographer, questions that came from his own experience of field work, from a theoretical and methodological practice, which considered observations and field notes, researching and creating images of these territories, interviewing stakeholders, as a researcher at Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA) and dialoguing with others CFMA researchers and with the “Curicica 1” residents.

**Key-words:** Body-File, Memory, Perception, Changes, Governamental Policies

Para Gersy e Rivo, meus queridos pais, que tornaram tudo possível.

## AGRADECIMENTOS

Ao dom da vida deste multiverso.

Ao mestre e amigo Julio Cesar de Tavares, por sua incrível destreza de me potencializar à enésima potência. Um ser artístico que me inspira a cada alvorada com seu tom guerreiro.

À minha revisora e amiga Livia Buxbaum, pela sua constante atenção, disponibilidade, críticas e sugestões e, ainda, pela sua sensibilidade arrebatadora.

À professora Tânia Neiva, por me encantar e inspirar com seu dom antropológico.

Às professoras do Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA), em especial a: Alessandra Barreto, Laura Graziela e Lucía por compartilharem o dom de ensinar e aprender em cada encontro semanal.

Aos professores do PPGA, em especial a: Lenin Pires e Sidnei Peres, pela incrível oportunidade da troca inestimável para além das fronteiras acadêmicas. Aos professores Renato Nogueira e, novamente, Sidnei Peres pelas preciosas considerações ao meu projeto de dissertação, principalmente sobre a questão do patrimônio e da memória, respectivamente, realizadas no meu exame de qualificação.

A todos os colegas do PPGA, em especial a Fábio Halmenschlager e Patrícia Lânes; à minha turma 1/2013, em especial a: Reginaldo Ribeiro, Filipi Juliano, Gabriel Lin, Rafael Velasquez, Leandro Machado, Ana Beatriz, Aline Ribeiro, Betânia Mueller, Thalita Parizotto.

À equipe do Laboratório de Etnografia e Estudos em Comunicação, Cultura e Cognição (LEECCC/UFF), em especial a: Nestor Mora e Rosenilda Santanna, pelo carinho e amizade para além dos debates acadêmicos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pelo apoio financeiro e institucional ao longo destes dois anos de árduo trabalho.

À coordenadora do PPGA, Ana Paula Miranda, por me auxiliar quando necessário, e ao seu sucessor na coordenação o professor Edilson Almeida da Silva.

Aos funcionários do PPGA e do departamento de Antropologia: Fernanda, Marcelo e Fernando, sou grato pela indispensável ajuda nas questões institucionais e administrativas no âmbito da pós-graduação.

À turma de Antropologia IV do segundo semestre de 2014, por me proporcionar um encontro incrível com a prática docência.

Aos funcionários do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF/UFF), em

especial a: Josimar, Luís Alberto e Cláudia por me acolherem com um trato fino e amistoso.

Aos funcionários da xérox Marcelo e Yara que agora se encontram no bloco P e a xérox da família situada no bloco N.

Aos funcionários da biblioteca e do Acervo NEPEAC, por me auxiliarem nas inúmeras pesquisas bibliográficas.

Aos funcionários do HMRPS e IMASJM, por abrirem suas portas para a troca de experiência e conhecimento.

Às professoras Lygia Segala e Tania Furtado, por aceitarem prontamente a fazer parte da banca de defesa dessa dissertação com um entusiasmo digno dos(as) grandes pensadores(as).

Ao professor Carlos Estellita-Lins, por me seduzir tão profundamente sobre a reflexão entre as fronteiras da arte e da loucura e por aceitar fazer parte da banca de defesa dessa dissertação.

À Clarice Portugal, Mariana Bteshe, Verônica de Oliveira, juntamente como o professor Carlos Estellita-Lins, por me proporcionarem um belo encontro com a pesquisa qualitativa, inclusive imagética, nos cursos: Cinema Etnográfico, Imagem e Pesquisa Qualitativa, Oficina Jean Rouch e Saúde mental, comunicação e informação.

À equipe do projeto Habitat Saudável pelas trocas e ensinamentos diários durante dois ano: Ana Beatriz Melo da Silva, Anderson Paulino, André Luiz Pontes Brito, Bárbara Pellegrini, Carmen Beatriz Silveira, Carolina de Hollanda, Dominique Nóbrega Zebedeu, Eliene Cunha, Gisélia Franco Potengy, Juliana Barrozo Pinto Fernandes, Letícia Santos Pinto Pimenta, Luana Garcia Costa, Monica Dias, Rafael M. Motta, Tanusa Oliveira Bandeira, Thiago Zanotti Carminati, Vânia Cristina Menezes, Simone Cynamon Cohen e Vitor Damasceno.

Ao PDCFMA, pelo apoio institucional e por me proporcionar o exercício da prática de campo, além do contato com a população local de Jacarepaguá que me ajudou no desenvolvimento da prática antropológica.

Aos amigos e amigas do PDCFMA, que estenderam suas mãos generosas nesta jornada do conhecimento.

Aos companheiros dos movimentos sociais de Jacarepaguá, pela troca profunda sobre o conhecimento da luta social local e global.

Aos moradores da antiga Colônia Juliano Moreira, por me apresentarem outras perspectivas de relações humanas e sociais.

Aos moradores de Curicica 1, por abrirem suas casas e suas vidas de maneira tão

simples e profunda.

Aos amigos e amigas, Ana Beatriz, Ayara Pérez, Armindo Jesus, Cleonice Dias, Flora Passos, Ivonne Gajardo, Josimar, Marcus César, Markito Fonseca, Renato Dória, Samuel Pereira, Thamires Ribeiro por me proporcionarem um extraordinário encontro com o saber para além das fronteiras profissionais. Ao Marcus César e à Flora Passos, agradeço mais uma vez, pela ajuda e trabalho com a Língua Inglesa.

À minha grande família, tios e tias, primas e primos, agregados, pela torcida incondicional.

Ao meu irmão Pierre e à minha cunhada Patrícia, por estarem de coração aberto a me ajudar.

Aos meus afilhados Pedro e Sofia, por me ensinarem a viver a cada sorriso espontâneo.

À minha companheira Beatriz Freitas, por estar comigo em todos os momentos.

A todas as pessoas de quem aprendo a aprender – professores/as, colegas, alunos/alunas, amigos/as –, que marcaram de forma especial e significativa a minha trajetória nesses últimos anos.

“O essencial não é conhecer o mundo,  
mas transformá-lo.”

“Ô meu corpo, faça sempre de mim  
um homem que questiona!”

(Frantz Fanon)

“Cedo ou tarde você vai perceber, como eu,  
que há uma diferença entre  
conhecer o caminho e percorrer o caminho.”

(Morpheus - Matrix)

“Eu já fui transparente. Às vezes, quando deixo de  
trabalhar, fico transparente de novo.  
Mas normalmente sou cheio de cores.”

(Bispo do Rosário)

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

ACS - Agentes Comunitários de Saúde  
AEIS - Áreas de Especial Interesse Social  
CFMA - Campus Fiocruz Mata Atlântica  
CJM - Colônia Juliano Moreira  
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas  
CNTC - Campanha Nacional Contra a Tuberculose  
CO - Monóxido de Carbono  
CRPHF - Centro de Referência Professor Hélio Fraga  
DSS - Determinantes Sociais da Saúde  
DSSA - Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental  
ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca  
ESF - Estratégia de Saúde da Família  
ETEGEA - Escritório Técnico de Educação e Gestão Ambiental  
FETAG-RJ - Federação de Trabalhadores da Agricultura do estado do Rio de Janeiro  
Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz  
GT - Grupo de Trabalho  
HMRPS - Hospital Municipal Raphael de Paula Souza  
HRPS - Hospital Raphael de Paula Souza  
IAP - Instituto de Aposentadorias e Pensões  
IES - Instituições de Ensino Superior  
IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais  
IMASJM - Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira  
INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social  
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social  
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano  
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte  
ISS - Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza  
MF - Ministério da Fazenda  
MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
MS - Ministério da Saúde  
OMS - Organização Mundial da Saúde

Opas - Organização Pan- Americana da Saúde  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PDCFMA - Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica  
PEPB - Parque Estadual da Pedra Branca  
PPGA - Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
RPA - Recibo de Pagamento a Autônomo  
SAM - Serviço de Assistência a Menores  
SM - Salário Mínimo  
SMS - Secretaria Municipal de Saúde  
SMH - Secretaria Municipal de Habitação  
SNT - Serviço Nacional da Tuberculose  
SUS - Sistema Único de Saúde  
UFF - Universidade Federal Fluminense  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão da comunidade por áreas (acesso aos lotes) .....	31
Figura 2 - Pavilhão Agrícola - Exterior fundos (2011).....	53
Figura 3 - Pavilhão Agrícola - Pátio interno (2012).....	52
Figura 4 - Pavilhão Agrícola – Olho (2012).....	53
Figura 5 - Vila União em frente ao "Hospital de Curicica" (1981) .....	84
Figura 6 - Em frente à moradia (1986).....	85
Figura 7 - Em frente à moradia (2010).....	86
Figura 8 - Est. da Curicica em frente à "Curicica 1"(2010).....	85
Figura 9 - Est. da Curicica (1986) .....	86
Figura 10 - Localização de “Curicica 1” em relação à cidade do Rio de Janeiro .....	88
Figura 11 - Localização de “Curicica1” e seu entorno .....	88
Figura 12 - Limites dos bairros Jacarepaguá e Curicica.....	88
Figura 13 - Placa Est. Da Curicica (2010).....	89
Figura 14 - Uma das primeiras moradias (s/d).....	93
Figura 15 - O primeiro muro (s/d).....	94
Figura 16 - " <i>Hospital de Curicica</i> " (1970).....	98
Figura 17 - Lar da irmãs dentro do " <i>Hospital</i> " (1969).....	99
Figura 18 - Funcionários e diretor à esquerda (1971) .....	100
Figura 19 - Sou feliz por ser católico (2010).....	105
Figura 20 - Brincando dentro do " <i>Hospital</i> " (1968).....	106
Figura 21 - O campo e a casa (1981).....	107
Figura 22 - " <i>Invasão</i> " em frente à “Curicica 1” (2010).....	121
Figura 23 - Parte de “Curicica 1” (2010).....	122
Figura 24 - Redes de parentesco na localidade de “Curicica 1” .....	125
Figura 25 - Light à esquerda e Projac à direita (2010) .....	128
Figura 26 - " <i>Invasão</i> " à esquerda e CRPHF (Fiocruz) à direita (2010) .....	133
Figura 27 - Percepção do morar dos habitantes de “Curicica 1” .....	141
Figura 28 - O Sertão Carioca .....	145
Figura 29 - Aqueduto (Década de 1940).....	146
Figura 30 - Aqueduto (2013).....	147
Figura 31 - As esteiras.....	148
Figura 32 - O vassoureiro.....	149
Figura 33 - Agentes de Restauração Florestal em ação (2013) .....	150
Figura 34 - Sede da fazenda Engenho Novo (Década de 1940).....	154
Figura 35 - Sede da fazenda Engenho Novo (2013).....	154
Figura 36 - Igreja de N. S. Remédios (2013).....	155
Figura 37 - Igreja de Nossa Senhora dos Remédios (S/D) .....	155
Figura 38 - Igreja São Gonçalo do Amarante (2010) .....	157
Figura 39 - Juliano Moreira (S/D) .....	158
Figura 40 - Arthur Bispo do Rosário.....	165
Figura 41 - Mãos à obra.....	166
Figura 42 - Divisão territorial da antiga Colônia Juliano Moreira .....	171

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Indicadores de vulnerabilidade física das habitações (%). “Curicica 1” (2009/2010) .....	34
Gráfico 2 - Indicadores de vulnerabilidade social das habitações (%). “Curicica 1” (2009/2010) .....	35
Gráfico 3 - Distribuição da população por sexo (%). “Curicica 1” (2009) .....	60
Gráfico 4 - Responsável pelo domicílio por gênero (%). “Curicica 1” (2009) .....	61
Gráfico 5 - Idade do chefe de família (%). “Curicica 1” (2009) .....	62
Gráfico 6 - Residentes de “Curicica 1” por faixa de idade e por sexo (%) (2009).....	63
Gráfico 7 - Tempo de residência do entrevistado na comunidade (%). “Curicica 1” (2009) ..	63
Gráfico 8 - Tempo de residência do entrevistado no domicílio(%). “Curicica 1” (2009) .....	64
Gráfico 9 - Local de nascimento do chefe de família (%). “Curicica 1” (2009).....	65
Gráfico 10 - Local de nascimento do chefe de família por tempo de moradia na comunidade (Nº). “Curicica1” (2009).....	66
Gráfico 11 - Renda familiar dos domicílios. “Curicica 1” (2009).....	67
Gráfico 12 - Beneficiários de programas sociais governamentais (%). “Curicica 1” (2009)...	68
Gráfico 13 - Pessoas de 15 anos ou mais segundo a posição no mercado de trabalho. “Curicica 1” (2010).....	69
Gráfico 14 - Situação ocupacional do Chefe de família (%). “Curicica 1” (2010) .....	69
Gráfico 15 - Condição de uso da moradia (%). “Curicica 1” (2009) .....	70
Gráfico 16 - Situação do domicílio em relação à propriedade do imóvel (%). “Curicica 1” (2009) .....	71
Gráfico 17 - Número médio de filhos segundo a escolaridade do chefe da família.....	74
Gráfico 18 - Possui plano privado de saúde (%). “Curicica 1” (2009) .....	75
Gráfico 19 - Avaliação da Estratégia de Saúde da Família na comunidade (Nº). “Curicica 1” (2009) .....	76
Gráfico 20 - Doenças informadas pelos entrevistados (%). “Curicica 1” (2009).....	77
Gráfico 21 - Envolvimento com grupos ou associações comunitárias (%). “Curicica 1” (2010) .....	78

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Chefe da família por gênero e estado civil. “Curicica 1” (2009) .....	62
Tabela 2 - Renda familiar por sexo do chefe de família. “Curicica 1” (2009) .....	68
Tabela 3 - Tipo de documento de registro do imóvel entre os que informaram deter algum registro.....	72
Tabela 4 - Acesso à escola .....	73
Tabela 5 - Faixa de idade e escolaridade .....	73
Tabela 6 - Escolaridade dos responsáveis pelo domicílio .....	74
Tabela 7 - Número de domicílios que recebem a visita dos ACS e daqueles que possuem planos privados de assistência à saúde. “Curicica 1” (2009) .....	76

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - A tutela no universo de condutas potencialmente antissociais.....	97
Quadro 2 - Expressões religiosas (cristãs) ditas pelo entrevistado em entrevista (2009) .....	102

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>19</b>
1.1	A metodologia do projeto “Habitat Saudável” .....	28
<b>2</b>	<b>MEMÓRIA DE UM PROJETO.....</b>	<b>38</b>
2.1	O encontro com o projeto “Habitat Saudável” .....	44
2.2	Lugar, dor e memória.....	52
2.3	“Curicica 1” em números.....	60
2.3.1	Perfil da população .....	61
2.3.2	Tempo de residência dos entrevistados e local de nascimento dos chefes de família 64	
2.3.3	Renda familiar .....	67
2.3.4	Situação atual no mercado de trabalho .....	69
2.3.5	Condições de uso da moradia e situação em relação ao registro do imóvel.....	71
2.3.6	Educação.....	73
2.3.7	Saúde .....	75
2.3.8	Envolvimento com grupos comunitários.....	78
<b>3</b>	<b>A PERCEÇÃO DO MORAR CONSTRUÍDA PELOS HABITANTES DE “CURICICA 1” .....</b>	<b>80</b>
3.1	A “situação histórica” de “Curicica 1” .....	89
3.2	A municipalização como “evento crítico” .....	108
3.3	A memória social como “patrimônio” em “Curicica 1” .....	117
<b>4</b>	<b>A ANTIGA COLÔNIA JULIANO MOREIRA: LEMBRANÇAS DE UM LUGAR.....</b>	<b>143</b>
4.1	Juliano Moreira .....	158
4.2	A vida íntima da CJM .....	160
4.2.1	“Bispo” .....	165
4.3	Uma dinâmica de mudanças .....	167
<b>5</b>	<b>PROSPECTIVA .....</b>	<b>174</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>184</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>191</b>
	Anexo A - Ordem de serviço HE/DIR “N” n. 5 de 21 outubro/1970.....	191
	Anexo B - Roteiro da entrevista qualitativa .....	193

## 1 APRESENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Devemo-nos habituar a pensar que todo o visível é esculpido no tangível, qualquer ser tátil está condenado de alguma forma ao visível (...). Uma vez que o mesmo corpo vê e palpa, visível e tangível, pertencem ao mesmo mundo. É uma maravilha muito pouco destacada que todo o movimento dos meus olhos - e até qualquer movimento do meu corpo - tem seu lugar no mesmo universo visível que através deles eu exploro em detalhe, assim como, inversamente, toda visão tem seu lugar algures no espaço tátil (MERLEAU-PONTY<sup>1</sup>, 1993, p. 177 apud LAPLANTINE, 2004, p. 22).

Esta obra resulta de uma pesquisa que buscou pensar um caminho para descolonização cultural brasileira e latino-americana. A perspectiva é de mergulharmos em nós mesmos e construirmos um novo corpo pensante que abarque a complexidade do ser humano a partir das nossas histórias inscritas no passado, experimentadas no presente e projetadas no futuro.

A finalidade deste trabalho é fornecer indícios para se refletir sobre a dimensão do “corpo-arquivo” em uma experiência etnográfica, cuja memória inscrita nesta prática se torna elemento fundamental na elaboração da etnografia. De outra forma, este estudo procurou analisar a diversidade cultural no âmbito relacional e processual dos agentes sociais, conectando o local e o global em um “cosmopolitismo” permanente.

O presente empreendimento etnográfico surgiu em um movimento interior instigado pelas vivências e experiências armazenadas em meu corpo ao trabalhar como pesquisador nos projetos do Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica (PDCFMA). O PDCFMA localiza-se na área da antiga Colônia Juliano Moreira, situada no bairro de Jacarepaguá, um dos dez bairros da XVI RA – Jacarepaguá, da cidade do Rio de Janeiro. A área, de aproximadamente 500 ha, está parcialmente cercada por “assentamentos urbanos irregulares”, resultantes do processo de expansão urbana que vem se acentuando na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro desde os anos 1970. O Programa é composto por um conjunto de profissionais e pesquisadores de formações variadas e distintas, e desenvolve ações destinadas à construção de territórios saudáveis, uma das estratégias orientadoras da intersectorialidade na Saúde Pública, que tem como um dos seus objetivos realizar diagnósticos das condições de salubridade e vulnerabilidade das moradias do próprio campus e do seu entorno, bem como da qualidade de vida e de saúde dos moradores (FIOCRUZ, 2010).

Ao longo de praticamente quatro anos e meio, mergulhei no cotidiano das práticas

---

<sup>1</sup> MERLEAU-PONTY, Maurice. *Lê Visible et l'Invisible*. Paris, Tel/Gallimard, 1993.

sociais existentes no território da antiga Colônia Juliano Moreira (CJM). A minha relação institucional se processou por meio do desenvolvimento de projetos na maior parte do tempo. A outra fração se realizou através de atividades estabelecidas no Escritório Técnico de Educação e Gestão Ambiental (ETEGEA). Minha primeira experiência foi com o projeto “Uma proposta de Habitat Saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica: Geração de metodologias e intervenção social para a melhoria do ambiente construído”, cujo referencial conceitual encontrava-se pautado nos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) de janeiro de 2009 a dezembro de 2010. A segunda prática de trabalho experimentada nessa região foi voltada à área de educação sob os parâmetros do projeto: “Educação, Cultura e Cidadania: territorializando a proposta da politécnia nas comunidades circunvizinhas aos campi Manguinhos e Mata Atlântica”, entre os anos de 2010 e 2011. Ainda no decorrer do ano de 2011, tive a oportunidade de desenvolver, desde a sua elaboração, o projeto “Curso de Produção Audiovisual: memória, cidadania e projetos culturais”. Este projeto buscou “recuperar” a memória social do território da CJM, por meio de atividades culturais, fortalecendo o sentimento de pertencimento e favorecendo a construção do processo de cidadania. Ele visou também à criação do Centro de Memória Social de Jacarepaguá, com a perspectiva de formar uma rede de atores sociais no tema cultura e memória no território de Jacarepaguá. E, por fim, atravessei os desafios de publicar um material para difundir as experiências de tecnologias sociais no território da baixada de Jacarepaguá a partir do projeto “Caderno de Práticas e Soluções: uma tecnologia social de construção, sistematização e difusão compartilhada de conhecimento”. Entre os objetivos que podem ser destacados, estão a promoção e a melhoria das condições de vida e saúde da população, com ênfase na redução das desigualdades e iniquidades e no acesso aos serviços e às condições promotoras de saúde, entre os anos de 2012 a 2014.

Vivenciei todos esses projetos como uma espécie de experimentação *in vivo* (LAPLANTINE, 2004), na qual senti e pensei a relação com a instituição na forma de um grande “laboratório”. O objeto de pesquisa não era somente aqueles elaborados e presentes nos projetos da instituição, mas, acima de tudo, o meu grande objeto era desenvolver uma reflexão sobre a atuação da Fiocruz na localidade. Em outras palavras, o meu intuito era desvelar por quais caminhos as relações sociais se processam no encontro entre o saber formal institucional e o saber oral local, uma vez que a instituição adota uma linha de participação social no desenvolvimento dos seus projetos. Não vou aqui neste trabalho responder a tal questão, mas pretendo ressaltar que essa proposição foi à linha norteadora que me permitiu

experimentalizar a atividade institucional aos moldes de um trabalho de campo. Como resultado, realizei uma imersão total nos meandros burocráticos, hierárquicos, nos ideais e objetivos institucionais, nos seus dilemas e limites, etc. E todo este esforço como tentativa de apreender os significados que os agentes públicos atribuem aos seus comportamentos e às suas interações.

Neste caso, estou consciente que ao me considerar um agente público que pertencia à instituição, eu empreendia uma autoetnografia, se isso seja possível assim definir. A mescla de perspectivas, daquele que observa daquele que é observado, pois ambos, aqui, nesta convergência e interferência, constituem a mesma pessoa. Conforme nos alerta Laplantine (2004, p.24): “Nós nunca somos testemunhas objetivos, observando objetos, mas sujeito observantes de outros sujeitos no seio de uma experiência na qual o observador é ele mesmo observado”. E nesta linha de reflexão, diria que na minha experiência etnográfica, o etnógrafo observava o trabalho do agente público. Assim, abro possibilidades para trabalhar com a experiência a partir dos diversos domínios da realidade existentes. Nesta perspectiva de multiverso, o leque de domínios se expande pela potencialidade que a experiência possa originar. “E a experiência não é o universo. A experiência é o que acontece com cada um de nós” (MATURANA, 2014, p. 55).

Nesta experiência etnográfica total, há que se destacar o “**corpo**”, visto que ele é “olho carnal”<sup>2</sup>, um olhar do corpo inteiro que se efetua através e a partir do corpo, pois “nossa corporalidade é nossa possibilidade”.<sup>3</sup> O corpo é o *locus* do saber da sensação. Esse sujeito olha, escuta, cheira, saboreia, tateia, cria, etc; e pode ser tocado, afetado por ser tangível. A tangibilidade vital é colocada à prova no exercício de campo, pois é na interação com o “outro”, registrada diariamente no “corpo”, que se dá o processo de aculturação. A aculturação é, nesse sentido, um exercício etnográfico, na medida em que, como exercício de entender os significados culturais que um campo atribui à sua prática, o pesquisador é aculturado pelo campo. Nesse processo de intercâmbio cultural, o corpo, como escreveu Maurice Merleau-Ponty na sua obra *Fenomenologia da Percepção*, “é o veículo do ser no mundo, e ter um corpo é, para um ser vivo, juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 122). O “**corpo**”, nesta concepção etnográfica, é a carne marcada, afetada vista como uma fonte que armazena as experiências vividas, as quais, posteriormente, podem ser lembradas em um

---

<sup>2</sup> Ver o trabalho do filósofo e sociólogo Oswald Spengler, em *Le Déclin de l'Occident*. (Cf. LAPLANTINE, 2004, p. 21).

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 40.

qualquer momento presente, isto é, a carne é **“arquivo”**. Uso, aqui, como referência de inspiração analítica as contribuições de Foucault (2014), dialogando com a dimensão do **“arquivo”** que “define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação” (FOUCAULT, 2014, p. 159). O arquivo permite que as experiências subsistam e, ao mesmo tempo, se modifiquem no seu significado com a chegada de novas imagens. Para citar um exemplo: a lembrança de algumas reuniões que tive no PDCFMA, onde meu corpo saiu do encontro marcado por uma sensação de dever cumprido, leve, em harmonia, com o passar do tempo se revelou falsa, indigna, pertencendo a um jogo político descabido. Neste novo significado, o passado, que antes era visto com admiração se tornou desprezível. Desse modo, o presente modificou o significado das lembranças passadas. Nesta elaboração, a junção dos termos **“corpo”** e **“arquivo”** forma o binômio **“corpo-arquivo”**, construção analítica que melhor traduz essa experiência etnográfica. O corpo, aqui, inspirado nas ideias de Ingold (2000), não é nem objeto nem instrumento, ele é na sua completude o sujeito da percepção tanto do etnógrafo quanto dos interlocutores.

A partir desta postulação, o foco desta atividade etnográfica encontra-se no ato de refletir sobre a memória encarnada no **“corpo-arquivo”**, outrora experimentada em especial no projeto “Uma proposta de Habitat Saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”, entretanto sem esquecer as lembranças de outros momentos. Neste sentido, travando um diálogo com as proposições de Ricoeur, se distingue, na linguagem, “a memória como visada e a lembrança como coisa visada” (RICOEUR, 2007, p. 41). A memória no singular se processa como capacidade e as lembranças no plural como efetuação dessa memória. “Sob esse aspecto, as lembranças podem ser tratadas como formas discretas com margens mais ou menos precisas, que se destacam contra aquilo que poderíamos chamar de um fundo memorial, com o qual podemos nos deleitar em estados de devaneio vago”.<sup>4</sup> Com o propósito de facilitar a leitura denominarei o projeto simplesmente de “Habitat Saudável”.

A ideia de memória a que estou me referindo aqui se baseia em uma “fenomenologia da memória” (RICOEUR, 2007). Os primeiros parâmetros podem ser pensados a partir do par de oposições - hábito e memória. Assim, temos a “memória-hábito” e a “memória-lembrança” (BERGSON, 1999). O desígnio é trabalhar com a “memória-lembrança” vista sob a forma de “imagens-lembranças”, as quais se compreende por um desabrochar de momentos únicos com

---

<sup>4</sup> Ibid.

a presença de gestos, sensações, data, lugar, etc. Ela se refere aos acontecimentos singulares, situações específicas como as que eu descrevo aqui. “Por ela se tornaria possível o reconhecimento inteligente, ou melhor, intelectual, de uma percepção já experimentada; nela nos refugiaríamos todas as vezes que remontamos, para buscar aí uma certa imagem, a encosta de nossa vida passada” (BERGSON, 1999, p. 88). Diferente, da memória-hábito, memória dos mecanismos motores que funciona automaticamente na sua ação sobre as coisas e que se encontra incorporada às práticas cotidianas. Ricoeur (1997) critica Bergson por apresentar o par de oposição como uma dicotomia. Nessa análise, o autor prefere “seguir os conselhos da experiência menos carregada de pressuposições metafísicas para a qual hábito e memória constituem os dois polos de uma série contínua de fenômenos mnemônicos” (RICOEUR, 1997, p. 43). As imagens reveladas a cada capítulo foram percebidas ao longo do processo de experiência de vida do pesquisador e se fixou à memória que estou tratando aqui. Elas se incorporaram em um fluxo contínuo, modificando o próprio organismo e criando novas possibilidades para o corpo agir.

As questões que se instalam referem-se ao papel da memória do pesquisador na construção de uma etnografia e como esta memória dialoga com as outras questões subjacentes ao objeto de pesquisa. Ao trabalhar a etnografia constituindo uma teoria da descrição e não sendo uma simples descrição, refletindo sobre os estudos de Nader (2011), transformo-a em um processo metodológico eclético e inovador, no qual o corpo é o sujeito da autoria. A intenção de discorrer sobre esta temática se configura em refletir sobre a dimensão do passado que atua no presente. É lugar comum mencionar que trabalhos analíticos, em um bom número, ignoram completamente a perspectiva da memória. Por outro lado, pesquisadores agem como se ela não tomasse as rédeas uma hora ou outra em suas obras ou, a naturalizam, fazendo de conta que é uma questão já dada e que não precisa ser analisada. Com essa abordagem analítica, os trabalhos são apresentados como se fossem fruto apenas das observações e anotações realizadas no presente encontro entre pesquisador(es) e interlocutor(es). De outro modo, essa memória esquecida tem um papel importante no trabalho intelectual analítico como mostrou Bosi (1994) ao analisar a obra de Bergson<sup>5</sup>:

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força

---

<sup>5</sup> BERGSON, Henri. Matière ET mémoire, in Henri Bergson, Oeuvres. Paris: PUF, 1959.  
\_\_\_\_\_. “L’âme et le corps”, in Henri Bergson, Oeuvres. Paris: PUF, 1959.

subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994, p. 46-47).

As minhas lembranças sobre a experiência do projeto “Habitat Saudável” emergiram quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde compreendi o aparecimento atual dessas imagens-lembranças como “evocação” em oposição à “busca”, “recordação”, como nos sugeriu Ricoeur (2007). “A evocação traz a carga do enigma que movimentou as investigações de Platão e Aristóteles, ou seja, a presença agora do ausente anteriormente percebido, experimentado, aprendido” (RICOEUR, 2007, p. 45). E é justamente essa dimensão da lembrança que consiste o caráter cognitivo da memória, isto é, sua perspectiva de saber. Entretanto, o termo “recordação”, dialogando com Ricoeur, designado aqui por mim, entrecruza a dimensão afetiva e a dimensão intelectual, pois a busca, o esforço, tem uma marca do tempo que é sentida afetivamente. Dessa forma, “existe *pathos* na *zētēsis*, ‘afecção’ na ‘busca’”.<sup>6</sup>

A minha busca, então, se iniciou com a matrícula no PPGA. A única certeza que tinha até aquele momento era de trabalhar com alguma localidade ou grupo da CJM. O primeiro semestre de 2013, início do mestrado, foi o momento em que busquei ignorar a memória da experiência do projeto e tentei pensar em algo novo, em experiências novas, isto é, outro grupo, localidade que me proporcionasse um voo solo sem as amarras institucionais da Fiocruz. Todavia, logo percebi que essa tentativa de independência perante a instituição seria praticamente impossível caso quisesse trabalhar com o território da CJM, uma vez que as pessoas me identificavam como parte da Fiocruz. A tarefa de explicar que tinha objetivos pessoais, acadêmicos não seria algo nada fácil. A minha preocupação, aqui, era de ser identificado apenas como um trabalhador da Fiocruz. Isso que poderia me trazer problemas e limitações, por exemplo, se escolhesse pesquisar o setor 1 da CJM (ver mapa cap. 3), onde a Fiocruz divide o território com, aproximadamente, 220 famílias, cuja relação envolve conflitos, principalmente, sobre a regularização fundiária da área.

Com o passar do tempo já no final do segundo semestre de 2013, as experiências percebidas em “Curicica 1” começaram a me atormentar. Eu tinha passado por uma experiência antropológica intensa de dois anos e tudo que dela sobrara, pelo menos materialmente, foi o relatório final (Fiocruz, 2010). A sua capilaridade e repercussão resumiram-se a um público muito pequeno e restrito no âmbito institucional. As inúmeras

---

<sup>6</sup> Ibid., p. 48.

questões antropológicas, sociológicas, filosóficas que surgiram nessa imergência ficaram para trás. As minhas anotações, meu diário de campo, os muitos arquivos digitais produzidos estavam guardados, mas esquecidos. “A busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à ‘rapacidade’ do tempo (Santo Agostinho *dixit*), ao ‘sepultamento’ no esquecimento” (RICOEUR, 2007, p. 48). A partir dessa reflexão, resolvi aceitar a presença da minha memória e lutar contra o esquecimento. E, nessa postura, promovi o processo de lembrança das diversas indagações inscritas no meu corpo. As primeiras recordações foram aquelas experimentadas no encontro com os moradores de “Curicica 1”. Lembro claramente do diálogo com esses moradores e como essa interlocução aparentava um rio caudaloso que fluía sobre as pedras que encontrava no caminho. As trocas de saberes se avolumavam quando os interlocutores descobriam que era morador da Taquara. Desde então, as histórias sobre a região de Jacarepaguá entravam em um contexto de proximidade, cujo “saber local” era compartilhado e facilmente compreendido.

Essas lembranças, devidamente tratadas, culminaram na minha defesa de qualificação do projeto “Memória, mudança e identidade em Curicica 1”, resultando no mapeamento das questões abaixo, que serão aprofundadas nesta etnografia:

1 – Qual a importância da memória social dos moradores de “Curicica 1” na relação com os outros atores sociais locais no presente?;

2 – Buscar compreender os significados construídos nas relações entre Hospital e morador-funcionário, principalmente no que toca à concepção de morar e de “direito à moradia”;

3 - Focar no processo histórico de transformações da localidade e da CJM;

Essas interrogações são agora resgatas aqui para serem analisadas cuidadosamente neste corpo textual. E se somam às questões abaixo que surgiram a partir do amadurecimento dessas três, como por exemplo:

4 – Entender parte da dinâmica do PDCFMA, por meio da experiência no projeto “Habitat Saudável”, indagando sobre a produção do conhecimento em um projeto institucional;

5 – Refletir sobre o “corpo-arquivo”, a memória encarnada em uma experiência etnográfica.

O “**corpo-arquivo**”, nesta perspectiva, se insere na relação corpo e experiência (de campo) e de vida em geral. Essa prática do conhecimento pode ser observada em um jogo,

cujas qualidades de observação, de interação, de relação, de sensibilidade, de inteligência e de imaginação do pesquisador são postos à prova no exercício da etnografia, o *lócus*, onde a experiência do olhar, do escutar, da memória, do imaginar se transforma em linguagem com sentido e forma. A partir desta abordagem, ponderando sobre as ideias de Laplantine, a etnografia não se limita a uma percepção meramente visual. Ela mobiliza todos os sentidos, a totalidade da inteligência, da sensibilidade e, diria ainda, da potencialidade da memória que pedirá passagem, principalmente, no momento da escrita. Nesse sentido, a etnografia é a transformação da experiência em escritura. A elaboração textual do visível, do lembrado e do imaginado que se configura em uma prática que luta contra o esquecimento e pelo reconhecimento. Dessa maneira, “a antropologia também é a ciência dos observadores susceptíveis de se observar a eles mesmos” (LAPLANTINE, 2004, p. 26).

Nesta descrição etnográfica, procurei mergulhar de cabeça, submergindo o meu corpo por inteiro, tornando-me parte indissociável do corpo textual, já que as indagações levantadas aqui moram na minha memória encarnada e esperavam o empreendimento mestrado para desabrocharem e se desenharem nas páginas que se seguem. Com essa postura analítica corporal, me aproximei daquela teoria e metodologia etnográfica que ficou conhecida como “desde dentro para desde de fora” (DOS SANTOS; DEOSCOREDES<sup>7</sup>, 1977, p. 21 apud TAVARES, 2012, p. 28).

Essa foi à ideia que me guiou nesta caminhada rumo ao desbravamento, desde as profundezas até o firmamento, desse “sertão carioca” composto por três lagoas de história – os três capítulos –, orientado pelo entrelaçamento da linguagem analítica da Antropologia, Sociologia, Memória Social, Filosofia, com o saber local nativo lembrado e trabalhado nesta etnografia.

Acredito que somente uma abordagem multidisciplinar poderá dar conta da reflexão do papel do pesquisador no encontro com outros saberes em uma ótica estética, ética e política, como proponho desenhar aqui.

Alguns conceitos chaves que nutrem as ideias desta construção foram inspirados nas contribuições de Oliveira Filho (1988) sobre o estudo do contato como a noção “situação histórica”, principalmente na sua reflexão sobre o trabalho de Gluckman<sup>8</sup> e de outros autores,

---

<sup>7</sup> DOS SANTOS, Juana Elbein y DEOSCOREDES M. A religión y cultura negra. In. *Africa em America Latina*. México: UNESCO y Siglo Veintiuno editores, 1977.

<sup>8</sup> GLUCKMAN, Max. “Malinowski’s ‘functional’ analysis of social change”. In: *Order and rebellion in tribal Africa: collected essays with an autobiographical introduction*. London, Cohen & West, 1963, p. 207-234.

como Swartz, Turner e Tuden<sup>9</sup>. Com essa elaboração João Pacheco de Oliveira Filho construiu uma análise dos padrões de interdependência entre os atores sociais conjuntamente com o trato das fontes e canais institucionais de conflito, referindo-se a modelos ou esquemas de distribuição de poder entre diversos atores sociais. Também me orientei pelos estudos de Veena Das, quando a autora discute a ideia de tempo como um agente que trabalha nas relações sociais, possibilitando novas dinâmicas relacionais. Dessa forma, o tempo age no interior da localidade, das instituições, permitindo novas abordagens que são disputadas pelos atores sociais locais (DAS, 1999).

Nessa abordagem, o foco é a história do território, sem isolar as humanidades existentes, tratando-a como uma rede de processos complexos, onde identidade e cultura se expressam por meio das interações sociais, que necessitam ser observadas em seu aspecto mutável. Uma reflexão que busca “dar conta da constituição do sujeito na trama histórica” (FOUCAULT, 2013b, p. 43). Assim, busco penetrar na história local, intermediado por obras, livros, documentos, imagens, observações, conversas, depoimentos, pesquisas que me permitem dar conta da constituição dos saberes que estão envolvidos nesse processo do conhecimento.

Em outra dimensão, tanto a minha memória encarnada quanto a memória social aqui apresentadas foram entalhadas por interações face a face (GOFFMAN, 2011) ao longo das experiências etnográficas do grande campo Jacarepaguá e da história do território, conectadas aos processos sociológicos presenciados que introduzo o conceito de “habitus” de Bourdieu (1989). O autor, nessa elaboração, busca pensar a prática da socialidade através de um conhecimento adquirido, uma dada estrutura social, que se torna hábito, pelos quais os agentes sociais reproduzem suas maneiras de pensar, agir, sentir, gesticular, um modo de estar no mundo.

Diante da tentativa de refletir sobre a memória social de “Curicica 1”, dialogo com as construções de “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989) e “memórias divididas” (PORTELLI, 2006), que se contrapõem à “memória oficial” institucional.

A intenção aqui não é de forma alguma aplicar estas ferramentas teóricas, mas

---

GLUCKMAN, MAX; DEVONS, E. Analysis of a social situation in modern zululand [1939]. The Rhodes-Livigstone Papers, 28. Manchester: Manchester University Press, 1968. (Tradução portuguesa in Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Bela Feldmann-Bianco (org.) Editora Globo. São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. “Inter-hierarchical roles: Professional and party ethics in tribal áreas in South and Central Africa”. In: Local-Level Politics. Marc. J. Swartz (Ed.). Chicago, Aldine, 1968.

<sup>9</sup> SWARTZ, MARC J. Introduction. In: Local Level Politics. Marc J. (Ed.). Chicago, Aldine, 1968.

SWARTZ, MARC J.; TURNER, VICTOR W.; TUDEN, A. (Editores). Introduction. In: Political Anthropology. Chicago, Aldine, 1966.

desenvolvê-las criticamente recriando-as em outras realidades.

Ao elaborar este texto etnográfico, organizei a análise, destacando os depoimentos e as categorias nativas que surgiram no encontro com os(as) interlocutores(as) no campo, visando uma relação dialógica e polifônica. Nesse sentido, as categorias nativas estão apresentadas em letra cursiva – itálico, e os depoimentos estarão também entre aspas, quando ultrapassarem três linhas, serão apresentados com recuo e fonte menor. Os conceitos teóricos exibidos virão apenas entre aspas. O termo encontro é utilizado por mim, no sentido da existência de uma reunião e de troca de saberes, em que cada participante estabelece um diálogo com a alteridade e, ainda, sai dessa descoberta, levando um pouco do outro dentro de si. Nesse aspecto, converso com o que González Rey (2005) chama de encontros conversacionais, ou seja, dinâmicas cuja conversação é pensada em uma linha que conduz a pessoa estudada a campos significativos de sua experiência pessoal.

Devo esclarecer que uso “eu” quando assumo a descrição e o argumento, e “nós”, quando integro a equipe de pesquisa em um ambiente coletivo. O “nós” é utilizado, ainda, devido à sua autoridade e quando pretendo arrastar comigo o leitor.

Após esta reminiscência introdutória, podemos iniciar o nosso mergulho em águas profundas rumo às três lagoas de histórias. O primeiro capítulo resgata a minha memória do projeto “Habitat Saudável”, experimentado em um ambiente coletivo de muitas trocas e aprendizagem, onde analiso a produção do saber formal institucional. O segundo capítulo desenvolve uma reflexão sobre o papel da memória social dos moradores de “Curicica 1”, buscando compreender a concepção do “morar” e de “direito à moradia” desses moradores e moradoras. No terceiro capítulo, retomo a memória institucional da CJM para entender como as suas transformações alteraram as relações sociais locais. Ainda antes de partirmos para as lagoas de história, é fundamental conhecer a arqueologia das mesmas, por isso, apresento a metodologia desenvolvida coletivamente para a execução do projeto “Habitat Saudável”, com o intuito de revelar, detalhadamente, os procedimentos elaborados para se enfrentar um trabalho de campo.

### **1.1 A metodologia do projeto “Habitat Saudável”**

O projeto “Habitat Saudável” desenvolveu-se em um ambiente institucional, onde integrei uma equipe multidisciplinar constituída por arquitetos urbanistas, sociólogos, antropólogos e educadores – além de estagiários dessas áreas –, todos vinculados ao Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica (PDCFMA). A equipe contou, ainda,

com um consultor da área da epidemiologia vinculado à Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP). Segundo Fiocruz (2010), a presença de diferentes visões acerca do mesmo objeto foi considerada necessária para compatibilizar o perfil idealizado para o trabalho realizado na gestão pública do campo da habitação e urbanismo, da assistência social e da saúde, visando um trabalho intersetorial, transdisciplinar e participativo.

As referências à intersetorialidade e à transdisciplinaridade contidas neste projeto estão respaldadas no artigo 23 da Constituição Federal de 1988 que, ao estabelecer as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclui, entre outros aspectos, cuidar da saúde, proteger o meio ambiente, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, bem como promover programas de construção de moradia, melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. A “organização dos serviços públicos de modo a evitar a duplicidade de meios para fins idênticos” e a “integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico”, igualmente, são princípios da organização do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>10</sup> (FIOCRUZ, 2010, p. 27).

De acordo com o relatório final Fiocruz (2010), quando se aspira trabalhar com a noção intersetorialidade, é necessário considerar, também, a participação social. Não somente por ser um direito adquirido, mas pelo “... pressuposto de que a intersetorialidade vai além dos saberes científicos e das políticas de governo, envolvendo também a sociedade, na medida em que sua materialização implica transformar as organizações e suas práticas...” (Galindo, E. & Furtado, M.F<sup>11</sup>. 2005 apud FIOCRUZ, 2010, p. 29).

Foi nesse ambiente institucional, pautado por normas e conceitos, que tive a oportunidade de conhecer a localidade “Curicica I”, vizinha ao Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA). As coordenadoras do projeto escolheram “Curicica 1” pela localidade ser alvo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), naquela área denominado PAC-Colônia, cujas intervenções urbanísticas visam melhorar o espaço público. Caracteriza-se por ser a menor e a mais antiga, quando comparada com as outras seis “comunidades” vizinhas ao CFMA, permitindo um diagnóstico analítico mais amplo; por apresentar um tecido social baseado em relações de parentesco e de vizinhança; por não ter “Associação de Moradores” controlada por milicianos (na região é comum tal presença); e por possuir cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e do Centro de Referência da Assistência Social

---

<sup>10</sup> Lei 8.080/1990 art. 7º X e XIII (Lei orgânica do SUS).

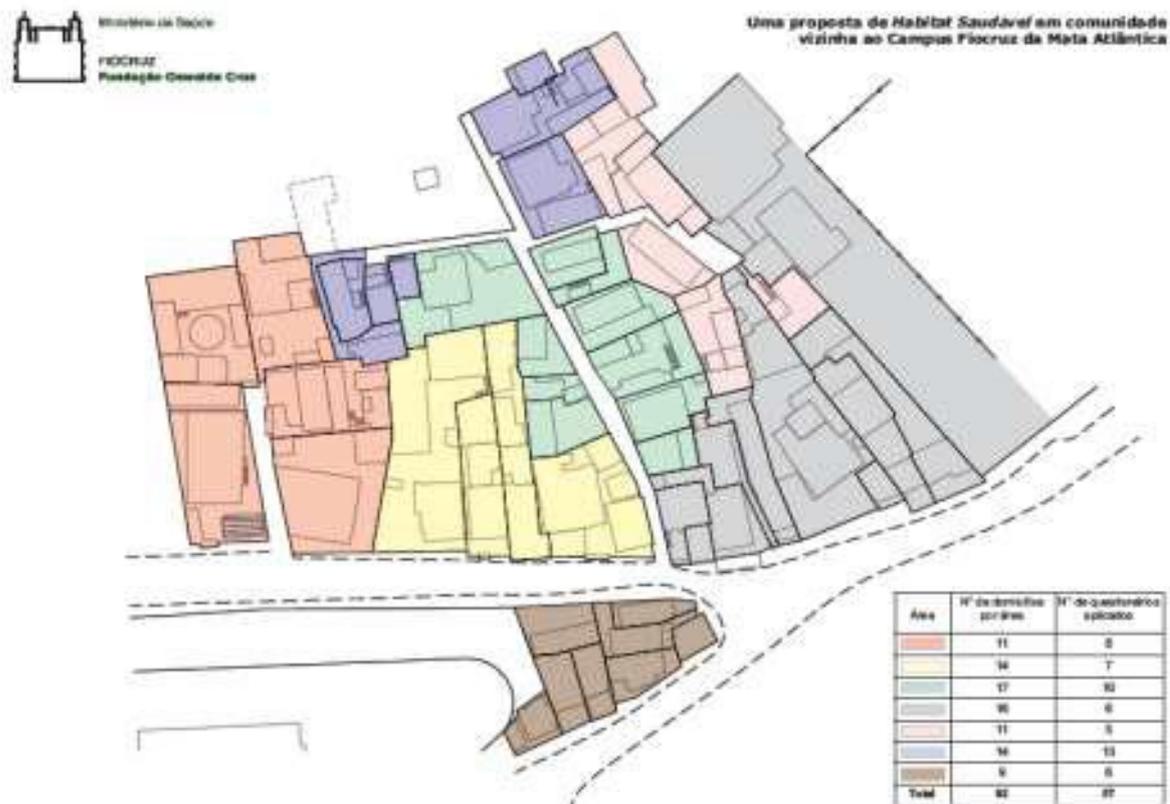
<sup>11</sup> GALINDO, E. F. ; FURTADO, M. F. R. G. . A Intersetorialidade como Requisito para Construção de uma Cidade Saudável: política de Saneamento e de Saúde no Recife (gestão 2001/2004) - Estudo de Caso. In: XI Encontro Nacional da ANPUR - Planejamento, Soberania e Solidariedade: perspectivas para o território e a cidade, 2005, Salvador. Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005.

(CRAS) (FIOCRUZ, 2010).

A descrição que se segue encontra-se mais desenvolvida no relatório final Fiocruz (2010), intitulado “*Uma proposta de Habitat Saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica – Curicica 1*”. Como primeiro passo, realizou-se um diagnóstico quantitativo, destinado ao reconhecimento do perfil socioespacial. Para tal tarefa, elaborou-se um questionário com perguntas estruturadas e semiestruturadas que deveria ser aplicado à pessoa responsável pelo domicílio ou pelo cônjuge. Com esse procedimento metodológico, buscou-se relacionar os aspectos construtivos, de salubridade e de manutenção das moradias, ou seja, de habitabilidade (habitação e habitat) conjuntamente com as dimensões econômicas, demográficas, educativas e de saúde.

A primeira etapa da pesquisa quantitativa consistiu na setorização da localidade em sete sub-áreas (Figura 1). O critério adotado para esta divisão foi à organização espacial da localidade formada por lotes com acessos comuns. A entrada principal é acessada pela Estrada de Curicica, onde se identificou os lotes cinza, amarelo e marrom. Os outros dois acessos, que se iniciam na Estrada de Curicica, são formados por dois becos, onde se demarcou os setores vermelho e verde. Por fim, através da bifurcação do setor verde, se acessa os setores roxo e rosa. Vale ressaltar, que o setor marrom foi incluído, posteriormente, após o início da pesquisa, quando, por meio do trabalho de campo, se observou a área como uma zona de expansão urbana recente da localidade. “O beco mais extenso termina na divisa com o Campus Fiocruz da Mata Atlântica em área de preservação permanente incluída no Parque Estadual da Pedra Branca” (FIOCRUZ, 2010).

**Figura 1 - Divisão da comunidade por áreas (acesso aos lotes)**



Fonte: Reelaboração da planta cadastral da cidade do Rio de Janeiro (IPP/PCRJ) com dados do levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”.

A divisão da localidade em setores auxiliou a organização do levantamento de campo realizado entre final de janeiro e meados de março de 2009, por seis duplas (cada uma formada por um arquiteto e um cientista social). Com esse *layout* em mãos cada dupla ficou responsável por um setor, entretanto, a ajuda entre as duplas era comum com objetivo de alcançar o maior número de moradias. Assim, o trabalho de cada dupla não acabava enquanto a localidade ainda tivesse uma casa sem ser visitada. A pesquisa identificou os domicílios a partir da existência de fogões, equipamento essencial da moradia, caracterizando o espaço da cozinha.

Os questionários foram aplicados, em sua maioria, no interior da casa, buscando-se observar as condições físicas de habitabilidade, como umidade, ventilação, iluminação natural, etc, além da elaboração de croquis da casa. Nesta disposição, o cientista social iniciava a conversa e perguntava sobre as questões relacionadas à área socioeconômica, e o arquiteto tratava da edificação e do seu uso, tanto por meio de observação direta e desenho dos croquis quanto via perguntas estruturadas e semiestruturadas no questionário. Em 63,2%

dos casos, a atividade foi realizada em uma única visita ao domicílio. Os encontros com os moradores eram pautados por um clima de conversa, na qual todos, normalmente, permaneciam sentados até o momento de conhecermos o interior da casa quando o morador, principalmente, nos conduzia por entre os cômodos. Em alguns casos, houve a interferência de outro membro familiar, na maioria das vezes o cônjuge, que divergia ou mesmo acrescentava outras informações sobre as questões perguntadas. Com o passar do tempo, foi se estabelecendo uma relação de confiança que possibilitou retornos para esclarecer dúvidas e muitas conversas, mesmo informais, entre pesquisadores e moradores, proporcionando uma maior compreensão sobre a história local.

A pesquisa utilizou o registro fotográfico como um método de pesquisa complementar do começo ao fim do trabalho de campo. Os pesquisadores buscavam ainda imagens do passado, solicitando aos moradores que emprestassem quaisquer fotos e documentos que estivessem guardados e que pudessem desvelar um pouco de suas histórias.

Com a finalidade de manter um padrão de qualidade, os questionários aplicados, após retornarem do campo, passavam por uma crítica coletiva para que detectássemos as divergências, incoerências, falhas de preenchimento e déssemos uma unidade ao todo, já que as informações seriam comparadas posteriormente. Diante desta perspectiva, verificou-se o desafio de uma abordagem transdisciplinar, apesar da concordância de todos sobre a riqueza deste enfoque. Antes de se chegar ao formato final, à elaboração do questionário foi discutida a exaustão, aproveitando a presença de diferentes visões acerca do mesmo objeto.

As coordenadoras solicitaram a elaboração de um diário de campo a cada pesquisador, cujas anotações subjetivas, sensações, observações complementarizavam as informações do questionário. Nestes diários foram registrados as observações desde a entrada no “campo” – recepção, conversar informais, encontros, desconfiâncias - até a chegada de volta ao PDCFMA. O meu diário de campo foi elaborado, de maneira geral, a partir da minha recepção a cada moradia visitada, mesmo que o responsável não concordasse em participar da pesquisa, como será observado em detalhes nos próximos capítulos.

Na etapa seguinte da pesquisa, elaborou-se o questionário complementar de maneira criteriosa, após a crítica aos dados obtidos no questionário, croquis e diários pelos arquitetos da equipe. A intenção foi incluir respostas que permitissem a compreensão dos temas que não foram contemplados com os instrumentos anteriores, como: as tipologias arquitetônicas segundo o número de cômodos; os tipos de materiais empregados na construção; as condições de conforto no interior da moradia, incluindo a relação entre o número de moradores e o

número de quartos (ou compartimentos utilizados como quartos); a higiene dos domicílios; a presença de animais domésticos e silvestres; o estado de conservação. Aspectos relevantes para se conhecer os níveis de vulnerabilidade e salubridade das edificações.

A aplicação do questionário complementar buscou alcançar o mesmo número de domicílios anteriormente abordados, por meio de diversas visitas a campo. No entanto, nem todos foram atingidos, chegando-se ao número de 57 domicílios, ou 66% do total de domicílios ocupados.

Posteriormente, esses dados passaram por um processo de codificação e foram incluídos em um banco de dados (no programa SPSS). Logo após, realizou-se o cruzamento das variáveis consideradas relevantes e procedeu-se à análise, conforme veremos, parcialmente, no capítulo 1.

Os dados extraídos na pesquisa qualitativa se originaram de informações provenientes de situações informais, de observações realizadas e de quinze entrevistas em profundidade com roteiro pré-definido. As entrevistas qualitativas com perguntas abertas visavam à compreensão dos seguintes aspectos: (1) identificação do grupo doméstico do entrevistado; (2) origem e trajetória social; (3) informações sobre a família; (4) informações sobre as condições de moradia atual; (5) história local com foco principal no processo de ocupação da área e nas mudanças ambientais e sociais observadas; (6) trajetória de estudo; (7) inserção no mercado de trabalho; (8) redes de sociabilidade: repertório cultural, lazer, tempo livre e uso da cidade; (9) cidadania; (10) adultismo, racismo, sexismo e outros sistemas de diferenciações; (11) vulnerabilidades, obstáculos e violências; (12) vulnerabilidades, tipos de capital e recursos: planos para o futuro (ver anexo B). Os critérios de escolha dos entrevistados e entrevistadas seguiram alguns parâmetros. Primeiro, buscou-se identificar as lideranças informais (que tiveram destaque nas conversas informais e na aplicação do questionário). Segundo, dentre essas lideranças, era preciso incluir moradores mais idosos e mais antigos, mais novos (idade) e mais recentes (tempo de moradia), bem como de todos os seis setores definidos pela equipe de pesquisa. Assim, conseguimos obter a representatividade de cada microlocal. As entrevistas foram programadas para se realizarem durante dois encontros com o entrevistado(a), devido ao seu tamanho e esforço necessário para tal concretização. Logo no começo, o pesquisador informava o entrevistado que a entrevista era extensa e por isso se realizaria em dois encontros. Por conseguinte, o entrevistador explicava, de maneira geral, sobre o que se tratava o conteúdo da entrevista, ressaltando que não se tratava de um questionário a ser preenchido. Os encontros foram gravados, com o consentimento dos

entrevistados. Por recomendação da coordenadora de pesquisa, buscou-se proceder às entrevistas em lugar tranquilo, sempre que possível. Ao término da pesquisa todas as entrevistas gravadas foram transcritas e sistematizadas por categorias definidas com base no roteiro de entrevista. Em seguida, processou-se a análise qualitativa do material.

Os depoimentos presentes nesta etnografia foram fruto de interações sociais (GOFFMAN, 2011) entre etnógrafo, no meu caso, e interlocutores(as). Experimentei esse contexto metodológico de maneira reflexiva. Antes do ritual, eu me perguntava como o etnógrafo se prepara para realizar tal atividade, no momento em que seria importante utilizar o método da entrevista para elucidar alguns significados sociais importantes para análise. Nessa elaboração estratégica, pessoalmente, busquei ouvir as explicações fornecidas pelos membros da localidade, atento à escuta do “interlocutor”, refletindo sobre o papel do pesquisador nessa interação, afinal mesmo que o pesquisador queira se posicionar da forma mais neutra possível, acaba por exercer um poder extraordinário sobre o outro (OLIVEIRA, 2000). A partir dessa ponderação, me preparei para estar naqueles encontros de modo a não naturalizar tais momentos. Assim, dialogando com Bourdieu (1997), eu tinha em mente que a relação de pesquisa se distingue da maioria das trocas da existência, já que o seu fim é a produção de um conhecimento. Entretanto, permanece sendo uma relação social que exerce efeitos sobre os resultados obtidos. Levando-se em consideração que as metodologias se baseiam em interações sociais que ocorrem sob a pressão de estruturas sociais. A minha perspectiva, ali, era compreender os significados que as pessoas dão para aquilo que elas fazem, conforme Howard Becker, descobrindo “o que as pessoas pensam estar fazendo, como interpretam os objetos, eventos e pessoas em suas vidas e experiência” (BECKER, 2007, p.33).

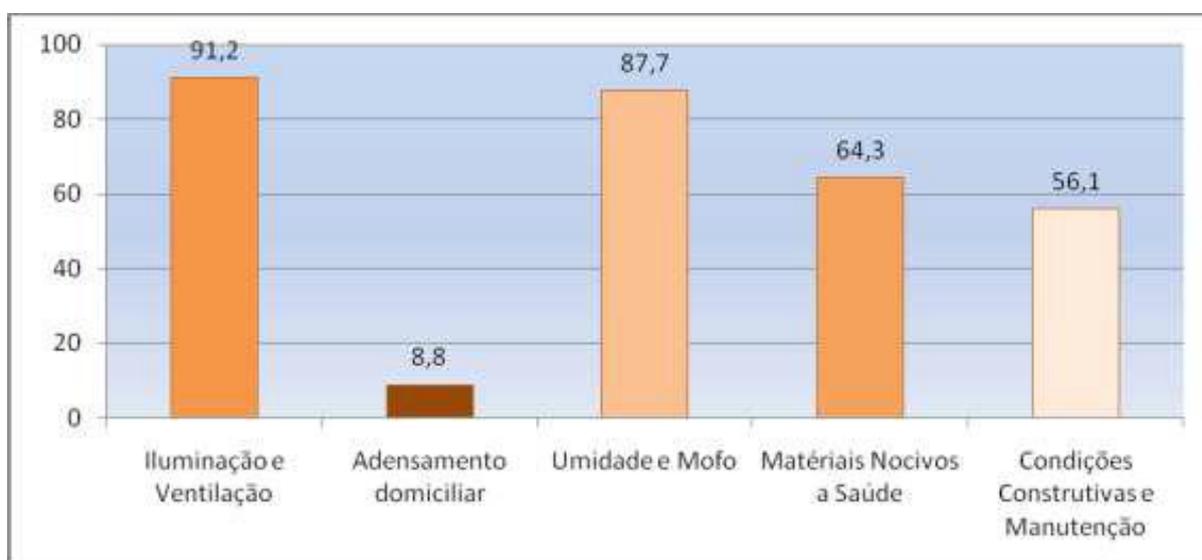
Nesse sentido, a metodologia contemplou ainda a realização de um grupo focal com jovens (13 a 17 anos), com o intuito de compreender os efeitos da solidariedade das redes sociais locais e os conflitos e preconceitos atuantes na localidade.

Nessas interações com os interlocutores(as), vale ressaltar a recomendação aos pesquisadores para que escutassem atentamente todas as demandas para uma posterior avaliação da possibilidade de atendê-las. Enfrentamos algumas interrupções na pesquisa decorrentes de problemas administrativos, o que levava a sermos questionados por parte de moradores e moradoras. Diante disso, logo que retornávamos ao campo, tínhamos a iniciativa de procurar os líderes informais para dar os devidos esclarecimentos. Assim, exercitávamos o “ouvir”, prática muito apreciada e desejada em um ambiente de pesquisa, fundamental para o diálogo entrevistador-entrevistado (FIOCRUZ, 2010).

Depois da realização das pesquisas quantitativa e qualitativa, com os dados devidamente tratados, procurou-se elaborar os indicadores de vulnerabilidade física e social. Em outras palavras, as análises da pesquisa foram formatadas e desenvolvidas com objetivo de viabilizar a construção de instrumentos que pudessem fornecer dados sobre o entrelaçamento de fatores que identificassem a qualidade da habitação, concebida como espaço promotor de saúde para seus habitantes.

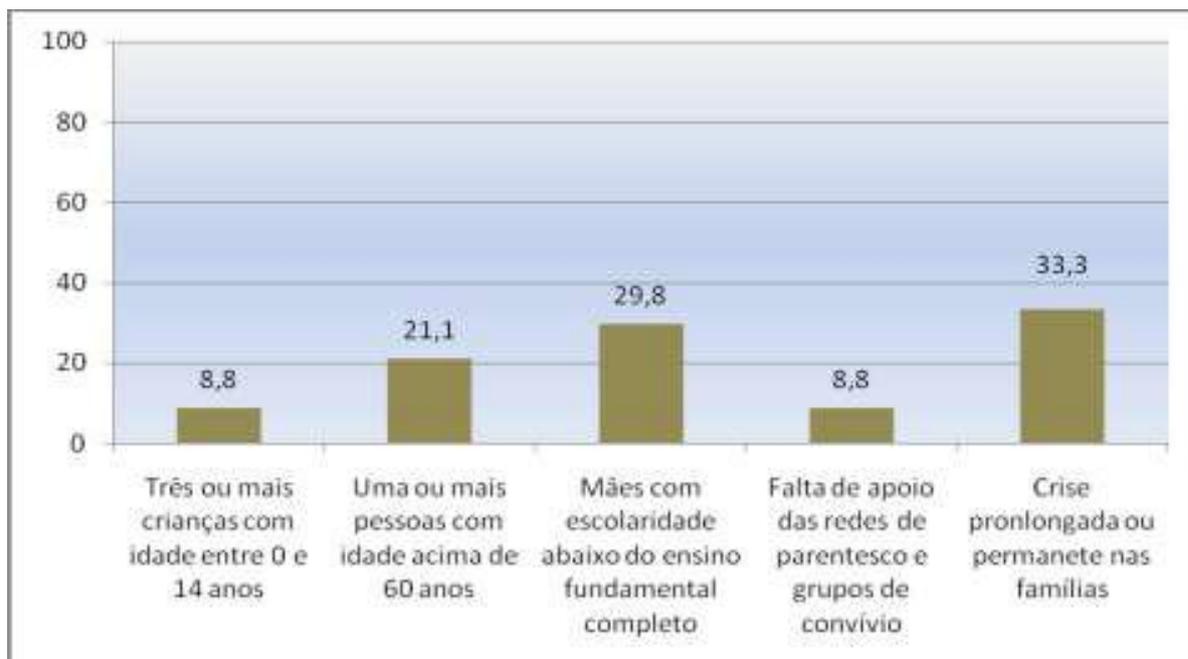
No que concerne aos objetivos desta investigação, portanto, indicadores constituem, grosso modo, instrumentos operacionais que apontam ações necessárias em determinados territórios, por meio da identificação de dados essenciais à qualidade de vida. Destinam-se a fornecer um conjunto de informações a respeito de carências, incertezas, dificuldades ou instabilidades socioespaciais, culturais e econômicas que permitam avaliar e propor intervenções que contribuam para mudanças nas condições essenciais de habitabilidade e de saúde. Embora configurem informações objetivas, frequentemente, tais instrumentos devem ser acompanhados de análises qualitativas que possam ampliar a compreensão do universo investigado e comprovar (ou não) os valores a eles atribuídos (FIOCRUZ, 2010, p. 44).

**Gráfico 1 - Indicadores de vulnerabilidade física das habitações (%). “Curicica 1” (2009/2010)**



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

**Gráfico 2 - Indicadores de vulnerabilidade social das habitações (%). “Curicica 1” (2009/2010)**



Fonte: levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

Por fim, a metodologia preconizou a realização de oficinas de habitação saudável e de uma mesa intersetorial, com representantes do poder público. O objetivo era revisar os indicadores propostos, através do diálogo com os moradores, com a utilização de diversas dinâmicas. Com base nos eixos temáticos, foram estabelecidos alguns objetivos gerais das oficinas como: (1) apresentar os resultados da pesquisa e debater, dialogicamente, os temas referidos às condições de habitabilidade consubstanciados nos indicadores de vulnerabilidade física, visando o seu aprimoramento e consolidação preliminar; (2) sensibilizar e estimular o reconhecimento do espaço vivido, com base em aspectos da história e memória destilada nas entrevistas em profundidade e nos diversos contatos informais com os moradores; (3) observar a qualidade do espaço vivido e os lugares “preferidos” de vivência no interior das moradias e aqueles relacionados à sociabilidade, com base na percepção e compreensão dos próprios moradores. A seguir, destacam-se os procedimentos para realização das oficinas, definidos após consultas aos moradores:

- Cada oficina teve duração de, no máximo, três horas e todas foram realizadas aos sábados pela manhã;
- Foram arquitetadas em três momentos principais: (1) apresentação do tema por um representante da equipe; (2) intervalo de cerca de 30 minutos para café e confraternização,

bem como para estimular a interação e participação informal; (3) formação de grupos de discussão relacionados ao tema.

- Quando possível, foram desenvolvidas propostas práticas em conjunto.

Para a discussão nas oficinas, levou-se em consideração os temas prioritários para os moradores e moradoras, conforme diálogo com os mesmos, problematizado nas seis oficinas temáticas: (1) evento de apresentação (15 moradores(as) e equipe), (2) materiais nocivos à saúde: cobertura em fibrocimento (7 moradores(as), equipe e palestrantes), (3) habitação e habitat saudável: a percepção dos moradores (9 moradores(as) e equipe), (4) iluminação, ventilação e umidade (8 moradores(as), equipe e palestrante), (5) manutenção e cuidados da habitação e do habitat (12 moradores(as) e equipe) e (6) debate sobre os indicadores de habitação saudável (10 moradores(as), equipe e palestrantes). Posteriormente, a equipe de trabalho realizou uma Mesa Intersetorial que contou com representantes de “Curicica 1”, do poder público municipal e do projeto Arquitetos de Família.

O encontro almejou debater a proposta de Indicadores de Vulnerabilidade Física e Social, bem como compartilhar com órgãos da administração pública e representantes de projetos que se aproximam, em parte, do projeto exposto neste relatório, as análises disponíveis até o momento. Buscou-se, desse modo, estabelecer um diálogo intersetorial com base na troca de informações e avaliar as possibilidades de utilização desses indicadores em políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade de vida e saúde em assentamentos urbanos irregulares (FIOCRUZ, 2010, p. 48).

O objetivo final do projeto “Habitat Saudável” foi elaborar uma metodologia de “intervenção” nas Habitações em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), isto é, assentamentos precários, com base nos Determinantes Sociais da Saúde (DSS).<sup>12</sup>

Com a apresentação da metodologia do projeto “Habitat Saudável”, sigo a travessia rumo ao resgate da memória forjada no meu corpo nessa experiência institucional.

---

<sup>12</sup> Ver: BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. *A saúde e seus determinantes sociais*. Physis (UERJ. Impresso), v. 17, p. 77-93, 2007. Disponível em: [http://www.uff.br/coletiva1/DETERMINANTES\\_SOCIAIS\\_E\\_SAUDE.pdf](http://www.uff.br/coletiva1/DETERMINANTES_SOCIAIS_E_SAUDE.pdf). Acesso em: 27 mar. 2015.

## 2 MEMÓRIA DE UM PROJETO

O que sabemos dos lugares é coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou, o lugar tinha feito a pessoa, a pessoa havia transformado o lugar (SARAMAGO<sup>13</sup>, 2009, p. 19 apud FIOCRUZ, 2010, p. 14).

Inesperadamente, sem se quer dar um aviso, sou interpelado por Luciano, morador de “Curicica 1”, com o seguinte questionamento: *“O que a Fiocruz veio fazer em Jacarepaguá? Por que a Fiocruz não cuida e não cuidou das comunidades que se encontram no entorno do Campus Mangueiras? Por que ela, por exemplo, não despoluiu o rio que passa por dentro do campus”?*

Explico: “A Fiocruz é uma instituição de ensino e pesquisa. A missão dela não é essa. Os governos municipais, estaduais, federal, juntamente com a população deveriam cuidar das comunidades e dos rios. Acho que ela poderia ajudar, mas não é o seu papel”. A minha ação estava imbuída de uma ideia de profissionalismo, afinal, represento, de alguma maneira, a instituição, tento argumentar dizendo qual é a missão da Fiocruz. Estou vestindo um crachá com as seguintes palavras: A serviço da Fiocruz. A minha parceira de trabalho de campo está ao meu lado com os olhos e ouvidos bem abertos, entretanto, me parece constrangida com a cena que observa. Ele responde:

*Ninguém nunca fez nada. Por que eu deveria acreditar nas boas intenções da Fiocruz? A Telerj me demitiu quando eu tinha 48 anos. Eu não sou aposentado. Tenho que sobreviver vendendo os meus cigarros, as minhas coisas... se a prefeitura, através da sua política de choque de ordem fechar o meu estabelecimento e apreender as minhas mercadorias, eu simplesmente pegarei um caixote e o colocarei aqui em frente e venderei os meus cigarros... o que eu não posso é ficar sem vender...*

Neste momento, sou levado rapidamente a refletir sobre a situação daquele senhor que se encontra a menos de um metro do meu corpo, fazendo revelações sobre sua experiência profissional derradeira e, por algum motivo me sensibilizo. O meu coração acelera e bate descompassado ao ver sua expressão corporal. O ritmo de contração e expansão fica atravessado e sinto um desconforto com a situação, afinal seu olhar está cada vez mais distante. As minhas mãos suam incessantemente acima do calor esperado para um verão carioca. A mão direita não para de gesticular em uma tentativa desesperada de explicar as

---

<sup>13</sup> SARAMAGO, José. O Caderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

nossas intenções, a minha performance é em vão. A mão esquerda dá três coçadinhas na cabeça, ao não observar nenhuma mudança naquele corpo que se desintegrava em frente ao meu. Os pés também não conseguem permanecer inertes, ora um está à frente ora outro está atrás. A base pendula à esquerda e à direita, sem sucesso passa direto pelo centro. Os meus pés dançam conforme a falta de reação corpórea de Luciano, isto é, quanto mais inerte permanece mais movimentos procuro fazer na tentativa de animá-lo. A boca seca já sente dificuldades ao proferir algumas palavras. Faço uma pausa. Olho para o nada e penso com os meus botões em uma fração de segundo: “A vida é uma merda mesmo. O que estou fazendo aqui”? Volto imediatamente e completo, agora olhando dentro dos seus olhos: “Eu concordo com o senhor que as pessoas precisam se virar”.

Ele me surpreende e diz: *“A vida é difícil. Eu fico satisfeito com a Fiocruz por ela estar empregando alguns jovens”*.

Reajo com uma respiração profunda de alívio à frase proferida. Tento insistir e explico os objetivos do projeto “Habitat Saudável”. “A participação dos moradores seria importante já que a metodologia visa ser participativa”. Continuo enfatizando: “O projeto pretende pesquisar como a casa influencia a saúde dos moradores”.

O diálogo continua intenso e agora irônico.

Ele com força irônica machadiana ataca: *“A Fiocruz já deve está trazendo tijolinho por tijolinho do seu castelinho... e deve instalá-lo provavelmente na Estrada dos Bandeirantes para dar maior visibilidade à instituição, conforme o que também achava Brizola”*.

Escuto atentamente. Sou levado pela situação e pelo caráter de agente público a sair em defesa da instituição. Todavia, sou contido por outro pensamento que chega dizendo: “O questionamento é importante. Não devemos acreditar em tudo que ouvimos. É preciso ser democrático e aceitar a divergência. Ele tem o direito de expressar sua opinião. A verdade é relativa”. Logo em seguida, eu digo: “Você tem o direito de expressar sua opinião”.

Ele conclui: *“Eu só aceito responder o questionário caso vocês tragam o relatório geral com os reais propósitos da Fiocruz a respeito da sua transferência (para ele) para o campus Jacarepaguá assinado pelo presidente da Fiocruz. Ah! Eu sou da época da revolução...”*.

Despeço-me agradecendo sua atenção. Vejo nos olhos da minha parceira um desconforto pelos excessivos questionamentos do senhor Luciano. Digo: “Isso faz parte”. Seguimos caminhando pela Estrada de Curicica e encontramos a coordenadora nos esperando

em frente à casa de Dona Sara. Aproximamos-nos já contando o ocorrido, tamanha a nossa surpresa vivenciada naquele encontro. No fundo, não esperávamos ouvir tudo o que ouvimos. Descrevi o episódio. A minha parceira completou com suas observações. A coordenadora também se surpreendeu com o fato e disse que falaria com ele posteriormente.

Dias depois (fevereiro de 2009), chegamos até a sua venda, onde ele se encontrava. Primeiramente, ele não queria falar com ninguém como no primeiro encontro. Ele foi bastante enfático na sua fala e ríspido com a nossa presença. Ignorou a tentativa de iniciarmos uma conversa. Entretanto, acabou conversando com uma das coordenadoras da equipe de pesquisa. Eu e minha parceira ficamos escutando o diálogo travado pelos dois... eu, às vezes, ainda tentava argumentar sobre o papel da Fiocruz e sobre o nosso trabalho... porém ele continuava intransigente... sua fala se repetiu com o discurso proferido anteriormente quando tentamos “aplicar” o questionário.

Ele acrescentou nesse encontro que não tinha medo da Fiocruz, ou melhor, não tinha medo de perder as suas propriedades ali presentes, pois tinha outras em outros locais. Fez uma advertência sobre a especulação imobiliária do outro lado da rua. *“As pessoas invadem não porque precisam, mas por interesses financeiros”*.

No início de fevereiro de 2009, tive outro encontro que marcaria a minha experiência profissional como pesquisador. Mais uma vez, eu e minha parceira recebemos um não como resposta, agora da Dona Amélia. Chegamos educadamente nos apresentando. Em seguida, apresentamos protocolarmente o projeto “Habitat Saudável”. Repetia: “O projeto pretende pesquisar como a casa influencia a saúde dos moradores”. A reação do interlocutor era o sinal da minha atitude seguinte. Se a expressão gestual fosse de dúvida, ou de não estou entendendo nada, ou você pode repetir, critérios subjetivos que surgiam na minha cabeça. Mantinha o discurso na tentativa de objetivação do projeto. Todas as noções presentes no projeto como “Habitat Saudável”, “Promoção da saúde”, “Determinantes Sociais da Saúde”, passavam pela minha cabeça. Tentava convencer a importância da sua participação tanto para “Curicica 1” quanto para a sociedade em geral. O apelo do discurso ligado à área da saúde estava presente fortemente nas minhas palavras. Enfim, queríamos fazer a pesquisa e o bem, a partir das nossas crenças, inclusive, científicas.

Ela explicou sua recusa a responder o questionário. A questão que a preocupava era o terceiro parágrafo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aprovado pelo Comitê de Ética da Fiocruz. O termo é um documento formal que contém a descrição dos objetivos da pesquisa, o endereço e telefone profissional do pesquisador (coordenador) responsável com

espaço para o nome e assinatura do mesmo, e, por fim, um espaço para o sujeito da pesquisa assinar, onde ele declara que entendeu os objetivos e benefícios da participação na pesquisa e concorda em participar. Em baixo da tenda da Dona Sara na Estrada da Curicica, ela nos interpelou sobre a palavra intervenção presente no documento. Expliquei-a que a palavra estava ali porque o projeto prevê fazer algumas reformas em casas escolhidas por critérios ainda a serem definidos, que visam à construção de uma “habitação saudável”, ou seja, melhorar a qualidade de vida dos moradores.

Ela ouviu a explicação. Logo depois, nos contou sobre sua experiência com a palavra intervenção. *“Eu perdi o poder sobre o meu filho... Você sabe o que significa a palavra intervenção? (...) A lei é interpretativa.”* Essas três frases foram ditas e repetidas enfaticamente. Seus olhos brilhavam emocionados com a lembrança provocada com a leitura da maldita palavra. Observei-a cuidadosamente. Aquela performance dramática me tomou de assalto. Fiquei sem reação por alguns instantes. Ato contínuo, voltei a escutar e pensei comigo: “Como a vida é dramática e difícil”. As coisas não se resolveram. Ela foi embora para sua casa. Depois a procuramos junto com a mesma coordenadora que falou com Luciano, e conversamos novamente sobre o objetivo da pesquisa e o papel da Fiocruz. Ela repetiu o que tinha nos contado anteriormente. Agora mais calma. Aproveitou a ocasião e fez duras reclamações ao tratamento recebido no “Hospital de Curicica”, mesmo trabalhando na unidade de saúde. Ressaltou ainda o medo que as pessoas têm de perguntar sobre suas dúvidas mais frequentes quando buscam um atendimento médico no hospital. Naquele tempo, ela me pareceu ser uma mulher corajosa e guerreira. Uma pessoa que não tem medo de falar o que sente. Ela foi bastante solícita ao dialogar com a Fiocruz ali representada por nós, apesar de não ter realizado a pesquisa naquele momento por causa da palavra intervenção contida nos termos. Ela aceitaria responder o questionário somente com a condição de não assinar os termos. Contudo, não aceitamos, respeitando a ética expressa no termo de consentimento. Posteriormente, depois de inúmeras conversas e reuniões internas e de uma reunião geral com os moradores, retiramos a palavra intervenção do termo de consentimento e Dona Amélia aceitou assiná-lo e participar da pesquisa.

O que seria da etnografia que lhe apresento caso cortasse os dois episódios que acabei de citar? Aquilo que deveria acontecer no trabalho de campo e não aconteceu é merecedor de fazer parte da pesquisa a ser apresentada ao leitor. Onde começa e termina uma pesquisa? O que interessa aos pares? Será que a pesquisa se resume à história dos vencidos? O relatório final do projeto “Habitat Saudável” seria que espécie de pesquisa, considerando que os dois

eventos não entraram no seu corpo textual? Ambos aguardavam a oportunidade de reaparecerem para além das minhas páginas de diário de campo.

Algumas dessas questões levantadas me remetem a Bruno Latour (1997), quando analisa a obra de Bloor<sup>14</sup> e lá destaca que a etnografia das ciências deve fazer a junção do conteúdo científico e do contexto social. No caso em referência, ao estudar um laboratório, o pesquisador deve colocar entre parênteses simultaneamente suas crenças sobre a ciência e sobre a sociedade. O olhar atento do pesquisador deve questionar o outro e a si próprio, conjuntamente. Para alcançar tal propósito, a simetria entre as oposicionalidades identificadas no campo deve estar do começo ao fim presente no desenvolvimento científico.

Em formação do espírito científico, Bachelard não cessava de ridicularizar os pseudo-sábios do século XVII, para opô-los a ciência correta, ou pelo menos em constante retificação. Bloor, em *Socio/logie de la logique*, esforça-se, ao contrário, para restabelecer uma simetria total de tratamento entre vencidos da história das ciências e os vencedores, esses famosos retificadores e revolucionários sempre bramindo a guilhotina do corte epistemológico (LATOURE, 1997, p. 23).

O autor afirma que praticar uma sociologia, por exemplo, com foco na compreensão do por que os franceses creem na astrologia, e não analisar por que eles acreditam na astronomia, seria assimétrico. A noção de simetria é sua “base moral” nesta reflexão do jogo interacional entre os campos opostos que organizam e constituem a atividade hermenêutica de busca de uma mediação analítica, exercício fundamental do trabalho de interpretação do antropólogo. Deste modo, entende-se como “base moral” o alicerce “que nos dá coragem para analisar detalhadamente a produção do verdadeiro, sem que nos percamos nas pequenas variantes, nos aspectos sociológicos dos pesquisadores que com eles acabam enganando-se”.<sup>15</sup> Ela, a simetria, segundo palavras de Latour, implicaria, portanto, “não somente tratar nos mesmos termos os vencedores e os vencidos da história das ciências, mas também tratar igualmente e nos mesmos termos a natureza e a sociedade”<sup>16</sup>.

Os dois casos citados acima refletem uma questão teórico-metodológica fundamental sobre o fazer antropológico ao longo da história da antropologia, isto é: Em quais bases se faz uma etnografia do século XXI? Clifford (2008) no seu trabalho “*Sobre a autoridade*

---

<sup>14</sup> BLOOR, D. (1974). "Popper's mystification of objective knowledge", *Science Studies*, n° 4, p. 65-76.

\_\_\_\_\_(1978). "Polyhedra and the abominations of Leviticus", *British Journal (or the History of) Sciences*, n' II, p. 245-272.

\_\_\_\_\_(1981). "The strengths of the Strong Programme", *Philosophy of the Social Sciences*, nO 11, p. 173-198.

\_\_\_\_\_(1982). *Socio/logie de la logique au /es limites de l'epistemologie*, Paris, Pandora.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 24.

*etnográfica*”, destaca quatro modos narrativos na atividade etnográfica, os quais, se resumem em procedimentos tais como “- o experiencial, o interpretativo, o dialógico, o polifônico – estão disponíveis a todos os escritores de textos etnográficos, ocidentais e não ocidentais. Nenhum é obsoleto, nenhum é puro: há lugar para invenção dentro de cada um destes paradigmas” (CLIFFORD, 2008, p. 55).

Até dentro de uma mesma modalidade, as experiências etnográficas podem se apresentar em sobreposição e, distintamente: enquanto Malinowski (1978) deliciava-se com descrições poéticas, detalhadas e evocativas da vida dos moradores das Ilhas Trobriand. Evans-Pritchard (1978) se dedicava à teoria social e preferia uma análise intelectual arguta, elegante e evidentemente coerente. Resulta, pois, que *Os Nuer*; então, não se constitui em um extenso compêndio de observações e textos, em língua nativa ao estilo de *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski. Mas, isto sim, em uma constelação de fatos selecionados, articulados e evocados pela própria teoria.

Segundo Clifford (2008), a autoridade desses teóricos-pesquisadores estabeleceu-se entre os anos de 1920 e 1950, mesclando experiência pessoal intensa e análise científica. Esse amalgama fez surgir o método da observação participante. Entretanto, se grande parte da escrita etnográfica se produz por meio da observação participante em campo, a etnografia só surge mesmo em outro lugar. Os eventos, os rituais, os encontros e as interações discursivas e dialógicas se transformam em anotações de campo. Os dados trabalhados desta maneira já podem ser vistos fora da comunicação de pessoas específicas e se transformam em evidências de uma “realidade cultural”. Este “autor generalizado” aparece nas etnografias sob uma variedade de nomenclaturas: “o ponto de vista nativo”, “os trobriandeses”, “os nuer”, “os balineses” que, em pleno acordo com Clifford (2008, p. 39) sobre Geertz, aponta-nos como os mesmos funcionam sendo os “autores” da briga de galos textualizada.

Retornemos agora ao nosso caso específico, no qual experimentei a observação participante de corpo inteiro no projeto “Habitat Saudável”. Seu Luciano e Dona Amélia se apresentam e se apropriam de seus pontos de vista, formados a partir de seus repertórios pessoais. O primeiro expressa a desconfiança sobre as reais intenções da “mudança” da Fiocruz para Jacarepaguá. A segunda demonstra a preocupação com a palavra “intervenção” presente no termo de consentimento livre e esclarecido. Os dois relatos dos moradores presentes neste texto mostram o outro lado da moeda. Ao se negarem a participar da pesquisa, cada um com seu motivo, sinalizam o descontentamento com o poder público. O temor expresso nas suas palavras deflagra uma injustiça na relação entre as instituições públicas e

“cidadãos”. Nessa perspectiva, ao abordar essas explicações, trabalho simetricamente com aqueles que “acreditam” no poder público e com os demais que rejeitam e criticam diretamente a atuação e postura das políticas institucionais governamentais.

Ao entrar definitivamente no corpo textual essas narrativas evocam o dilema da construção e da experiência etnográfica. Uma elaboração embebida de lembranças subjetivas como nos alertou Roberto DaMatta (1978) em *Anthropological Blues* e manifestada pela “observação participante” e a presença corporal do pesquisador, como nos chama atenção Oliveira (2000), quando o etnógrafo assume uma postura perfeitamente aceitável pela sociedade observada, de maneira que a interação flua sem grandes sobressaltos.

Levando-se em consideração esta reflexão teórico-metodológica, a presente etnografia consiste sobre a experiência da escrita etnográfica amalgamada com a experiência de campo, tocando, principalmente, a abordagem dialógica e polifônica, que insistiu em marcar presença e voltar à tona no processo de pesquisa, mas sem esquecer a experiencial e a interpretativa. Como ingressei nesse cenário profissional é a seção que iremos mergulhar adiante.

## **2.1 O encontro com o projeto “Habitat Saudável”**

Cheguei ao campus da Fiocruz intermediado por dois amigos, Leonardo Couto e Lucas Carvalho, que estudavam, na época, Filosofia e Ciências Sociais, respectivamente, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e me repassaram o mesmo e-mail com o seguinte título: “Oportunidade para alunos e recém-formados”. O primeiro, chegou em 22 de outubro de 2008, e o segundo, um dia depois. A mensagem, elaborada para ser publicizada, foi originalmente enviada de Gisélia, coordenadora de pesquisa social para Michel, professor do IFCS, e continha a seguinte mensagem sobre a oportunidade:

Olá Michel. Como vai? Estou participando de um projeto na Fiocruz nas comunidades do entorno do Campus Fiocruz Mata Atlântica (antiga Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá). O nome do projeto é "Uma proposta de Habitat Saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica - Geração de metodologias e intervenção social para a melhoria do ambiente construído, tendo como referencial conceitual os Determinantes Sociais da Saúde" neste projeto vamos realizar uma pesquisa de campo em que pretendemos associar estudantes e profissionais das áreas de Arquitetura e Ciências Sociais. As comunidades do entorno agregam cerca de 30 mil pessoas e foram formadas, principalmente, através de processo de ocupação, na década de 90. Estamos precisando de estudantes de Ciências Sociais: graduação e pós-graduação, e recém - formados que serão contratados durante 4 meses. Gostaria que você divulgasse esta demanda para seus

estudantes, principalmente para aqueles que moram próximo a Jacarepaguá/Barra/e bairros da Zona Norte mais próximos. Acho que é uma boa oportunidade de conhecermos esta parte da cidade tão pouco estudada. Aqueles que estiverem interessados podem enviar uma mensagem através deste e-mail, manifestando seu interesse em participar da pesquisa. Desde já agradeço seu interesse na divulgação junto aos seus alunos e a outros colegas que podem estar interessados. Abraços, Gisélia.

Lembro, como se fosse hoje, do meu entusiasmo ao ler este e-mail. Primeiro, pensei comigo, era uma oportunidade ímpar de pesquisar e conhecer a região onde fui “nascido e criado”. Segundo, poderia ser o início da minha carreira profissional como pesquisador na minha área de formação, Ciências Sociais. Terceiro, a chance de trabalhar perto de casa, ou seja, não teria que gastar tempo com o deslocamento até o local de trabalho. Com esses pensamentos fervilhando o meu corpo, logo em seguida, respondi aos dois amigos, agradecendo-os por compartilharem tal oportunidade comigo e respondi também à coordenadora, dizendo sobre o meu interesse em participar do projeto. O texto da mensagem destacava a minha inserção no território como morador da Taquara e a chance de trabalhar com questões presentes nas minhas inter-relações pessoais em uma região que faz parte da minha memória afetiva. No e-mail, iniciei o apontamento de alguns interesses de investigação como, por exemplo, a relação existente entre os moradores que vivem no entorno do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) e os agentes públicos. Posteriormente, as coordenadoras solicitaram aos candidatos que enviassem currículo, declaração de vínculo com Instituição de Ensino Superior e/ou diploma. Enviei imediatamente os documentos. E aguardei a reunião, apazada para apresentar o projeto aos interessados, claramente com uma certa ansiedade, posto que era um momento esperado por todos nós participantes do processo seletivo.

No dia agendado, na sede do Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA), localizada na Estrada Rodrigues Caldas, 3400, Pavilhão Agrícola, bairro Jacarepaguá, cheguei antes do horário marcado, me dirigi, primeiramente, à recepcionista, uma negra simpática, que gentilmente me informou sobre o local da reunião me indicando a sala oralmente e gestualmente. Naquele momento, adentrei no pavilhão com outros(as) candidatos(as) que aguardavam na recepção, percorremos um caminho razoável até alcançarmos o nosso destino. Anteriormente, ultrapassamos duas grandes salas conectadas por dois pequenos corredores. Contíguo aos mesmos, encontravam-se uma copa e os banheiros masculino e feminino. Todavia, apesar de terem portas independentes à porta da esquerda, onde se encontrava a sala de reunião, estava fechada. Subsequentemente, descobri os motivos deste procedimento. Os funcionários que lá estavam diziam que os funcionários que teoricamente trabalhavam na sala

distinta à sala do coordenador e administradores do PDCFMA deviam ao menos ter o trabalho de passar sob o olhar atento daqueles que buscavam ter um certo controle de quem chegasse e saísse das ilhas de trabalho. Na sala de reunião, aguardei, junto com os demais que iam comparecendo aos poucos, por alguns minutos antes do começo da apresentação. Sentei na parte da frente da sala junto a uma mesa oval. O que se inscreveu no meu corpo naquele dia foi a minha intervenção quando a apresentadora, uma das coordenadoras, se referiu às questões relacionadas ao domínio da milícia em algumas áreas do território. Ela citou o apelido de um dos chefes da milícia. Eu, de imediato, a corrigi pronunciando o apelido corretamente, ou melhor, dizendo como os moradores locais se referem a tal pessoa, e, assim, reafirmei o meu lugar, um saber local sobre a região. No fim da exposição, como de praxe, agradeceram o interesse e a presença dos participantes. Ambas disseram que iam analisar os currículos e que entrariam em contato, o mais rápido possível, logo tivessem escolhido os candidatos. Lembro que na saída do pavilhão fiquei conversando com outro candidato. Falamos da possibilidade de trabalharmos juntos, sobre as nossas instituições de origem e experiências profissionais. Foi quando reiterei que era morador da região, ele me disse “você está dentro”. Depois disso, fiz algumas revelações sobre a minha relação com Jacarepaguá. Conte um pouco da minha memória de infância pertinente à Colônia Juliano Moreira. Um tempo quando ia assistir às partidas de futebol no Clube Colônia, levado pelos meus vizinhos da Rua dos Prazeres. Compartilhei, ainda, naquele breve encontro, a minha lembrança de crescer ouvindo das pessoas com quem convivi que a “Colônia era lugar de maluco”.

Depois de alguns dias, trabalhando a expectativa do resultado final, recebi a ligação de uma das coordenadoras. Ela me disse que fui um dos escolhidos e me parabenizou por integrar a equipe do projeto. Avisou-me que o projeto começaria no dia 10 de janeiro de 2009. Entre a notícia da oportunidade se concretizando, “agora estou dentro e como será?”, e o primeiro dia de trabalho, caíram sobre o meu corpo inúmeras dúvidas, das mais diversas dimensões. Por onde começar? A minha experiência realmente ajudaria na pesquisa? Como relacionar tudo o que tinha aprendido até então e a prática de pesquisa? Como seria o desafio de trabalhar em equipe num ambiente institucional e interdisciplinar? Foram essas indagações que levei comigo para o primeiro dia de trabalho.

O início do projeto se deu no dia combinado e correspondeu às minhas expectativas de mobilidade. O trajeto da minha casa até o campus não ultrapassou 11 minutos, onde percorri uma distância de mais ou menos 4,4 km de carro. Cheguei antes da hora marcada. Os membros da equipe ficaram alocados na sala de reunião. A primeira atividade foi à

apresentação da equipe e de informações sobre o território em questão por parte da coordenação. O momento da exposição foi uma espécie de realização dramática, conforme arquitetado por Goffman (2008). Eu me vi representando o pesquisador escolhido, supostamente pela minha competência e experiências anteriores. Sendo assim, compartilhei minhas práticas de pesquisa anteriores na tentativa de demonstrar que essas atividades ajudariam no projeto presente, ou seja, nessa dramatização “o indivíduo geralmente inclui em sua atividade sinais que acentuam e configuram de modo impressionante fatos confirmatórios que, sem isso, poderiam permanecer despercebidos ou obscuros” (GOFFMAN, 2008: p. 36). Em outras palavras, era importante naquele instante inaugural demonstrar o meu valor para o grupo, expressar de maneira objetiva o que estava fazendo ali e comprovar que a minha escolha foi uma atitude acertada. “Como disse Sartre: O aluno atento que deseja ser atento, olhos fixos no professor, ouvidos bem abertos, consome-se tanto em representar o papel de atento que termina por não ouvir mais nada” (SARTRE<sup>17</sup>, 1956 apud GOFFMAN, 2008, p. 39). O que se apresentou nessa ocasião foi o dilema expressão versus ação, isto é, ou você desempenha bem uma tarefa ou a representa. Tentei naquele momento representar o papel do escolhido diante das expectativas do público. Vale se perguntar por que geramos tais expectativas em determinadas circunstâncias? Segundo Goffman, isso acontece principalmente devido ao caráter moral das projeções:

A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Ligado a este princípio há um segundo, ou seja, de que um indivíduo que implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de fato ser o que pretende o que é (GOFFMAN, 2008, p. 21).

Em um ambiente institucional que acabara de entrar, me parecia essencial estar atento a tais performances e expectativas. A título de exemplo, como cada funcionário recorre a certas práticas para demonstrar que naquele meio ele é competente e eficiente. Para o autor, um indivíduo diante de outros tem motivos suficientes para controlar a impressão de troca da situação, incluindo-se o próprio conceito de equipe e plateia, além da linha de conduta que deverá ser sustentada por meio de regras de decoro e polidez. Além disso, entre os membros da equipe prevalece a familiaridade, sendo provável a criação de solidariedade. Nessas interações são compartilhados e guardados segredos que poderiam prejudicar a representação.

---

<sup>17</sup> SARTRE, Jean-Paul. *Being and Nothingness*, trad, por Hazel E. Barnes. Nova Iorque: Philosophical Library, 1956.

Todavia, um acordo tácito é mantido entre os atores e a plateia, que passam a agir como se um dado nível de oposição e concordância existisse entre eles. Foi o que presenciei mais uma vez na minha primeira interação com os moradores de “Curicica 1”. Em 28 de janeiro de 2009, a equipe do projeto convidou os moradores e moradoras para apresentar os membros da equipe, os objetivos do projeto e a forma de atuação da equipe de trabalho no auditório do Centro de Referência Professor Hélio Fraga (CRPHF) contíguo à “Curicica 1” que pertence atualmente a Fiocruz.

O texto do convite dizia que o projeto pretendia contribuir para influenciar nas condições de habitação e saúde dos moradores, utilizando várias metodologias e desenvolvendo:

1. Ações de Educação Ambiental com e para o conjunto de moradores, por meio de oficinas, tendo em vista o direito à cidade e à cultura, com o reconhecimento do espaço vivido;
2. Formação de agentes comunitários, por meio de oficinas sobre técnicas de melhorias no espaço físico das casas;
3. Projetos para melhorias possíveis no espaço físico das casas, com a participação dos moradores. O texto ainda sublinhava que, para atingir estas finalidades, é preciso conhecer as reais condições do ambiente da localidade e realizar uma pesquisa de campo, com visitas aos domicílios, a ser iniciada o mais breve possível. E finalizava com a seguinte frase: “Contamos com a sua participação!”.

A reunião de apresentação aconteceu protocolarmente com a formalidade do saber convencional em linguagem textual em forma de slides projetados, seguindo os padrões de uma instituição de ensino e pesquisa conforme a Fiocruz. O projeto do começo ao fim foi pautado, organizado e legitimado pela escrita, da elaboração ao relatório final. Ficou claro naquele encontro que o projeto se realizaria pela palavra escrita. Eis a primeira questão importante que percebi: Como dialogar o saber dito formal dos pesquisadores e o saber informal dos moradores? Como dialogar a oralidade e a escrita? O método no qual a presente etnografia se apresenta é uma tentativa de resposta a tais questões, uma vez que optei por realizar uma metodologia dialógica e polifônica. A resposta a estas perguntas surgem de acordo com o resultado do meu envolvimento e observação como pesquisador em uma instituição pública, trabalhando com projetos que deveriam ter participação social.

Meu lugar de fala se constitui a partir da minha experiência profissional como contratado para realizar tal projeto conjuntamente com a equipe de pesquisa. O exercício é

refletir sobre o projeto “Habitat Saudável” como campo essencial na projeção de pesquisa. Para tal tarefa, foquei meus esforços na análise da minha memória etnográfica que se processou na materialização do projeto “Habitat Saudável”. A intenção é compreender como as práticas de pesquisa ao seu término são produzidas na escrita, assim como a etnografia.

Nessa perspectiva analítica, o relatório final é o produto final desse projeto. O que permaneceu e foi apresentado ao público foram às páginas escritas a várias mãos e que depois foram agrupadas e organizadas, dando forma ao relatório final. O documento final, no nosso caso, apresentou na sua segunda folha a descrição de todos os envolvidos da elaboração do projeto ao ponto final; nas demais folhas, as diversas imagens da localidade, das oficinas realizadas; e, ainda, a descrição dos objetivos geral e específicos; descrição da metodologia implementada, dos resultados das pesquisas quantitativa (tabelas, gráficos e figuras) e qualitativa, do desenvolvimento de indicadores de vulnerabilidade física e social, das oficinas de Habitação Saudável e valorização simbólica do ambiente construído e, por fim, a descrição de uma proposta metodológica para subsidiar políticas públicas e desdobramentos possíveis do projeto. No pós-texto, exibiu-se as referências bibliográficas e os anexos, onde se inseriu: Previsão de entrevistas para a pesquisa quantitativa (tabela), roteiro de visita a sete comunidades do PAC-Colônia, questionário da pesquisa quantitativa, roteiro da entrevista qualitativa, questionário físico etapa complementar, termos de consentimento, quadro de doenças – relacionadas ao saneamento ambiental inadequado - e fotografias.

Dessa forma, o projeto “Habitat Saudável” se apresentou nos moldes do edital 01/2007, seguindo as suas regras. Entretanto, foram os pesquisadores que elaboraram o relatório final, a partir das suas experiências de campo e reflexões analíticas.

Nessa construção minuciosa, foco nas percepções das experiências interativas e reflexivas, na memória inscrita no corpo, nas anotações e observações pessoais, da mesma maneira que acontecia com as etnografias, particularmente na primeira metade do século XX, com o intuito de compreender como ambas se tornam obras de um “autor generalizado”. Neste sentido, a citação apresentada logo em seguida transmite a transformação de todos os membros da equipe de trabalho em um único autor: “Fiocruz”. Na mesma direção, os diversos entrevistados e entrevistadas aparecem no relatório final como “morador”, “moradores”, “depoimento”, “depoimentos”, ora generalizado, ora indistinto. Assim, o projeto “Habitat Saudável”, mesmo sendo experimentado por uma “heteroglossia” dialógica tanto no interior da equipe de pesquisa quanto em relação aos moradores e moradoras, foi traduzido no corpo textual como “Fiocruz”. A outra possibilidade que estou apresentando, aqui, nesta etnografia,

refletindo sobre os modos dialógico e polifônico, pode ser considerada “uma utopia da autoria plural que atribui aos colaboradores não apenas o *status* de enunciadores independentes, mas de escritores” (Clifford, 2002, p. 52). E, ainda mais, se considerarmos a etnografia como parte daquilo que Roy Wagner (2012) denominou “a invenção da cultura”, “sua atividade é plural e além do controle de qualquer indivíduo”.<sup>18</sup> Em outras palavras, busco, aqui, discorrer sobre a autoridade da escrita descritiva do relatório final, dialogando com as formas de descrição etnográfica.

O “autor generalizado Fiocruz” surgiu no desenvolvimento do projeto “Uma proposta de Habitat Saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica - Curicica1”, contemplado com os recursos públicos do Edital Cidades Saudáveis 1/2007, “Cidades Saudáveis: Saúde, Ambiente e Desenvolvimento”, que visava à realização de pesquisas que pudessem resultar em tecnologias cabíveis de serem utilizadas no SUS e/ou na gestão ambiental. O projeto foi estruturado em parceria entre o Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PDCFMA), vinculado à Presidência, e o Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (DSSA/Ensp), ambos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O objeto de investigação escolhido foi à comunidade de Curicica 1, vizinha ao PDCFMA, e uma das sete que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ora em execução na território da antiga Colônia Juliano Moreira (CJM), conhecido como PAC-Colônia (FIOCRUZ, 2010). O propósito da pesquisa era realizar estudos colaborativos e transdisciplinares que pudessem resultar em tecnologias cabíveis de serem utilizadas no sistema de saúde e/ou na gestão ambiental.

O projeto desenvolveu-se sob coordenação geral de Simone Cynamon Cohen, coordenação executiva e de pesquisa urbanística de Carmen Beatriz Silveira e coordenação de pesquisa social de Gisélia Franco Potengy. A equipe foi formada pelos cientistas sociais (sociólogos e antropólogos): Anderson Paulino; André Luiz Pontes Brito; Eliene Cunha; Monica Dias; Thiago Zanotti Carminati; Vitor Gonçalves Pimenta; pelos arquitetos e urbanistas: Ana Beatriz Melo da Silva; Carolina de Hollanda; Dominique Nóbrega Zebedeu; Juliana Barrozo Pinto Fernandes; Luana Garcia Costa; Rafael M. Motta; Tanusa Oliveira Bandeira; Vânia Cristina Menezes e pela jornalista Bárbara Pellegrini. E pelos estudantes de arquitetura e urbanismo: Letícia Santos Pinto Pimenta e Vitor Damasceno. Entretanto, os(as) autores(as) se transfiguraram na nomenclatura Fiocruz (2010), traduzindo o projeto em forma

---

<sup>18</sup> Ibid., 51.

de relatório final.

Esta “heteroglossia” de sujeitos que compuseram a equipe de pesquisa somada aos depoimentos dos moradores e moradoras se consubstanciou em um único autor. Neste sentido, nem os pesquisadores são considerados o autor e muito menos os participantes do projeto são julgados coautores. A diversidade social de tipos de linguagens, produzida por forças sociais tais como profissão, gêneros discursivos, tendências particulares, personalidades individuais, se formatou na denominação “morador”, e, por fim, “Fiocruz”.

Na tentativa de refletir sobre esta questão do “autor generalizado”, inseri aqui, nesta etnografia, nome, idade, gênero, escolaridade, tempo de moradia, profissão e renda familiar de cada interlocutor(a), individualizando cada depoimento. As questões que se apresentam nesta concepção são as seguintes: Até que ponto diferenciamos cada interlocutor e qual a importância dessa distinção para a compreensão do “objeto” pesquisado? Se considerarmos que a “Fiocruz” não é a autora, então quem seria? Os coordenadores, parte da equipe, a equipe inteira, a equipe inteira e os participantes? Quais participantes? Estas questões no interior de um projeto como o “Habitat Saudável” tomam uma proporção maior pelo número de pessoas envolvidas no desenvolvimento do projeto e por se tratar de uma pesquisa com caráter institucional. Sabendo-se que vivemos envolto por sistemas de poder e dominação, como bem tratou Fanon (2008). Dessa maneira, os coordenadores e a instituição decidiram de alguma forma quem seria o autor e todos acabamos nos submetendo a uma escolha “naturalizada”.

No presente trabalho, procuro dialogar com a “heteroglossia” existente nas minhas experiências etnográficas, sem saber ao certo se sou o único autor. Por outra forma, cogito uma etnografia escrita por mais de duas mãos, isto é, uma obra elaborada a partir da interação de interlocutores e agentes de pesquisa, cujos participantes possam ser considerados coautores. A participação na produção do texto pode ser um critério balizador para a efetivação de um coautor. Por outro lado, a palavra não escrita tecida pelos(as) interlocutores(as) ocupa qual espaço em uma produção intelectual escrita? Nessa abordagem reflexiva, questiono qual seria o papel do etnógrafo nesse contexto de pesquisa. Imagino que o etnógrafo ainda exerça a principal função da pesquisa, que é desvendar o “objeto” desenhado por ele mesmo. A edição, por exemplo, das narrativas, dos depoimentos seguirá o critério traçado pelo etnógrafo. Destarte, o sentido da pesquisa passará por esse orquestramento da equipe de pesquisa, se assim podemos dizer, que decidirá quais caminhos serão tomados. O editor, então, poderá ser um, dois, três, que seguirá um critério acordado coletivamente. O “nós” deverá ser nomeado na sua aparição no texto. E não ser algo genérico,

indefinível. Mas quem nomeia os participantes na escrita e dá sentido ao trabalho final ao texto da pesquisa, não é, normalmente, o etnógrafo, o escritor, assim como faço agora. O relatório final tanto quanto esta etnografia não esgotam analiticamente os dados iniciais pesquisados anteriormente, pois, por mais rica e profunda que seja uma análise, sempre haverá espaço para novos indícios, novas abordagens (PEIRANO, 1995), visto que o trabalho analítico tem um caráter de incompletude. O que Mariza Peirano sintetizou na seguinte frase: “rigor analítico e ‘ruído’ etnográfico não são incompatíveis na antropologia”.<sup>19</sup>

Não tenho a pretensão aqui de responder estas questões. A tentativa é pensar caminhos que tratem do “autor generalizante” tanto no relatório final quanto no texto etnográfico, pontuando as escolhas que o autor, necessariamente, precisa fazer, principalmente, estando ele em diálogo permanente com seus pares e refletindo sobre a sua área de pesquisa e sua atuação. Dessa forma, como sugere Clifford (2008), críticos que representam o sistema colonial, desde 1950, questionam os discursos de mão única que retratam apenas o outro sem tocar na sua própria realidade. Assim, nem a experiência nem a atividade interpretativa do pesquisador científico podem se considerados inocentes. Nessa perspectiva, é preciso conceber a etnografia não como uma experiência interpretativa da comunidade nativa, mas sim uma negociação construtiva de sujeitos consciente e politicamente significativos.

A realização do projeto “Habitat Saudável” seguiu esta proposta dialógica, na qual a equipe de trabalho caminhou ao encontro da interlocução tanto no âmbito interno quanto com os moradores(as) de “Curicica 1”. Os debates no interior da pesquisa aconteceram no Pavilhão Agrícola, um ambiente marcado por muitas histórias de sofrimento.

## **2.2 Lugar, dor e memória**

Os pesquisadores do projeto “Habitat Saudável” escreveram muitas páginas do relatório final em uma das salas do Pavilhão Agrícola, sede do PDCFMA, composta por ilhas de trabalho, isto é, cada equipe de trabalho formava uma ilha, disposta em mesas agrupadas. Segundo a placa fixada na recepção do Pavilhão, a edificação foi inaugurada em 21 de junho de 1962 como Pavilhão Ministro Estácio Souto Maior, com a função de Anexo Agrícola do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho (instituição cuja sede localizava-se na Rua Frei Caneca, no Centro da cidade do Rio de Janeiro). O arquiteto responsável foi Ramiro Faustino Ferreira. A construção foi projetada pela equipe da Divisão de Obras do Ministério da Saúde, também responsável, no mesmo período, pelo desenvolvimento dos projetos de novos edifícios para o

---

<sup>19</sup> Ibid., p. 53.

campus Manguinhos da Fiocruz. O edifício segue repertório da arquitetura moderna, embora bastante simplificado em relação aos seus contemporâneos de Manguinhos, como o Pavilhão Arthur Neiva e o Refeitório Central, ambos tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

**Figura 2 - Pavilhão Agrícola - Exterior fundos (2011)**



**Figura 3 - Pavilhão Agrícola - Pátio interno (2012)**



**Figura 4 - Pavilhão Agrícola – Olho (2012)**



Fonte: Acervo pessoal Vítor Pimenta - 3 imagens.

(Nafoto1, crianças brincam de soltar pipa no jardim externo, lado oposto à entrada principal do Pavilhão Agrícola ressignificando o espaço que outrora ficara “os internos mais perigosos”. As fotos 2 e 3 revelam um olhar de dentro para fora, percebendo o pátio como um espaço de sociabilidades e os orifícios presentes no corredor como aberturas para o mundo exterior.)

A impressão de trabalhar em um local cercado de histórias de dor e sofrimento marcou profundamente a minha trajetória. Ao conversar com outros funcionários, eles chegaram a me confessar sobre o clima pesado que sentiam ao estar presente fisicamente naquele recinto. Em muitas ocasiões, o meu corpo vivenciou uma carga pesada por estar isolado e confinado naquele espaço. A perda de energia e ânimo era acusada na medida em que o tempo andava. Essas lembranças estão registradas no meu corpo. As imagens que carrego do meu ambiente de trabalho se somam às imagens produzidas nas gravações de filmes, séries e novelas, onde o Pavilhão, principalmente o pátio interno, foi utilizado na sua função original como presídio. Uma das cenas mais lembradas por aqueles que trabalham e conhecem o Pavilhão são as do filme *Bicho de sete cabeças*, no qual o ator Rodrigo Santoro interpreta o protagonista Neto. Esta produção audiovisual é apresentada com as seguintes letras pela sinopse oficial:

Uma viagem ao inferno manicomial. Esta é a odisséia vivida por Neto, um adolescente de classe média, que leva uma vida normal até o dia em que o pai o interna em um manicômio depois de encontrar um baseado no bolso de seu casaco. O cigarro de maconha é apenas a gota d'água que deflagra a tragédia da família. (...) Internado no manicômio, Neto conhece uma realidade completamente absurda, desumana, em que as pessoas são devoradas por um sistema manicomial corrupto e cruel.<sup>20</sup>

Foi nesse monumento, marcado pela privação de liberdade, que dei início a minha carreira de pesquisador, exercendo a função de auxiliar de pesquisa. O contrato foi via Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), excetuando-se para os coordenadores, que eram bolsistas ou servidores da instituição. A priori, fui contratado por apenas três meses com a finalidade de “aplicar” os questionários. Para a minha agradável surpresa, fui ficando e, quando percebi, tinha permanecido até o fim do projeto, apesar de ter sofrido ao longo desse período com o vínculo empregatício vigente. Assim, acompanhei o processo de desenvolvimento do projeto até a escrita do relatório final. Contudo, uma das coisas que mais me marcou durante essa caminhada foi à burocracia que nos seguiu do começo ao ponto final.

Como nosso contrato não era regido pelo sistema da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), não poderíamos ficar mais do que três meses trabalhando ininterruptamente, situação que poderia gerar vínculo empregatício com a contratante, de acordo as regras de contrato via RPA. Os tributos que incidem sobre o RPA são os oriundos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e o Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) em alguns casos, conforme tabelas

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.bichodesetecabecas.com.br/roteiro/index.htm>. Acesso em: 26 jan. 2015.

vigentes<sup>21</sup>. O que isso tem a ver com o trabalho de pesquisa? No meu entender, trata-se de uma conexão obtusa e de grande relevância. O que é invisível e/ou invisibilizado em muitas pesquisas, precisa ser revelado, já que o trabalho se desenvolveu a partir desses parâmetros formais burocráticos. Dessa forma, é importante desvelar a existência dessas cognições de gestão e administração para mostrar as dimensões envolvidas quando se trabalha em projetos nesses moldes.

A cada término de contrato, as incertezas pairavam sobre a minha cabeça, e para continuar, deveria participar de uma licitação, na qual necessitaria entregar alguns documentos: Proposta de Trabalho, elaborada e assinada, contendo a descrição do serviço a ser prestado em etapas, curriculum vitae, além de outros documentos. Houve etapas em que o processo licitatório foi dispensado por meio de memorando que justificava a recontração dos profissionais.

O vínculo é parte integrante do projeto, assim como os relatórios de atividades produzidos incessantemente a cada mês, dando objetividade sobre aquilo que foi produzido na prática. O que fazem os pesquisadores em um projeto? Fundamentalmente, executam o que foi planejado, isto é, participam de reuniões, realizam pesquisas bibliográficas e de campo, elaboram textos dos mais variados tipos e, principalmente, relatórios, etc. Entretanto, como fazem? Mais especificado diria como nascem os relatórios? As instituições que financiam os projetos querem provas do cumprimento de cada etapa vislumbrada na elaboração do mesmo e, caso uma delas não tenha sido realizada, que se justifique o não cumprimento no corpo do relatório. Quais são as práticas que estão submersas abaixo dos relatórios? Pois aquilo que se mostra nos relatórios é apenas a ponta do iceberg. Afinal, qual seria o trabalho a ser avaliado? A autoridade da avaliação se dá somente no que está escrito nos infundáveis relatórios. A legitimidade do projeto se materializa do começo ao fim na escrita e na produção dos chamados documentos, declarações escritas com valor de prova que algo ocorreu. As minhas lembranças aqui expostas tentam de alguma forma responder estas indagações, demonstrando uma visão mais ampla sobre a produção de conhecimento no desenvolvimento de um projeto.

A prática no interior do projeto “Habitat Saudável foi uma experiência profunda tanto no sentido das relações sociais intraequipe de trabalho quanto interequipe dentro do PDCFMA. Essas trocas foram responsáveis por instaurar uma outra representação sobre o papel social da Fiocruz - uma instituição pública federal de renome internacional -, que desconhecia até aquele momento. Antes, tinha uma noção muito superficial da atuação da

---

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/artigos/1790/rpa-recibo-de-pagamento-autonomo-instrucoes-praticas/>. Acesso em: 23 dez. 2014.

Fiocruz na área da saúde, acompanhando apenas os noticiários veiculados pelas principais mídias nacionais (Globo, Band, TVBrasil, etc). Por isso, jamais tinha imaginado em trabalhar em qualquer instituição de saúde. E foi ainda a partir desse encontro que comecei a refletir sobre os fundamentos do conceito saúde.

Saúde, em português, deriva de *salude*, vocábulo do século XIII (1204), em espanhol *salud* (século XI), em italiano *salute*, e vem do latim *salus* (*salutis*), com o significado de salvação, conservação da vida, cura, bem-estar. O étimo francês *santé*, do século XI, advém de *sanitas* (*sanitatis*), designando no latim *sanus*: são, o que está com ‘saúde’, aproximando-se mais da concepção grega de ‘higiene’, ligada deusa *Hygea*. Em seu plural de origem idiomática, o termo ‘saúde’ designa, portanto, uma afirmação positiva da vida e um modo de existir harmônico, não incluindo em seu horizonte o universo da doença. Pode-se dizer, deste ponto de vista, que ‘saúde’ é, em sua origem etimológica, um ‘estado positivo do viver’, aplicável a todos os seres vivos e com mais especificidade à espécie humana (PEREIRA, 2008, p. 353).

A minha ideia de saúde até então se articulava a uma concepção mais próxima à origem etimológica, sabendo que saúde, mais que um estado natural, é uma definição construída social e culturalmente. Posteriormente, ao iniciar as atividades no projeto “Habitat Saudável”, aproximei-me cada vez mais da noção “saúde pública”, contemplando a minha preocupação com a “saúde coletiva” dos moradores de “Curicica 1”.

A preocupação social com a doença das populações, primeiramente, em função das pestes e guerras (freqüentemente implicadas nas epidemias) que dizimam a Europa no alvorecer da idade moderna, nos séculos XIV a XVII, e posteriormente dos indivíduos, durante os séculos XVIII e XIX, prenuncia a relação peculiar da modernidade entre vida humana e política, que o filósofo Michel Foucault (2003)<sup>22</sup> designou de biopoder. Pois ser a partir de políticas de ‘saúde’, isto é, de medidas de ‘combate’ (mais tarde, durante o século XX, de prevenção) às doenças coletivas e individuais, que instituições médicas, investidas do poder de Estado (policia médica), como assinalou George Rosen (1994)<sup>23</sup>, definirão o estatuto do viver e suas normas no plano individual e coletivo. Assim, nasce a ‘saúde pública’, com a dupla missão de combater e prevenir doenças coletivas, ou mesmo individuais, que, por contágio ou transmissão, ameacem a organização social e a ordem pública (PEREIRA, 2008, p. 354).

A partir desses acontecimentos, segundo Pereira (2008), a terapêutica e a arte milenar da cura sofrem um contínuo movimento epistemológico. A ciência diagnóstica vai avançando, colocando-as para trás, tanto no campo da produção de evidências (saber) quanto no plano da intervenção clínica (prática). Em outras palavras, combater as doenças não compreenderá

<sup>22</sup> FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 18.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

<sup>23</sup> ROSEN, G. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

mais o significado de outrora, isto é, enfrentá-las não necessariamente terá o mesmo efeito de curar doentes. A clínica moderna, como assinala Foucault (1977), “será uma trajetória de busca à morte, ou do que pode matar, no interior do corpo humano”.<sup>24</sup> Já no século XX, a partir das vitórias da ciência, a saúde passa a ser vista como ausência, seja relativa ou total de doença, tanto em coletividades quanto nos indivíduos. Diante dessa perspectiva, ter saúde significa não ser portador de patologia, ou melhor, estar enquadrado dentro dos padrões de normalidade sintomática, definido institucionalmente pelo estado de saúde em nossa sociedade. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e ao longo da segunda metade do século XX, a Organização Mundial da Saúde (OMS), criada em 1948, e Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), criada anteriormente, em 1902 propõem novas definições. Principalmente a OMS, de envergadura mundial, apresenta dimensões mais positivas do que as veiculadas pelas instituições médicas: “estado de completo de bem-estar físico, mental e social”<sup>25</sup>, buscando agrupar os aspectos social, biológico e psicológico. E mais recentemente associou a parte espiritual à definição, “e não é sem fundamento supor que em futuro próximo a dimensão ambiental fará também parte oficial da definição sanitária, completando assim o sistema de dimensões que encerram o viver humano em complexa teia de relações”.<sup>26</sup> Existem ainda outras concepções que podem ser encontradas na “cultura ocidental contemporânea” de natureza vitalista ou holísticas, como as medicinas orientais, por exemplo a chinesa ou a medicina indiana (M.T.C. e Ayurvédica).

Definem ‘saúde’ como um estado de harmonia da força ou energia vital que circula em todos os órgãos (medicina chinesa), em todos os tecidos (medicina ayurvédica), tendo ela a capacidade de regular, por seu fluxo harmonioso, os eventuais desequilíbrios do ser humano, considerado por essas medicinas como um todo bio-sócio-psíquico-espiritual (Ibid., 356).

Dessa maneira, a minha noção de saúde se alargou durante o processo de pesquisa, dialogando, principalmente, com as referências básicas que nortearam o projeto “Habitat Saudável”.

(1) A de que a saúde é condicionada por um amplo conjunto de fatores e é construída individual, mas, também, - e principalmente – coletivamente, na busca da qualidade de vida. Desse modo, não prescinde da ampliação da solidariedade, tendo em vista a complexidade humana e, mais, das sociedades humanas; (2) a de que o objetivo comum de viabilizar o controle

---

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977.

<sup>25</sup> Ibid., p. 355.

<sup>26</sup> Ibid.

das variáveis que afetam, condicionam ou determinam a saúde não são assegurados somente pelo “setor saúde” e depende, para ser alcançado, do trabalho articulado de todos os atores sociais reunidos (intersectorialidade e a transdisciplinaridade); (3) e a de que as ações e os programas de promoção da saúde, nesta concepção ampla, devem se adaptar para atender às necessidades locais e “...levar em conta as diferenças em seus sistemas sociais, culturais e econômicos”<sup>27</sup> (FIOCRUZ, 2010, p. 14-15).

Diante dessa postura epistemológica, procuro analisar a prática de construção da pesquisa vivenciada no projeto supracitado a partir das lembranças gravadas em meu corpo, que ulteriormente transformou-se em relatório final, cuja ênfase em suas páginas recai sobre o papel da Fiocruz junto com o Ministério da Saúde ao estimular pesquisas no tema: Municípios e Cidades Saudáveis, o que demonstraria sua coerência na luta pela “reforma sanitária”. O Habitat Saudável também visava proporcionar a pesquisadores e profissionais com experiência na área uma oportunidade de contribuírem para fortalecer o conceito positivo da saúde - promoção da saúde.<sup>28</sup> “Nesse intuito, o projeto respaldou-se no conceito ampliado de saúde e procurou transcender o escopo de atuação direta da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS)”.<sup>29</sup> O SUS refere-se conceitualmente “ao formato e aos processos jurídico-institucionais e administrativos compatíveis com a universalização do direito à saúde e em termos pragmáticos à rede de instituições serviços e ações responsável pela garantia do acesso aos cuidados e atenção à saúde” (PEREIRA, 2008, p. 357).

O SUS formulado na trilha da luta pela redemocratização do Brasil, por intelectuais, entidades de profissionais de saúde, estudantis e outras entidades da sociedade civil, nos inspirou internamente no contorno do projeto ao estabelecermos um exercício democrático de discussão em nossas reuniões e mesmo nos encontros menos formais. Um aspecto agregador que me afetou logo de início. Dessa maneira, os contratados foram convidados a participar da elaboração do questionário conjuntamente com as coordenadoras. A experiência dos trabalhos empreendidos anteriormente em outros locais como no Projeto Rondon e na Federação de Trabalhadores da Agricultura do estado do Rio Janeiro (FETAG-RJ) era chamada a contribuir aos novos desafios que surgiam. Nessa atividade participativa, foram realizadas críticas ao material elaborado, visando à melhoria tanto na sua forma quanto no conteúdo. Ao final das revisões realizou-se um pré-teste para verificar sua consistência na aplicação do questionário. O clima amistoso entre os integrantes da equipe contribuiu para o desenvolvimento do projeto.

---

<sup>27</sup> Ver: Carta de Ottawa (PRIMEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE). Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta\\_ottawa.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf). Acesso em: 30 jan. 2015.

<sup>28</sup> Ver: Carta de Ottawa.

<sup>29</sup> Ibid., p. 14.

As brincadeiras, os papos sobre futebol, as notícias diárias trazidas pela mídia impressa e digital permearam os encontros metaprofissionais nesse ambiente institucional.

A copa, é sem dúvida, o lugar da descontração, das ideias, onde o clima jocoso é esperado e aceito, pelo menos por grande parte dos integrantes do grupo. O café, no espaço institucional, é o líquido da sociabilidade entre as pessoas. Diariamente, ou melhor, ao longo de algumas vezes por dia, o convite ao café é o sinal para as pessoas relaxarem, descansarem, pausarem o que estavam fazendo e se permitirem trocar ideias que transbordam o assunto trabalho. Os temas, dos mais variados, surgem nesses microencontros, que trazem à tona subjetividades escamoteadas pela formalidade e pelo enquadramento profissional. Essa interação face à face, conforme analisou Goffman (2011), por meio de gestos, piscadelas, posicionamentos, enunciados verbais, expressam as intenções ou não das pessoas. Esses “pequenos comportamentos” presentes nessas situações, observados em profundidade, revelam a organização social no plano microscópico das relações humanas. A minha inserção no projeto me permitiu refletir sobre o modo de fazer do projeto “Habitat Saudável” e ao mesmo tempo questionar o meu lugar como pesquisador. Nessa situação, o olhar precisa estar atento a todas essas interações que acabam passando despercebidas na rotina diária de um ambiente de trabalho. O olhar deve ser aquele inquieto, questionador, fruto de um exercício analítico capaz de desvendar as variantes, como nos apresentou Laplantine (2004) na sua reflexão sobre a percepção na experiência etnográfica.

Muitas estratégias de resolução de problemas que surgiram no projeto saíram desses pequenos encontros informais. Alguns acordos foram azeitados na familiaridade dos encontros sucessivos que foram se tornando mais íntimos e complexos. Os debates mais calorosos, inclusive sobre futebol, já aconteciam com mais espontaneidade. Essa ordem da interação em um contexto institucional parece-me significativa na obra de Goffman. O foco na compreensão dos mecanismos que sustentam os processos de interação visualizados nas microsituações sociais concretas revelam as "nanotecnologias sociais" que influenciam o campo macrosocial. E é justamente essa relação local e global uma das questões que procuro compreender ao longo deste percurso cognitivo.

A construção da cumplicidade entre os membros da equipe se alimentou dessa rotina, que não era estática, mas que variava com a dinâmica do próprio projeto. A equipe demonstrou capacidade de reação quando foi surpreendida em pleno trabalho de campo por parte dos moradores de “Curicica 1”, por exemplo, como relatado nos dois casos descritos nas primeiras páginas deste capítulo.

Estas recordações, aqui, buscaram apresentar uma outra dimensão na experiência de desenvolvimento do projeto “Habitat Saudável”, refletindo não apenas sobre o objeto “Curicica 1”, como também a respeito da realização de uma pesquisa em uma instituição pública, uma vez que a execução de um projeto impõe escolhas nem sempre fáceis de serem feitas, mas que precisam ser concretizadas para se cumprir o tempo do projeto. Sabendo-se que o tempo do projeto é diferente do tempo da localidade “Curicica 1”, assim como o tempo de uma política pública, tal como o PAC-Colônia, é distinto de ambos. Nesse sentido, o desafio é dialogar tempos variados e apropriações distintas experimentados pelos atores sociais locais, que acabam por perceber o outro, o novo, como diferente e perigoso.

A partir dos dois casos descritos, é possível apontar que a efetivação do projeto “Habitat Saudável” só se operou, quando os pesquisadores dialogaram com os moradores, e efetivamente voltaram atrás retificando o termo de consentimento livre e esclarecido e respeitaram a decisão de parte dos moradores em não participar da pesquisa, sem arbitrariedade e valorizando os direitos constitucionais. Todavia, estas primeiras interações, com a equipe de pesquisadores do Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA), revelaram a representação que um segmento dos moradores tinha com a presença da Fiocruz, batendo em suas portas. Em geral, os moradores desconheciam a missão e o trabalho da Fiocruz e, ainda, os reais objetivos do projeto em questão. Nesses encontros iniciais, eles expressaram uma nítida falta de credibilidade nos órgãos públicos, vistos como afastados da realidade e descompromissados com os direitos dos “cidadãos”. Eles também tiveram uma atitude reativa ao questionar a presença da Fiocruz na localidade, evidenciada pelo sentimento de medo diante da possibilidade de perderem suas casas. Em um aspecto mais amplo, esse encontro trouxe à tona marcas históricas distintas de apropriação do território por esses sujeitos locais que formaram um dos primeiros núcleos habitacionais do bairro Curicica. Na próxima seção, conheceremos um pouco mais sobre esta localidade, a partir dos estudos quantitativos traçados no perfil socioeconômico.

### **2.3 “Curicica1” em números**

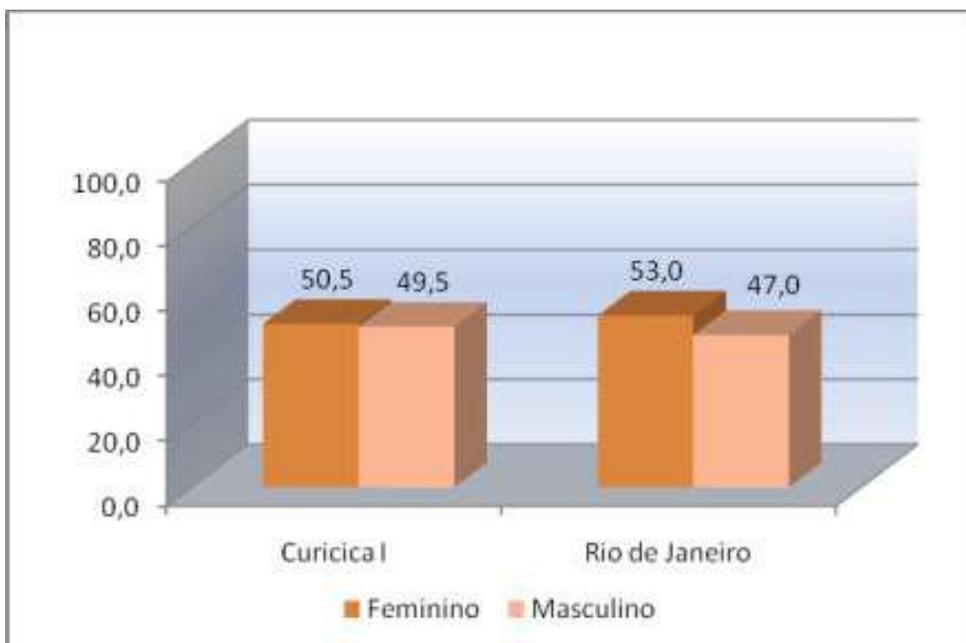
Os dados apresentados aqui foram publicados no documento final sobre o projeto: “Uma Proposta de Habitat Saudável em Comunidades vizinhas ao Campus Fiocruz Mata Atlântica” (FIOCRUZ, 2010). A localidade é formada por 92 domicílios distribuídos por 49 lotes, estando apenas seis domicílios desocupados no período de realização da pesquisa. “Curicica 1” possui uma população estimada de 280 pessoas. A pesquisa atingiu os moradores

de 68 domicílios, contabilizando 222 moradores, ou seja, apenas 18 domicílios não fizeram parte do diagnóstico, além de seis residências não ocupadas. Portanto, do total de domicílios, foram investigados 79% daqueles que se encontravam ocupados.

### 2.3.1 Perfil da população

Sobre o sexo da população, de acordo com a estimativa de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “Curicica 1” apresenta uma porcentagem de 50,5% de mulheres, enquanto que na cidade do Rio de Janeiro, as mulheres representam 53% da população.

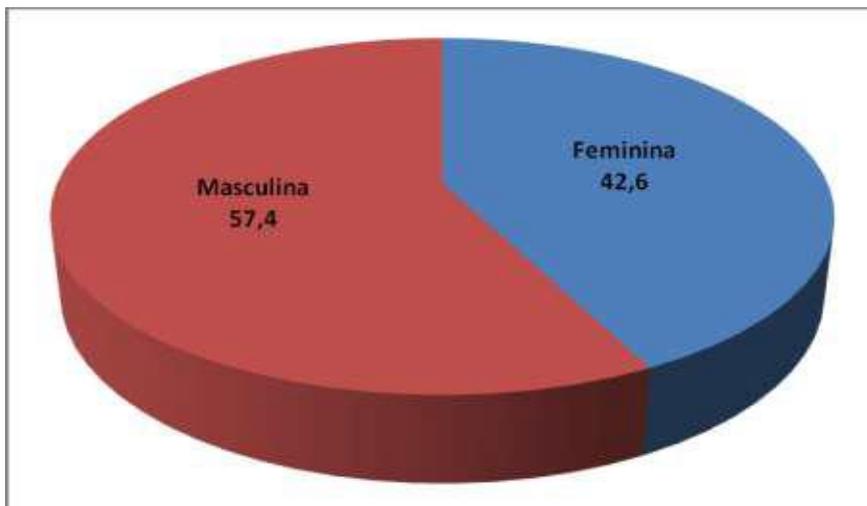
**Gráfico 3 - Distribuição da população por sexo (%). “Curicica 1” (2009) e cidade do Rio de Janeiro (2007)**



Fonte: DataSus/IBGE/2007 e levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

Já os domicílios de “Curicica 1” com chefe masculino representavam 57,4%, enquanto 42,6% eram chefiado por mulheres, conforme Gráfico 2.

**Gráfico 4 - Responsável pelo domicílio por gênero (%). “Curicica 1” ( 2009)**



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

Percebe-se a partir destes números, de um lado, a reafirmação de aspectos ligados à tradição patriarcal, de outro, confirmam as mudanças recentes porque passam as famílias brasileiras, com ênfase aos estratos mais pobres, principalmente, com o aumento crescente das mulheres no comando dos lares (HASENBALG<sup>30</sup>, 2003 apud FIOCRUZ, 2010, p. 81). Os dados sobre o responsável pelo domicílio desagregados por estado civil e por sexo indicam que quando vivem maritalmente, as mulheres representam quase 21% da chefia de família em “Curicica 1”.

**Tabela 1: Chefe da família por gênero e estado civil. “Curicica 1” (2009)**

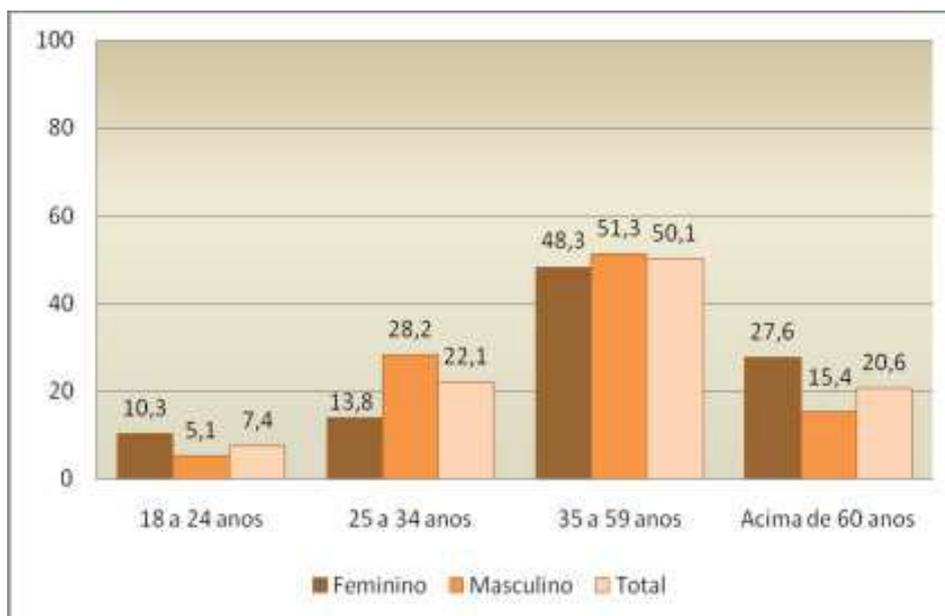
Estado Civil do chefe de família	Feminino	%	Masculino	%	Total	%
Solteiro	2	6,9	3	7,7	5	7,4
Casado/vive maritalmente	9	31,0	34	87,2	43	63,2
Separado/divorciado	10	34,5	2	5,1	12	17,6
Viúvo	8	27,6	0	0,0	8	11,8
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>	<b>39</b>	<b>100,0</b>	<b>68</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

<sup>30</sup> HASENBALG, Carlos. A distribuição de recursos familiares. In. HASENBALG, C.; SILVA, Nelson Valle (orgs.). *Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

Nota-se que a maioria dos chefes de família é casada (63,2%). Já o percentual de famílias chefiadas por separados/divorciados alcança quase 18%. Poucas são as famílias chefiadas por pessoas solteiras (5 no total). A média da idade dos chefes de família é de 46 anos, o que demonstra não ser a geração fundadora da localidade.

**Gráfico 5 - Idade do chefe de família (%). “Curicica 1” (2009)**

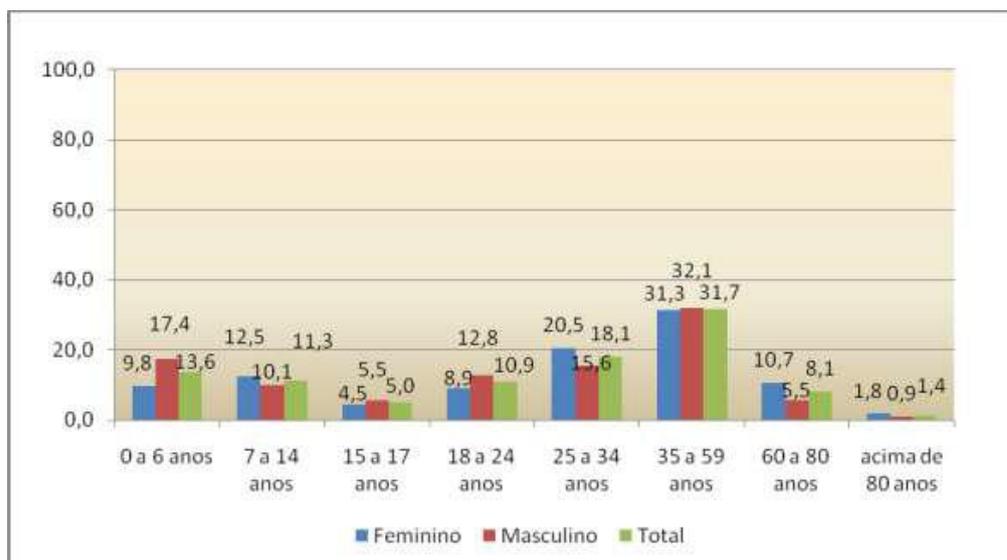


Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

Observa-se que 50% dos entrevistados situam-se na faixa de 35 a 59 anos. Os dados da faixa etária dos 25 e 34 anos apontam uma situação distinta da faixa acima de 60 anos: o percentual de famílias chefiadas por homens (28,2%) é maior do que o dobro daquelas chefiadas por mulheres (13,8%). Entre as famílias mais jovens, a predominância é inversa, sendo o número de 10,3% de chefes de família do sexo feminino contra 5,1% de homens.

Em relação à faixa etária em “Curicica 1”, 24,9% dos moradores encontram-se entre 0 a 14 anos. A porcentagem de moradores acima de 60 anos é de 9,5%. Em 2009, a população estimada para o município do Rio de Janeiro nessas duas faixas de idade foi, respectivamente, de 20,8% e 14,7%. Quanto à população na faixa entre 15 e 59 anos, ou seja, em idade produtiva, no município foi estimada em 71,6%, já na localidade, o percentual reduz para 65,7%. “O indicador da razão de dependência na comunidade é de 0,52, representando que para cada duas pessoas em idade produtiva entre 15 e 59 anos há um menor ou idoso acima de 60 anos na comunidade” (FIOCRUZ, 2010, p.79-80).

**Gráfico 6 - Residentes de “Curicica 1” por faixa de idade e por sexo (%) (2009)**

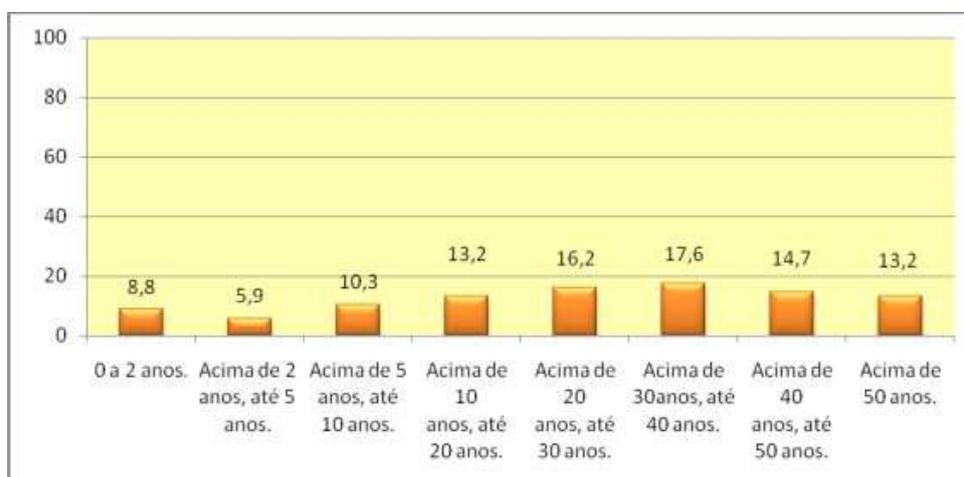


Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

### 2.3.2 Tempo de residência dos entrevistados e local de nascimento dos chefes de família

Sobre as informações referentes ao tempo de residência dos entrevistados, pode-se concluir que 75% vivem em “Curicica 1” há mais de 11 anos. Agregando-se as três categorias de maior tempo de permanência, verifica-se que quase a metade, ou seja, 45,5% vivem no local há mais de 30 anos. A respeito das três categorias de menor tempo de residência, percebe-se a existência de mobilidade no processo de ocupação que alcança 1/4 do universo, com destaque para os 8,8% que se instalaram há até dois anos.

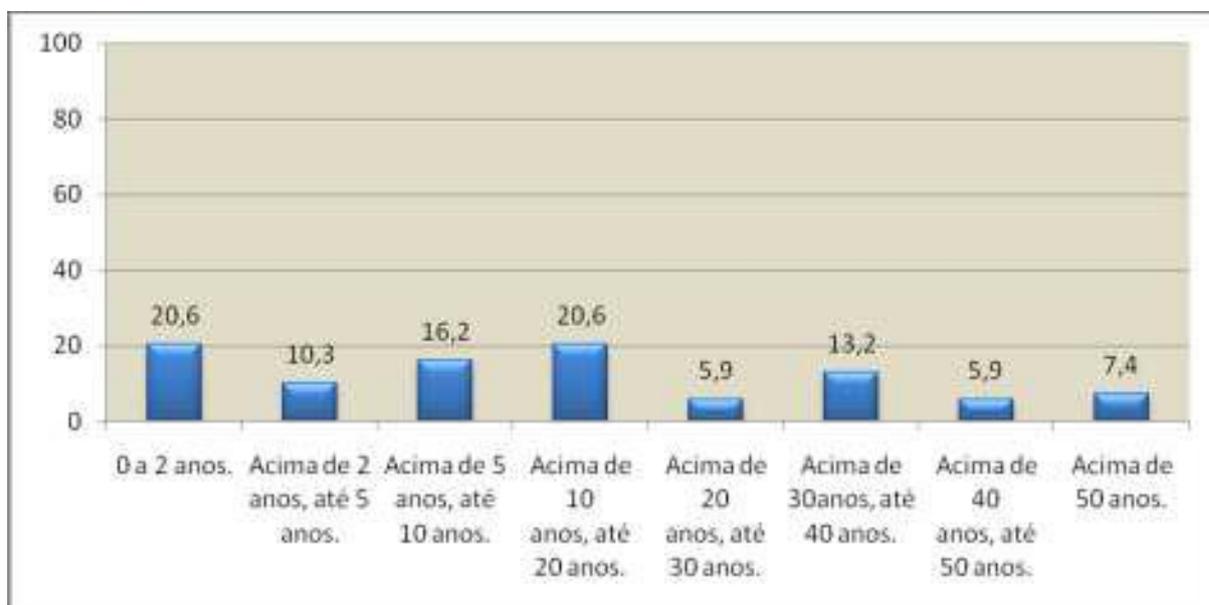
**Gráfico 7 - Tempo de residência do entrevistado na comunidade (%) “Curicica 1” (2009)**



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao CFMA”

A análise dos elementos a respeito do tempo de residência no domicílio evidencia uma taxa considerável de 20,6% que moram há menos de 2 anos no domicílio atual, mais do que o dobro relativo ao tempo de residência nessa mesma faixa de tempo (8,8%). Os entrevistados-moradores elevam-se a 31% quando se soma a faixa “acima de 2 anos, até 5 anos”. Este dado sugere uma migração intracomunidade, além de indicar um aumento no número de novas construções. Na outra ponta, os dados informam que 1/3 dos entrevistados residem na mesma morada há mais de 20 anos.

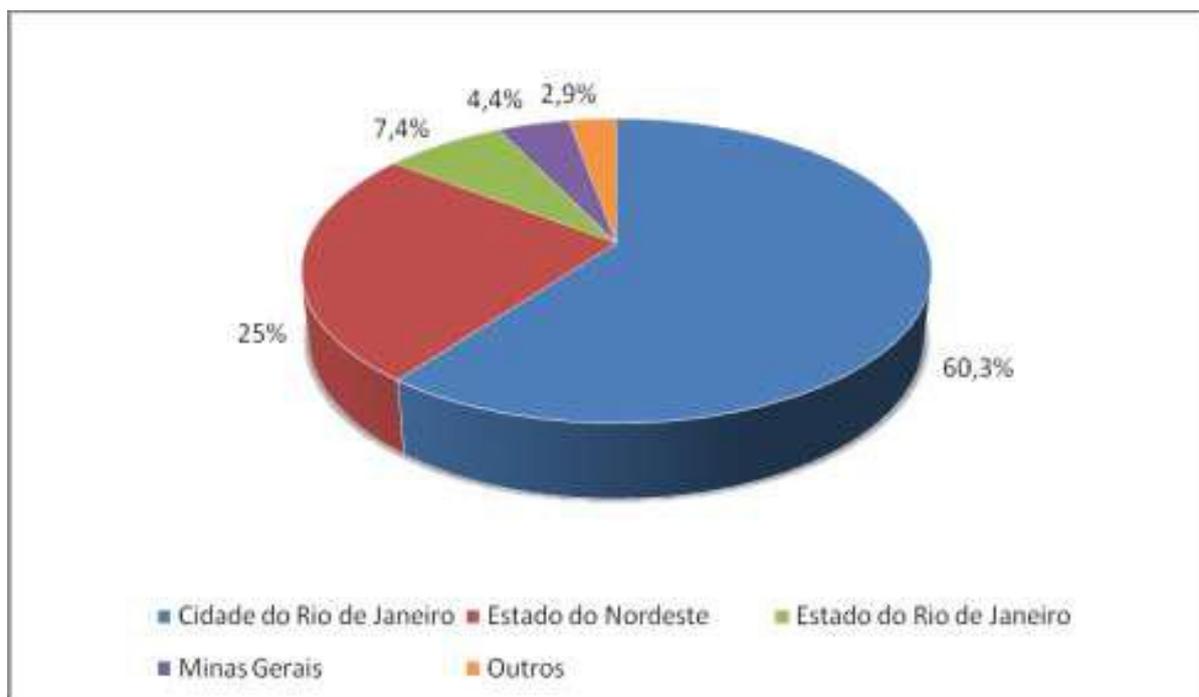
**Gráfico 8 - Tempo de residência do entrevistado no domicílio(%). “Curicica 1” (2009)**



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

O local de nascimento dos chefes de família atuais (2009) colabora para o entendimento do processo de ocupação urbana da localidade. O gráfico abaixo demonstra que 60,3% são originários da própria cidade do Rio de Janeiro. Já os migrantes oriundos dos estados do Nordeste, somam-se 25%.

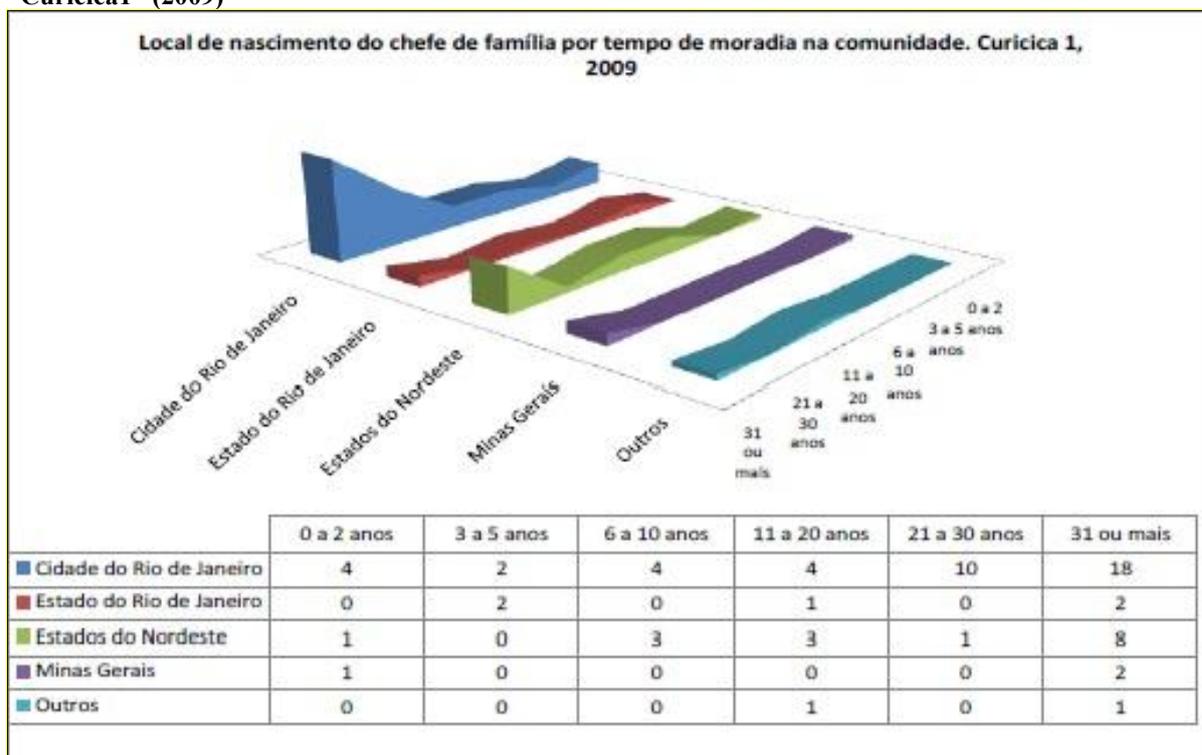
**Gráfico 9 - Local de nascimento do chefe de família (%). “Curicica 1” (2009)**



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

Ao tratar a relação entre o tempo de residência com o local de nascimento, constata-se que o grupo nascido na cidade do Rio de Janeiro, além de ser maioria, constitui-se dos moradores que moram há mais tempo em “Curicica1” (de 21 a 30 anos e 31 ou mais). O grupo originário do Nordeste, segundo mais numeroso, ocupa segunda colocação entre os moradores mais antigos. “Tal estabilidade indica quão consolidada é Curicica 1. A pesquisa confirma esta observação ao apurar que muitos dos atuais moradores pertencem às famílias dos fundadores do assentamento”. (FIOCRUZ, 2010, p. 85).

Gráfico 10 - Local de nascimento do chefe de família por tempo de moradia na comunidade (Nº). “Curicica1” (2009)



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

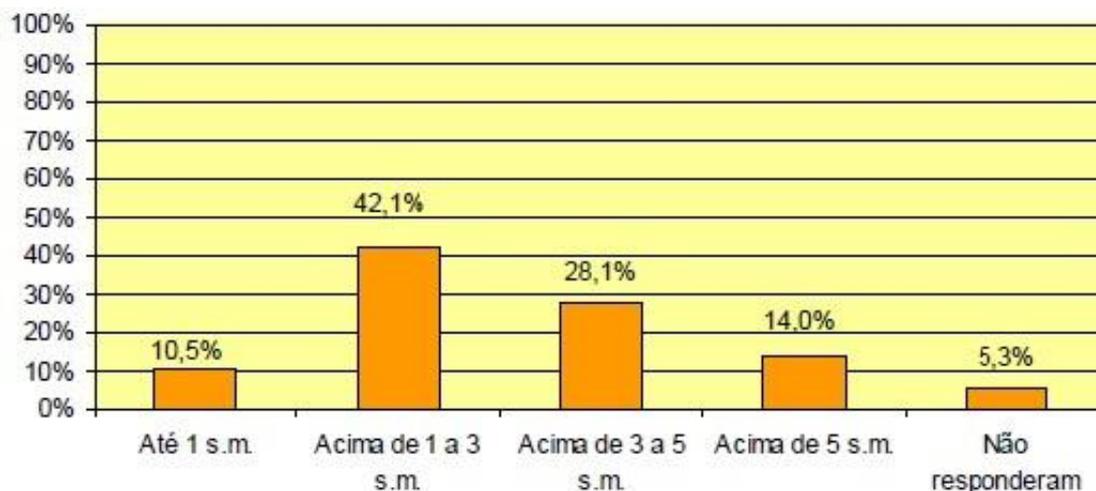
Numa outra direção, ao analisar os chefes de família, independente do local de nascimento, verifica-se que 25% chegaram à “Curicica 1” na última década, revelando um processo de mobilidade da população. “Pode-se dizer, ainda, que, se comparado ao da maior parte dos assentamentos urbanos irregulares da cidade do Rio de Janeiro, o ritmo de crescimento da comunidade é pequeno”.<sup>31</sup>

### 2.3.3 Renda familiar

De acordo com este indicador, 52,6% das famílias se encontram em situação de vulnerabilidade social, em razão de sua renda não ultrapassar três salários mínimos (SM). Desse total, 10,5 % recebem até 1 SM, situando-se na linha de pobreza. Verifica-se que 28,1% apresentam renda familiar acima de 3 SM a 5 SM e apenas 14% situam-se na faixa de renda acima de cinco salários mínimos.

<sup>31</sup> Ibid.

**Gráfico 11 - Renda familiar dos domicílios. “Curicica 1” (2009)**



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

Conforme os dados, ao se considerar a média de 3,26 moradores para cada moradia, observa-se a renda destinada ao sustento de famílias com pequena proporção de dependentes. “Este dado é confirmado pela razão de dependência encontrada na comunidade: para cada duas pessoas em idade produtiva entre 15 e 59 anos há um menor ou idoso acima de 60 anos”.<sup>32</sup>

**Tabela 2 - Renda familiar por sexo do chefe de família. “Curicica 1” (2009)**

Renda familiar sexo do chefe de família	Mulheres	%	Homens	%	Total
Até 1 SM	5	17,2	2	5,1	7
Acima de 1 SM até 3 SM	13	44,8	16	41,0	29
Acima de 3 SM até 5 SM	6	20,7	12	30,8	18
Acima de 5 SM	4	13,8	7	17,9	11
NS/NR	1	3,4	2	5,1	3
<b>Total</b>	29	100,0	39	100,0	68

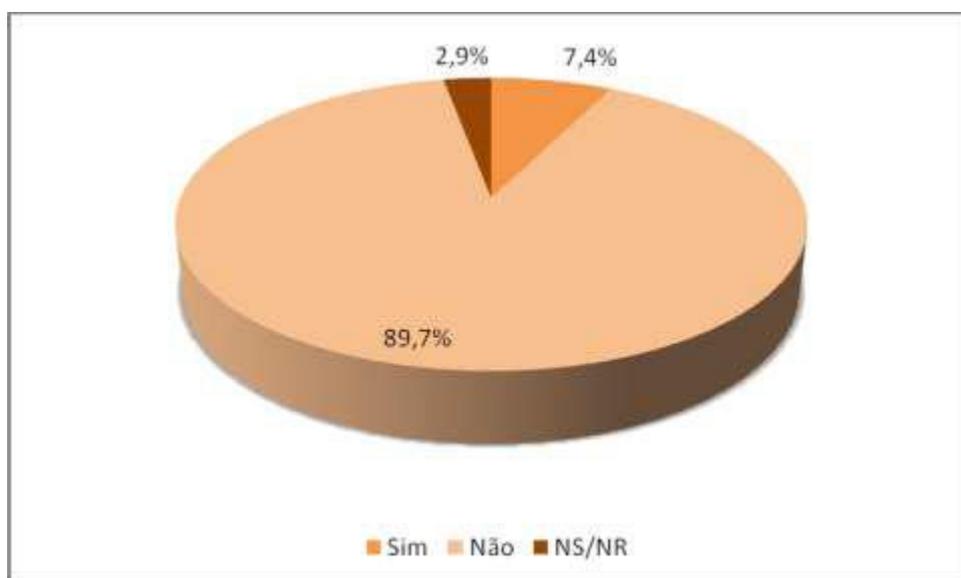
Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

Segundo as informações acima, nota-se que as faixas de renda mais representativas são as “Acima de 1 SM até 3 SM” e “Acima de 3 SM até 5 SM”, totalizando aproximadamente 70% do universo analisado. Percebe-se que não há diferença significativa

<sup>32</sup> Ibid., p. 86.

entre os sexos na faixa “Acima de 1 SM até 3 SM”. Nas duas faixas seguintes, de renda mais alta, verifica-se a predominância do gênero masculino. De outro lado, a presença feminina se destaca na faixa de renda mais baixa, o que pode indicar o favorecimento da mulher como beneficiária dos programas de assistência financeira às famílias de baixa renda, como o caso do Programa Bolsa Família. No gráfico abaixo, 7,4% dos(as) chefes de família informaram receber benefício de algum programa governamental no momento da pesquisa, demonstrando compatibilidade com a taxa de desocupação de 7,4% dos(as) chefes de família citada anteriormente.

**Gráfico 12 - Beneficiários de programas sociais governamentais (%). “Curicica 1” (2009)**

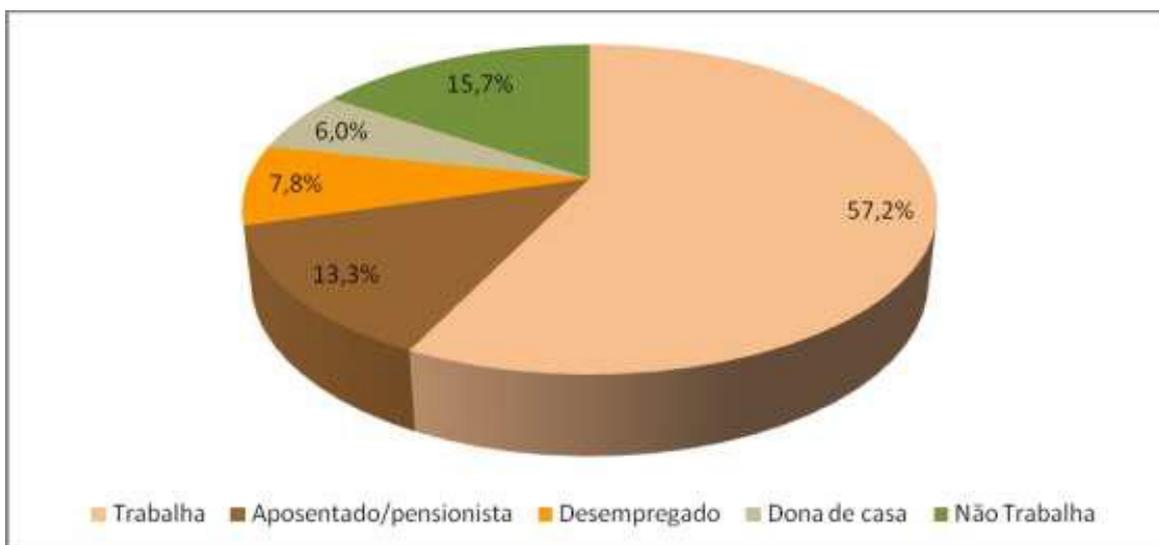


Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

#### 2.3.4 Situação atual no mercado de trabalho

Em conformidade com o gráfico a seguir, no momento da pesquisa, 57,2% pessoas com 15 anos ou mais desenvolviam algum tipo de atividade remunerada. Somando-se os percentuais das categorias desempregado, dona de casa e não trabalha, chega-se por volta de um terço sem ocupação. O percentual de aposentados ou pensionistas foi de 13,3%. Destaca-se um número expressivo de funcionários públicos aposentados provenientes do Hospital Municipal Raphael de Paula Souza (HMRPS), conferindo à localidade indicadores relativamente elevados na comparação com outros assentamentos irregulares.

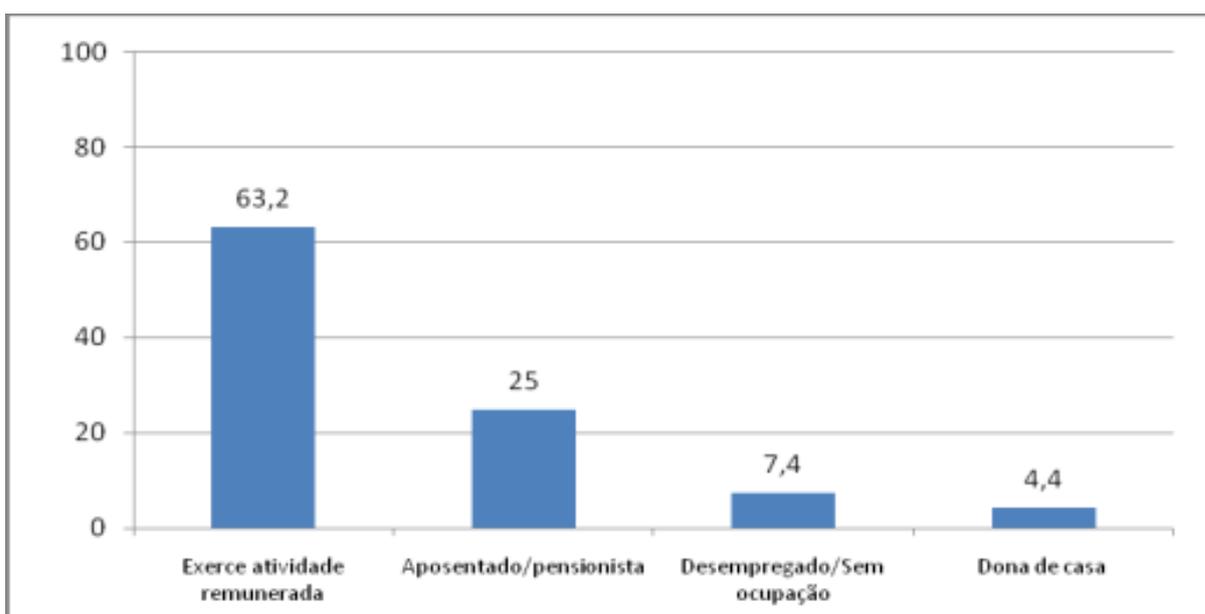
**Gráfico 13 - Pessoas de 15 anos ou mais segundo a posição no mercado de trabalho. “Curicica 1” (2010)**



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

No momento do levantamento de campo, 63,2% dos chefes de família exerciam algum tipo de atividade remunerada, seja ela formal ou informal. Conforme se observa, este percentual alcançou uma proporção maior do que a da população total da localidade com 15 anos ou mais (57,2%).

**Gráfico 14 - Situação ocupacional do Chefe de família (%). “Curicica 1” (2010)**



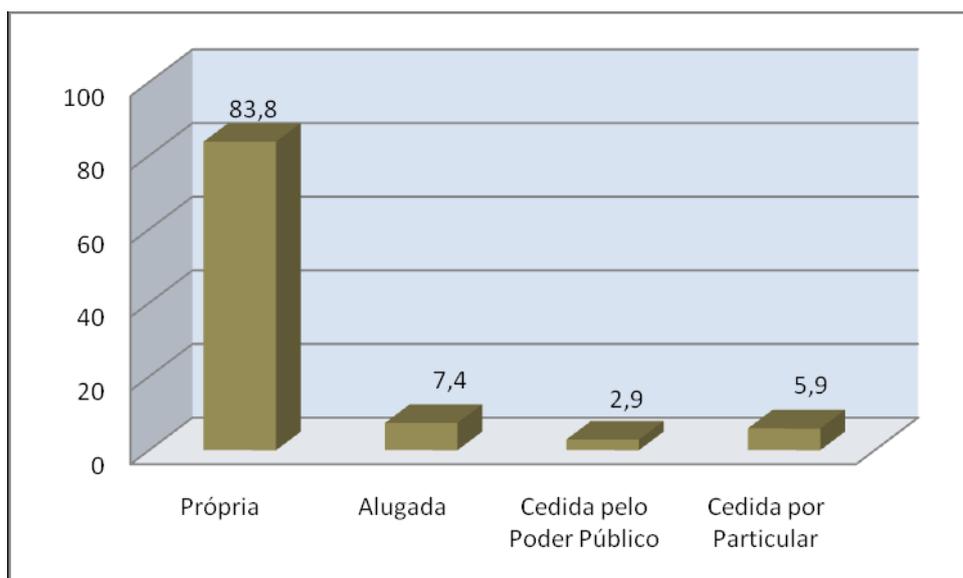
Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

De acordo com os dados do gráfico 14, outro aspecto que se destaca é o percentual de 25% dos chefes de família que recebem benefícios da aposentadoria ou pensões. Essa taxa aponta para o vínculo de trabalho de uma parcela significativa dos moradores com o “Hospital de Curicica”.

### 2.3.5 Condições de uso da moradia e situação em relação ao registro do imóvel

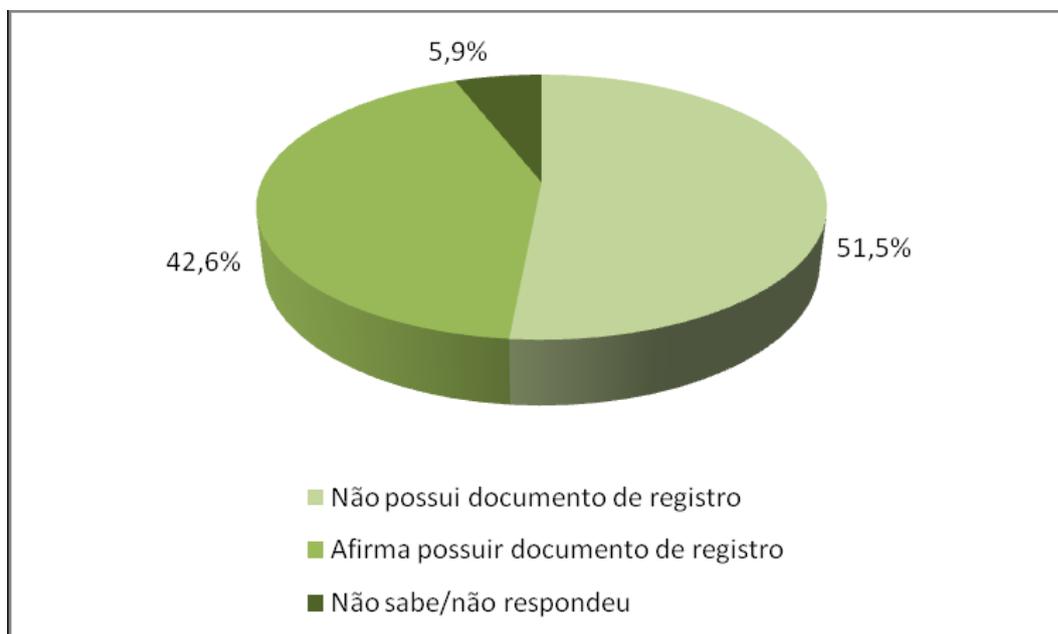
A análise desse item se processou a partir das informações dadas pelos entrevistados ao responderem os questionários. A grande maioria dos entrevistados, 83,8%, se considera proprietária do imóvel no qual reside, levando-se em consideração que a ocupação de terrenos para moradia efetuou-se mediante permissão dos diretores do Hospital. Observa-se que apenas 2,9% informaram utilizar o imóvel por cessão do poder público. Apesar disso, nota-se o fato de somente 42,6% afirmarem possuir alguma garantia de propriedade do imóvel. Entretanto, mesmo aqueles que possuem algum tipo de comprovação de propriedade se sentem inseguros quanto ao direito à moradia, como ficou demonstrado pelos moradores nos contatos iniciais com a equipe de trabalho da Fiocruz. Outro dado que se destaca é que apenas cinco entrevistados informaram residir em moradia alugada, 4 (quatro) chegaram entre a faixa de 0 a 2 anos e 1 (um), na faixa entre 6 e 10 anos, indicativo de que pode estar se iniciando uma tendência à ocupação de moradias via aluguel.

**Gráfico 15 - Condição de uso da moradia (%). “Curicica 1” (2009)**



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

**Gráfico 16 - Situação do domicílio em relação à propriedade do imóvel (%). “Curicica 1” (2009)**



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

Como se observa no gráfico 13, 42,6% dos entrevistados informaram possuir documento de registro do imóvel. Este número se torna relevante considerando-se tratar de uma ocupação informal. A maior parte das respostas faz referência aos registros de compra e venda dos primeiros proprietários e aos documentos de cessão processados pelo Hospital.

**Tabela 3 - Tipo de documento de registro do imóvel entre os que informaram deter algum registro**

Tipo de documento informado	Frequência	Percentual
Documento de transferência entre familiares	2	6,9%
Documento de posse - Registro em Cartório	4	13,8%
Documento de posse - compra e venda	8	27,6%
Contrato de locação	2	6,9%
Documento cedido pelo hospital	8	27,6%
Não informado	2	6,9%
Não especificado	3	10,3%
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

### 2.3.6 Educação

No que diz respeito ao grau de escolaridade, as informações apuradas no trabalho de campo apontam que 100% dos jovens moradores de “Curicica 1” na faixa etária entre “7 a 14 anos” estão matriculados em escolas. Destaca-se também o percentual de 82% de jovens entre “15 a 17 anos” que estudam. Na outra ponta, chama à atenção o percentual de apenas 40% de crianças de “0 a 6 anos” matriculadas em creches e pré-escolas.

**Tabela 4 - Acesso à escola**

Faixa etária	Sim	%	Não	%	Total	%
0 a 6 anos	12	40	18	60	30	14
7 a 14 anos	25	100	0	0	25	11
15 a 17 anos	9	82	2	18	11	5
18 a 24 anos	6	25	18	75	24	11
25 a 34 anos	9	23	31	78	40	18
Acima de 35	5	5	86	95	91	41
NS/NR	0	0	0	0	1	0
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>30</b>	<b>155</b>	<b>70</b>	<b>222</b>	<b>100</b>

Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

**Tabela 5 - Faixa de idade e escolaridade**

	Sem instrução/ Até o 4 <sup>a</sup> ano incompleto	Fund. Incomp.	Fund. Comp.	Médio Incomp.	Médio Comp	Sup. Incomp	Sup. Comp. ou mais	NS/NR	Total
7 a 14 anos	-	96,0	-	4,0	-	-	-	-	100
15 a 17 anos	-	27,3	9,1	54,5	9,1	-	-	-	100
18 a 24 anos	4,2	25,0	4,2	20,8	37,5	8,3	-	-	100
25 a 34 anos	2,5	17,5	5,0	17,5	35,0	10,0	7,5	5,0	100
35 a 59 anos	2,9	24,3	12,9	8,6	34,3	5,7	4,3	7,1	100
Acima de 60anos	27,8	33,3	11,1	11,1	11,1	0,0	0,0	5,6	100
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	100,0	100
<b>Total</b>	<b>4,7</b>	<b>34,4</b>	<b>7,8</b>	<b>14,1</b>	<b>26,0</b>	<b>5,2</b>	<b>3,1</b>	<b>4,7</b>	<b>100</b>

Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

Ao analisar os três primeiros níveis de instrução, percebe-se na faixa etária compatível com a matrícula no Ensino Médio (de 15 a 17 anos), que 36,4% dos jovens apresentam desvio idade-série ou pararam os estudos. Já os jovens adultos com idade até 24 anos demonstram uma distorção idade-série ainda mais grave que alcança 33,4%.

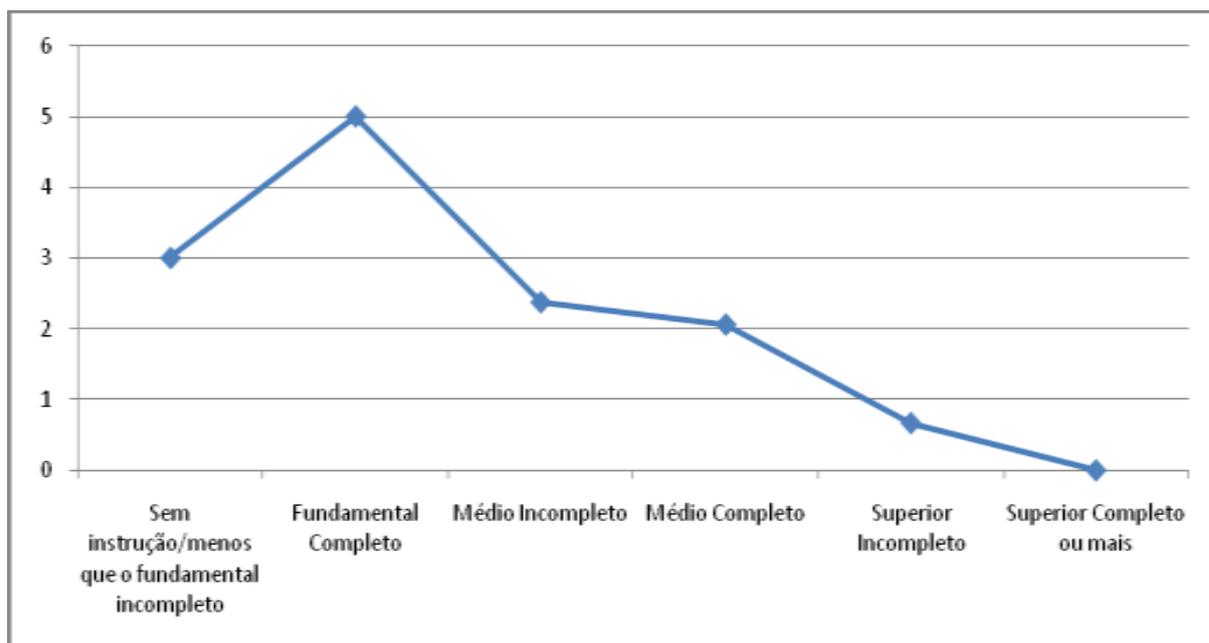
**Tabela 6 - Escolaridade dos responsáveis pelo domicílio**

<b>Grau de instrução</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Sem instrução</b>	5	7,4
<b>Fundamental Incompleto</b>	23	33,8
<b>Fundamental Completo</b>	6	8,8
<b>Médio Incompleto</b>	8	11,8
<b>Médio Completo</b>	17	25,0
<b>Superior Incompleto</b>	3	4,4
<b>Superior Completo</b>	2	3,0
<b>NS/NR</b>	4	5,9
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

Como se verifica na tabela acima sobre a escolaridade dos chefes de família, o Ensino Médio foi concluído por 25% dos responsáveis pelos domicílios. Ao se somar aos 7,4% que alcançaram o Ensino Superior, incompleto e completo, obtém-se aproximadamente 1/3 do total. Entretanto, merece destaque os 41,2% dos chefes de família que não têm ao menos o Ensino Fundamental completo.

Gráfico 17 - Número médio de filhos segundo a escolaridade do chefe da família<sup>33</sup>



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”.

O gráfico 14 explora a relação entre a escolaridade dos chefes de família e o número médio de filhos. A análise leva a supor existir uma correlação entre o aumento da escolaridade e número médio de filhos por família. Depreende-se a queda do número de filhos em especial a partir da conclusão do Ensino Fundamental. Consoante, o número médio de filhos é reduzido à medida que se eleva o nível de escolaridade.

### 2.3.7 Saúde

De acordo com o relatório final (FIOCRUZ, 2010), a área da localidade “Curicica 1” tem cobertura pela Estratégia de Saúde da Família (ESF). Contudo, chama à atenção que menos da metade das residências visitadas (49%) informaram receber a visita dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Outro fato marcante é que apesar de 29% dos entrevistados possuírem planos de saúde, outras 17 moradias não são nem atendidas pela ESF e tampouco possuem planos privados.

<sup>33</sup> O gráfico considera o total de filhos dos chefes de família independente do local de moradia aqueles.

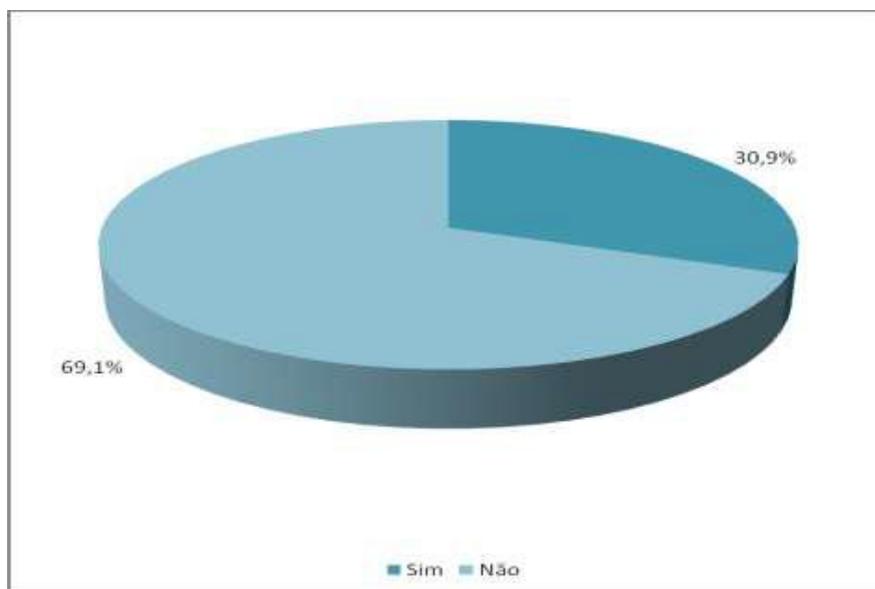
**Tabela 7 - Número de domicílios que recebem a visita dos ACS e daqueles que possuem planos privados de assistência à saúde. “Curicica 1” (2009)**

	Tem plano de saúde	Não tem plano de saúde	NS/NR	Total
<b>Recebe visita ACS</b>	8	25	0	33
<b>Não recebe visita ACS</b>	11	17	1	29
<b>NS/NR</b>	1	5	0	6
<b>Total</b>	20	47	1	68

Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

No gráfico, abaixo, verifica-se que 69,1% dos entrevistados informaram utilizar os serviços públicos de saúde, sabendo-se que a localidade é coberta pela ESF. De outro lado, aproximadamente um terço dos chefes de família (30,9%) declarou possuir plano de saúde. Desses, 80% dos planos de saúde são do tipo Empresarial, e 20%, contratos particulares (Familiar).

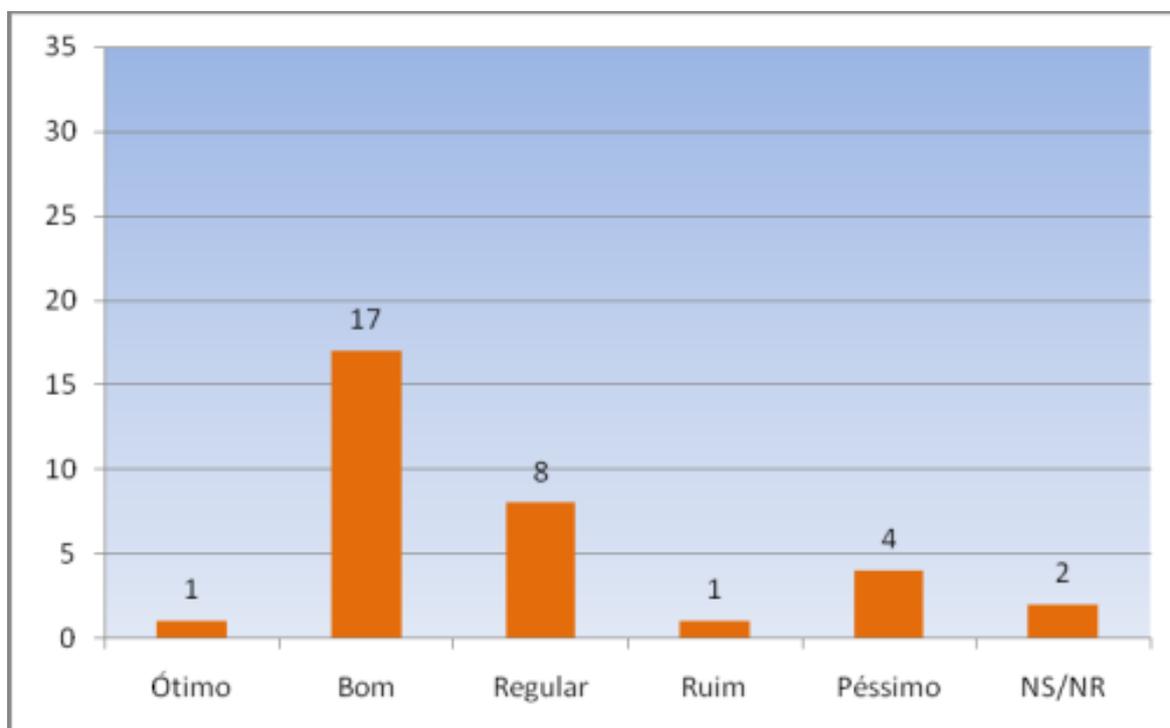
**Gráfico 18 - Possui plano privado de saúde (%). “Curicica 1” (2009)**



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

A respeito da qualidade de atendimento da ESF, se constata a existência 26 casos (79%), ao se adicionar as avaliações “ótimo”, “bom” e “regular”, que são atendidos por esse serviço num total de 33 residências. Um resultado significativo, levando-se em consideração que apenas cinco domicílios classificaram o serviço como ruim ou péssimo.

**Gráfico 19 - Avaliação da Estratégia de Saúde da Família na localidade (Nº). “Curicica 1” (2009)**



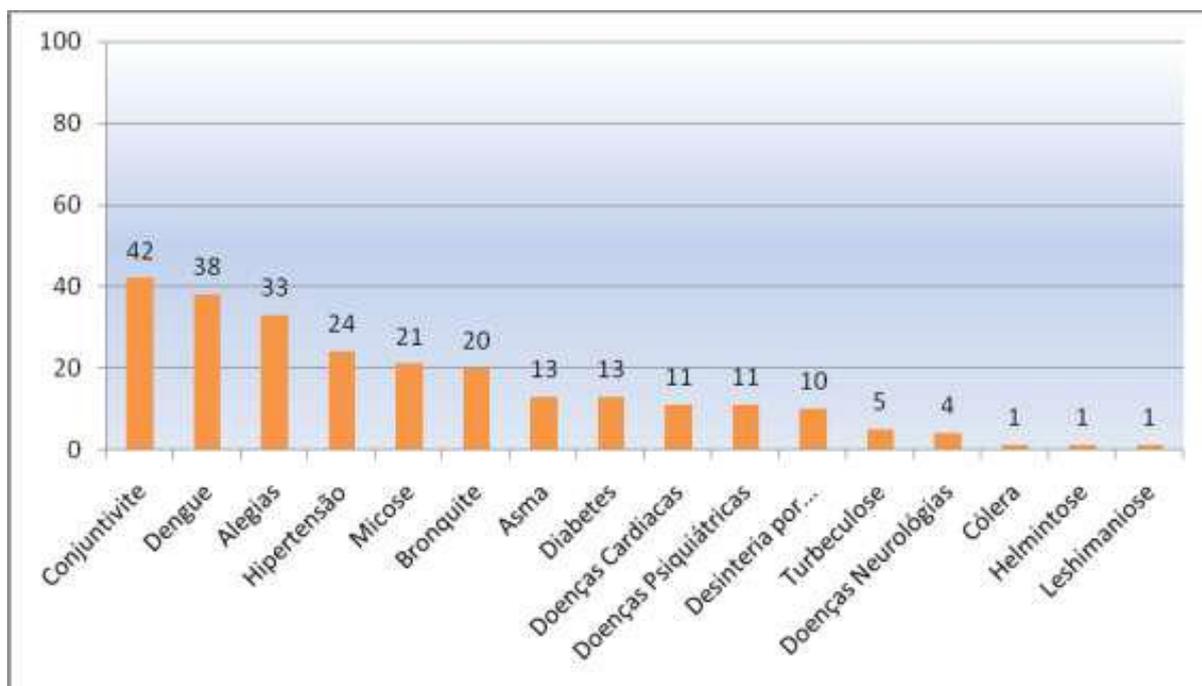
Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

Em concordância com o gráfico 20, as doenças mais citadas pelos entrevistados foram conjuntivite, dengue, alergias, hipertensão, micoses, bronquite, asma e diabetes. “Por serem doenças que podem ter relação com o saneamento ambiental inadequado (IPP/)<sup>34</sup> e com as condições de salubridade das moradias, a informação indica a possibilidade de utilização da pesquisa para aprofundamento do estudo dessas relações”.<sup>35</sup>

<sup>34</sup> Tal estudo do IPP fundamenta-se em pesquisa de COSTA, A.M. et al. Impactos na saúde e no Sistema Único de Saúde decorrentes de agravos relacionados a um saneamento ambiental inadequado – relatório final. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

<sup>35</sup> Ibid., p. 96.

Gráfico 20 - Doenças informadas pelos entrevistados (%). “Curicica 1” (2009)



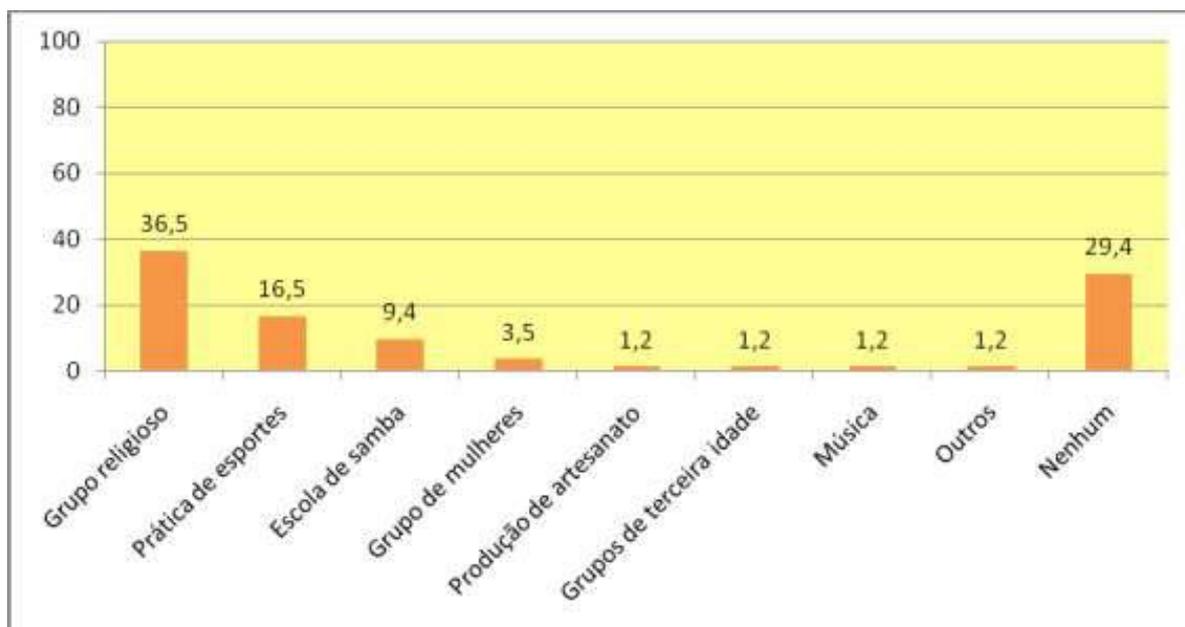
Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

### 2.3.8 Envolvimento com grupos comunitários

O levantamento de campo mostrou, em termos percentuais significativos, que 36,5% dos entrevistados informaram que seus familiares tinham algum envolvimento com grupos religiosos, 16,5%, com grupos voltados à prática de esportes, e 9,4%, com a escola de samba local.

Como em outras comunidades do Rio de Janeiro, os grupos religiosos, evangélicos e outros representam importante lugar de sociabilidade e suporte emocional, servindo de apoio em situações de crise e criando alternativas para jovens da comunidade em aprendizados informais de música e esporte. Pode-se dizer que tal realidade tem relação com a ausência de estruturas públicas de sociabilidade (esportivas, culturais) nas proximidades da comunidade. A organização mais próxima à comunidade (a Escola de Samba) foi criada por liderança estabelecida nas comunidades do PAC-Colônia que, diz-se na região de Jacarepaguá, faz parte de grupo de controle social e político (FIOCRUZ, 2010, p. 98-99).

**Gráfico 21 - Envolvimento com grupos ou associações comunitárias (%). “Curicica 1” (2010)**



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”

Os números de “Curicica 1” aqui apresentados a respeito do perfil da população, da renda familiar, da situação atual no mercado de trabalho, das condições de uso da moradia e situação em relação ao registro do imóvel, da educação, da saúde e do envolvimento com grupos comunitários expressam um espectro da vida social da localidade que só foi possível conhecer com início do levantamento de campo do projeto “Habitat Saudável. Esta parte quantitativa da pesquisa se somou às lembranças evocadas neste capítulo a partir da interação com os(as) moradores(as) de “Curicica 1” e membros da equipe de trabalho, com o propósito de alcançar uma reflexão que trata tanto participantes do projeto quanto não participantes simetricamente. Portanto, esforcei-me para analisar as percepções e representações daqueles que desconfiam das ações do poder público de maneira geral, utilizando a memória experiencial como componente fundamental do trabalho etnográfico, inclusive no ápice da escrita. Nesse viés, a elaboração da etnografia e do relatório final se aproximam quando ambos transformam seus “autores” em um “autor generalizante” e deixam de revelar a dialogia e polissemia por trás da construção analítica. E é justamente sobre a multiplicidade de “autores” e participantes que tratarei no próximo capítulo. Para isso, focarei na percepção do morar dos habitantes de “Curicica 1”.

### 3 A PERCEPÇÃO DO MORAR CONSTRUÍDA PELOS HABITANTES DE “CURICICA 1”

A memória dos que envelhecem (e que transmite aos filhos, aos sobrinhos, aos netos, a lembrança dos pequenos fatos que tecem a vida de cada indivíduo e do grupo com que ele estabelece contatos, correlações, aproximações, antagonismos, afeições, repulsas e ódios) é o elemento básico na construção da tradição familiar. Esse folclore jorra e vai vivendo do contato do moço com o velho – porque só este sabe que existiu em determinada ocasião o indivíduo cujo conhecimento pessoal não valia nada, mas cuja evocação é uma esmagadora oportunidade poética (NAVA, 2012, p. 39).

Estava sentado na cama da entrevistada Sofia (50 anos, separada, 45 anos de tempo de moradia na localidade, desempregada, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.). O convite veio em meio à desorganização pela qual a casa dela passa. Os espaços estão sendo reconfigurados devido à chegada da família do filho mais velho, que enfrenta dificuldades financeiras e não tem onde morar. A casa estava se transformando em duas para que ambas as famílias tivessem um mínimo de privacidade. Como os espaços sociais coletivos, sala e varanda, estavam desmontados, explica-se o convite da realização da entrevista em um espaço íntimo como o seu quarto. O convite me pegou desprevenido, mas não demonstrei ter ficado sem graça publicamente. Afinal, já tínhamos construído uma relação ao longo da pesquisa. Naquele momento, demonstrávamos confiança mútua, tanto que, no fundo, o convite não me surpreendeu. O objetivo de Sofia ao me convidar era ter privacidade e tranquilidade na prática de pesquisa. Muito diferente do que aconteceu no nosso primeiro encontro, uma vez que ela não permitiu que eu e a minha parceira de campo entrássemos em sua casa. Ela alegou, nesse encontro, que a casa estava desarrumada e, gestualmente, apontou com o dedo indicador direito para os móveis espalhados pelos cômodos. Depois de muitas idas e vindas, as conversas já se desenrolavam em um clima amistoso e de certa maneira, esses encontros serviam como um desabafo sobre a vida que levava após os últimos acontecimentos. Ela me revelou, com muita comoção e dificuldade, esse período complicado de sua moradia da vida. Sofia iniciou seu depoimento: *“Era aqui mesmo no hospital (sobre o curso de enfermagem). Então ele deu pra mim continuar, pra conciliar. E eu fiquei com os meus 2 (dois) netos criando porque a minha nora foi embora no início de 2004. Juntou tudo”*. Ao proferir a expressão: *“Juntou tudo”* sua voz atravessou e seu corpo começou a agitar-se, braços e pernas já se moviam espetacularmente, ao mesmo tempo, enfrentava a dor de pronunciar cada palavra. Mesmo assim não se entregou e continuou:

*Os meus netos... A coisa foi feia mesmo. Hoje quando, eu fico olhando assim pra trás, por tudo que eu passei... Foi à fase que ele... houve isso tudo com ele do surto (sobre o filho esquizofrênico) e... eu parei de estudar e fiquei só como auxiliar de enfermagem e me formei. Mas só que eu não pude (exercer).*

A tristeza nesse momento já tinha praticamente me arrastado para os confins desta tragédia. Tentei manter o foco, mas meus pensamentos vagavam em cada entrelinha. O meu corpo-olho marejado refletia naqueles dois abismos castanhos que cintilavam na minha frente. Meu corpo sentia o peso das palavras, a postura já não era a mesma de antes. Estava sufocado com aquela avalanche sensorial. E o fragmento da sua história de vida ainda tinha mais capítulos: *“Aí, em 2006, eu parei, só que foi com a minha mãe com Alzheimer, entendeu? Aí, juntou tudo. Quer dizer o meu estudo ficou... eu fiz até a inscrição pro ENEM agora. Eu estou pensando em fazer as provas”*. Quando ela terminou a frase e fez uma pausa, imediatamente relaxei, soltando o ar dos meus pulmões com força. Pensei rapidamente: *“Apesar do desfecho final ter apontado para uma perspectiva de enfrentamento da situação, o processo de sobrevivência se realiza com muitos obstáculos”*.

Ao refletir sobre por que essa entrevista ficou tão enraizada nas lembranças do meu corpo, imagino que seja devido ao misto, incompreensão da situação e admiração pelo enfrentamento da circunstância, mesmo com muitas dificuldades. Lembro sem interrupção da frase eternizada por Euclides da Cunha na sua obra *Os Sertões*: *“O sertanejo é, antes de tudo, um forte”* (CUNHA, 1984, p. 51). Por outro lado, minhas fraquezas corporais começavam a mostrar sua face. Nessa falta de postura corporal, sentado na cama, as dores nas costas e a busca por uma posição melhor foram os maiores desafios de concentração naquela prática etnográfica. Em alguns momentos intervalados, alongava a minha coluna na tentativa de aliviar o desconforto, mas, mesmo assim, não tirava os meus olhos dos olhos da entrevistada. Afinal, não queria interromper o ritmo da entrevista. Recordo ainda de dois momentos emocionantes nesse encontro.

O primeiro, ao tocar na questão dos direitos, quando fiz a seguinte pergunta: *Quais os direitos você considera mais importantes?* De bate pronto, respondeu:

*Direito de viver em paz. Direito de ter melhor qualidade de vida. Direito... de ver os seus filhos mais livres. Olha, eu tenho uma música do Roberto Carlos que toda vez que tocava, me emocionava. Tudo que eu queria ver, eu não consegui ver nos meus filhos. Eu vi o Gustavo sofrer com essa doença. Eu queria... esses são vários direitos assim que...*

Perguntei entusiasmado: *Qual é a música do Roberto Carlos?* A entrevistada cantou em

seguida: *“Quer ver... ‘Eu quero crer na paz do futuro. Eu quero ter um quintal sem muro’ (cantando). Você conhece ela?”* Respondi balançando a cabeça e com uma onomatopeia. Estava surpreso com a cena que se apresentava diante do meu corpo. Ela emendou a cantoria e continuou na mesma entoada: *“Eu quero o meu filho pisando firme. Cantando... Não é isso?”*. Confirmei sua indagação, novamente, movimentando a cabeça de cima para baixo e de baixo para cima. Sofia não perdeu o fio da meada: *“Cantando alto e sorrindo livre. (risos) Quero levar... Eu esqueci agora um pedacinho dela... o meu canto amigo a qualquer amigo. O meu irmão com sorriso aberto. Se ele chorar, quero está por perto. Essa música aí ela mexia à beça comigo. Até hoje quando eu escuto, ela me emociona”*. Já estávamos emocionados mesmo antes do término da frase. Antes da próxima pergunta, ficamos ali olhando um para o outro sem compreender o microshow surgido pela evocação da noção de direito, que acabara de impregnar todo meu corpo.

O segundo momento que desabrocha do meu “corpo-arquivo” é o instante em que Sofia rasgou a pausa da minha pergunta (Acha que no Brasil somos todos iguais?) e cantou com a voz embargada: *“Caminhando e cantando, seguindo a canção, somos todos iguais, braços dados ou não”*. Fechei os olhos e senti que estar ali fazia todo sentido. Todas as minhas dúvidas sobre o ofício de pesquisador e a área de Humanas se resolveram naquele lapso temporal. Sou tomado por um êxtase momentâneo ético e estético. Pois o momento é belíssimo, repleto de significados, sintonia fina, entretanto, com formas imperfeitas. Abri os meus olhos de ressaca. A emoção transbordava suavemente. Uma lágrima caiu no roteiro de entrevista e borrou as suas palavras. Ela insistiu na sua resposta: *“Não. Eu ainda estou com Geraldo Vandré”*. Questionei-a: Por quê? Ela voltou a clamar com mais ênfase e brilho: *“Vem, vamos embora que esperar não é saber”*. Mirei nos seus olhos e simplesmente a admirei. Encontrava-me mais concentrado do que nunca. Era todo ouvidos. Aquelas palavras entoadas foram tomando uma proporção dantesca no interior do meu universo particular. Pensei nesse ínfimo temporal sobre as barbaridades cometidas na época da última ditadura. A emoção se multiplicou e o meu corpo estava à beira de um colapso. Sofia quebrou o meu transe respondendo: *“Porque não, não. Há muitas diferenças ainda em todos os sentidos da vida. Não somos todos iguais. Poderíamos. Mas não somos”*.

Para finalizar meu “flashback”. Recordo-me da cena na qual Sofia desvelou o passado de mudanças valendo-se de sua memória e articulando-a as suas fotografias-lembranças pessoais. Uma fração pulsante que ficou entranhada no meu arquivo corporal. Volto a escutar claramente o som das crianças brincando ao fundo. Antes do término da primeira parte da

entrevista, Sofia lembrou das imagens que tinha em mãos quando a perguntei sobre as transformações urbanas da região. “*Quando caiu a ficha?*” Respondi tranquilamente: “Isso mesmo”. Replicou calmamente: “*Quando começou a primeira invasão em frente ao Hospital de Curicica, que foi a Comunidade Village, Comunidade Pedro Unido*”. Busquei a confirmação e questionei: “Em frente ao hospital mesmo?” Sofia confirmou com convicção:

*Em frente ao hospital. Foi à primeira. Foi em oitenta e pouco. Eu tenho foto de 1982 que eu estava montado em um cavalo ali na Vila União. Eu vou procurar e te mostro. Ali na Colônia eu tenho um monte de retratos lá dentro da colônia. Eu, minhas sobrinhas, depois eu te mostro. Era só verde, árvore. E ali em frente ao hospital era mato assim. Dava pra você ver o outro lado. Dava pra ver tudo.*

Eu, buscando saber mais sobre as “invasões”, perguntei: “Como era o nome dessa primeira invasão?” Sofia respondeu no ato: “*Vila União*”. Tentei ratificar a data testando a sua memória. “Então foi na década de 80 mais ou menos?” A interlocutora buscou nas suas lembranças, demorou alguns segundos pensando... as imagens eclodiram como em um processo de metalinguagem desencadeante, cujas imagens foram se desabrochando a partir das fotos que tirou na época e que lembrara naquele instante. Estava concentrado como se me esforçasse para lembrar dos acontecimentos pretéritos juntamente com Sofia. Ela voltou e emendou:

*Oitenta e pouco. Eu não me lembro direito a data. Essas fotos que eu tirei com certeza deve ter sido mais ou menos oitenta. Depois eu vou te mostrar as fotos pra você ver que eu tava no cavalo ali. Aí você vai ver. Meu primeiro filho era pequeno. Eu não tinha o segundo. O segundo nasceu em oitenta e cinco (1985) quer dizer a invasão da Vila União, da comunidade Vila União foi na década de oitenta (1980) mesmo. Porque na década de setenta (1970) ali era mato. Aí chocou legal foi essa daqui.*

**Figura 5 - Vila União em frente ao "Hospital de Curicica" (1981)**



Fonte: Acervo pessoal moradora

(A região vizinha ao “Hospital de Curicica” no início da década de 1980, quando o verde, as árvores, o “mato” predominavam na paisagem. Uma época em que a relação com o meio ambiente foi vivenciada também, como se observa acima, no lombo de um cavalo.)

Continuei testando sua memória quando observei que Sofia tinha as lembranças das transformações marcadas em seu corpo. “Aí depois foi qual?” Ela, sem grandes dificuldades, seguiu no seu processo de anamnese da história local. “*Aí, veio à travessa Calmeti lá atrás. A travessa Calmeti, já existia. Aí, veio a Dois Irmãos*”. Eu, não entendendo bem suas últimas afirmativas, a indaguei: “A travessa Calmeti já existia antes da Vila União?” Ela me explicou com uma clareza descritiva.

*Existia porque já existia na beira do rio só que não chamava atenção de ninguém porque aqui era muita árvore e muito verde. Era pouquinha casa. Mas já existia perto do rio. Agora a daqui da Vila União foi primeiro que a Dois Irmãos. A Dois Irmãos foi depois da Vila União. Por último essa daqui de frente. Essa daqui de frente é a mais recente.*

Sem perder tempo, tentei esclarecer a questão da “mais recente”. “Aqui qual é o nome?” Sofia nem respirou e explicou:

*Village Campo da paz. Comunidade Village Campo da Paz. Não é uma favela. É uma favela. (...) É nós tivemos na Prefeitura tinha um quadro lá a lápis com todas as favelas daqui. Estava lá Favela Vila União, Favela... Minha irmã que trabalha... pegou o lápis preto e foi lá na Estrada da Curicica e marcou condomínio. Mas lá não tinha favela não. Lá só*

*tinha Estrada da Curicica. A gente riu muito. Ela é muito engraçada.*

A partir das lembranças relatadas acima, desabrochadas na interação com a interlocutora, somadas às minhas lembranças de campo foi que comecei a construir um processo de investigação. O objetivo era discorrer sobre a concepção do morar para quem habita em “Curicica 1”, sabendo que as relações, primeiro, com o “Hospital” e, depois, com as “invasões” eram elementos fundamentais para a compreensão da relação homem/mulher e localidade.

Nesse mergulho analítico, outra lembrança veio à tona, e eu, ainda estava lá, na cama de Sofia. Foi na primeira parte da entrevista, quando ela disse: “*Você acaba sendo chato*”. Esta frase doeu dentro de mim. Eu, acostumado a ser chamado de chato pelos colegas, amigos e familiares, senti na pele a incisão deste adjetivo naqueles ínfimos segundos. Sofia o pronunciou em um contexto memorial reflexivo sobre o fim do verde de sua morada. Ela lembrou com as seguintes palavras como era: “*No quintal tinha pé de mangueira. Aqui atrás tinha. Aqui na frente era muita árvore, muita manga. Eu chorei quando isso acabou*”. Tentei localizar mais precisamente o local e perguntei: “Isso aqui na frente que você falou é do outro lado da rua?” Sofia, emendou diretamente no enredo: “*Quando chegou aqui a Plestin e eles tiraram a Dona Di... lance de impostos que eles não pagavam. Esses franceses pagaram e teve briga na justiça. Acabou que eles ganharam. Acabou eles não ficando. Eles falindo*”. Indaguei, sem compreender a situação: “Plestin era uma empresa?” Sofia, seguindo o quadro anterior:

*Plestin era uma empresa de produtos químico de animal. Acabou a Plestin, depois teve a invasão. A invasão que eu falo é a Comunidade Campo da Paz. Que, no fundo, as pessoas que moravam aqui, eu sei que todo mundo precisa de moradia, mas... na verdade ninguém gostou não, porque acabou o nosso verde*”.

Rebusquei, sem hesitar: “É complicado?” Sofia sem titubear, lançou: “*É muito complicado. Lixo! Você vê bem uma coisa. É que eu tenho fotos aqui aí depois eu posso até mostrar. Eu posso procurar e te mostrar*”. Respondi euforicamente: “Com certeza”. Já imaginei as inúmeras fotos, que ela podia ter no seu arquivo em microssegundos. Um belo sorriso se abriu no meu rosto nesse preciso mediato. Sofia continuou no seu ritmo anterior:

*Aqui apesar que era só mato e verde. Você não via lixo no chão. A gente ia até a Estrada dos Bandeirantes prá colocar o lixo que só passava lá (...). Hoje tem lixo em tudo que é lugar no quintal, é na porta da casa. Aumenta as pessoas e... é difícil pra você conviver.*

*Por mais que você brigue e fale. Você acaba sendo chata.*

**Figura 6 - Em frente à moradia (1986)**



Fonte: Acervo pessoal moradora

**Figura 7 - Em frente à moradia (2010)**



Fonte: Acervo pessoal Vítor Pimenta

**Figura 8 - Est. da Curicica em frente à "Curicica 1"(2010)**



Fonte: Acervo pessoal Vítor Pimenta

**Figura 9 - Est. da Curicica (1986)**



Fonte: Acervo pessoal moradora

(Nestas imagens reúno passado-presente, presente-passado lado a lado na tentativa de percebermos as transformações do habitat. Os ângulos de cada par buscam ser similares com o propósito de olharmos através de um ponto referência ao longo do tempo.)

Essas marcas do tempo voltam aqui, no presente trabalho, para serem analisadas no seu processo de mudanças, refletindo sobre como essas lembranças incutem sobre a percepção de morar e de “direito à moradia” dos(as) moradores(as) de “Curicica 1”. A narrativa da moradora Sofia, sobre sua relação com a localidade, se destaca pelas suas lembranças das

“invasões”, que ficaram armazenadas no seu “corpo-arquivo”. Nas palavras de Bergson, “na verdade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças” (BERGSON, 1999, p. 30). A ideia de percepção, aqui, se situa em um fluxo de mudanças, movimentos que formam os espaços, para dialogar com o conceito “*dwelling perspective*” de Ingold (2000), no qual o autor foca sua análise em uma “perspectiva de morada”, pautada na visão, audição e nos movimentos humanos na interação com o meio ambiente.

“Curicica 1” é uma das sete “comunidades”, de acordo com a prefeitura e a Fiocruz, localizadas na área da antiga CJM. A palavra Curicica, que denomina um dos bairros da XVI RA (Região Administrativa) - Jacarepaguá, Anil, Curicica, Freguesia, Tanque, Gardênia Azul, Pechincha, Praça Seca, Taquara, Vila Valqueire -, de acordo com o site da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, quer dizer: “Corruptela de YA-CURY-YCICA, ‘A Árvore que Baba’, da família das palmáceas, o nome Curicica designou antiga estrada de Jacarepaguá que dava acesso à baixada fronteira, ao morro Dois Irmãos, limitada pela estrada de Guaratiba (atual Bandeirantes)”.<sup>36</sup> No sopé do morro, instalou-se o “Hospital de Curicica”, como é chamado pelos(as) moradores(as) atualmente o Hospital Municipal Raphael de Paula e Souza. O acesso até “Curicica 1” é feito pela Estrada de Curicica, marco divisor dos bairros Jacarepaguá e Curicica, que margeia a parte frontal da localidade. “Grosso modo, a comunidade faz fronteira com: o Campus Fiocruz da Mata Atlântica ao norte e a oeste, o Centro de Referência Professor Hélio Fraga (CRPHF) a leste e a Estrada de Curicica ao sul” (FIOCRUZ, 2010, p. 32).

---

<sup>36</sup> Disponível em:

[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/main\\_bairro.asp?bairro=Curicica&area=119&tipo=click](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/main_bairro.asp?bairro=Curicica&area=119&tipo=click). Acesso em: 09 fev. 2015.

**Figura 10 - Localização de “Curicica 1” em relação à cidade do Rio de Janeiro**



Fonte: Estudo do PDCFMA sobre imagem do Google Earth e planta da cidade do Rio de Janeiro disponível no Armazém de Dados (IPP/PCRJ)

**Figura 11 - Localização de “Curicica1” e seu entorno**



Fonte: Estudo do PDCFMA sobre imagem do Google Earth

(Esta imagem nos proporciona uma visão aérea de “Curicica 1” e seus “vizinhos”, revelando que os “outros”, os “invasores”, estão bem próximos, ou seja, estão posicionados do outro lado da rua. Observa-se ainda a morfologia distinta entre “Curicica 1” e as demais localidades.)

### 3.1 A “situação histórica” de “Curicica 1”

“Curicica 1” - termo utilizado pelas instituições prefeitura e Fiocruz ao se referirem à “comunidade”. As aspas se configuram como um questionamento a tal nomeação, pois um dos objetivos, da presente atividade, é refletir sobre o sistema de poder e classificação nas relações e interações locais. Entretanto, decidi manter o mesmo nome pelo significado simbólico da junção Curicica, nome do bairro e estrada em que moram, e o numeral um, referindo-se à localidade como um dos primeiros núcleos habitacionais da região. Os moradores nomeiam o lugar onde moram a partir do seu endereço e complementam com o nome do bairro. Por exemplo, conforme dito em algumas conversas informais por alguns moradores: “*Eu moro na Estrada da Curicica número tal, bairro Curicica*”, pois, para eles, bairro e rua se fundem como Curicica. Apesar de, formalmente, estarem dentro dos limites do bairro Jacarepaguá. O meio da pista (linha amarela da Figura 12) da Estrada da Curicica é que delimita a fronteira do bairro Jacarepaguá e do bairro Curicica. Oficialmente, quando uma moradora atravessa a rua, ela sai do bairro Jacarepaguá e entra no bairro Curicica. Os habitantes da Estrada da Curicica e do beco Alfredo Domingues se apresentam como moradores do bairro Curicica. A denominação “Curicica 1” utilizadas pelas instituições públicas não tem nenhum significado para estes moradores.

Figura 12 - Limites dos bairros Jacarepaguá e Curicica



Figura 13 - Placa Est. Da Curicica (2010)



Fonte: Estudo sobre a imagem do Mapa Digital do Rio de Janeiro<sup>37</sup>

Fonte: Acervo pessoal Vítor Pimenta

(Verifica-se na figura 12 o limite entre o bairro Curicica e o bairro Jacarepaguá em frente a “Curicica 1”, sendo a Estrada da Curicica o elemento referencial de demarcação das fronteiras interbairro.)

<sup>37</sup> [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/mapa\\_digital\\_rio/?config=config/ipp/cartografia.xml](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/mapa_digital_rio/?config=config/ipp/cartografia.xml)

A história de “Curicica 1” se remonta à construção do antigo Conjunto Sanatorial de Curicica, inaugurado em 25 de janeiro de 1952 como um centro de referência para o tratamento da tuberculose, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde durante a gestão de Raphael de Paula Souza, à frente do Serviço Nacional da Tuberculose (SNT).

O projeto arquitetônico, na forma de sistema pavilhonar, fora desenvolvido pelo arquiteto Sérgio Bernardes na antiga Fazenda de Curicica, com uma área total em torno de 25.000 mil metros quadrados. (...) O projeto seguia o programa técnico elaborado pelo SNT, previamente aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde. A Unidade tinha inicialmente a capacidade para 1423 leitos, possuindo alojamento para o Diretor, Médicos e Funcionários. Possuía estação para o tratamento de água, Centro Radiológico completo, lavanderia, refeitório com capacidade para 4.000 refeições/dia, e frigorífico para 7.200 kg de alimentos. Visando atender as exigências da SNT, em 10 de fevereiro de 1958, foi inaugurada a Igreja, o Cinema, o Auditório e também o Centro de Reabilitação Profissional. No ano de 1986 foi inaugurada a Maternidade do Hospital, sendo esta reinaugurada no ano de 1994, passando a se chamar Maternidade Leila Diniz - MLD, sendo desativada no ano de 2005. Em janeiro de 2002, o Hospital foi através de contrato de cessão entre o Ministério da Saúde - MS e a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – SMS/RJ, objeto de Municipalização, passou a ter a denominação de Hospital Municipal Raphael de Paula Souza - HMRPS. O HMRPS atualmente (14/02/2007) tem um perfil assistencial de internação e de tratamento ambulatorial, com a capacidade de 96 leitos, e um quantitativo de 709 funcionários.<sup>38</sup>

A partir do processo de municipalização, as instalações desse hospital se dividiram em duas unidades de saúde: o Hospital Municipal Raphael de Paula Souza (HMRPS) e o Centro de Referência Professor Hélio Fraga (CRPHF), vinculado à estrutura da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz) a partir de 2008. O CRPHF, “criado em 1984 pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose (CNCT), é a instituição nacional de referência do SUS para tuberculose e outras pneumopatias, destacando-se como órgão de apoio às ações nacionais em saúde pública”.<sup>39</sup>

A memória da gênese de “Curicica 1” é assinalada pela cessão, permissão de moradia<sup>40</sup> (ver anexo A), de parte do terreno da Unidade de Saúde efetuada pelos diretores da instituição na época. Primeiramente, essa autorização foi direcionada aos operários que participaram da construção do hospital e que viviam longe do trabalho e, posteriormente, aos

---

<sup>38</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL. Hospital Municipal Raphael de Paula Souza. Divisão de Apoio Didático e Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.sms.rio.rj.gov.br/servidor/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/manutencao/view.htm?editionsectionid=164&infoid=1666>. Acesso em: 14 de Julho de 2009.

<sup>39</sup> ENSP/Fiocruz. Hélio Fraga comemora 30 anos nesta quarta-feira (17/12). Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/36948>. Acesso em: 26 fev. 2015.

<sup>40</sup> Documento apresentado por morador.

seus funcionários. “Muitos dos operários da construção se incorporaram ao quadro funcional da unidade. Outros se mantiveram trabalhando sem entrar para o quadro funcional” (FIOCRUZ, 2010). Como se verifica no anexo, em 21 de outubro de 1970, o diretor responsável do então Conjunto Sanatorial Raphael de Paula Souza – Hospital Escola – HERPAS, no uso das suas atribuições asseguradas pelas alíneas a e g do artigo 11 do Regime da Divisão Nacional de Tuberculose, aprovado pela Portaria n. 286-GB de 22 de setembro de 1970 do Senhor Ministro da Saúde, tratou da ocupação para “moradia” do terreno plano na base do morro Dois Irmãos contíguo ao campo de esportes até suas fronteiras com a área cedida ao Ministério da Agricultura, devido à necessidade de se manter alguns operários das obras de construção da unidade próximas ao trabalho. Essa iniciativa ocorreu, em virtude, principalmente, da distância e dificuldade de transporte e, também por essas razões após a inauguração, foi concedida a permissão de “moradia” a mais servidores, alcançando vinte e duas famílias.

A concepção de moradia neste design etnográfico, dialogando com Esterici (1998), implica em um processo de amadurecimento no local onde se vive. O morar pressupõe um desenvolvimento do ambiente natural e construído, tecidos com as relações sociais locais, imbricadas indissociavelmente. O ser morador, neste sentido, leva tempo para se construído. Assim, o morador de “Curicica 1” é aquele que tem algum vínculo com o “Hospital de Curicica”, seja direto, sendo funcionário, ou indireto, tendo algum parente funcionário ou ex-funcionário. Este morador não se diferencia apenas dos demais habitantes das outras localidades nas proximidades, mas também do novo residente de “Curicica 1”, pois o recém-chegado não possui o vínculo histórico institucional, bem como não compartilha das relações sociais estabelecidas durante décadas nesse círculo comum de trocas, cooperação e conhecimento existente entre os(as) moradores(as).

Alguns filhos e filhas e neto, ou seja, a segunda e terceira geração desses primeiros moradores nos contam o surgimento da localidade da seguinte maneira:<sup>41</sup>

*O (terreno) daqui é o seguinte o povo do hospital que cedeu para o meu pai na época. Eram vinte duas casas, acho que tinha. (...) Apesar que todo mundo aqui era vigia de Curicica. As pessoas principais que moravam aqui eram todos porteiros do hospital de Curicica. (...) Eram as quatro casas da frente, não ainda tem mais duas. (...) Aqui atrás não morava quase ninguém. Quando meu pai veio para a obra, para trabalhar para o Hospital de Curicica, cederam um lugar para o meu pai morar aqui atrás (ANTÔNIO,*

---

<sup>41</sup> Os depoimentos aqui presentes são frutos de entrevistas realizadas com os moradores, no segundo semestre 2009, pela equipe do projeto Habitat Saudável. A opção foi transcrever fielmente as falas. As entrevistas foram gravadas, seguindo um roteiro semiestruturado.

51 anos, casado, 51 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Completo, renda familiar: acima de 3 S.M. a 5 S.M.).

*Esse terreno aqui, ela [a avó] herdou prá cá porque morava, que trabalhava no hospital de Curicica. Ela trabalhava... depois meu avô... Eles foram fundadores desse hospital na época quando tava na obra. (...) Quando começaram a colocar as primeiras pedras no hospital (...) A história narra isso... Esse terreno desde o Hospital de Curicica pra cá, era uma área federal. Não sei se hoje em dia continua sendo, mas era administrada pelo governo federal. As pessoas que administravam o hospital na época, começaram a fornecer espaço para as pessoas que vinham de longe morar. (...) Começaram a habitar. Isso quem são... famílias. Pode ver que todo mundo aqui a maioria é parente mora um perto do outro (CLÁUDIO, 29 anos, casado, 29 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Técnico Completo, renda familiar: acima de 2 S.M. a 3 S.M.).*

*Meu pai trabalhava no Hospital de Curicica, ele trabalhou 37 anos, aposentou. Isso tudo só tinha casa ali na frente, isso era tudo mato. Aqui tinha quatro mangueiras. Aí conversou com o diretor do hospital, não sei se era o Dr. Ge., para ver se podia fazer uma casa ali. E meu pai capinou e começou a fazer a casa dele. Aí os meus tios pediu pra fazer uma casa pra ele morar com a mulher, pediu para o diretor do hospital e ele disse: “pode mandar fazer”. Aí ele foi capinando e fazendo (RAQUEL, 51 anos, casada, 49 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

*Esse terreno daqui é do Hospital de Curicica. Ele sempre foi. Mas agora é nosso que não adianta que ninguém toma mais. Começou assim com os funcionários de Curicica. O meu padrasto ele entrou aqui na obra. (...) Depois ele ficou trabalhando na cozinha como auxiliar de serviços diversos e se tornou cozinheiro (SOFIA, 50 anos, separada, 45 anos de tempo de moradia na localidade, desempregada, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

*A área aqui, era... daquela lojinha, que é o Ca., até o horto florestal... Vamos imaginar... dez famílias (morando no local). Ela foi cedida, o diretor que separou, tudo registrado no livro... que a gente chamava Livro Preto, assim... funcionário tal, N. R.! Ali N. R. podia construir a família dele toda, só pra família (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

*O nosso terreno foi realmente assim... porque meu pai... veio de lá com meu avô e o Hospital estava empregando, eles conseguiram esse emprego... O Hospital deu essa possibilidade da gente morar aqui, cedeu esse terreno para nós e o meu avô morava ali do lado. Tudo assim parente. A maioria aqui na frente é tudo parente. O pai veio, o avô veio, veio filho também, vieram todos trabalhar no Hospital, então todo mundo veio morar nesse terreno aqui. (...) Agora tem gente que a gente nem conhece, não sabe da onde veio e se enfiaram aqui. Nem parente é (TÂNIA, 53 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, pensionista, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.).*

*Na época o hospital deu para os funcionários. Meu avô ajudou na construção desse hospital e só tinha 3 famílias aqui. Se não me engano era isso, era meu avô, a família Rosa, a família Cunha e a família Jesus. Depois foram vindos outras pessoas. (...) Mas tudo em família, são as famílias que continuaram aqui (VITÓRIA, 39 anos, solteira, 31 a 40 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.).*

Como se observa nos depoimentos acima, o aparecimento de “Curicica 1” esteve diretamente relacionado com a construção do “Hospital de Curicica”. Esse mito de origem, dialogando com Oliveira Filho (1988), se fundamenta na transmissão da tradição oral. Um conhecimento do passado pautado na ideia de um tempo heterogêneo que se distingue das observações experimentadas a partir do presente. Assim, os relatos buscam explicar o lugar de cada um na história de “Curicica” 1 e do “bairro Curicica”. E, mais ainda, legitimar o seu “direito à moradia”, avalizado por um órgão público federal. Nesta tentativa de analisar o mito de origem de “Curicica 1”, reflito sobre como estes moradores pensam a sua própria história. Essas narrativas expressam nuances de concepções distintas vistas a partir do lugar que cada família ocupa na história da localidade.

O depoimento de Sara resgata detalhes sobre o processo de doação no momento da fundação da localidade. A narrativa de Sofia, retrata o mesmo processo de forma mais geral, apresentando sua concepção de “direito à moradia”. O depoimento de Cláudio aponta para as regras de herança estabelecidas informalmente ao longo das décadas de constituição da localidade. Primeiro tinha-se a doação do terreno. Depois, a ocupação com a construção da moradia e, posteriormente, a transmissão do patrimônio por herança aos descendentes. Antônio e Raquel expressam nas suas narrativas a reprodução da localidade no que toca ao acordo da doação entre as partes, sejam elas hospital e morador e/ou morador e morador, dependendo do momento e de cada situação. Apesar das diferenças, os discursos trazem a “legitimidade” do processo de doação por meio do trabalho. As pessoas que receberam os terrenos só os “ganharam” porque trabalharam na construção do hospital, “o peão” e, posteriormente, se tornaram membros do quadro de funcionários do hospital. Como nos atentou DaMatta (1997b) sobre a vida social brasileira, aqui estamos no domínio da caridade e da bondade como valores básicos. Neste reino, um sistema de pessoas é concebido como complementares. Dessa forma, as éticas verticais se reforçam na perspectiva que um superior é ligado a um inferior pelos sagrados laços da patronagem e da moralidade, permitindo uma visão complementar das relações hierárquicas. De fato, como observa DaMatta, a hierarquia é o papel mais utilizado pelas “pessoas” nas suas relações com o outro. Deste modo, o superior

sempre “sabe o que é bom” para o inferior.

As informações não são precisas no que toca à divisão do terreno total entre as “dez famílias”. Quais foram os primeiros chefes de família que chegaram? Existiam terrenos vazios sem serem divididos e que foram ocupados posteriormente? As “dez famílias”, ou as primeiras que ali chegaram, dividiram o terreno total que ia do campo de futebol ao horto florestal. O que se ouve entre os moradores é que, a partir dessas “dez famílias”, foram ocorrendo divisões dentro de cada terreno. Nas palavras da interlocutora Sara:

*Tudo foi dado pelo hospital, foram os primeiros construtores. O peão!... O Dio... ele era... cozinheiro do hospital. Ele veio morar aqui porque meu pai deu um pedaço para ele. (...) O pedaço era tão grande, o troço, que meu pai deu porque eram amigos do hospital. (...) Tudo assim, terreno do hospital, ninguém falava nunca... Eles falavam Livro Preto... todo mundo assinou nesse livro e foi dado... Nós tínhamos luz, eletricidade a gente não pagava, o hospital que... bancava tudo (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

**Figura 14 - Uma das primeiras moradias (s/d)**



Fonte: Acervo pessoal morador

**Figura 15 - O primeiro muro (s/d)**



Fonte: Acervo pessoal moradora

(Nas duas imagens observamos a rua, o ambiente, o habitat como uma extensão da casa. A cerca e o muro são elementos baixos. Assim, tanto aqueles que observam de dentro para fora quanto aqueles que observam de fora para dentro podem se ver, trocar, se relacionar mais facilmente sem as barreiras físicas que visualizamos contemporaneamente.)

Desde então, criou-se um elo de cooperação e dependência entre a direção do hospital - os doutores -, permitindo que os trabalhadores construíssem suas casas no terreno do hospital, e os “funcionários-moradores” - os “*peões*”, que, posteriormente à construção do Hospital passaram a exercer a função de vigia, porteiro, cozinheiro, auxiliar de serviços gerais, etc. - que precisavam morar perto do conjunto de saúde para suprir sua demanda de serviços. Neste sentido, o termo funcionário-morador se define na composição da expressão “funcionário”, ou seja, aquele que faz funcionar o Hospital, empregado em função pública e com ocupação estável; aglutinada com a noção “morador”, isto é, aquele que constrói sua morada no terreno da instituição. Dessa forma, desenvolve-se uma “situação histórica” na qual se percebe as relações de interdependência entre os atores sociais e a arquitetura dos esquemas de distribuição de poder entre os atores sociais.

Vale ressaltar que a ideia de interdependência, trabalhando com as ideias de Gluckman (1987), não quer dizer que exista uma reciprocidade simétrica entre grupos e pessoas envolvidos. Os diretores são trabalhadores qualificados e os moradores, trabalhadores não especializados. Como veremos a seguir, assim, a interdependência não acarreta pesos idênticos sobre as relações que envolvem os atores nas dinâmicas a respeito da determinação das características e dos rumos da interação. Dessa maneira, essa situação social entre Hospital e moradores(as) revela o interesse de uma classe instituído nessa organização, equilibrada pela força institucional estatal do grupo branco.

O desenho dessa configuração social toma forma, por exemplo, com a ordem de serviço em anexo. Esse ritual administrativo demonstrou a preocupação com a expansão do núcleo residencial considerado pela administração como um “fato administrativo social”. Diante deste fato, buscava-se, a partir deste documento, exigir um mínimo de controle daquele espaço de moradia. O mecanismo encontrado pelo poder administrativo foi realizar um levantamento dos dados históricos referentes à permissão, à autoridade permissionária e beneficiária, à situação numérica, educacional e financeira das famílias. A verificação tinha o propósito ainda de saber mais sobre os tipos de imóveis existentes, conferindo o número de cômodos de cada unidade habitacional. Por fim, diagnosticar alguns dados de sanidade dessas pessoas. Por outro lado, os depoimentos resgatam a formalidade burocrática fixada no tal “*Livro Preto*”, como prova cabal dos registros de doações. A importância dada a este documento revela a crença no documento, naquilo que está escrito, ainda mais em um contexto de instabilidade jurídica, onde os moradores se viam à beira da remoção, quando receberam a visita da Fiocruz. O livro é uma testemunha que evidencia a relação passada

entre os moradores e o hospital.

No esteio dessa “situação histórica”, os moradores de “Curicica 1” construíram de maneira particular uma forma de “morar” centrada em uma instituição de saúde e um “direito à moradia” pautado no trabalho, o que foi se alicerçando ao longo das décadas. Essas interações, “relações sintáticas entre os atos de pessoas diferentes mutuamente presentes umas às outras” (GOFFMAN, 2011, p. 10), travadas diariamente pelos atores locais, podem ser compreendidas a partir do conceito de “habitus” de Bourdieu. Nas palavras do autor, como “um conhecimento adquirido, e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o hábito, a hexis indica a disposição incorporada, quase postural uma ação pragmática” (BOURDIEU, 1989, p. 61), mas também indica um agente em ação. O “habitus” é transponível, assim, abre a possibilidade de ser ensinado. Nesse sentido, é um saber corporal e cognitivo que é transmitido de geração a geração como podemos observar em “Curicica 1”.

Nessa interação entre moradores-servidores e instituição, estabeleceu-se uma relação “tutelar”, conforme descrita no relatório final (FIOCRUZ, 2010), capitaneada pela organização, que os provia com os serviços básicos como água, luz, etc. Ao refletir sobre essa relação “tutelar” de outrora, analiso as contribuições trazidas ao debate por Oliveira Filho (1988) na sua obra *O Nosso Governo: os ticuna e o regime tutelar*. Sobre a tutela, o autor adverte o seguinte:

Uma pressuposição subjacente a qualquer discussão sobre o fenômeno da tutela é de que exista um código comum de condutas partilhado e conhecido (ainda que com graus variáveis de conformidade) por todos os membros de um mesmo grupo social de referência. Em um conjunto de casos as pessoas se distanciam desses padrões, frustrando as expectativas de outros e contrariando os imperativos racionais do comportamento social. Em uma perspectiva sociológica normativa e integradora, não necessariamente tais fatos precisam ser vistos como patológicos ou intrinsecamente negativos, podendo igualmente ser associados seja a problemas de aprendizado e socialização, seja à questão da diversidade de códigos em grupos sociais de mais escala (OLIVEIRA FILHO, 1988, p. 222-223).

A questão que se apresenta no primeiro caso, segundo Oliveira Filho (1988), refere-se aos menores, que podem estar temporariamente tutelados, já que a adesão e conhecimento dos códigos dominantes resultam de um processo de aprendizado. Outros casos decorrem de uma incapacidade física ou mental de pessoas apreenderem os códigos dominantes, exercendo uma participação social limitada e deficitária. Além disso, existem outros códigos culturais que podem igualmente gerar condutas divergentes. “Em princípio todos os estrangeiros (os índios

entre eles) estariam colocados em tal posição, podendo infringir o código não em função de uma cidadania incompleta, mas justamente por uma vinculação a um código diferente”.<sup>42</sup> As leis conduzem a uma tipologização das culturas, isto é, acabam por distinguir inteiramente o tratamento dado ao imigrante e ao índio. O imigrante é visto como oriundo de culturas similares, por conseguinte, é concebido como capaz de dirigir por si próprio, respeitando, evidentemente, as leis do país. O índio é classificado como pertencente a uma cultura primitiva e, à vista disso, sendo incapaz de aprender ou adaptar-se sozinho às condições de uma outra cultura tida como superior. Estas situações são apresentadas de forma esquemática abaixo.

**Quadro 1 - A tutela no universo de condutas potencialmente antissociais**

Subgrupos	Natureza da Diferença	Condições de Reincorporação
<b>Deficientes físicos</b>	Incapacidade para conduta normal	Artifícios visando evitar completa exclusão
<b>Menores</b>	Socialização incompleta	Com o tempo e a ação do educador devem chegar a condutas adequadas
<b>Índios</b>	Socialização incompleta Diversidade Cultural	x O tutor deve conduzir o processo de aprendizado
<b>Estrangeiros</b>	Outra forma de socialização	Aprendizado e assimilação autoconduzidos
<b>Infratores</b>	Transgressão temporária de padrões que conhecem	Instituições punitivas e correcionais

Fonte: Livro: “O nosso Governo”: os ticuna e o regime tutelar (p. 223)

Segundo Oliveira Filho (1988), a tutela geralmente se destaca no papel educativo, que reveste a relação (suposta de aprendizado e proteção) entre tutor e tutelado. Entretanto, como ele mesmo sublinha, existem outros autores que se contrapõem a essa ideologia pedagógica da tutela e evidenciam os seus aspectos repressores.

Os doentes mentais presentes tanto no “*Hospital de Curicica*” quanto na antiga Colônia Juliano Moreira (CJM), claramente, sofriam uma orientação institucional, onde se dirigiam as condutas desviantes em ações e significados prescritos pelos códigos dominantes. Nessa perspectiva, a tutela é um elemento de controle social sobre um conjunto de indivíduos com condutas antissociais e, assim, potencialmente perigosos para a ordem vigente.

À diferença de outras formas mais explícitas e utilitárias de dominação, a relação da tutela se funda no reconhecimento de uma superioridade inquestionável de um dos elementos e na obrigação correlata, que esse contrai (para com o tutelado e com a própria sociedade envolvente) de assistir (acompanhando, auxiliando e corrigindo) a conduta do tutelado de

<sup>42</sup> Ibid, p. 223.

*modo que o comportamento deste seja julgado adequado – isso é resguardar os seus próprios interesses e não ofenda as normas sociais vigentes (OLIVEIRA FILHO, 1988, p. 224-225).*

Por outro lado, se continuo a expressar a relação de moradores-funcionários e unidade de saúde em bases tutelar, ela seria de qual ordem, já que a mesma não se encaixa exatamente no quadro demonstrado acima?

Os funcionários-moradores nesta situação estavam amparados pelo “Hospital de Curicica”. Em primeiro lugar, eles foram autorizados pela direção do hospital a construir suas casas na área da unidade contígua ao campo de futebol. A infraestrutura necessária para a sobrevivência das famílias como água e luz, por exemplo, eram providas pela instituição. O Conjunto Sanatorial de Curicica foi além e os liderou, assistindo-os à educação, à religião e ao lazer. Essa relação patrimonialista, pautadas por relações subordinativas de dependência econômica e por sentimentos tradicionais de lealdade é narrada da seguinte forma:

*Não tinha esses problemas em relação à água, a água era do hospital de Curicica, quando nós viemos morar... não tinha água em abundância porque se a água já vinha de lá, para todos os moradores daqui, ficava fraquíssima... A luz até a luz também, porque justamente naquela época eles deram tudo para os funcionários (FERNANDA, 61 anos, casada, 31 a 40 anos de tempo de moradia na localidade, dona de casa, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.).*

*Nós tínhamos luz. Eletricidade a gente não pagava, o hospital bancava tudo. (...) É porque também eles davam chances pros filhos dos funcionários. Nós tínhamos... religião... diversão e tudo. E outra coisa! Os funcionários tinham tudo emprego no hospital, eletricista: meu irmão era ótimo eletricista, pintor... Meu irmão mais velho se formou aí dentro como protético (...) Meu pai deu emprego no hospital pra todo mundo... Agora que teve assim uma instrução só os mais velhos. (...) Mas os outros, não tiveram instrução, mas formação profissional (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

Figura 16 - "Hospital de Curicica" (1970)



Fonte: Acervo pessoal moradora

Figura 17 - Lar da irmãs dentro do "Hospital" (1969)



Fonte: Acervo pessoal moradora

(As duas imagens revelam a relação de proximidade das moradoras com a Igreja Católica, cujas crianças posam integradas aos membros da igreja.)

Diante desse cenário, conforme Fiocruz (2010), o passado foi o lugar onde *"tudo era mais fácil"*, quando o *"Hospital"* era mais do que um empregador. Segundo as moradoras *"ele era uma mãe"* e *"nada nos faltava"*. A instituição funcionava como um guia, atendendo todas as necessidades e demandas dos moradores-funcionários. Ele era o ente organizador, de certa forma, de suas vidas. Ao ponto de oferecerem festas de Natal com distribuição de presentes aos seus funcionários. *"Parece estarmos diante do Estado-Patrão quando, ao invés de cidadãos com direitos e obrigações e que têm que se organizar em torno de seus interesses, há funcionários cujos direitos provêm de uma relação de dependência construída e estabelecida pelo Estado"*<sup>43</sup> (FIOCRUZ, 2010, p. 108). A representação do papel do Estado nesse contexto é de um *"todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e colaborador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores"* (CARVALHO, 2013, p. 221). A ação política nessas condições de relacionamento se afasta da mediação por representação e é praticada na *"negociação"* direta com os governantes. *"Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de 'estadania', em contraste com a cidadania"*.<sup>44</sup> De acordo com a análise de DaMatta,

<sup>43</sup> Sobre este tema, ver *"Estado-patrão e a luta operária"*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, de José Ricardo Ramalho e *"Vapor do diabo"*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, de Sérgio Leite Lopes.

<sup>44</sup> Ibid.

“continuamos a manter uma forte segmentação social tradicional, com todas as dificuldades para a criação das associações voluntárias que são a base da ‘sociedade civil’, fundamento do Estado burguês, liberal e igualitário, dominado por indivíduos” (DAMATTA, 1997b, p. 230). Nesta lógica, apresenta-se o funcionamento das relações patrimonialistas expresso na narrativa das moradoras.

*O diretor do hospital tinha conhecimento de tudo! Tínhamos uma boa relação com ele! Era quase... assim amigos íntimos. Minha irmã, na época... teve um problema de saúde, o diretor vinha em casa, o diretor vinha com meu pai pra ir embora... aí meu pai: “Ah, vamos lá ver esta família!”.* Aí vinha. Não só aqui em casa, como nos outros, tinham um relacionamento bom, nós fomos criados dentro do hospital (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).

*Muito bom esse Hospital! Depois caiu tão terrivelmente. Os médicos eram bons! Os médicos do Hospital de Curicica, eles vinham aqui tratar da gente. (...) A gente parecia até chique, pobre chique (risos). Porque vinham os médicos aqui tratar da gente. Eles cuidavam da gente. Eles gostavam à beça da gente* (TÂNIA, 53 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, pensionista, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.).

**Figura 18 - Funcionários e diretor à esquerda (1971)**



Fonte: Acervo pessoal morador

(Corpo de funcionários do “Hospital de Curicica” com os representantes oficiais da instituição de saúde. A foto expressa a proximidade dos moradores-funcionários com o diretor, tanto fisicamente quanto pessoalmente.)

Apesar do bom convívio entre os atores sociais relatado pelas moradoras de “Curicica 1” nessa “situação histórica”, a direção do hospital demonstrava preocupação com a “vila dos moradores”. O resultado desta apreensão foi apresentado nas iniciativas presentes na ordem de serviço em anexo. A primeira providência a partir de então foi elaborar um registro formal de “moradores e moradas”, valendo como instrumento oficial de controle da “Vila Residencial dos Servidores do Hospital Escola”. A resolução subsequente visava proibir a construção de novas moradias, “a qualquer título”. Diante desta postura, qualquer mudança dos imóveis existentes, seja para fins de reforma ou ampliação, se tornava obrigatório, por parte dos moradores, requerer protocolo no Serviço de Comunicações do Hospital Escola, esclarecendo os reais motivos que tais alterações visavam. E, ainda, restringia o uso dos atuais imóveis aos servidores responsáveis e aos seus ascendentes e descendentes diretos que vivam em sua companhia. Por fim, a ordem de serviço de 1970, assinada pelo diretor Doutor José Aristides Ferraz, deferia como competência para supervisionar o cumprimento de tal ordem o Grupamento de Atividades Diversas, da Divisão Administrativa.

Nessas interações de interdependência entre o poder administrativo institucional e as moradias, as relações de trabalho transbordavam a esfera pública do funcionário-morador, alcançando à sua vida privada. O cotidiano dessas pessoas era marcado por relações próximas e mesmo íntimas com parte dos funcionários responsáveis pela administração do hospital. Os moradores eram enredados ainda nas dimensões do lazer e da religião (tradição católica) providos pelos mecanismos institucionais do Estado, tendendo a um controle social total. Segundo DaMatta (1997b), encontramos no Brasil uma situação cujo indivíduo, noção moderna, é enredado numa forte rede de relações sociais. Diante desta perspectiva baseada em uma tradição católica, a alma apresenta um status superior ao corpo, cuja pessoa é mais considerada que o indivíduo. Diferentemente do mundo protestante, onde o desenvolvimento de uma ética do trabalho e do corpo sugere uma relação igualitária entre corpo e alma. “Desse modo, no sistema protestante (e capitalista), o corpo vai junto com a alma, o dinheiro segue o trabalho, e o indivíduo faz o mundo e suas regras. Já entre nós, o corpo é menor do que a alma, dinheiro e trabalho são coisas separadas e são as pessoas que comandam” (DAMATTA, 1997b, p. 230). Essa também foi a constatação de Weber (1999), ao observar os “ideais da vida” de Franklin em uma moderna sociedade burguesa, onde o trabalho era encarado como produto de uma organização racional para suprir de bens à humanidade. Dessa forma, o trabalho emanado de virtude era a receita de sua vida profissional. Em “Curicica 1”, temos o “Hospital” que doa o terreno, empresta apartamento, impõe uma religião oficial e educa os

filhos de seus funcionários-moradores na pedagogia da relação pessoal.

*Todo mundo foi criado dentro do hospital! Tinha igreja católica! (...) Tinha aqueles prédios lá atrás... onde os médicos ficam... mas aquilo ali tinha famílias que moravam... funcionários que às vezes tinham um problema financeiro, o diretor deixava morar um tempo, bom apartamento, alimentação dada, tudo ali. Era bom, tínhamos religião, educação. Tinha tudinho. Fora a ajuda que tinha para pagar a luz, água... (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

A partir do depoimento da moradora Sara, elaboro um quadro com o intuito de analisar, mesmo que de maneira breve, o papel da religiosidade no cotidiano dos(as) moradores(as) de “Curicica 1”, já que os mesmos foram educados num ambiente religioso (cristão), conforme os depoimentos. As expressões relativas a Deus foram pronunciadas em 14 entrevistas de 15 realizadas no contexto de pesquisa. Em quatro casos, os entrevistados, além de chamar o nome de Deus, suplicaram também o nome de Jesus. A palavra bíblia aparece somente em duas entrevistas. Apenas a Dona Zélia não citou nenhuma expressão de cunho cristão em sua entrevista.

**Quadro 2 - Expressões religiosas (cristãs) ditas pelo entrevistado em entrevista (2009)<sup>45</sup>**

Entrevistados / Entrevistador	Setor	1ª dia / Tempo de entrevista	2ª dia / Tempo de entrevista	3ª dia / Tempo de entrevista	Páginas
(1) Tânia / Vítor	Amarelo	25/08/2009 / 02:08:24	02/09/2009 / 02:00:22		65
<p>“Meu Deus do céu” (2) / “Meu Deus” (5) / “Graças a Deus” (5) / “Se Deus quiser” (1) / “Espírito Santo de Deus” (4) / “A palavra de Deus” (2) / “Espírito de Deus” (1) / “Pede e clama para Deus” (1) / “Entrega na mão de Deus” (1) / “Orando para Deus” (1) / “Normas da lei de Deus” (1) / “Pelo amor de Deus” (1) / “Peço a Deus” (1) / “Falo com Deus” (1) / “Meu Jesus amado” (1) / “Senhor Jesus” / “Ai Jesus” (1) / “Jesus” (1) / “Falar de Jesus” (1) / “Meu Jesus” / “Palavra da bíblia” (1) / “Ler a bíblia” (1)</p> <p>(Dados principais: 53 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, pensionista, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.)</p>					
(2) Sara / Vítor	Cinza	26/08/2009 / 02:02:46	03/09/2009 / 02:01:02	24/11/2009 / 01:25:29	100
<p>“Vai com Deus” (2) / “Deus me deu calma” (1) / “Graças a Deus” (7) / Pelo amor de Deus (4) / Deus sabe (1) / “Pedir a Deus” (2) / “Ai meu Deus” (1)</p> <p>(Dados principais: 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de ½ S.M. a 1 S.M.)</p>					

<sup>45</sup> Os números em parênteses correspondem à quantidade de vezes que a expressão foi proferida durante as entrevistas. Agradeço ao meu orientador Julio Cesar de Tavares por compartilhar alguns “truques e segredos” metodológicos como depurar os dados de campo, por exemplo, em um índice onomástico e com isso me permitindo um mergulho mais profundo nas 565 páginas de entrevistas. Ver também Becker (2007).

(3) Sofia / Vítor	Cinza	10/09/2009 / 01:43:26	18/09/2009 / 02:31:22	66
<p>“Deus me ouviu” (1) / “Pedir a Deus (2) / “Graças a Deus” (8) / “Juro por Deus” (2) / “Pelo amor de Deus” (3) / “Deus me livre” (1) / “Queria estar completo de Deus” (1) / “Por Deus que está no céu” (1) / “Meu Deus do céu” (1) / “Meu Deus” (1) / “Deus me perdoe” (1) / “Deus não quer isso” (1) / “Ai meu Deus” (1) / “Deus por nós e Deus dará” (1) / “Deus em tua alma” (2) / “Proteção de Deus” (1) / “Deus me livre” (1) / “Agradeço a Deus (2) / “Apegar com Deus” (2) / “Por Deus” (1)</p> <p>(Dados principais: 50 anos, separada, 45 anos de tempo de moradia na localidade, desempregada, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.)</p>				
(4) Vitória / Vítor	Cinza	18/09/2009 / 01:29:05	23/10/2009 / 01:08:48	35
<p>“Graças a Deus” (1) / “Deus me livre” (1)</p> <p>(Dados principais: 39 anos, solteira, 31 a 40 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.)</p>				
(5) Ana / Vítor	Verde	23/09/2009		38
<p>“Graças a Deus” (4) / “Olhos de Deus” (2)</p> <p>(Dados principais: 36 anos, casada, 11 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: aproximadamente 4 S.M.)</p>				
(6) Joana / Vítor	Roxo	05/10/2009 / 01:01:46	26/10/2009 / 00:57:03	81
<p>“Graças a Deus” (1) / “Se Deus quiser” (1)</p> <p>(Dados principais: 41 anos, casada, 6 a 10 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.)</p>				
(7) Fernanda / Anderson	Vermelho	11/08/2009	14/08/2009 / 01:24:29	47
<p>“Graças a Deus” (12) / “Deus abençoe” (1) / “Aliança com Deus” (1) / “Meu Deus” (1) / “Ai, Jesus (2)” / “No nome de Deus” (1) / “Misericórdia de Deus” (1) / “Palavra de Deus” (1) / “Bíblia” (1)</p> <p>(Dados principais: 61 anos, casada, 31 a 40 anos de tempo de moradia na localidade, dona de casa, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.)</p>				
(8) Antônio / Anderson	Roxo	11/09/2009	22/09/2009	32
<p>“Meu Deus” (1) / “Graças a Deus” (16) / “Se Deus quiser” (3) / “Se Deus achou” (2) / “Confio primeiro em Deus” (1) / “Peço tudo a Deus” (1) / “Entrego a Deus” (1)</p> <p>(Dados principais: 51 anos, casado, 51 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Completo, renda familiar: acima de 3 S.M. a 5 S.M.)</p>				
(9) Márcia / Anderson e André	Marrom	15/09/2009 / 00:11:45	22/09/2009 / 00:40:17	39
<p>“Glória a Deus” (3) / “Aquele lá de cima” (1) / “Deus levou (morte)” (1) / “Graças a Deus” (3) / “Pelo amor de Deus” (1) / “Fé em Deus” (1) / “Em nome de Jesus” (2) / “Só Jesus” (1)</p> <p>(Dados principais: 66 anos, casada, 39 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.)</p>				
(10) Lia / Anderson	Marrom	25/09/2009	02/10/2009	23
<p>“Meu Deus” (1) / “Meus Deus do céu” (2) / “Pelo amor de Deus (1) / “Graças a Deus” (1)</p> <p>(Dados principais: 51 anos, viúva, 3 a 5 anos de tempo de moradia na localidade, dona de casa, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.)</p>				
(11) Zélia / Anderson	Marrom	25/09/2009	02/10/2009	16
<p>Não citou expressões de cunho religioso (cristão)</p> <p>(Dados principais: 18 anos, casada, 3 a 5 anos de tempo de moradia na localidade, dona de casa, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.)</p>				
(12) Cláudio / Anderson	Vermelho	06/10/2009	09/10/2009	33

**“Graças a Deus” (1) / “Abençoado por Deus” (1) / “Meu Deus” (1) / “Só Jesus” (2)**  
**(Dados principais: 29 anos, casado, 29 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Técnico Completo, renda familiar: acima de 2 S.M. a 3 S.M.)**

<b>(13) Pedro / André e Vítor</b>	Verde	10/08/2009	18/09/2009 / 01:00:24	Regravação 06/10/2009	19
-----------------------------------	-------	------------	-----------------------	-----------------------	----

**“Graças a Deus” (2)**  
**(Dados principais: 49 anos, separado, 11 a 20 anos de tempo de moradia na localidade, encostado, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.)**

<b>(14) João / André e Vítor</b>	Verde	13/10/2009	13/10/2009		37
----------------------------------	-------	------------	------------	--	----

**“Graças a Deus” (2) / “Pedir a Deus” (1)**  
**(Dados principais: 53 anos, separado, 21 a 30 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.)**

<b>(15) Raquel / André e Vítor</b>	Verde	01/10/2009	01/10/2009		34
------------------------------------	-------	------------	------------	--	----

**“Deus levar (morte)” (1)**  
**(Dados principais: 51 anos, casada, 49 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.)**

					565
--	--	--	--	--	-----

Ao analisar as expressões como marcadores de discurso, que traduzem os sistemas de dominação cristãos incorporada ao cotidiano dos interlocutores, diálogo com a análise de Foucault (2011) que descortina a relação entre práticas discursivas e poderes que as permeiam. Nessa direção, busco compreender a percepção do morar dos habitantes de “Curicica 1” e não discutir sobre as características que distinguem a crença católica e protestante, como mencionado anteriormente. Apesar de várias representações sobre a figura do sagrado, constatou-se que “Deus” se insere como elemento importante em suas vidas, incorporado nas suas práticas sociais. Dessa forma, a expressão “*Graças a Deus*” aparece em 13 entrevistas e, mais, ela é enunciada como uma relação de interdependência com o divino. É como dizer que aquilo que acontece em suas vidas é por obra de “Deus”. O acontecido é fruto da vontade de “Deus”.

**Figura 19 - Sou feliz por ser católico (2010)**



Fonte: Acervo pessoal Vítor

(A figura 19 revela um símbolo do catolicismo presente na localidade. A imagem encontra-se estampada na fachada de uma das casas.)

Assim as moradoras e moradores manifestaram nos depoimentos, seguindo a ordem do quadro acima: (1) “*Graças a Deus sua filha está na creche*”, (2) “*Está todo mundo bem (referindo-se a relação com os irmãos) hoje, graças a Deus*”, (3) “*Graças a Deus nunca teve acidentes com as crianças*”, (4) “*Graças a Deus terminou a casa, graças a minha mãe também*”, (5) “*Graças a deus eu tenho uma vida estabilizada*”, (6) “*A gente catava lixo. Comia troço do lixo. Era isso aí. Saúde Graças a Deus*”, (7) “*Ela criou os filhos todinho, graças a deus, com muito sacrifício*”, (8) “*Então para conseguir as coisas passei perrengue, passei muito perrengue, graças a deus estamos vivos hoje com saúde, mas passamos perrengue*”, (9) “*Não deram pra coisa (virar bandido, por exemplo), graças a deus!*”, (10) “*Faço carinho no meu filho, com saúde graças a deus, esse meu filho é muito bom para mim, me respeita muito sabe*”, (12) “*Hoje em dia, graças a Deus, eu trabalho, tenho condições de manter minha casa, de dar uma ajuda legal assim... apesar de ter uma casa simples*”, (13) “*Um crédito, todo mundo vai saber, o pessoal da associação mesmo vai querer comprovar, até pra dar uma segurança no bairro, porque minha palavra vale, graças a deus ainda vale*”, (14) “*Graças a Deus. Só de receber vocês aqui (estou feliz). Se eu não tivesse não ia abrir o portão*”. Nesta análise, as expressões revelam um contexto social mais amplo sobre as dimensões do morar que atravessam o cotidiano de cada morador, onde a relação com o ambiente se desencadeia em aspectos temáticos como educação, relacionamento, cuidado e saúde, construção e manutenção da casa, dificuldades, honra, encontro e felicidade, etc.

**Figura 20 - Brincando dentro do "Hospital" (1968)**



Fonte: Acervo pessoal moradora

(O Hospital como local de lazer. As crianças e seus responsáveis andando livremente no interior da unidade de saúde. Ao fundo observamos o sopé do morro Dois Irmãos.)

Um dos aspectos mais presente na vida dos moradores e moradoras de “Curicica 1” são as lembranças da relação com “Hospital de Curicica”, pelo menos na conjuntura atual, após a chegada da prefeitura e Fiocruz ao território da CJM. Nesse sentido, Dona Sara resgata no seu depoimento a proximidade física com o diretor do hospital já que ele morava no terreno do “campo” de futebol, contíguo às suas casas: “Aqui no campo, quando você olha tem tipo uma casa, ali antigamente era a casa do diretor, o diretor morava ali”. Assim, o diretor, figura central da administração do hospital, era próximo dos(as) moradores(as) tanto fisicamente quanto afetivamente, por tudo que ele representava e realizava na localidade.

**Figura 21 - O campo e a casa (1981)**



Fonte: Acervo pessoal moradora

(A figura 21 expressa a relação entre os moradores-funcionários e o “Hospital”. Visualizamos uma criança brincando dentro do campo de futebol em frente à casa do diretor da instituição de saúde.)

Nessa percepção relacional, de acordo com o relatório final Fiocruz (2010), os(as) moradores(as) concebem a instituição estatal como a grande provedora, não como uma simples empregadora. O depoimento abaixo contrapõe dois tipos de empregadores: um deles, o laboratório químico alemão, tipicamente capitalista e o outro, o “Hospital”, com comportamento tipicamente patrimonialista:

*O Hospital era uma mãe! Eu comecei a trabalhar no hospital... Quando eu saí da Merck, eu engravidei... Com três meses que minha filha tinha, fui trabalhar no Hospital da Curicica pela janela. (...) Eu entrava aqui pelo campo e trabalhava, tinha carteira assinada e tudo. A Ed., minha irmã, ficou no meu lugar. Tem vinte e oito anos lá! Ela entrou no meu lugar, sabe como?(...) Ela ia pro hospital pegava o trabalho, passava o dia disfarçando, quando era cinco horas, ia pra minha casa, eu fazia os trabalhos pra ela... Ficou mais de quatro meses trabalhando assim e ninguém descobriu, quando descobriram, ao invés de mandarem ela embora efetivaram ela! (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

Nessa narrativa, a funcionária Sara publica as práticas de funcionamento dos meandros organizacionais da instituição, demonstrando que a relação pessoal norteava os parâmetros de gestão da unidade de saúde. Como analisou DaMatta (1997a), a sociedade brasileira se produz num embate. De um lado a esfera pública das leis universais e do outro o mercado, tanto de

um como de outro lado, encontra-se o reino privado da família, dos compadres, parentes e amigos, acionando um conjunto de relações diferenciadas em cada situação específica. Em outros termos, no Brasil existe uma forma de cidadania universalista, pautada em papéis modernos que visam à operação de uma burocracia e de um mercado, além de outras formas de cidadania que são tecidas em espaços relacionais, seguidos a partir da “casa”.

Contudo, essa relação patrimonialista entre o “*Hospital de Curicica*” e os funcionários-moradores não se perpetuou interminavelmente, como veremos na seção a seguir.

### **3.2 A municipalização como “evento crítico”**

A convivência, habituada por uma relação de interdependência, entre funcionários-moradores e gestores do hospital, estendeu-se por volta de meio século, ao longo, de pelo menos, três gerações. Depois desse período, as casas dos funcionários-moradores deixaram de pertencer à área do atual Hospital Municipal Raphael de Paula Souza (HMRPS), após o processo de municipalização sancionado pelo poder público. Essa dinâmica gerou um efeito prático na realidade social de “Curicica 1”, criando novas regras e imposições aos moradores(as) (BECKER, 2008). Essa mudança organizacional chegou aos ouvidos das moradoras de maneira inesperada e sem nenhum aviso prévio por parte da direção do HMRPS:

*Um belo dia, que o esgoto tinha entupido, a gente foi lá pra descobrir, porque eles de lá do hospital não mandavam alguém pra descobrir o que era. Chegamos lá, responderam: ‘A gente ia lá, mas agora mudou, não funciona mais não, porque agora lá (referindo-se à “Curicica 1”) é favela. Ali é favela agora, o Hospital é só até o campo (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

Este “evento crítico”, dialogando com a reflexão de Das (1995) sobre a Índia contemporânea, cuja autora busca compreender algumas categorias nativas a partir do sofrimento cotidiano das vítimas, marca a ruptura da relação patrimonialista de interdependência entre os atores sociais, direção do Hospital e moradores(as), vigente desde o início da década de 1950. Um acontecimento carregado de “violência simbólica” (BOURDIEU, 1989) por parte do Estado, quando os responsáveis pelo HMRPS classificaram o lugar onde as pessoas moram de “*favela*” sem nenhum apreço pelas relações sociais de outrora. Os moradores perceberam tal ocorrência como “repentina”, “inexplicável” e

experimentaram uma “insegurança” jamais vista ao longo de suas histórias. Eles se viram sozinhos, sem o apoio histórico e fundamental da instituição que organizou suas vidas desde a gênese de suas moradas. Por outro lado, ao conversar com as questões tratadas por Fanon (1968) na sua estimulante reflexão a respeito do processo de descolonização, e pensarmos que cada família de “Curicica 1” a partir deste momento passou a ficar “livre”, pelo menos destas amarras patrimonialistas do Estado, então temos não só uma mudança organizacional, mas a possibilidade do surgimento de um outro ser. Diante deste novo cenário, os espectadores, sobrecarregados de relações pessoais, se veem abandonados pelo poder institucional e abre-se uma porta para se tornarem atores privilegiados e viverem em seu ritmo próprio. No entanto, depois de décadas sendo educados por saberes distantes de sua realidade e agradecendo as benéfcies institucionais, se construiu uma arquitetura psicológica e cognitiva orientada por relações patrimonialistas de interdependência. De outro ponto de vista, essa relação não anula a dimensão criativa e de resistência dos “*peões*”, primeiros moradores da localidade, posto que foram eles que construíram o hospital e suas casas. No primeiro caso, mais dependente, os operários foram contratados e guiados por um projeto de execução de tarefas para erguer tal empreendimento. Já no segundo, eles foram os responsáveis pelo projeto de suas casas. A realização de suas moradas - moradia e relações sociais - se processou em uma perspectiva autoconstrutiva, cujo saber prático criou novas formas de moradia e organização, originando outros horizontes de disposições cognitivas. Estas estruturas são agora chamadas a enfrentar outras possibilidades de relação. Todavia, como nos atentou Tavares (2012) na sua criativa análise sobre a Educação brasileira: “A independência do Brasil de Portugal não trouxe a liberdade mental; ao contrário, preservou, de forma sutil, as estruturas trazidas pelo projeto colonial e embebidas no português como idioma nacional. É a colonialidade ou o colonialismo cognitivo que, agora, se conserva” (TAVARES, 2012, p. 24). A questão nessa análise é refletir sobre quais são as possibilidades do novo ser em um “corpo-arquivo” marcado por um processo de colonização médico-estatal, católica, pautado por uma hegemonia caucasiana ocidental. Como bem nos alertou Marx (1978) na sua análise processualista na obra *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1978, p. 329).

Este evento abre possibilidades de se pensar o encontro entre uma racionalidade burocrática estatal e os valores e as noções de “Curicica 1”, que não se desenvolvem livre de

embates políticos. “Curicica 1”, como “favela”, é reconhecida como Área de Especial Interesse Social (AEIS) pela Prefeitura e se torna alvo dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, ainda, com esta mesma denominação, é escolhida para participar do projeto “Habitat Saudável” da Fiocruz.

Em contrapartida, neste novo contexto, os moradores de “Curicica 1” foram desvinculados territorialmente da área do HMRPS e enfrentaram o fim do “modelo tutelar”, passando a conviver em uma nova configuração público-privada. Se antes eram amparados pela direção do hospital, desse momento em diante, tornam-se apenas funcionários, ex-funcionários, “cidadãos incompletos”, nas palavras de Carvalho (2013), como os outros moradores do bairro Curicica doravante se transformaram em apenas usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nessa incompletude de cidadania à brasileira, logo perceberam que “ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população” (CARVALHO, 2013, p. 220). Pois, no nosso caso, segundo José Murilo de Carvalho, primeiro, vieram os direitos sociais que asseguram a participação na riqueza coletiva. Estes direitos foram implantados em lapso ditatorial, fase de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis. Eles compreendem o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao salário justo, à aposentadoria, e, são administrados pelo Poder Executivo. Assim, a manutenção dos direitos sociais depende da eficiência da máquina administrativa executiva. Os direitos civis são aqueles fundamentais à vida, à propriedade, à igualdade perante a lei, à garantia de ir e vir, à opção pelo trabalho, à manifestação livre do pensamento, à organização, etc. Eles são pautados em uma justiça eficiente, barata, acessível a todos e, ainda, com independência para exercer suas atividades. O símbolo máximo é a liberdade individual. Depois vieram os direitos políticos, que dizem respeito à participação do cidadão no governo da sociedade, consistindo na capacidade de realizar reivindicações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Entretanto, eles também chegaram a nós por caminhos tortuosos, dado que a maior expansão do direito ao voto processou-se em outro período ditatorial, quando os órgãos de representação política apenas compunham o cenário do regime. Os partidos e um parlamento livre e representativo são as instituições que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Nessa perspectiva, a cidadania se configura na junção dos direitos civis, políticos e sociais. “O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos”.<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Ibid., p. 9.

Como cidadãos incompletos, espera-se que os(as) moradores(as) de “Curicica 1” lutem para que esses três direitos se tornem completos. Nessa direção, discutiu-se a noção “direito” com os(as) moradores(as) que participaram das entrevistas a partir das seguintes questões: O quê te sugere a palavra direito? Quais seriam os direitos mais importantes para você? O que você faz para garantir os seus direitos? Você tem algum interesse por política? Conhece algum partido? É filiada(o)?

As entrevistadas Joana, Lia, Raquel e Zélia, quando questionadas a respeito destas perguntas, se demonstram desconfortáveis. Joana relatou não ter interesse por política e não conhecer nenhum partido político. Lia, embaraçada com a questão, recorre às suas memórias familiares para tocar na palavra direito. Raquel, sem entender muito bem a pergunta, menciona o direito a ter as coisas e alega existir pessoas melhores do que outras. E Zélia pensa na família, no direito da criança quando existe uma separação entre os pais. Ambas mencionam, mesmo que timidamente, os direitos civis nos seus depoimentos.

*Direito? Ah, sei lá, direito de (...) Não lembro não. (quais seriam os direitos mais importantes para ela). Aí, tá difícil! Não tem uma mais fácil. (risos). (se ela faz algo para garantir seus direitos). É porque eu quase não ligo pra essas coisas. Ah, sei lá, quero ter o direito de entrar e sair sem ninguém impedir. Eu quero ter o direito de ser feliz, de ser livre. Só isso. (JOANA, 41 anos, casada, 6 a 10 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

*Como assim mais ou menos? (sobre a palavra “direitos”)... Aí, a única coisa de direito que eu não tive, era uma mãe. Faço carinho no meu filho, com saúde graças a Deus, esse meu filho é muito bom para mim, me respeita muito sabe (LIA, 51 anos, viúva, 3 a 5 anos de tempo de moradia na localidade, dona de casa, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

*Direito de ter as coisas? (definição de direito) (...) Acho de que fazer alguma coisa. (perguntada se existe um direito mais importante que os outros) (...) Não, até que não.” (perguntada se fez alguma coisa para garantir seus direitos) (...) Tem pessoas melhores. Acho que tem (perguntada se existem pessoas melhores que outras) (RAQUEL, 51 anos, casada, 49 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

*Direitos como assim, da família? (perguntada sobre o que entende pela palavra “direitos”. (...) Mais no caso de direito das crianças. Nno caso de separação o pai dar atenção. (...) Não. (sobre achar que a família não está sendo atendida em algum direito). (ZÉLIA, 18 anos, casada, 3 a 5 anos de tempo de moradia na localidade, dona de casa, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

Cláudio fala, principalmente, sobre os direitos à saúde, à moradia, porém, atendidos de

maneira precária, abordando os direitos sociais. João enfatiza o direito de ir e vir e o direito à justiça, frisando a dimensão do respeito nas relações humanas. O direito de ir e vir, o direito à liberdade e à propriedade são destacados pelo entrevistado Pedro. Ele acentua o desinteresse pela política, visto que os políticos só estão interessados em ser eleitos. Dessa forma, depois das eleições eles se esquecem da população. Os dois últimos destacam os direitos civis em suas narrativas. Pedro é o único que trata dos direitos políticos, entretanto, vê o sistema político brasileiro com falhas na operação, visto que somente o voto não é capaz de fiscalizar o mandato do representante eleito.

*Eu ia falar da saúde, mas não... Acho que dentro do possível... está faltando algumas coisas também, mas está sendo atendido também. (...) Não tem nenhum. Liberdade, tem liberdade pra fazer o que quiser. Moradia, dentro de algum limite... até agora permitiram que eu estivesse aqui, nunca foi infringido isso. Não tem nenhum outro direito, não (sobre haver algum direito dele e de sua família que considera não estar sendo atendido no momento) (CLÁUDIO, 29 anos, casado, 29 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Técnico Completo, renda familiar: acima de 2 S.M. a 3 S.M.).*

*Direito é uma palavra muito forte. É uma palavra que você tem um objetivo. Vamos supor: você tem direito a ir e vir, esse é um direito. Você tem direito a respirar, direito a entrar no mercado, a conviver com determinado tipo de pessoas. Tem direito a comer o que você quer, direito a beber o que você quer, é um direito. (...) Direito de justiça. Direito de poder, direito de você ser respeitado... (direito mais importante). (...) Ser eu mesmo. Respeitar, porque se você quer o direito, tem que dar o direito. Você respeitando você é respeitado (como faz pra se tornar um cidadão). (JOÃO, 53 anos, separado, 21 a 30 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

*O que é ter direito? É o que é adquirido, usos e frutos. Aquilo que você construiu e ter direito àquilo. E a palavra são várias coisas que você tem direito, caminhar, ir aonde quiser, desde que não faça mal a ninguém, não cheirar, fumar, matar, essas coisas, aí pode ter o direito de ir e vir livremente. (...) Andar de cabeça erguida e não dever nada a ninguém, nem à justiça nem a nada (direito mais importante). Tenho interesse não, nada de política. (...) Palavras bonitas todo mundo fala. Acho que em época de eleição muitas palavras, mas ganhou, virou as costas e nada é feito(o que é política). (PEDRO, 49 anos, separado, 11 a 20 anos de tempo de moradia na localidade, encostado, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

Conforme podemos identificar no relato abaixo, a situação de vulnerabilidade social na qual se encontra a entrevistada Sara afeta a sua avaliação sobre a ideia do “direito”. A sua condição de sobrevivência não a permite, como antes, reivindicar e brigar pelos seus direitos. O ter respeito e ser respeitada foram a sua compreensão sobre o que sugere a palavra

“direito”. Ela argumenta que não tem interesse pela política. Não tem nenhuma relação com os partidos políticos e com os próprios políticos, apesar de ter colocado na última eleição uma placa de candidato na sua porta. Por fim, Sara relata na sua narrativa os direitos civis e políticos, ressaltando o direito de votar compulsoriamente e a não fiscalização dos mandatos de prefeito, governador, deputados, vereadores.

*Respeito é você não ultrapassar o limite de outra pessoa, todo direito, eu tô meio apagada das minhas avaliações (Risos). Eu fico muito tensa. (...) Então é limite respeitar seus limites e ser respeitada também. (sobre o que sugere a palavra “direito”). (...) Ah, sei lá, tem que pensar muito. (sobre qual é o direito mais importante) (...) O respeito por mim, meu maior direito que é nesse sentido que você está falando. (...) Eu fazia muito, mas lutava muito mais pelos meus direitos, agora não, nem tanto, tô mais centrada, mais calma. (o que faz para garantir seus direitos) (...) Mas vou retornar... não é da minha personalidade. (...) Não. (Sobre ter interesse por política). (...) Nunca tive nenhum tipo de contato... ano passado botei uma plaquinha do cara ali, mas dizer que é ativa, lutar por aquilo? (sobre ter conhecimento dos diversos partidos políticos). (...) Não... tive interesse nenhum de ler, nem saber de prefeito, deputado, governador e qual é o partido deles, eu ia voltar, mas por obrigação, mas dizer que eu achava que a pessoa tinha que fazer alguma coisa, não (sobre ter algum partido que mereça a sua preferência). (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de ½ S.M. a 1 S.M.).*

Os três depoimentos que seguem abaixo foram aqueles que citaram pelo menos uma sigla partidária. Ana, Sofia e Vitória se mostraram antenadas sobre a política partidária. Ana enxerga os partidos, mesmo aqueles que gosta, com desconfiança. Ela cita três partidos e não vê diferença entre eles. Acha que o grande problema dos políticos é prometer aquilo que não pode cumprir. Portanto, os considera falsos. Sofia gostava do PT antes do escândalo do “mensalão”. A decepção foi muito grande por acreditar num partido que representava os trabalhadores, apesar de não acreditar na culpa de todos, foi um desencanto saber do número de envolvidos nesse caso de corrupção. Vitória é filiada ao PDT por causa de Leonel Brizola. Ela o conheceu quando trabalhava como secretária para o coronel Heleno Barbosa no Palácio Guanabara. Ela diz que tinha uma visão errada do Brizola antes de conhecê-lo, mas que depois essa concepção mudou. Entretanto, com o Garotinho foi diferente, pois, mesmo o conhecendo pessoalmente a imagem negativa que tinha do político não se alterou. Costuma trabalhar nas eleições, na equipe de alguns candidatos. Sobre a possibilidade de se candidatar a um cargo eletivo, alerta sobre a verba necessária para tal concorrência. Esses depoimentos tratam dos direitos civis, mas discorrem mais acentuadamente sobre os direitos políticos.

*Eu acho... por exemplo, a minha casa, é um direito que a gente tem... a gente comprou. Então, é de direito nosso. Ninguém toma isso aqui da gente. Eu acredito que direito seja isso. (...) O de ir e vir não é... sem dever nada a ninguém. (quais seriam os direitos mais importantes para ela). (...) Lógico que eu faço. Pago minhas contas em dia, procuro ser uma cidadã do bem... Não faço nada que... (se ela faz algo para garantir seus direitos). (...) É você pagar suas contas em dia, é procurar fazer suas coisas direito, não se misturar com drogas e nada que vá criar uma imagem ruim. (sobre o que é ser um cidadão do bem). (...) Eu não me interessou muito por política. (...) Não tem (nenhum partido de preferência)... Porque hoje em dia eles falam uma coisa e fazem outra... Eles prometem uma coisa e não cumprem aquilo. Então é difícil dizer, eu gosto do PMDB, do PT ou do Partido Verde. É difícil, não é... porque para mim são todos iguais. Falsos. Acho que a pessoa tem que ter credibilidade, falar aquilo que vai poder cumprir (ANA, 36 anos, casada, 11 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: aproximadamente 4 S.M.).*

*Direito de viver melhor. Direito de ter melhor qualidade de vida. Direito de ver os nossos filhos livres. (risos) Direito de saber que eles vão sair ali e ninguém vai fazer mal hoje. (...) Direito de viver em paz. (...) Olha! Eu gostava muito do PT, mas depois que saiu tanta sujeira do PT que a gente vai se desgostando. Não que todos tenham culpa. Mas tu vê muita coisa que você se entristece. Você espera uma coisa e vê... você se ilude a verdade é essa. Você vê aquilo desabar de repente. Mostra um e é dez que tá fazendo a sujeira. Você se entristece com a coisa. Você pensa que é uma coisa e é outra (SOFIA, 50 anos, separada, 45 anos de tempo de moradia na localidade, desempregada, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

*Direito de ir e vir. É o seu direito de fazer qualquer coisa. Claro que tudo com uma certa dosagem. (...) Tem ligação com a amizade... o direito de ir e vir. Eu respeitar também o próximo. (...) Respeitar e ser respeitado também. (direitos mais importantes). Eu respeito o meu limite e o limite das pessoas. (se faz alguma coisa para garantir seus direitos). (...) Eu sou filiada ao PDT. Eu também gosto muito do PL. É porque eu conheci o Leonel Brizola... tive contato com ele na época em que eu trabalhei com o Heleno Barbosa... no palácio Guanabara. (...) Cheguei. (se chegou a conversar com o Brizola). Eu gostei. (o que achou). A gente tinha uma imagem do Brizola errada, eu tinha uma imagem errada. Ai quando eu conheci vi que não era nada daquilo. Como o Garotinho, eu o conheci na época também, mas tive uma péssima imagem dele. Eu vi coisas que eu dizia mesmo que ele não prestava. Estão ai os escândalos dele. (...) Eles sempre me procuram. (...) Tenho uma certa liderança. Eu falo com todo mundo. Onde eu coloco a minha mão, dá certo... tanto que o Fernando Moraes entrou como vereador. A Marina Magé também. (...) Ah, pensar eu posso até pensar, mas tem que ter capital para isso (se já pensou em se candidatar) (VITÓRIA, 39 anos, solteira, 31 a 40 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.).*

O último depoimento a seguir sobre a questão da cidadania é proferido por Tânia. Ela inicia seu argumento respaldando o direito, principalmente, a partir do pagamento de impostos. Entretanto, afirma que, mesmo pagando impostos, os direitos não são reconhecidos.

Mais uma vez, o direito de ir e vir aparece nos depoimentos. Assim como os direitos à educação, ao trabalho e à alimentação de qualidade. Apesar de afirmar que não gosta de política e não ter partido político, é a favor daqueles que governam para o povo, mas que também cobram uma postura correta do povo. Não possui preferência partidária e tem receio de falar sobre aquilo que não se vê e que não se sabe, agindo com cautela na hora de fazer uma crítica. Tânia foi à única que tocou nos três direitos: civil, social e político. E assim, esboçou um diálogo com a concepção de “cidadão completo” vista anteriormente.

*Direito? Nós temos direito de tudo, principalmente quando pagamos impostos. (...) Nós temos direito de tanta coisa e não temos esse direito. Aliás, nós temos direito e eles não dão o nosso direito. Para mim, é condições melhores para viver... Direito de ir e vir, de falar, de se expressar. (...) Você ter boa alimentação, ter bom estudo, ter bom trabalho, ter bom relacionamento... (direitos mais importantes) (...) Nem um pouco. Eu ODEIO política, eu detesto política. Política não te dá o direito, ele te toma o direito. (...) Eu não tenho partido político nenhum. Eu sou do partido daquele que procura fazer pelo povo e daqueles que cobram do povo o que é certo e o que é errado com respeito e dignidade também. (...) Não tem, não. (se tem preferência por algum partido político). Até porque eu não tenho conhecimento. A gente não pode falar daquilo que não vê, daquilo que a gente não sabe (TÂNIA, 53 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, pensionista, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.).*

A análise dos depoimentos acima sobre a percepção dos “direitos” cidadãos demonstrou o quanto os moradores(as) estão afastados de uma ideia de sociedade civil organizada que reivindica seus direitos constitucionais. As concepções deles estão mais voltadas às experiências pessoais praticadas no interior do Hospital enquanto a unidade foi uma instituição federal. Tanto que o “direito à moradia” elaborado pelos moradores(as) de “Curicica 1” não se configura como um direito universal, mais sim específico, uma vez que a prerrogativa do “direito” está baseado no trabalho. Nesta compreensão, a “doação” do terreno, a “permissão de moradia”, só foi permitida porque eles eram funcionários do Hospital. Dessa forma, o “direito à moradia” por eles pleiteados não é aquele compreendido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e sim, um direito ancorado no trabalho praticado no hospital, no qual foi construído nessa “situação histórica”, abalizada por uma relação de interdependência entre moradores(as) e instituição pública de saúde. Nesse sentido, observamos com perplexidade, nestes depoimentos, uma clara e verdadeira ausência de uma educação política quanto aos direitos constitucionais e quanto à compreensão da vida política no Brasil.

O fato específico de “Curicica 1” é que com o fim dessa relação, estabelecida pela

municipalização<sup>47</sup>, o denominado Hospital Raphael de Paula Souza (HRPS) passa a se chamar Hospital Municipal Raphael de Paula Souza (HMRPS) quando a unidade de saúde deixa de ser do controle federal - Ministério da Saúde (MS) - para ser municipal – Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Nesse processo de descentralização do poder federal, os antigos beneficiados pelo HMRPS passam a ser “contribuintes” e se somam aos demais moradores que habitam nas designadas AEIS, “com direitos fundiários sobre a terra em que moram ainda não formalizados, em local com precária infraestrutura urbana” (FIOCRUZ, 2010, p. 110). Ancorado neste contexto atual, “Curicica 1” experimentou uma transformação do seu reconhecimento externo – a localidade, que tinha um estatuto de “comunidade” internamente, como um conjunto de pessoas que compartilham da mesma história particular, onde os moradores construíram suas identidades a partir dessa espécie de filiação, passou a ser considerada “favela” e, mais recentemente, “comunidade”, mas com a conotação das demais dada pelo poder público<sup>48</sup>, ou seja, AEIS que necessita de investimentos públicos. Nessa concepção, “Curicica 1”, mesmo depois do processo de municipalização, se aproxima da “comunidade imaginada” de Benedict Anderson no que toca ao espírito coletivo vigente no interior do grupo de moradores, já que eles percebem suas moradas conectadas umas as outras. O que o autor considera como um traço da nação, isto é, “independente da desigualdade e da exploração efetivas que possa existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34). Uma ideia que se identifica no sentido de “communitas” de Victor Turner (2012). Entretanto, a “comunidade imaginada” de “Curicica 1” não chega a ultrapassar os muros da localidade. Em “Curicica 1”, o companheirismo presente nessa proposta esbarra em uma percepção de morar distinta das demais localidades. Nesse sentido, as “comunidades” presentes no bairro Curicica mesmo experimentado interações face a face, relações de copresença, segundo os(as) moradores(as) de “Curicica 1”, não conseguem alcançar a noção “comunidade imaginada” elaborada por Benedict Anderson. Dessa maneira, os habitantes dessas localidades apenas coexistem em uma mesma região sem, pelo menos por enquanto, estreitarem as relações de vizinhança, evidentemente, que existem exceções, conforme veremos nos depoimentos seguintes.

Diante dessa percepção do morar, o processo de municipalização desencadeou o despertencimento das casas dos moradores ao território do Hospital e, nessa nova configuração entre público e privado, eles são desassociados da instituição. A relação passou

---

<sup>47</sup> Sobre o processo de municipalização ver o capítulo sobre a antiga Colônia Juliano Moreira.

<sup>48</sup> Ibid.

de pessoa para indivíduo (DAMATTA, 1997b), estabelecendo-se uma separação entre o limite do HMRPS e a, agora, “favela Curicica 1”. Com este novo panorama, é interessante observar como a memória social dessa relação atua no presente dos moradores, considerando que ela é trabalhada e acionada nas relações estabelecidas com os novos atores na atualidade, como a Fiocruz, a Prefeitura e os outros habitantes locais.

A memória dos(as) moradores(as) de “Curicica 1” acompanhou o adensamento do bairro a partir da década de 1970, quando esta região experimentou uma série de “ocupações” que provocaram o surgimento de algumas “comunidades” em volta do Parque Estadual da Pedra Branca, contíguo à “Curicica 1”. Eles também vivenciam as intervenções do “PAC – Colônia que vai atingir cerca de 25 mil moradores de sete comunidades que apresentam todos os problemas característicos das áreas de especial interesse social: pobreza, baixos índices educacionais, falta de infraestrutura e de serviços.”<sup>49</sup> Essa situação tem como consequência o crescimento populacional, reunindo pessoas de diversas partes e que não se conhecem. Nesse contexto de grandes mudanças sociourbanas, a memória social de “Curicica 1” é mobilizada como proteção contra a prefeitura e Fiocruz e utilizada como elemento de singularização diante dos outros habitantes locais.

### **3.3 A memória social como “patrimônio” em “Curicica 1”**

A memória dos moradores de “Curicica 1” foi acionada logo nos primeiros instantes de interação com a equipe de pesquisadores do Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA). O fato proporcionou grandes dificuldades, inicialmente, na implantação do Projeto Habitat Saudável, como foi citado no capítulo anterior, devido à desconfiança despertada por parte dos(as) moradores(as) que, de maneira geral, desconhecia a função da Fiocruz e, ainda, os propósitos do projeto “Habitat Saudável”. De forma mais ampla, essa interação produziu o ressurgimento de marcas históricas singulares de apropriação do território por esses primeiros moradores do bairro. Essa situação os permitiu acompanhar e experimentar o crescimento populacional e o adensamento da região em outra perspectiva manifestada pelos depoimentos aqui presentes. O relacionamento de alteridade com os “outros” fez parte do processo histórico e da memória desses moradores, o que permitiu que eles reafirmassem suas especificidades identitárias e regionais e construíssem uma visão particular sobre as noções “ocupação”, “invasão”, “associação” e, ainda, sobre o “morar” e o “direito à moradia”.

---

<sup>49</sup> Ibid.

*Quando começam essas invasões... nós não temos preconceito com ninguém, porque a pessoa não tem culpa de ser pobre, mas a gente sabe que quando chega essa coisa de invasão, principalmente quando se trata de uma subidinha que se chama morro... Então começa a vir pessoas de tudo quanto é tipo de formação, de educação, mistura muito, fica muito ruim a situação (FERNANDA, 61 anos, casada, 31 a 40 anos de tempo de moradia na localidade, dona de casa, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.).*

*Eu sempre falo que aqui é um lugar bom de morar. A maioria que mora aqui era funcionário. Depois o pessoal foi crescendo, o pessoal foi fazendo casa, alugando, uns compraram, que isso aqui não podia vender, é federal. Mas o pessoal estava vendendo (RAQUEL, 51 anos, casada, 49 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

*Porque é tudo invasão. Tudo quanto é comunidade aqui de Jacarepaguá é tudo invasão. Tem Associação porque tem invasão, tem um líder. O líder que comanda a invasão. Então ele continua comandando a Associação. Tem outras pessoas que estão comandando a Associação, mas que são pagas por ele, pelo líder. Aqui não. Nós não invadimos nada, continuamos aqui. Quem é que vai liderar um lugar que nós não invadimos?(...) Onde não tem invasão, não tem Associação. (...) No nosso caso, não foi porque o terreno foi doado para os funcionários antigos. Teve essa coisa porque tinha que morar perto pra atender o Hospital; dava problema na máquina e tinha que estar lá; dava problema porque um maluco invadiu o Hospital e o guarda tinha que ir pra lá. Meu pai estava sempre lá. Acordavam de madrugada, o cara que mexia com a máquina levantava e corria de madrugada para consertar. Tinha que estar por perto porque a condução era muito difícil. A pessoa não podia morar longe. Por isso que eles cederam para os funcionários esse terreno. Então o que acontece... Não tem líder! Nosso líder é o Hospital. Nosso diretor na época. (TÂNIA, 53 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, pensionista, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.).*

Os depoimentos acima revelam as relações de vizinhança internamente e outras relações de proximidade, mas que se distinguem na figura do vizinho, já que ser vizinho, como nos apresentou Esterçi (2008) no seu trabalho na região do Araguaia, mais do que estar perto espacialmente, expressa uma relação social. No caso de “Curicica 1”, uma convivência que se assentou no trabalho sob a forma de cooperação, como no caso do mutirão, nas pequenas gentilezas diárias, como “olhar” o filho de outro morador enquanto ele brinca na rua, compartilhar os últimos acontecimentos locais, fazer uma breve visita, etc. Em situações críticas, como a morte de um ente familiar os vizinhos se tornavam uma grande família, oferecendo o apoio necessário para superar essa dificuldade. Os moradores mais antigos que nasceram e/ou viveram na localidade criaram fortes vínculos fraternos de amizade. Os depoimentos narraram com entusiasmo e satisfação esses laços de vizinhança.

*Positivo demais, não é, cara! Porque é isso aí que às vezes prende você até no local. De tão forte que se torna (CLÁUDIO, 29 anos, casado, 29 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Técnico Completo, renda familiar: acima de 2 S.M. a 3 S.M.).*

*Maravilhoso, 1000% melhor que hoje. Você sabe o que é você ter um filho e ele ficar brincando na rua sem problema nenhum, porque sempre tem alguém vigiando? Aquele tipo de vizinhança que um toma conta do outro. Hoje você já não faz isso. Os próprios moradores que vieram. Foi alterando, alterando (JOÃO, 53 anos, separado, 21 a 30 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

*Mas é um elo de amizade que vai nessa direção aqui (...) tudo criado desde pequenininho mesmo junto. Então o que torna bem dizer uma família. A gente sente qualquer coisa um com o outro... amigas, mesmo, de coração (SOFIA, 50 anos, separada, 45 anos de tempo de moradia na localidade, desempregada, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

Todavia, existem relações discriminatórias tanto na intralocalidade quanto na interlocalidade, como foi relatado por algumas moradoras. Márcia, uma moradora negra que trabalha como empregada doméstica, quando perguntada se já sofreu preconceito, discriminação, responde da seguinte forma:

*Ih, demais! Aqui mesmo era. Agora não, mas aqui... Devido ao meu barraco, devido ao jeito que eu vivia. À minha casa... À minha bebida (...) Na época, quando eu vim morar aqui era barraco de estuque, era cheio de buraco. Era o pior barraco que tinha aqui na rua era o meu. Era a pior mulher, a pior mendiga era eu. Eu e meus filhos, morava eu e meus filhos. (...) não tinha piso, não tinha nada, nada, nada, nada. (...) Tinha aquele buraco ali, ali a gente fazia, a água escorria pelo esgoto, era uma coisa (MÁRCIA, 66 anos, casada, 39 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

No depoimento de Márcia, ela ressalta o aspecto precário de sua moradia descrevendo-a como “o pior barraco” da localidade, o que refletia na sua condição humana já que ela se percebia diante dos outros moradores como “a pior mulher, a pior mendiga”. Halbwachs, no seu trabalho sobre “a memória coletiva”, nos apresenta a relação íntima entre casa e seus moradores. “Os habitantes se parecem com o bairro ou a casa. Em cada época há uma estreita relação entre as atitudes, o espírito de um grupo e aspecto dos lugares em que este vive” (HALBWACHS, 2006, p. 88). Nesse sentido, Márcia era o retrato de sua casa e enfrentava as dores de ser discriminada por ser negra, pobre e alcoólatra dentro de “Curicica 1”.

O caso de Márcia não chega a ser um caso isolado, pois outro episódio de discriminação foi revelado pela moradora Joana em um diálogo com sua filha, quando

indaguei a mãe se ela já tinha sofrido alguma discriminação por ser negra.

*Joana - Não.*

*Filha - Mãe, eu já, no ônibus.*

*Joana - E você não fez nada?*

*Filha - Como? Eu fiquei sem reação. Eu não esperava aquilo. A mulher: “sua macaca”. Eu não esperava. Eu olhei assim e meus amigos: “pega a banana e joga nela”. Ai que raiva! Eu estava vindo do treino e eu tinha mamão. Eu fiquei sem reação. E ela era branca e gorda. Eu nem cheguei a chamar ela de gorda. Eu fiquei sem reação. Os meus amigos pegou a banana e tacou nela. Só que não pegou nela (...).*

*Joana - Se é comigo, eu baixo logo o barraco dentro do ônibus.*

*Filha - Branco correndo é atleta e preto correndo é bandido.*

*Joana - Tem esse ditado.*

*Filha - Só que quem se destaca são os negros (...) Pô, tipo maior negão, dinheiro pra caraca, ninguém chama ele de preto, duvido. A Beyoncé então (...).*

Em seguida pergunto à Joana: O que é ser negra aqui no lugar onde você mora? Ela responde: “Pra mim eu acho que é normal, uma pessoa normal. A única coisa diferente é a cor”. E, posteriormente, ela me conta o seguinte caso de discriminação no interior da localidade referente à relação com os outros habitantes de outras localidades.

*É justamente isso, aquela discriminação por morar em favela, por morar em comunidade. Até aqui dentro mesmo tem gente que tem esse tipo de discriminação. Mora desse lado aqui, isso aqui já não é um condomínio, aqui também é uma comunidade e tem a outra parte. No dia das crianças, entrou, no sábado, uma cliente no salão e a filhinha falou: “mãe vai ter festinha pras crianças aqui na rua e vai ter pula-pula”. Ela falou assim: “mas você não vai porque vai ter um monte de favelado dentro do pula-pula. E você vai se encher de lama com esses favelados” (JOANA, 41 anos, casada, 6 a 10 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

Nessas disputas identitárias, determinadas por sistemas de poder e dominação, os conflitos e acusações se dirigem ao “outro”, que é o estranho, o desconhecido, o não “parente”, ou seja, aqueles de fora que não compartilham da mesma memória. À vista disso, não devemos perder a dimensão das questões desveladas por Fanon (2008), pois essas subjetividades são golpeadas também pelo racismo, tanto fora quanto dentro da localidade.

Identidades que vivem num mundo de não reconhecimento pelo poder hegemônico e por um processo de (in)visibilidade em relação ao “outro”. Como podemos observar, a construção da inferiorização do “outro”, que é diferente, se processa por meio de uma violência verbal e simbólica com o intuito de se instalar uma distinção perante os demais, sejam eles habitantes de um mesmo bairro ou pessoas que utilizam o transporte público. Essas relações interacionais de comunicação, dialogando com Bourdieu (1989), são indissociavelmente relações de poder que acabam por legitimar a dominação de um grupo sobre o outro. A violência simbólica é fruto dessa imposição do grupo dominante que tenta impor seus referenciais, como nos exemplos vistos acima, seja de “branquitude” ou de uma morfologia adequada de habitação. Nessa concepção, o mundo social segue o padrão da “mulher branca” que habita em uma casa formal e legalizada. Assim, quem sofre com a discriminação é a mulher negra e a moradora de favela.

“Curicica 1” também é o palco de discriminações como ficou constatado no último depoimento. Neste viés, a moradora Sara traz, na sua narrativa, a dimensão cognitiva do racismo. Isto é, a face do racismo que se encontra enraizado nos dispositivos cognitivos do pensamento.

*Como eu te falei, eu não sou racista pela cor não, mas é pelo (...) dá um troço, é diferente, mas a gente não querendo, dá um trocinho, é diferente na gente. (...) Mais pela educação, porque não tem educação, infelizmente quem mais não tem educação é o negro, aí a gente cria o racismo porque (...) “Ah, porque é preto!”, não é porque é preto, o branco também, tem branco pior do que negro (...) educação, infelizmente, eles pobrezinho... (Sara, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

Sara mesmo não sabendo explicar o racismo que sente diante dos negros, descreve sua reação na prática de diferenciação e hierarquização. Neste ponto de vista, o racismo pode ser considerado:

Uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2004, p. 24).

Com essa perspectiva, o negro é a priori inferior, “*pobrezinho*”. O racismo no ponto de vista da moradora é “criado”, porque os negros são aqueles quem mais não tem educação. Eu diria que o racismo é acentuado pelos negros serem excluídos do processo de educação formal neste país. Não aprofundarei as questões de discriminação e racismo que foram aqui abordadas. Todavia, apresentei-as com o objetivo de alargar as relações interlocais, já que o cotidiano presente assinala uma acentuação dessas interações na região.

O tempo atual é marcado pelo adensamento habitacional que trouxe o desconhecido e a preocupação com essa nova realidade. As relações no interior da localidade se diferenciam em tempos distintos. O morador possui a memória da relação com hospital. O novo residente desconhece as práticas e os rituais fundadores da localidade. Ao novo, mesmo que ele resida dentro de “Curicica 1” recai uma desconfiança por desconhecer os segredos e saberes internos da localidade. As cercas, depois os muros das moradias foram aumentando com as “invasões” dos outros habitantes do bairro Curicica. Por conseguinte, o aumento contínuo da população gerou uma sensação de insegurança, evidenciado, pelos muros cada vez mais altos. Uma tentativa de se proteger do perigo que vem de fora. Já o passado, é o lugar da despreocupação onde todos se conhecem e convivem harmoniosamente. A confiança vem do conhecer os vizinhos desde criança. Todos são conhecidos uns dos outros desde pequeno. O que prevalece é a ideia de uma grande família.

Figura 22 - “*Invasão*” em frente à “Curicica 1” (2010)



Fonte: Acervo pessoal Vítor Pimenta

Figura 23 - Parte de “Curicica 1” (2010)



Fonte: Acervo pessoal Vítor Pimenta

(As duas fotos acima expõem a Estrada da Curicica margeando as duas localidades, ou seja, a estrada é uma espécie de fronteira que divide de um lado os moradores de “Curicica 1” e do outro, os “invasores” da Comunidade Campo da Paz.)

Tanto as primeiras relações quanto as segundas são apontadas por referentes relacionais e experienciais, o que compreendo como um atributo do próprio território, considerando que o mesmo se define no conjunto de relações histórico-sociais e no espaço material. Segundo Haesbaert (2011), por ser relacional, o território também apresenta um movimento, uma fluidez, com suas interconexões expressando temporalidade. Além disso, num sentido ainda relacional, o poder envolve “as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico” (HAESBAERT, 2011, p. 93). A partir dessa compreensão, a experiência da relação com o Hospital é frisada e operada quando se discute o relacionamento com os demais moradores do bairro Curicica. Essas relações passaram por modificações ao longo do tempo, de acordo com os acontecimentos de cada época e provocaram grandes mudanças na vida dos moradores.

A relação com o “Hospital de Curicica” volta ao presente e é apresentada quando se discute o relacionamento com os demais moradores do bairro Curicica e, ainda, na relação entre os moradores mais antigos e os mais novos no interior de “Curicica 1”, enfatizando-se um passado em que os chefes de família eram funcionários do hospital.

As relações de parentesco estão fortemente conectadas tanto na origem da organização social quanto na configuração espacial da localidade. Os vínculos de consanguinidade, casamento ou adoção à estrutura física se apresentam por meio dessas ligações. Os laços de solidariedade se manifestam pelas relações de compadrio que foram desenvolvidas a partir de trocas comunitárias e ajudas mútuas, como, por exemplo, no mutirão para construção da fossa comunitária e em outras melhorias, cujas famílias estabeleceram práticas de trocas mútuas.

*Porque aqui é assim, as famílias, os cabeças, o casal da família tiveram dez filhos todos eles, e teve aquele monte de filhos. No caso, a D. Al. batizou Go., batizou Ca.. Assim, dando um exemplo. Mamãe e papai batizaram dois ou três filhos deles a Ma. aqui. Tudo compadre e comadre. A Tânia, somos amigas e temos a mesma idade, nascia um filho aqui e daqui a um mês nascia outro e no outro mês nascia outro. (...) Então todos são da mesma época (Sara, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

*A mudança que a gente fez foi nessa avenida aqui de frente. Junto com os moradores, pegamos material, cada um ajudava e tal, tinta e tal e aí fizemos tudo isso aqui. (...) Essa calçada toda aqui da frente, fizemos tudo aqui.(...) Foi às melhorias que a gente fez aqui, quando a gente saía de casa afundava o pé na lama e esgoto. Arrecadando dinheiro pra comprar carro de brita, de areia, cimento... Tem uma lista com nome de todo mundo que ajudou (Pedro, 49 anos, separado, 11 a 20 anos de tempo de moradia na localidade,*

encostado, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).

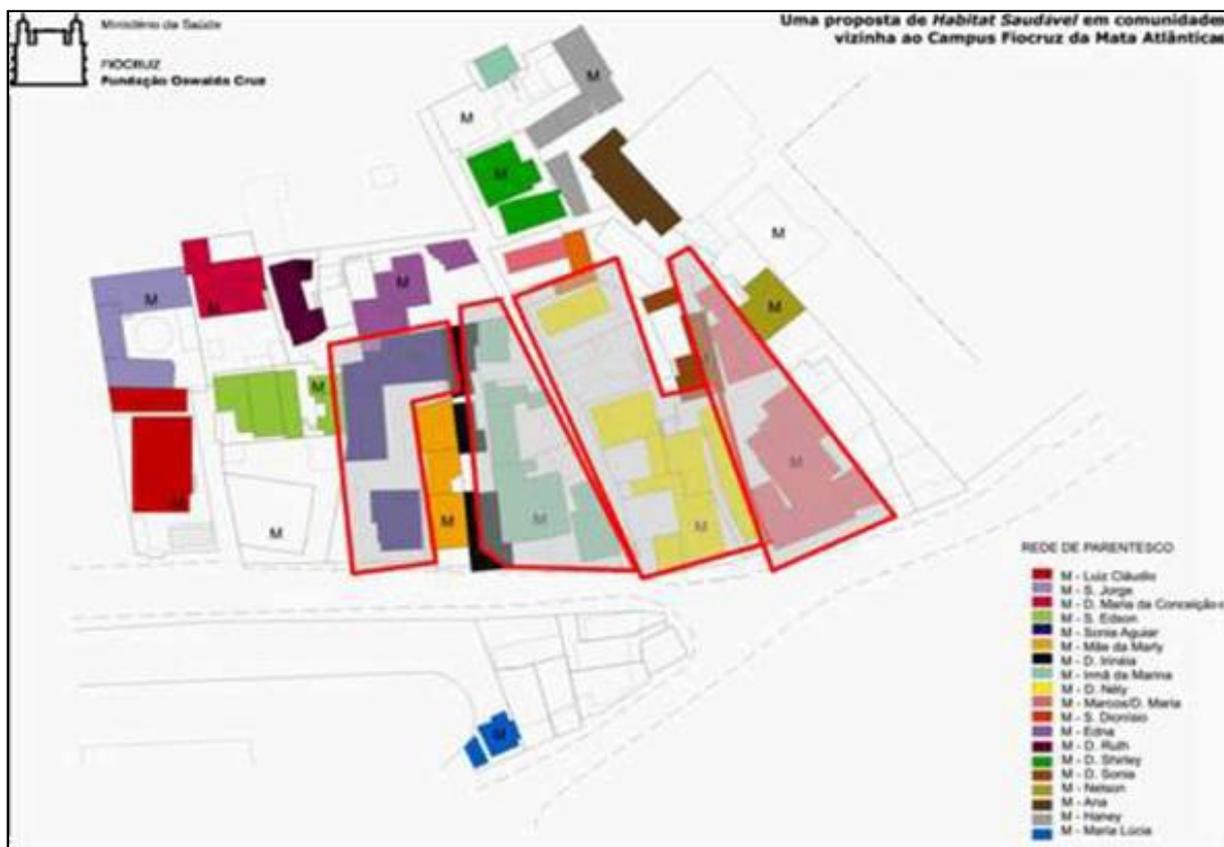
Como demonstrou Beatriz Heredia na sua pesquisa sobre o trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil, “os laços de vizinhança reforçam-se com os laços parentesco e muitas vezes com relações de compadrio” (HEREDIA, 1979, p. 47). Tais redes também se expressam na identidade compartilhada dos fundadores, todos trabalhadores do “Hospital de Curicica” (FIOCRUZ, 2010). Nesse cenário, a categoria “parente” emerge para distinguir o grupo mais antigo dos mais novos, no mesmo sentido dado por Elias & Scotson (2000) entre os “estabelecidos” e os “outsiders” (FIOCRUZ, 2010). Assim, se evidenciam as representações sobre os “outros” e a memória da relação com o hospital:

*Agora, depois que surgiu essa comunidade aqui (Em frente à “Curicica I”), muita gente estranha, muita cabeça virada, não dá pra ter uma, assim dizer, vou participar, sem uma amizade, não dá. Mudou muito, cada um vive sua vida dentro daquilo (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

*Aí, eles (os residentes mais novos) não mexem contigo, porque você é antigo no lugar, eles não mexem com você, mas tem que ficar de olho. Muito garoto que acha que é bambambam e quer desrespeitar você (JOÃO, 53 anos, separado, 21 a 30 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

*Você primeiro não gosta, porque acaba com o teu espaço livre (Sobre as “invasões”). Depois você começa a conviver e aprende a respeitar também as pessoas. Vê que ela tem necessidades e de um lugar também. Nesse planeta tão rico e tão mal repartido que é o planeta Terra. (...) As mudanças pra mim, eu vou ser sincera, de início me chocaram, mas depois eu passei a aceitar, a conviver. Você vai trabalhando a você mesmo também. (...) Eu não estou aqui à toa. (...) Na Curicica tal, no Rio de Janeiro, no Brasil tal, eu estou aqui (SOFIA, 50 anos, separada, 45 anos de tempo de moradia, desempregada, Ensino Médio completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

Figura 24 - Redes de parentesco na localidade de “Curicica 1”



Fonte: Levantamento de campo – projeto “Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica”. Reelaboração da estrutura fundiária de “Curicica 1” pela equipe do Projeto “Uma Proposta de Habitat Saudável...”, com base no levantamento de campo/ 2009.

(O mapa acima exibe morfologias distintas de apropriação do espaço praticadas por diferentes grupos de parentesco articulados com suas redes.)

A figura acima, sobre as redes de parentesco em “Curicica 1” demonstra a ocupação dos terrenos pelas famílias. O trabalho de campo (2009) detectou 92 moradias distribuídas por 49 lotes, sabendo-se que em 1970 existiam apenas 22 casas, passados, aproximadamente, 20 anos das primeiras construções. Depois de 39 anos surgiram mais 70 moradias na localidade. Percebe-se nessa mudança interna um crescimento populacional e habitacional fruto da construção de novas unidades habitacionais por parte dos filhos e netos dos primeiros moradores. Dessa forma, a morfologia dos primeiros terrenos foi sofrendo modificações ao longo dos anos. Atualmente, conforme a figura 24, encontram-se duas configurações a respeito desse processo. Na primeira arquitetura, temos um único terreno com duas ou mais casas onde todos os moradores são parentes. Na segunda estrutura, cada terreno corresponde a uma única casa, isto é, o “primeiro” terreno foi dividido em frações e em cada terreno construiu-se uma casa, não necessariamente nessa ordem, uma vez que os depoimentos

exprimiram a mudança, em alguns casos, da primeira para a segunda configuração. As moradias que hoje estão separadas por muros, anteriormente, faziam parte do mesmo terreno sem nenhuma separação física. Um dos motivos relatados para tal divisão foi à briga entre irmãos. Em outras palavras, encontramos nesta localidade parentes que compartilham um único terreno e parentes que são vizinhos que moram um do lado do outro, mas que são separados por muros. Apesar das diferenças morfológicas encontramos uma rede de parentesco bastante consolidada. O morador Cláudio, no depoimento a seguir, nos conta como aconteceu à divisão do primeiro terreno da sua família.

*A casa de cá era parente do lado esquerdo e do lado direito também. (...) Aqui você pode ver que foi o meu avô que saiu dono do negócio que dividiu por... deu uma parte para o filho, para o outro filho, para o outro filho, para o outro filho. Porém, esses filhos também eram funcionários do Hospital de Curicica. Porque quando saía antigamente um pai ou alguém se aposentava... podia botar, não era concursado. (...) Nisso aí foram herdando o espaço também por ser funcionário público federal (CLÁUDIO, 29 anos, casado, 29 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Técnico Completo, renda familiar: acima de 2 S.M. a 3 S.M.).*

“Curicica 1” se destaca, principalmente, por ter essas duas morfologias que revelam uma convivência ambígua entre os parentes. Por outra forma, morar perto de um ou mais parentes pode ajudar ou atrapalhar, dependendo da situação e do parente. Por um lado, ter familiares morando na vizinhança, em tese, significa poder contar com uma ajuda em geral e, principalmente, se algo mais sério acontecer, como no caso de doenças. Em outros casos a ajuda pode ser financeira.

*O bom é que eles se preocupam com a gente e a gente com eles. Eles perguntam se tem alguma coisa com algum problema que eles possam resolver. Se for financeiro, se não der, a gente se une pra ver o que a gente pode fazer. É muito legal (TÂNIA, 53 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, pensionista, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.).*

Por outro lado, a proximidade com parentes pode representar falta de liberdade e de privacidade, principalmente quando há familiares invasivos que não respeitam a intimidade interfamiliar.

*Porque é triste o convívio familiar. As pessoas não têm limites assim para as coisas. (...) Você respeita os limites dela, mas ela não respeita o teu. Você quer melhorar a situação pra você, mas as pessoas não aceitam então torna difícil para você e para os próprios. Então quer dizer fica muito difícil (SOFIA, 50 anos, separada, 45 anos de tempo de moradia, desempregada, Ensino Médio completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

Os casos de maior dificuldade interfamiliar que se destacam são aqueles cujos pais já faleceram. Os pais, quando vivos, serviam de elo entre os filhos e os mantinham unidos em torno de suas presenças, mesmo que de maneira precária.

*Parente eu não procuro. Quando a minha mãe era viva eles sempre procuravam a minha mãe, depois que morreu não vieram mais. (RAQUEL, 51 anos, casada, 49 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

Pode-se dizer que “cuidar dos pais idosos se coloca como uma obrigação moral, algo que tem que ser feito, que é esperado socialmente. Mesmo que não gostem, e criem uma tensão em função de terem outras necessidades” (FIOCRUZ, 2010, p. 107).

Outra relação de afeto e carinho que chamou a atenção estabeleceu-se entre os moradores(as) e o meio ambiente ao longo de suas moradas. O passado é o lugar das experiências mais próximas com a natureza, marcadas pelas lembranças de infância. Os nascidos e criados resgatam um tempo e um ambiente de ontem que se transformou radicalmente.

*Isso aqui era tudo mangas, era muita mangueira mesmo. A gente era garoto e brincava muito aqui. Era uma delícia isso aqui rapaz. Tudo bem que agora tá crescendo, estamos em 2009, aí vieram moradias e acabaram com tudo. Hoje se você quer chupar uma manga, para você cortar uma manga agora aqui, chega até matar um (ANTÔNIO, 51 anos, casado, 51 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Completo, renda familiar: acima de 3 S.M. a 5 S.M.).*

*Era passarinho cantando e a gente nadando. Muito bom. (...) Você não faz ideia. Ali mesmo de frente pra Globo tinha do lado esquerdo mais à frente depois da Light. (...) A gente se balançava e jogava no rio. (...) Mas a água era limpinha. Ela descia da Globo. (...) Choca (as transformações)... Mas que falta faz aquele caminho... Uma vez parei assim pra meditar... Eu tornei a ver aquela estradinha nossa de novo. Aquela estrada de barro que ia aqui para o Projac. (...) Pegava as jacas, goiaba, tudo o que você possa imaginar... tinha até frutas, assim como maçã, laranja, banana a rodo. (...) Nós sentimos pra caramba a Rede Globo, mas eles ainda conservaram o verde. A Light também tirou um monte do nosso verde (SOFIA, 50 anos, separada, 45 anos de tempo de moradia na localidade, desempregada, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

Os moradores(as) de “Curicica 1” acompanharam a mudança da paisagem local. Com o passar do tempo houve um aumento substancial do número de habitações no lugar onde existia uma fauna e flora diversas. As áreas desocupadas, os sítios deram lugar ao PROJAC da

Rede Globo, à Light, às chamadas “comunidades” e “loteamentos” circunvizinhos. As mudanças, se por um lado trazem perdas, por outro, podem trazer oportunidades. A Rede Globo foi à responsável pelo rompimento de algumas relações com alguns vizinhos do passado, entretanto, preservou o verde de outrora. A empresa ainda é acusada pelos moradores(as) de não permitir asfaltar parte da Estrada da Curicica, parte da frente da localidade, pois esta melhoria segundo os moradores(as) prejudicaria as gravações dos seus programas, dado que o fluxo de veículos aumentaria juntamente com o barulho do tráfego. Em outra concepção, a Globo é vista como vizinha, oferecendo oportunidades de trabalho:

*Agora voltei pra lá (para o Projac). Eu trabalhava lá um tempo, tava com problema de saúde e agora voltei a trabalhar lá de novo. Então não reclamo nem por esse sentido porque tem emprego. Mas em relação à área de infância, eu brincava muito ali. Ali tem rio, tem tudo ali dentro ali. Agora piorou um pouco pra criança... Mas pra gente que é adulto tem área de emprego, mais condições de trabalho... Não falta oportunidades (Cláudio, 29 anos, casado, 29 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Técnico Completo, renda familiar: acima de 2 S.M. a 3 S.M.).*

**Figura 25 - Light à esquerda e Projac à direita (2010)**



Acervo pessoal Vítor Pimenta

(A imagem 25 estampa em cores a Estrada da Curicica esburacada e sem asfalto, segundo as moradoras, por vontade da Rede Globo.)

Como podemos observar, nesta relação, se apresenta uma ideia paradoxal formada pelos interesses dos tradicionalmente “locais” e os interesses das empresas que se localizam nos arredores da localidade. Há uma inamovível situação criada pela oportunidade de empregos por um lado, e as restrições à qualidade de vida, por outro. O “progresso” trouxe maiores oportunidades de trabalhos formais, entretanto, devastou e restringiu o ambiente que,

num passado não muito distante, era visto como um paraíso verde encantador. O morador João, no depoimento a seguir, afirma que a municipalização do “Hospital de Curicica” restringiu ainda mais o espaço de lazer, onde as crianças brincavam anteriormente.

*Porque eu não sei qual a administração que virou ai. Hoje as crianças não têm espaço pra brincar. (...) Então as crianças ficam na rua. Nossas ruas estão muito poluídas de trânsito. E tem um campo... e as crianças não podem brincar, porque tem um espaço... que dizem da Fundação que também fica fechado e as crianças não tem condições de brincar lá. Então como é que eu vou fazer um trabalho? Eu fico brincando com os garotos, os moleques ficam na rua brincando. (...) E tem um espaço grandão lá dentro onde fizeram a quadra de vocês lá na Fiocruz e as crianças não têm direito a brincar... Com quem eu falo? (JOÃO, 53 anos, separado, 21 a 30 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

Depois que a “*administração virou*”, o lazer e os demais benefícios ficaram para trás, entretanto, as lembranças desse período pré-municipalização é lembrado, nas conversas informais e nas entrevistas, como elemento legitimador do “direito” que os(as) moradores(as) tinham e que, no tempo presente, não possuem mais. O pretérito foi à temporada do envolvimento com o “*Hospital*”, quando a unidade de saúde os liderava, suprimindo suas necessidades, mesmo estando sobre a égide do poder tutelar.

Nessa percepção, o tempo passado é o *locus* da união, da fraternidade intralocalidade, evidenciada pelas expressões “*Aqui era todo mundo unido. Era tudo unido*” e “*muito, muito (unidos). Era uma união que não acabava mais...*”.

*Piorou porque é uma comunidade que antes se unia. Vamos imaginar... se na casa da dona Ni,... o ralo entupia, os moradores todos se reuniam pra... fazer a limpeza. (...) Não tem aquela participação. (...) Não tem mais aquela união que são das pessoas antigas... Porque são influenciados pelos filhos... aí não dá, o que é que mantém? Os velinhos estão todos morrendo (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

O “respeito” também era um dos alicerces das relações sociais no tempo passado, tanto aos mais velhos quanto entre as pessoas, porém o hoje é visto como a época do “desrespeito” e da falta de “reconhecimento” por parte da geração mais nova, que ignora esse transcorrido.

*A gente brincava, e tinha aquela rigidez... era um respeito, era um mais velho a gente tinha que tratar bem. (...). Hoje em dia essas meninas ficam aí se batendo no meio da rua por causa de namorado, isso não tinha... Também*

*eram poucas pessoas. (...) O que me choca mais é falta de respeito, ninguém tem respeito por ninguém aqui. (...) A falta de educação... as crianças, os adolescente, garoto. (...) Só esse pedaço aqui ó, dali da So. até aqui (...), aonde eles acham que manda pode fazer o que quiser só respeita porque é antigo alguns (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

Os(as) moradores(as) mais antigos, isto é, aqueles que permanecem na localidade há mais de trinta anos perceberam uma transformação ambiental acentuada. As experiências percebidas em um ambiente cercado de belezas naturais são resgatadas nas conversas com os moradores(as). A infância estava relacionada harmonicamente com árvores, plantas, animais silvestres, rios, etc. O cenário das brincadeiras tinha vida não somente pela natureza pulsante, como também pela presença tocante de crianças e adultos.

*Tinha coleiro que cantava. Trinca-ferro tinha um monte no meio dos passarinhos. (...) As árvores baixinhas e eles cantando. E nem ligavam mais pra gente. (...). Agora tu só ver aqueles que chamam de caga-cebo. (...) Esquilo, mico descia à beça. Agora é mais difícil de você ver. Outro dia tinha uma preguiça. Aparecia preguiça nas árvores. Mas ninguém mexia pra machucar... O que o pessoal gosta de pegar é gambá (SOFIA, 50 anos, separada, 45 anos de tempo de moradia na localidade, desempregada, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

*Antes deles virem pra cá.. na invasão... Eu não brinquei no rio porque meu pai não deixava com medo de a gente se afogar. Mas era limpo. Aquilo ali não era... aquela imundície que agora hoje é. Tinha sujeira que era normal de passar vaca, cavalo... deixava os excrementos, mas não era essa poluição que tem hoje. E essa transformação de casas e tudo... (TÂNIA, 53 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, pensionista, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.).*

Os moradores(as) mais novos que se encontram há menos de 15 anos em “Curicica 1” não perceberam grandes mudanças ambientais desde que chegaram. Alguns relatos observam o surgimento de algumas casas neste período, o que não teve grande impacto em suas vidas. De maneira geral, para esses(as) moradores(as) o meio ambiente foi praticamente inalterado.

*Deixa eu te falar uma coisa. Aqui onde eu moro tinha muitas casas, de repente uma ou duas foram construídas depois, mas aquele lado eu não sei te dizer. Eu sou nova aqui, convenhamos, para quem mora aqui a 20, 30 anos fica mais fácil de responder (ANA, 36 anos, casada, 11 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Completo, renda familiar: aproximadamente 4 S.M.).*

Sobre as alterações que ocorreram para além dos seus quintais, o morador Cláudio traz

uma nova abordagem para tratar os outros que residem em frente à “Curicica 1”. O conjunto de casas é denominado por ele como “loteamento” e não como “invasão” e nem como “comunidade”, posto que a “invasão” realizada em um primeiro momento foi legalizada posteriormente. A seguir Cláudio narra o surgimento do “loteamento”, promovido por uma liderança comunitária ligada a forças “milicianas” da região.

*O X<sup>50</sup> chegou e foi até bom para o pessoal porque ele legalizou. Ele pegou a dívida do IPTU do terreno todo e cobrou 600 reais na mão de cada um, na época, dos moradores, pagou o IPTU do terreno todo e ficou com tudo pra ele. Aí fez escola de samba, fez loteamento, chamou engenheiros, arquiteto. Ele fez o espaço. Tudo do mesmo tamanho os terrenos. Acho que foi positivo, melhor do que virar bagunça, beco... Eles pagam IPTU o pessoal do terreno, direitinho. Então foi bom... Ele teve coragem de fazer e fez... Tem encanação, tem saneamento, água... Paga tudo normalmente (Cláudio, 29 anos, casado, 29 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Técnico Completo, renda familiar: acima de 2 S.M. a 3 S.M.).*

Ao comparar “Curicica 1” e o “loteamento”, o morador valoriza o processo de legalização e a estrutura da segunda localidade, mas destaca o tempo, a história de “Curicica 1”, como o principal elemento que os distingue.

*Ali é mais legalizado do que este aqui que a gente mora. A diferença é o tempo: isso aqui tem 60, 70 anos. E ali é desde 97. A diferença é o tempo. Mas em questão de legalização, ele é muito mais regularizado do que este aqui. Este aqui não tem um esgoto, não tem nada. Onde a gente mora aqui não tem um saneamento básico da forma correta (Cláudio, 29 anos, casado, 29 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Técnico Completo, renda familiar: acima de 2 S.M. a 3 S.M.).*

A respeito da liderança comunitária citada acima, Cláudio manifesta admiração pelo resultado final do processo de “invasão”, isto é, a “invasão” tornou-se “loteamento” via “legalização” quando os “invasores” começaram a pagar os encargos devidos, principalmente, o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), símbolo de imóvel legalizado. Entretanto, na sua narrativa, Cláudio não questiona, em nenhum momento, os meios utilizados pela liderança para alcançar seus objetivos, ou seja, o que está por trás do jogo da “legalização” e do controle da “associação” de moradores. A moradora Joana já demonstra admiração pessoal pelo líder da associação.

---

50 X e Y - Expressões utilizadas no projeto “Habitat Saudável” para denominar os membros do grupo miliciano. Mantenho tais expressões, refletindo sobre as questões com as quais o pesquisador se depara ao realizar uma pesquisa em um território dominado por grupos paramilitares. Como nomear, classificar tais membros? Como identificar, humanizando tais atores e não revelar as fontes? Trata-se de uma tentativa de não expor os(as) entrevistados(as) às possíveis sanções do grupo dominante do território e de uma preocupação em não transformar os atores locais em apenas letras impessoais.

*Eu admiro assim é o X (líder da associação). Ele é uma pessoa que eu admiro muito. Ele e a Y. (...) Porque eles são pessoas boas, pessoas que quando você precisa, eles estão ali. São pessoas que respeitam todo mundo. (JOANA, 41 anos, casada, 6 a 10 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Incompleto, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

Como observamos anteriormente neste capítulo, outros moradores percebem a categoria “*associação*” ligada diretamente à noção “*invasão*”. As localidades que surgiram a partir das “*invasões*” possuem Associação de Moradores. Como “*Curicica 1*” emergiu a partir da construção do Conjunto Sanatorial de Curicica a localidade se diferencia por um processo capitaneado pelo Estado. Neste sentido, os que compartilham desta compreensão não pensam em fazer nenhuma associação de moradores, conforme assinalou a moradora Tânia: “*Que associação? Aqui não tem Associação, não! Aqui desse lado não. Tem lá por causa da invasão. Lá é porque tem um líder que liderou essa invasão. Aqui nós não invadimos*”.

Desse modo, consideram-se mais livres do domínio econômico e político exercido por essa liderança, que se verifica pelo controle das transações comerciais, da venda de gás, da venda de TV a cabo, do controle das “*vans*”, do ir e vir nas principais vias de acesso a comunidade, assegurado pela dominação em todas as Associações comunitárias das circunvizinhanças (FIOCRUZ, 2010, p. 116).

A percepção de Tânia sobre o processo de “*invasão*” passa ainda por outras representações políticas:

*Brizola fez essa tal de comunidade, invasão... Dali pra cá... os mais espertos falavam: “Ah, é agora, tem uns terreninhos lá, então vamos tomar conta”. A comunidade veio... através dessas invasões. A Associação veio... através das invasões. (...) Nós não temos condomínio nem temos o líder porque não sabemos lidar com o líder porque éramos independentes – somos ainda independentes -, nós não invadimos nada. **Fomos colocados aqui e não invadimos [grifo meu].** (...) Se botar um de nós pra comandar, vai ter confusão porque não estamos acostumados com isso. Eles não, eles já invadiram com o líder, o líder já é olhado com respeito e o que botar alguém dentro da Associação vai ser respeitado, certo? (...) Você conversa com eles e não tem como comandar eles: “Porque isso está errado, porque não pode”. (...) O que interessa é o comportamento das pessoas dentro dali. (...) Então continuamos assim abandonados. Não que a gente não se reúne... Muitas das vezes fomos à Prefeitura e não conseguimos nada. (...) Levamos abaixo assinado, fizemos de tudo e nada conseguimos. Porque os líderes de hoje são totalmente diferentes. Nós somos passivos. Você conclui o quê? Que os líderes, botam pra quebrar... Somos passivos, queremos dentro da lei resolver nossos problemas. (...) Saneamento básico, a estrutura de escola para essas crianças, uma distração, uma praça, uma coisa qualquer... Nos reunimos pra fazer isso e não conseguimos e continuamos na mesma até*

hoje (TÂNIA, 53 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, pensionista, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.).

**Figura 26 - “Invasão” à esquerda e CRPHF (Fiocruz) à direita (2010)**



Acervo pessoal Vítor Pimenta

(Estrada da Curicica sentido Projac ao meio, “invasão” à esquerda, campo de futebol à direita separado por muro construído pela instituição de saúde.

A análise de Tânia contrapõe o depoimento de Cláudio no que toca à percepção sobre as categorias “invasão” e “associação”. O líder da associação tem a admiração de Cláudio por ter conseguido transformar uma “invasão” em um “loteamento”. Para Tânia, as “associações” só surgiram depois que começaram as “invasões”, pois, antes, só se falava em condomínios. A narrativa da moradora ressalta a independência da localidade “Curicica 1”, mesmo quando se contradiz ao dizer: *“Fomos colocados aqui e não invadimos”*. A dependência não era de um simples líder, mas de uma instituição de saúde pública chamada “Hospital de Curicica” pelos(as) moradores(as). Diferente de Cláudio, que não expressa às práticas da associação, Tânia revela os procedimentos executados pelos líderes da associação. Primeiro, as regras não foram discutidas, votadas e aprovadas em assembleia como se espera de um sistema participativo democrático. Entender que são ordens dadas de cima para baixo e que não podem ser discutidas ou desacetadas. Se alguém questiona algo, como no exemplo dado por Tânia - *“Porque isso está errado, porque não pode”*- esse posicionamento não é colocado à prova por opiniões divergentes. Caso se insista com a desobediência das regras

conhecida por todos, as sanções podem levar até à morte, visto que a “associação” é liderada por grupos paramilitares conhecidos pelos(as) moradores(as) como “milícia”, que se utiliza do uso da força e da violência para dominarem seus territórios.

O controle alcança até mesmo as relações domésticas como, por exemplo, uma briga de casais, uma traição. Dessa maneira, é o líder que “resolve” o desentendimento. O líder da associação, como destacado por Cláudio, é a figura que tem o poder de legalizar uma “invasão”, que conseguiu fazer as pessoas pagarem tudo legalmente. *“Ele teve coragem de fazer e ele fez. O pessoal paga o IPTU, tem encanação, tem saneamento, água... Paga tudo normalmente”*.

O processo de legalização não é narrado pelo morador. Não se sabe os trâmites pessoais e institucionais da legalização do “loteamento”, mas ela ocorreu e é valorizada por Cláudio. Por outro lado, quando alguns(mas) moradores(as) de “Curicica 1” se juntaram e resolveram reivindicar seus direitos, eles não conseguiram ser atendidos. *“Muitas das vezes fomos à Prefeitura e não conseguimos nada. (...) Levamos abaixo assinado, fizemos de tudo e nada conseguimos”*. Tânia sugere que o insucesso de “Curicica 1” foi devido à passividade do grupo, já que eles gostariam de resolver as demandas respeitando as leis. *“Que os líderes, botam pra quebrar... Somos passivos, queremos dentro da lei resolver nossos problemas”*.

Com esse entendimento, Tânia nos exhibe outras possibilidades de funcionamento do Estado. O líder que “bota pra quebrar” obtém sucesso nas suas solicitações. Já o líder “passivo”, honesto, que cumpre o processo legal, não é atendido nas suas postulações. Desse modo, o Estado funciona para o líder com atitude, transitando às margens da lei, demonstrando, ainda, a força da liderança carismática. E o mesmo Estado não funciona quando é chamado a cumprir seu papel constitucional como na reivindicação dos(as) moradores(as) de “Curicica 1”. A moradora Sofia, no depoimento abaixo revela a sua incompreensão com a falta de cuidado e manutenção dos órgãos responsáveis que não aparecem para cumprir o seu dever em “Curicica 1”. Ela enfatiza também a posição dos(as) moradores(as) de “Curicica 1” ao não aceitar se associar à associação comandada por “milicianos”.

*A nossa área que não aceitou... associada ao X. Aqui é Deus por nós e Deus dará! Vê que até hoje a gente não tem esgoto. (...) Já (recorremos). Mas não adianta. Até pra consertar a estrada, ninguém vem, meu filho... Não sei qual é o problema daqui (ninguém resolve). (...) Agora diz que a prefeitura que eles estão querendo. Até a preservação aqui do verde. Eu apoio 100%. Eu fui às duas reunião... Que tem que preservar essa área aí mesmo. Senão daqui a pouco tão invadindo, acabando com isso, a verdade é essa. (...) Tu sabe que as pessoas se preocupam demais com o trabalho de vocês, achando*

*que vocês querem tomar as casas. As pessoas têm essa preocupação. (...) Eles estão vendendo agora a Prefeitura retirando. Vai tirar até ali do Formigueiro. Então as pessoas se preocupam... (SOFIA, 50 anos, separada, 45 anos de tempo de moradia na localidade, desempregada, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 1 S.M. a 2 S.M.).*

As interações com os outros “vizinhos” também é uma questão importante na compreensão das relações interlocalidades. Apesar do desejo de alguns moradores de permanecer distantes dos habitantes do “loteamento”, da “invasão” nem sempre isso possível, uma vez que algumas relações de conflito intralocalidade não se resolvem facilmente. A moradora Sara nos apresenta um trecho do dilema vivido por ela nessas condições.

*Eu, aqui dentro, sem poder me movimentar. (...) Falei, botou o menino pra vender aqui dentro, ainda fui chamada de palavrão... conversei, mas não era pra botar aqui..., botou por quê? Pra me sacanear e convive comigo aqui. (...) Depois veio esse problema do Má., me ofendeu moralmente, aqui, que eu recorri o dono da área (...) “Senta aqui que eu quero conversar com você, porque eu não tenho ninguém que me defenda”. (...) Chamei o dono, (...) eu resolvi, senão eu nunca teria recorrido a isso, porque, depois passa a depender (...) Isso vai dar direito de chegar, todas as vezes que chegar pra mim, aí tá tudo bem, fulano de tal tá te procurando, eu vou sempre dever um favor e eu não queria isso (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

A mesma moradora Sara retrata outro tipo de interação experimentada por ela com o “dono da área”, já que o “dono” vende alguns serviços aos moradores e moradoras da região.

*Essa televisão é tão antiga que eu fui botar essa antena da SKY, porque aqui a antena do X (líder da associação), que a gente fala antena do X, tá muito ruim... Aí, a minha filha, quando ela tava aqui comigo, pra menina pode ter mais opções de desenho... botei essa SKY, desse plano mais baratinho que tem... um ponto só. (...) Aí tirou a do X que a gente pagava 20, 22 por mês... Botei essa de 60 e pouco, 68... (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

Assim, a “antena do X” é comercializada livremente na região por R\$ 22 por mês. Sara revela, em outro momento do seu depoimento sobre as dificuldades de se recorrer a uma instituição local quando tem algum problema. Ela afirma que o porto seguro são os próprios moradores e moradoras. E reitera que a associação não intervém nas suas vidas.

*Não! (se pode contar com as pessoas ou instituições da localidade) Pelos próprios moradores... Tanto é que aquela parte de lá, o (líder da associação), ele não se mete por aqui. Ele lá, as pessoas têm a comunidade, têm os cursos, têm as atividades, têm associação, têm tudo. (...) Tem pouco*

*tempo que o Ed. está aqui, a Se. também e a Se., pelo conhecimento que ela tem anterior com o pessoal dali, aí a gente começa a saber de alguma coisa. (...) Porque se não fosse isso também, criticam muito ela também, mas ninguém vai e chega junto. (...) Ninguém chega pra melhoria, pra nada, só criticar... (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

O relato de Sara acima expressa a falta de diálogo entre os(as) moradores(as) de “Curicica 1” no presente, pois agora eles não conseguem mais se unir como antes para tentar buscar soluções para a melhoria de suas vidas. Aqueles que tentam o caminho da “associação” para tal saída são criticados pelos demais. A “associação” também é acusada de potencializar os casos de violência na região.

*Já basta o que ele botou, esse troço ruim de maconha... No começo, ele botou essa associação, o muro aqui era mais baixo. (...) Nós tivemos que fazer um muro alto, minha mãe ficou doente, porque minha mãe não gostava de chegar no portão. (...). Até camisinha a gente encontrava aqui, isso cheio de garrafas... Brigas, muita briga... [Morte... (...) Teve duas mortes aí no baile... (...) Há pouco tempo... A gente já acostumou] (irmã de Sara) Há pouco tempo que mudou, depois que a Globo fez um contrato com eles, um negócio de gravação... tem uma certa época que não pode ficar fazendo barulho. (...) Dizem... que ele tem um contrato com a Globo, aí melhorou. (...) É um inferno, segunda-feira à noite, sábado tem baile funk, uma zona que a gente não podia chegar perto, senão a gente podia levar um tiro no meio da cara, eles brigavam e corriam pra esse beco... (SARA, 52 anos, separada, 41 a 50 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio completo, renda familiar: acima de 1/2 S.M. a 1 S.M.).*

Como se verifica pelos depoimentos, os “outros” trouxeram uma mudança significativa no exercício de coexistência local no bairro Curicica, município do Rio de Janeiro. As “invasões” trouxeram o adensamento tanto populacional quanto habitacional, afetando o morar das famílias de “Curicica 1”. Essas mudanças são percebidas negativamente como aspectos que pioraram na localidade em relação à época de infância desses moradores.

*Era só essa comunidade aqui e até no Hospital do Curicica não tinha casa. Pará lá era mato, para lá era mato e aqui a Light também não existia... Tinha só uma empresa onde é essa comunidade nova... Então a gente vivia aqui e todo mundo se conhecia... Todo mundo junto. Depois que veio o pessoal de fora, a gente não conhece mais ninguém hoje em dia. (...) Era bom por isso. A faixa etária era todo mundo igualzinho... Todo mundo brincava, se conhecia... O aspecto negativo foi à população que ocupou, mais as áreas que não eram habitadas, então vieram pessoas e fizeram comunidades. Aqui nessa parte aqui não é invasão não. (Cláudio, 29 anos, casado, 29 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Médio Técnico Completo, renda familiar: acima de 2 S.M. a 3 S.M.).*

Esta parte da cidade, como as cidades em geral, é caracterizada por multiplicar “os encontros de indivíduos que trazem consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais ou suas redes de relações familiares ou extrafamiliares” (AGIER: 2001, p. 9). Portanto, o processo identitário na contemporaneidade, enquanto dependente da relação com os outros (sob a forma de encontros, conflitos, alianças, etc.) e atravessado por afirmações de alteridade, transforma a cultura e constrói a “problemática da cultura”.<sup>51</sup> É na cidade, sobretudo, onde são desenvolvidos os relacionamentos entre identidades e a dimensão relacional da identidade, os quais “trabalham”, alterando ou modificando, os referentes dos pertencimentos originais (étnicos, regionais, faccionais, etc.).

Neste contexto, é interessante perceber como a memória da relação com o “Hospital de Curicica” atua no presente dos moradores, considerando que ela é trabalhada e acionada nas relações estabelecidas com os novos atores na atualidade, como a Fiocruz, a Prefeitura e os outros habitantes locais. Veena Das (1999) traz uma contribuição criativa e relevante sobre o papel do tempo nas relações humanas. Segundo a autora, o tempo é um agente que age, trabalha, abrindo novas possibilidades para que as relações existentes possam ser reinterpretadas, reescritas no embate entre vários autores que buscam a autoria das histórias nas quais coletividades são criadas e recriadas.

A memória social dos moradores apoia-se nas experiências deles de “morar” neste fluxo contínuo da vida social, marcadas por emoções sentidas ao longo de suas trajetórias. No entanto, tal memória “não deixa de ser uma construção bastante ideológica e institucional, distinta das memórias pessoais nas quais se baseia.” (PORTELLI, 2006, p. 126-127). Essa é a perspectiva que Michael Pollak propõe quando diz “que mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida” (POLLAK, 1989, p.14). As narrativas demonstram uma construção de concepção pautada não apenas pela experiência individual, mas sim, coletiva, evidenciada pelos pronomes “nós” e “nosso”. A memória social foi trabalhada e reorganizada após as “invasões”, estando, portanto, inserida na organização social. Portelli (2006), discorrendo sobre a memória, nos atenta que a elaboração desta e, ainda, o ato de lembrar são sempre individuais: são as pessoas que lembram e não os grupos.

Se toda a memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo ter algo a contribuir para a história ‘social’); mas do mesmo modo que

---

<sup>51</sup> Essa expressão indica a polissemia conceitual e discursiva da cultura.

langue se opõe a parole, ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. (PORTELLI, 2006, p. 127).

A presente investigação, dialogando com as contribuições de Pollak (1989), compreende esta memória a partir da perspectiva construtivista, voltada para os processos e atores que interferem na constituição e normalização das memórias e, assim, busco analisar como os fatos sociais estão se tornando coisas. No caso de “Curicica 1”, a memória social está se tornando um “patrimônio”, mesmo que ainda não seja pensada neste termo pelos moradores, isto é, um instrumento político que se insere na relação e no diálogo com os “outros” atores sociais. O foco agora está nos processos e atores que trabalham na construção e na formalização das “memórias subterrâneas” dos excluídos que se contrapõem à “memória oficial”. Assim, essas “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989), “memórias divididas” (PORTELLI, 2006) de grupos marginalizados na constituição de suas identidades e subjetividades, que foram e continuam a ser formadas nesses processos de mudanças que os moradores vêm experimentando ao longo de suas trajetórias, podem ser pensadas como “patrimônios” que se colocam num outro patamar na busca por novas possibilidades de sobrevivência. Compreendê-las como patrimônio, nas palavras de Gonçalves (2005), seria perceber essas memórias,

(...) Simultaneamente em sua universalidade e em sua especificidade; reconhecidos ao mesmo tempo como necessários e contingentes; adquiridos (ou construídas e reproduzidas no tempo presente) e ao mesmo tempo herdadas (recebidos dos antepassados, de divindades, etc.); simultaneamente materiais e imateriais; objetivos e subjetivos; reunindo corpo e alma; ligados ao passado, ao presente e ao futuro; próximos, ao mesmo tempo em que distantes; assumindo tanto formas sociais quanto formas textuais (por exemplo, nas etnografias e nos ensaios em que foram representados). O sentido fundamental dos “patrimônios” consiste talvez em sua natureza total e em sua função eminentemente mediadora (GONÇALVES, 2005, p. 30).

Nesta discussão, vale ressaltar, que a categoria “patrimônio” não foi utilizada pelos moradores nas interações com os pesquisadores. Por outro lado, eu mesmo a inseri algumas vezes em um contexto de diálogo com moradores sobre a história local e, neste sentido, sobre as possibilidades de se pensar essa história atrelada ao hospital, em um cenário de implantação do PAC, onde éramos questionados a tomar posição sobre o que achávamos do papel da prefeitura. De maneira geral, afirmávamos a importância de se cobrar e garantir os direitos sociais constitucionais, como moradia e saúde.

Nesta disputa, a “memória dividida” não deve se restringir entre a memória coletiva da

localidade e a memória oficial, mas contemplar a diversidade de memórias fragmentadas. Nesse sentido, a memória de “Curicica 1” não é uma unidade em si mesma. Há outras memórias, como as sonegadas dos membros mais novos das famílias, que coexistem com as autênticas memórias expostas aqui. Os novos moradores também têm as suas memórias e devem fazer parte do que hoje é “Curicica 1”. Eles não trazem a memória da origem e do desenvolvimento da localidade, mas trazem outras experiências, vivências e sentimentos que, da mesma forma, fazem parte da construção do lugar onde moram. Uma diversidade de percepções que constrói o morar da localidade. Nas palavras de Clifford (2008), ao analisar a obra de Bakhtin<sup>52</sup> sobre o romance “polifônico”, uma “heteroglossia” que eclode nos depoimentos dos(as) moradores(as):

O romance luta com, e encena, a heteroglossia. Para Bakhtin, preocupado com a representação de todos não homogêneos, não há nenhum mundo cultural ou linguagem integrados. Todas as tentativas de propor tais unidades abstratas são constructos do poder monológico. Uma ‘cultura’ é, concretamente, um diálogo em aberto, criativo, de subculturas, de membro e não membros, de diversas facções. Uma ‘língua’ é a interação e a luta de dialetos regionais, jargões profissionais, lugares-comuns genéricos, a fala de diferentes grupos de idade, indivíduos etc. (CLIFFORD, 2008, p. 47).

Nessa direção, o “morar” em “Curicica 1” é percebido de diversas formas e maneiras, como constatamos neste capítulo, a partir dos depoimentos dos(as) moradores(as). A figura 27, logo abaixo, busca dialogar essa variedade cultural, ao selecionar alguns trechos desses depoimentos. Essa multiplicidade de diferentes, entretanto, vem trabalhando a percepção do “morar” na localidade por meio de experiências comuns ao longo de suas histórias. Nessa caminhada, os(as) moradores(as) compartilharam dores e alegrias na relação com o “*Hospital de Curicica*” e com os outros habitantes da região. Com essa interação, os(as) moradores(as) teceram uma compreensão do “*morar*” impregnada de lembranças (BERGSON, 1999) e mobilizada por uma memória social. Essas lembranças trazidas pelos moradores e moradoras estão inseridas num embate travado por fatos e representações que não devem ser vistos separadamente, pois ambos “convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem” (PORTELLI, 2006, p. 111), e se contrapõem a uma memória oficial, aqui, representada pela prefeitura e Fiocruz. A memória social dos(as) moradores(as) de “Curicica 1” é ideológica e institucional, pautada no trabalho.

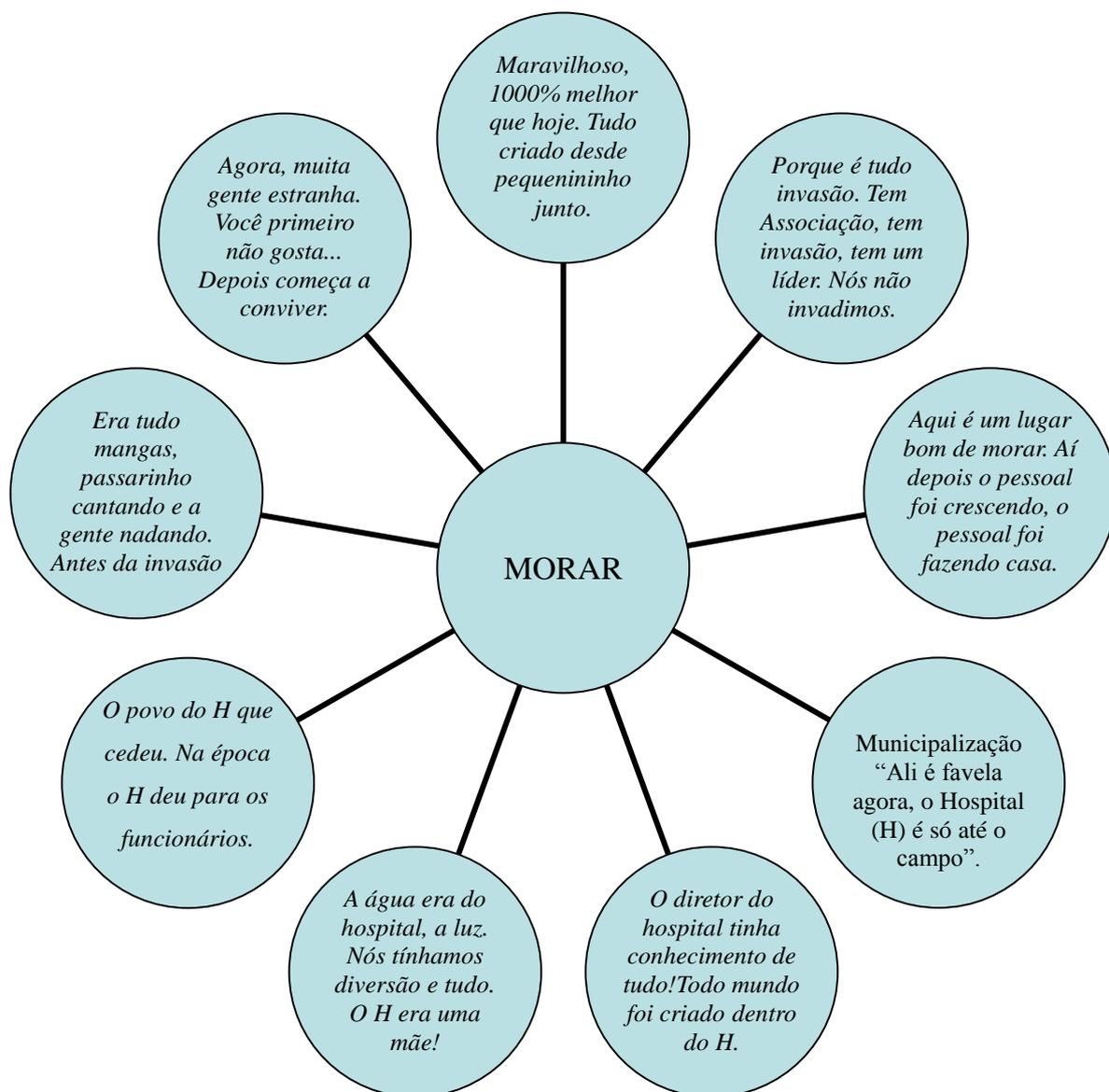
A memória se inicia com a doação, cessão dos terrenos aos, primeiramente, “*peões*” e,

---

<sup>52</sup> BAKHTIN, Mikhail. Discourse in the Novel. In: HOLQUIST, Michael (org.). The Dialogic Imagination. Austin: University of Texas Press, 1981a [1937]. p. 259-442

posteriormente, funcionários, efetivada pela direção do “Hospital de Curicica”. Até a municipalização a relação de interdependência fluiu sem grandes sobressaltos. A unidade de saúde provia os funcionários-moradores e suas famílias, com água, luz, religião, diversão, oportunidade para os filhos dos funcionários, tudo. A relação com o diretor era muito próxima. “Era quase que se fosse assim amigos íntimos”. Os médicos eram vistos como muito bons. Quando necessário, se dirigiam às moradias para atender os doentes de “Curicica 1”. “Muito bom esse Hospital! Muito bom mesmo. Depois caiu tão terrivelmente”. A queda foi fruto da municipalização, quando as moradoras descobriram que moravam, agora, na favela “Curicica 1” e não mais no terreno do “Hospital de Curicica”. Essa é uma grande mudança que os(as) moradores(as) perceberam e que afetou diretamente a relação deles(as) com o ambiente, que se somou às mudanças que já vinham ocorrendo na região com as “invasões”. “Agora, depois que surgiu essa comunidade aqui (Em frente à “Curicica 1”), muita gente estranha, muita cabeça virada, não dá pra ter uma, assim dizer, vou participar, sem uma amizade, não dá, não dá não. Mudou muito”. A “invasão” não foi algo desejado, muito pelo contrário. “Você primeiro não gosta, porque acaba com o teu espaço livre (Sobre as “invasões”). Depois... aprende a respeitar também as pessoas, né? Vê que ela tem necessidades e de um lugar também”. Antes das invasões e do surgimento da Light e do Projac, “Curicica 1” era tudo mangueiras, com a predominância do verde das árvores. As crianças brincavam na rua. “Era uma delícia isso aqui rapaz”. Todavia, com as invasões vieram às moradias e a transformação do verde em cinza. Os pássaros que gorjeavam na porta de suas moradias são cada vez mais raros. O som que se escuta, agora, é o barulho dos carros. O ar que se respira já é repleto de Monóxido de Carbono (CO). A natação antes praticada como brincadeira pelas crianças, hoje, se transformou em algo impraticável, que não faz parte do cotidiano dos habitantes da região. Os rios de águas limpas e transparentes se tornaram esgoto a céu aberto. O ritmo acelerou e os perturbou. “Você sabe que uma vez, eu parei assim pra meditar... Eu tornei a ver aquela estradinha nossa de novo”. Este depoimento proferido por Sofia e pelos(as) demais moradores(as), como os relatados no começo deste capítulo, é um exemplo das insígnias inscritas no meu “corpo-arquivo” na experiência do trabalho de campo etnográfico. Lembro com nostalgia desses encontros, cuja saudade da vida que tiveram é um traço marcante em suas narrativas. À vista disso, a “perspectiva de morada” (INGOLD, 2000) dessas pessoas revelam os movimentos humanos vividos, lembrados, acionados no presente e que se juntam às ações cotidianas, como podemos observar na figura a seguir:

Figura 27 - Percepção do morar dos habitantes de “Curicica 1”



Nessa percepção, “*morar*” em “Curicica 1”, pelo menos para aqueles que compartilham a memória social da “situação histórica”, é algo que o poder público legitimou, quando o “*Hospital de Curicica*” os atendia, provendo os serviços básico como água e luz, chegando até à diversão e religião. Entretanto, essa legitimação durou até o acontecimento do “evento crítico”, na ocasião em que o “Hospital de Curicica” se transformou em Hospital Municipal Raphael de Paula Souza (HMRPS). Sendo assim, a municipalização deixou de reconhecer “Curicica 1” como parte do “*Hospital*” e começou a tratá-la como “favela”. O fim desse relacionamento entre moradores(as) e unidade de saúde se processou entre o final da

década de 1990 e início dos anos 2000, época em que os moradores assistiram, mais de perto, ao movimento de “invasões” diante dos seus corpos. Assim, “morar” não é invadir e nem ter associação e, líder, para os(as) moradores(as), só existiu um: “Hospital de Curicica”. Dessa maneira, os(as) moradores(as) se afastam da identidade dos novos habitantes e lutam por meio de sua memória social para não serem classificados como “favelados”, “invasores”.

Nessa concepção, esses(as) moradores(as) trabalham a memória na busca de reforçar os sentimentos de pertencimento a localidade e de demarcar as fronteiras sociais entre as coletividades da região. Assim, eles(as) conseguem manter a coesão interna do grupo e procuram defender as singularidades daquilo que compartilham. “Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência. Assim, é absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso<sup>53</sup>, em memória enquadrada, um termo mais específico do que memória coletiva” (POLLAK, 1989, p. 9). A memória enquadrada é operada coletivamente na tentativa de serem reconhecidos como funcionários-moradores ou seus herdeiros, que edificaram não somente o Conjunto Sanatorial de Curicica, mais construíram a si mesmos e um lugar para morar.

A partir desta percepção de “morar”, arraigada à memória social institucional, o grupo de moradores(as) de “Curicica 1” reivindica um “patrimônio”, no qual a noção histórica nas relações entre os atores sociais locais demanda ser lembrada e considerada. Com esse entendimento, os moradores se posicionam contrariamente às classificações impostas pelo poder público e rejeitam serem homogeneizados nos termos “comunidade”, “favela”, postulando uma relação que contemple a singularidade de sua origem e história, dentro da história social do bairro e da cidade. Uma trajetória caracterizada por uma dinâmica de mudanças institucionais, na qual a Colônia Juliano Moreira exerce um papel crucial no cenário da região, como veremos no próximo capítulo.

---

<sup>53</sup> H. Rousso, “Vichy, le grand fosse”, Vingtième Siècle, 5, 1985, p. 73.

#### 4 A ANTIGA COLÔNIA JULIANO MOREIRA: LEMBRANÇAS DE UM LUGAR

Jacarepaguá (marcha/carnaval, 1949)<sup>54</sup>

É hoje, que eu vou me acabar  
Com chuva ou sem chuva, eu vou pra lá  
Eu vou, eu vou, pra Jacarepaguá  
Mulher é mato, e eu preciso me arrumar.  
(bis)  
Copacabana tem  
Romances ao luar  
Em Paquetá também  
A gente pode amar  
Porém o lugar neste mundo, maior é pra mim  
Jacarepaguá. (Compositores - Paquito, Romeu Gentil e Marino Pinto;  
Intérpretes: Vocalistas Tropicais)

A Colônia como um lugar misterioso e afetivo habitou minha mente e meu corpo desde a minha infância no bairro Taquara. Eu ouvi em muitas ocasiões os moradores da região falar que a Colônia era “lugar de maluco”. Sem saber o que realmente isso significava, fui levado, algumas vezes, por alguns vizinhos de prédio a conhecer o local, mais precisamente, o Clube Colônia. O clube abrigava partidas de futebol que atraíam o público da região. Não me lembro dos times que cheguei a assistir. De fato, aquilo que mais me recordo é das caminhadas que pratiquei no entorno do campo de futebol. Os passeios acompanhados dos meus vizinhos, Seu Pereira e Seu Manuel, eram muito agradáveis. O verde predominante, vindo de todos os lados, me transmitia um ar bucólico. Aproveitava a presença marcante de uma flora exuberante e coletava algumas flores para presentear a minha mãe. Sim, ela se encantava com a dádiva. As cores das flores eram vermelhas, amarelas, lilás, brancas, etc. As formas eram variadas. Não lembro se tinham um perfume. A imagem que mais me recordo é dos minibuques vermelhos formados por algumas pequenas flores. Eles não tinham mais de dois centímetros. Todavia, a estética presente naquela espécie me atraía fortemente, de tal modo que esse cenário ficou inscrito na memória dos meus primeiros anos de vida.

Outro fato marcante aconteceu em 1992, quando eu tinha 10 anos de idade. Mais uma vez, na companhia de uma vizinha, Dona Helena, e do seu filho Celso, além do meu irmão, Pierre, fomos visitar a Aldeia Kari-oca que se instalou na Colônia Juliano Moreira (CJM) nos arredores do Pavilhão Agrícola. A Aldeia, “um templo para abrigar a sabedoria indígena<sup>55</sup>”, foi construída com o objetivo de fazer com que o “homem branco moderno” ouvisse a voz

<sup>54</sup> Ver: COSTA, Waldemar. *Imagens de Jacarepaguá*. Rio de Janeiro: s. n., 1995.

<sup>55</sup> Carta da Terra - CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS POVOS INDÍGENAS SOBRE TERRITÓRIO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - RIO-92

indígena na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92 ou Rio-92. Neste exato instante que escrevo, busco na internet imagens que me auxiliem na lembrança daquele dia. Entretanto, as imagens que surgem são apenas as mesmas de antes da pesquisa. Uma delas é a figura da oca. O seu tamanho e design ainda me espantam como naquele encontro. Outras duas são as peças que compramos na feira de artesanato. O colar e o pote habitam minha mente e meu lar, porém já não me recordo de suas origens étnicas e nem mesmo seus destinos.

Essas reminiscências orbitaram meu corpo desde o momento no qual voltei a frequentar a Colônia. Agora, o motivo já não era um simples e profundo passeio. Eu era um jovem adulto no auge dos 27 anos. Um profissional recém-formado em Licenciatura em Ciências Sociais e prestes a ter o título de bacharel. A oportunidade de trabalhar pesquisando a região das minhas memórias de infância e juventude me seduzia fortemente. As expectativas geradas foram imensas. Agradecia a não sei quem ou o quê, mas agradecia. O trabalho na Colônia gerou a expectativa de se conhecer um pouco mais sobre a história local da baixada de Jacarepaguá. O que sabemos do bairro onde nascemos e vivemos? Eu diria que pouco ou quase nada. Aprendemos nas escolas história do Brasil e do mundo, e somos apartados da história do bairro que moramos. O local e global foram apresentados distantes na minha realidade escolar.

A história local, pelo menos uma parte, desvelou-se no meu contato com o Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA). O Campus armazena um pequeno acervo sobre a Colônia e Jacarepaguá, composto de livros, CDs, DVDs, relatórios, levantamentos, nos seus armários e computadores.

*Sertão Carioca* de Magalhães Corrêa (1936) é uma obra que merece destaque dentro deste conjunto, já que o livro apresenta a história local da região de Jacarepaguá, passando pela diversidade da flora e fauna, e alcançando os costumes e tradições dos habitantes do sertão. O prefácio de E. Roquette Pinto abre o livro com as seguintes palavras:

No anno dois mil, quando os nossos melhores romances já não tiverem mais leitores alguns estudiosos subirão as escadas das bibliothecas para folhear “O Sertão Carioca”. E’ o destino das cousas que nascem para durar sempre. E’ a sorte dos bons documentos (ROQUETTE PINTO, 1936, p.7).

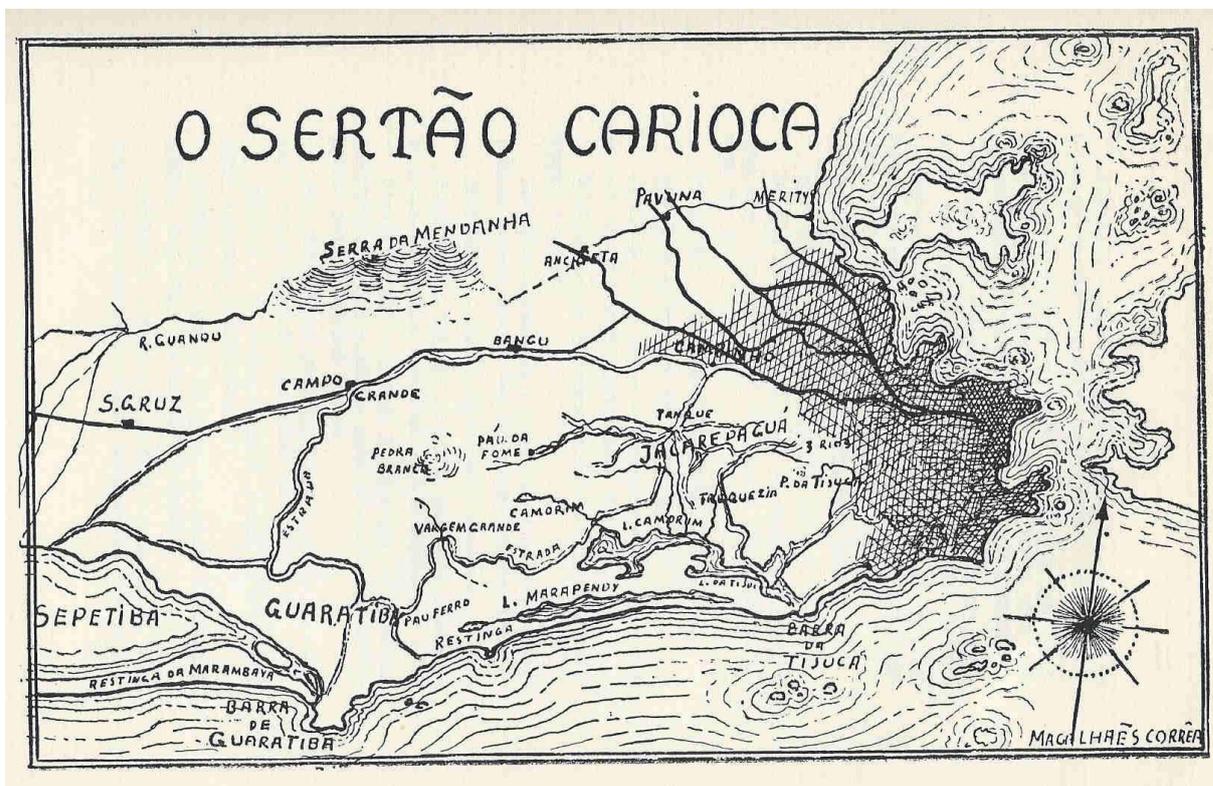
O diretor da revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Dr. B. F. Ramiz Galvão, responsável por publicar a obra na íntegra, apresenta o trabalho como “rico de informações geographicas, geológicas, botânicas e ethnographicas, corria e corre o risco de

escapar á curiosidade dos estudiosos”.<sup>56</sup> Anteriormente, o *Sertão Carioca* foi veiculado parceladamente nas colunas do Correio da Manhã.

Na introdução, Roquette Pinto traz referências ao trabalho de campo que me despertaram sobre o fazer etnográfico. Ele escreve: “tudo, aqui, é visto, ouvido e desenhado ad naturam. O autor vive no Sertão Carioca. O volume é o seu caderno de notas directas; e nelle agitam-se os ‘sertanejos’ da Capital da Republica”.<sup>57</sup>

As páginas foram preenchidas com elementos geológicos e geográficos, dados históricos, anedóticos e estatísticos, informações botânicas e zoológicas, além, de notas etnográficas. Todas essas matérias, segundo Roquette Pinto, retratam “‘o campo’ da Guanabara, que ainda guarda, de longe em longe, uma lembrança dos Tamoyos”.<sup>58</sup>

Figura 28 - O Sertão Carioca



Fonte: Livro O Sertão Carioca

(Região de Jacarepaguá e arredores ilustrados por Magalhães Corrêa na primeira metade do século XX.)

Ricardo Palma completa o time de pares que introduzem a obra. O texto se apresentou ao público primeiramente no Diário Carioca de 20 de setembro de 1932. O destaque sobre a

<sup>56</sup> Ibid., p. 3.  
<sup>57</sup> Ibid., p. 8.  
<sup>58</sup> Ibid., p. 8.

obra de Corrêa recai por revelar um outro Rio a três ou quatro horas do centro urbano naquela época. Um sertão maravilhoso que muitos desconhecem coberto de uma flora e fauna exuberantes, onde se encontram onças, capivaras, símios, jacarés, aves que habitam vales suntuosos, serras esplendorosas, lagoas e rios com águas cristalinas.

Trabalhos como esses deleitam e instruem. Habitos de serviço, costumes domésticos, modos de vida, praticas de caçadas, pescarias, viagens, industrias rudimentares, transportes sertanejos, supertições, indumentárias, folklore, fala regional, tudo que realmente traduz o ruralismo “silvestre, praiano, lacustre”, de várzeas, valles, serras, capões, restingas, praias, brejos da hinterlandia carioca tudo, a Penna e o lápis de Magalhães Corrêa fixam com agilidade, colorido, graça, emoção (PALMA, p. 14).

Uma das questões que acompanhou os trabalhos que realizei na Colônia foi pensar quem são os herdeiros desse sertão? Ou como se processa a autotransformação de quem chega, o migrante e, concomitantemente, a mudança na paisagem e no tipo de colocação socioeconômica?

A leitura do livro de Magalhães Corrêa por iniciativa própria provocou no contexto de pesquisa que eu me inseria uma reflexão sobre as possibilidades de identidades que são forjadas no encontro homem e “sertão”. Além disso, o lugar de onde Corrêa falava me atraía por demais. Afinal, ele era um morador do sertão que escrevia sobre o sertão. Não à toa exponho as palavras dos pares sobre sua obra com intuito de discorrer sobre o lugar de onde falo e das experiências de morador da grande Jacarepaguá. O desafio que se coloca é abrir cada vez mais o diálogo com os pares e moradores, fazendo desse encontro de vários lugares uma fonte crítica etnográfica.

A “dialogia” e a “polifonia” que pretendo reverberar neste trabalho se inspiraram no estudo de Clifford (2008) intitulado *Sobre a autoridade etnográfica*. O intuito é recriar outras realidades analíticas, assim como fez o autor quando trabalhou com a noção “heteroglossia”, de Mikhail Bakhtin (1981), para pensar uma etnografia multivocal. Um movimento cujas pessoas interpretam a si mesmas e os outros numa desencarreiraada gama de idiomas dentro de um campo de múltiplos discursos. Uma condição global na qual a expansão da comunicação e da influência intercultural faz parte do mundo contemporâneo. O dilema atual associa-se tanto à desintegração e à redistribuição do poder colonial quanto às repercussões das teorias culturais radicais que se deram a partir da segunda metade do século XX. Dessa maneira, fez se necessário se pensar um mundo de etnografia generalizada. Ademais, uma “cultura”, seguindo o rastro analítico de Bakhtin sobre o romance “polifônico”, “é, concretamente, uma diálogo em aberto, criativo, de subculturas, de membros e não membros, de diversas facções”

(CLIFFORD, 2008, p. 47). Nesta etnografia, torna-se primordial imaginar sobre o morador do bairro da Taquara que fala do morador do bairro de Curicica, do morador do bairro Jacarepaguá, do morador do agora bairro Colônia, todos moradores da Região Administrativa Jacarepaguá. Ao mesmo tempo, o autor fala de si e recebe e dialoga com as falas dos outros moradores. “Uma ‘língua’ é a interação e a luta de dialetos regionais, jargões profissionais, lugares-comuns genéricos, a fala de diferentes grupos de idade, indivíduos, etc”.<sup>59</sup>

Outra obra que descobri ao dialogar com os colegas de trabalho no CFMA foi *Jacarepaguá de Antigamente*, de Carlos Araújo (1995). O livro é um compêndio sobre a história de Jacarepaguá desde que Salvador Correa de Sá concedeu aos filhos Martim e Gonçalo duas seis marias em 09 de setembro de 1594. O autor apresenta Jacarepaguá – lagoa baixa dos jacarés, em tupi – como uma região que possui um dos maiores acervos arquitetônicos colonial do Rio de Janeiro. As igrejas, fazendas e engenhos são destaques dessa época, além do Aqueduto do Engenho Novo, localizado atualmente no bairro Colônia Juliano Moreira.<sup>60</sup>

**Figura 29 - Aqueduto (Década de 1940)**



Fonte: Acervo IMASJM

**Figura 30 - Aqueduto (2013)**



Fonte: Acervo pessoal Vítor Pimenta

(A primeira foto apresenta o Aqueduto na primeira metade do século XX, descortinando a importância do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas – NHRC na época, primeiro conjunto funcional da CJM. A segunda imagem revela o Aqueduto em sua solidão hodierna, abandonado pelo poder público.)

<sup>59</sup> Ibid.

<sup>60</sup> PROJETO DE LEI Nº 1123/2011. CRIA E DELIMITA O BAIRRO COLÔNIA JULIANO MOREIRA NA XVI RA – JACAREPAGUÁ. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/012cfef1f272c0ec832566ec0018d831/a57e309ad3578e5d8325790c0068ef8e?OpenDocument>. Acesso em: 29 dez. 2014.

Nas palavras do autor, o livro é:

Um pouco dessa hinterlândia carioca, desse bairro tão querido pelos que nele vivem e que, ultimamente, já se habituaram a assistir a seu crescimento desordenado, imposto pelas empresas imobiliárias, ávidas de lucro que violentam a fauna e a flora dessa região, definida por Armando Magalhães Corrêa, autor da mais completa obra sobre Jacarepaguá, como o “Sertão Carioca” (ARAÚJO, 1995, p. 28).

A terceira obra sobre o “sertão carioca” que me encantou foi *Imagens de Jacarepaguá*<sup>61</sup> de Waldemar da Costa (1995). O livro conforme o título sugere é composto por 80 imagens de um total de 112 páginas. O resumo histórico sobre Jacarepaguá na parte inicial e uma pequena bibliografia dos personagens que dão nome aos principais logradouros da região não me chamaram tanto a atenção quanto o acervo imagético. As imagens expostas ali deram formas, gestos, traços, nuances à ideia de Jacarepaguá que eu não tinha até aquele momento. O encontro com tais imagens me despertou a curiosidade de conhecer mais sobre os segredos internos daquela terra. A história eclética, principalmente do século XX, estampada naquelas páginas revelou personagens, arquiteturas, lugares, grupos, contextos sociais que não correspondiam à minha Jacarepaguá. Nessa descoberta, o contato com essas imagens alargou a minha percepção da região, reconfigurando o meu dispositivo imagético sobre a memória da região.

A variedade imagética de *Imagens de Jacarepaguá*, o histórico arquitetônico colonial de *Jacarepaguá de Antigamente* e os “sertanejos” presentes no *Sertão Carioca* passaram a habitar o meu design cognitivo de Jacarepaguá.

Nesse mergulho imagético, trabalho a própria fotografia como um processo de memória, contemplando as imagens segundo um referencial de anamnese e dialogando com a diversidade de olhares sobre o território de Jacarepaguá. Utilizei a fotografia conforme rastro de lembrança nas entrevistas em profundidade para que as mesmas desencadeassem memórias subterrâneas sobre a história social experimentada pelos moradores. Segundo Dubois (2012), a fotografia se destaca por ser uma arte da memória, que acontece de fato no interior do pensamento do sujeito.

Afinal, se a memória é uma atividade psíquica que encontra na fotografia seu equivalente tecnológico moderno, é evidentemente, no outro sentido, que a metáfora nos interessa, como uma inversão positivo/negativo: a fotografia é tanto um fenômeno psíquico quanto uma atividade ótico-química. A

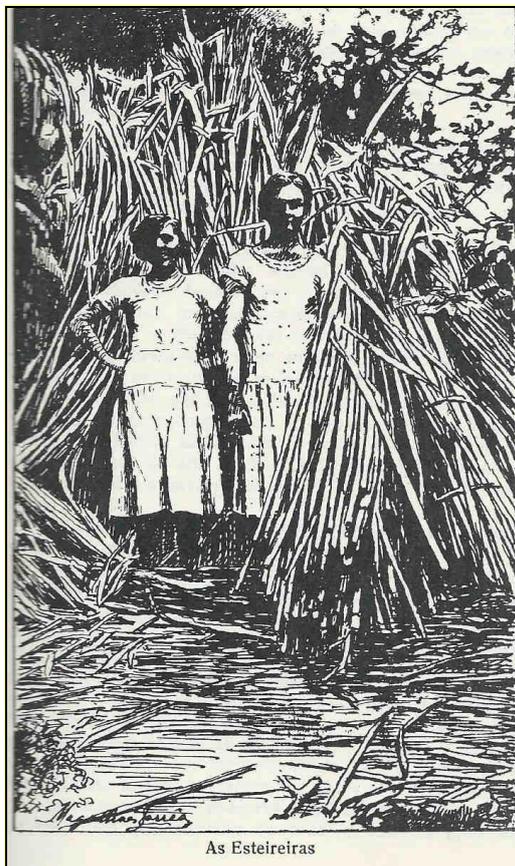
---

<sup>61</sup> Livro online com imagens. Disponível em: <http://www.wsc.jor.br/jacarepagua/imagens%20de%20Jacarepagu%E1.htm>. Acesso em: 06 jan. 2015.

fotografia: uma máquina de memória, feita de *loci* (o receptáculo: o aparelho de foto, sua objetiva, sua janela; caixa negra, recorte e retângulos virgens de uma película; de uma bobina a outra, desfile ordenado das superfícies vazias receptoras) e de *imagines* (as impressões, as inscrições, as revelações, que vão e vêm, sucedem-se nas superfícies, desenrolam-se em “cópias de contato”) uma *mnemotecnia mental* (DUBOIS, 2012, p. 316-317).

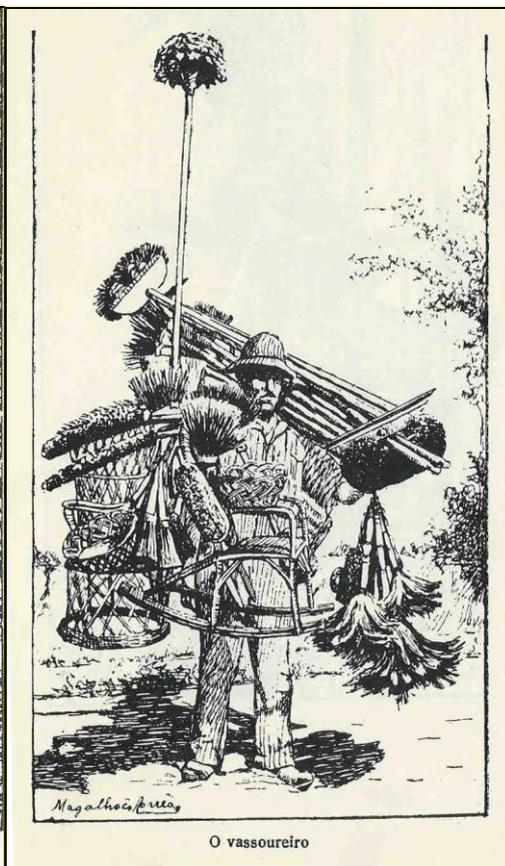
As imagens dessas obras foram se aglutinando e dialogando com a minha memória anterior e formou-se um projeto ulterior para se buscar revelar outras imagens que trouxessem à tona “outros sertanejos” que já tinham se tornado visíveis na obra de Magalhães Corrêa (1936). Do seu modo o autor nos apresentou as esteireiras, o tamanqueiro, o cabeiro, o tropeiro, o bananeiro, o pescador, o açougueiro, o padeiro, o capinzeiro, o cantoneiro, o carreiro de areia, o leiteiro, o pombeiro de aves, o quitandeiro, o tripeiro, o vendedor de plantas e flores, o vassoureiro, o lixeiro, entre outras personagens. Um contexto social próximo da realidade dos meus anos de moradia no bairro Taquara que me revelou um passado da vida cotidiana por essas bandas. É como se eu me perguntasse o que tem o trabalhador-morador a dizer sobre a região na qual habita.

Figura 31 - As esteireiras



As Esteireiras

Figura 32 - O vassoureiro



O vassoureiro

Fonte: Livro O Sertão Carioca

Fonte: Livro O Sertão Carioca

(As duas imagens acima estampam os traços e as atividades laborais dos(as) sertanejos(as) de outrora. As trabalhadoras e o trabalhador movimentando o território do Sertão Carioca com seus corpos na primeira metade do século XX.)

Nessa investigação, busquei registrar os “sertanejos” de Jacarepaguá nos projetos por onde passei no CFMA, com o uso amplo de algumas máquinas fotográficas digitais<sup>62</sup> de modelo e qualidade variados. O foco na captação e no estudo de imagens de outros registradores direcionou-se tanto no caráter de demonstrar um traço da realidade (DUBOIS, 2012) quanto em como evidenciar sua qualidade histórica, independentemente da qualidade estética (Burke, 2004). A reflexão dos herdeiros do “sertão” se processou no diálogo entre texto e imagem. A foto abaixo é uma investigação sobre os trabalhadores do CFMA contratados para atuarem no Horto-Escola, um dos projetos do campus. O olhar nesta cena específica voltou-se ao movimento corporal do sujeito no exercício do seu ofício e na interação com o seu ambiente de trabalho. Os outros “sertanejos” ganham cores nesta perspectiva. Todavia, a construção teórico-metodológica destas imagens não deixa de ser questionada neste trabalho. A análise de Dubois (2012) sobre a fotografia revela a sua interação com as demais fotos ocultas que não se manifestam no quadro.

**Figura 33 - Agentes de Restauração Florestal em ação (2013)**



Fonte: Acervo pessoal Vítor Pimenta

(Os “sertanejos” contemporâneos agindo no território da antiga CJM, mais precisamente no setor 1, CFMA. Corpos em movimento realizam gestos sutis e delicados no trato de mudas da Mata Atlântica.)

---

<sup>62</sup> Principalmente, as câmeras Sony DSC-S2100 e Canon EOS REBEL T1i.

A foto? Não acreditar (demais) no que se vê, saber não ver o que se exhibe (e que oculta). E saber ver além, ao lado, através. Procurar o negativo no positivo, e a imagem latente no fundo do negativo. Ascender da consciência da imagem ruma à inconsciência do pensamento. Refazer de novo o caminho do aparelho psíquico-fotográfico, sem fim. Atravessar as camadas, os extratos, como arqueólogo. Um fato não passa de uma superfície. Não tem profundidade, mas uma densidade fantástica. Uma foto sempre esconde outra, atrás dela, sob ela, em torno dela. Questão de tela. Palimpsesto (DUBOIS, 2012, p. 326).

Os dois trabalhadores acima são apenas uma superfície de um contexto social mais amplo presente na antiga Colônia Juliano Moreira (CJM) atualmente. Segundo o relatório *Levantamento das Famílias Moradoras do Campus de Jacarepaguá*, a CJM se caracterizava por ser “um macro - hospital público federal para doentes mentais crônicos, localizado em Jacarepaguá (Zona Oeste do RJ), que pertencia à Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAN) da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde (SNPES) do Ministério da Saúde” (ISER/FIOCRUZ, 2004, p.3).

Como outros hospitais contemporâneos, a CJM possui uma organização formal “burocrática”, no sentido weberiano do termo, o que significa que há um estatuto de regras ordenando a ação dos indivíduos em áreas fixas de jurisdição, uma organização hierárquica de autoridade e serviços num sistema de subordinações sucessivas e administração feita com base em documentos. Ao lado desta organização formal, convive uma outra, informal, implícita e não oficial, estruturada em uma rede de relações, acordos e alianças entre os membros da organização, pouco passível de ser influenciada por planejamento e regras ou ordens (LOUGON, 2006, p. 25).

De acordo com Lougon (2006), o conjunto hospitalar funcionava como um estabelecimento para receber pacientes declarados crônicos e sem perspectiva de recuperação ou melhora. Por conseguinte, os pacientes tinham data de entrada, mas sem saída. Rosa (2001), no conto *Sorôco, sua mãe, sua filha*, descreve a despedida da família na estação de trem. O “trem do sertão” era a imagem da passagem para outro mundo.

Aquele carro parara na linha de resguardo, desde a véspera, tinha vindo com o expresso do Rio, e estava lá, no desvio de dentro na esplanada da estação. Não era um vagão comum de passageiros, de primeira, só que mais vistoso, todo novo. A gente reparando, notava as diferenças. Assim repartido em dois, num dos cômodos as janelas sendo de grades, feito as de cadeia, para os presos. A gente sabia que, com pouco, ele ia rodar de volta, atrelado ao expresso daí de baixo, fazendo parte da composição. Ia servir para levar duas mulheres, para longe, para sempre (ROSA, 2001, p.62).

Ao entrar naquele carro, as duas mulheres adentraram em um estabelecimento

institucional regulado por práticas e técnicas assistenciais. Nessa concepção, a exclusão da loucura se juntou ao projeto de modernidade e urbanização das cidades. Processo iniciado na França e que influenciou o Brasil, quando “o poder público no Brasil tratará a loucura como um alvo de sua assistência específica a partir do século XIX, com a criação do Hospício Pedro II, em 1841 e que, em 1890, irá se transformar no Hospício Nacional dos alienados” (BARROS<sup>63</sup>, 2008, p.21 apud MORAIS, 2010, p. 172-173).

Na outra extremidade, o processo familiar até se chegar à internação, era dramático como, nos revela o autor:

De antes, Sorôco agüentara de repassar tantas desgraças, de morar com as duas, pejava. Daí, como os anos, elas pioraram, ele não dava mais conta, teve de chamar ajuda, que foi preciso. Tiveram que olhar em socorro dele, determinar de dar as providências, de mercê. Quem pagava tudo era o Governo, que tinha mandado o carro. Por forma que, por força disso, agora iam remir as duas, em hospícios. O se seguir (ROSA, 2001, p.64).

Nos termos de Goffman (1974), o hospital tipo colônia se tratava de uma instituição total, na qual “pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1974, p. 11).

A Colônia, segundo Lougon (2006), inaugurada dois anos após a fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) em 1922, constitui em grande parte a aplicação dos pressupostos teóricos e a concretização da Liga. Dessa forma:

Ao isolar os “degenerados” a Colônia bloqueia sua hereditariedade e, impedindo sua propagação na sociedade, favorece a eugenia, outro importante pilar do higienismo. A teoria da degenerescência apresenta-se, então, intimamente ligada ao projeto terapêutico que tem como modelo o hospital-colônia segregador, cujo objetivo primeiro é isolar o louco do convívio social, protegendo assim a saúde mental dos cidadãos do risco de contágio representado pelos degenerados. É a partir desta concepção – que vê a doença mental como originada num “degeneração orgânica”, hereditariamente transmissível e, portanto, susceptível de contaminar a sociedade – que se estrutura a profilaxia psiquiátrica, idealizada para evitar o contágio por meio do isolamento dos degenerados (LOUGON, 2006, p. 65-66).

O autor, médico psiquiatra integrante do *staff* hospitalar, analisando a orientação

---

<sup>63</sup> BARROS, Mary Cristina Silva. Repensando os porões da loucura; um estudo sobre o Hospital Colônia de Barbacena. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

político-ideológica assumida pelos alienistas que criaram a CJM destaca a coesão existente entre esse projeto monumental e o Estado. Um modelo sustentado pelo capital agrário, orientado pela República Velha, “cujo pensamento bem poderia ser traduzido pela famosa síntese atribuída a Arthur Bernardes: ‘A questão social no Brasil é um caso de polícia’”.<sup>64</sup>

A CJM ocupava uma área total de 7.864.108,52 m<sup>2</sup>, que correspondia à antiga Fazenda do Engenho Novo, onde, no século XIX, cultivava-se café, um produto de destaque na economia do Rio de Janeiro. Existiam ainda no Maciço da Pedra Branca diversas fazendas que seguiam o mesmo caminho no plantio do café. Entre elas, as vizinhas Fazenda do Barão da Taquara, Fazenda Camorim e Fazenda da Curicica (atualmente, bairros da Taquara, Camorim e Curicica). A Fazenda do Engenho Novo se destacava ainda pelas construções, principalmente pelo grande aqueduto de alvenaria sobre pilares de pedra em forma de arco (ISER/FIOCRUZ, 2004). Entretanto, o início da ocupação do bairro se deve a atividades rurais do período colonial, quando se destacam os engenhos de cana de açúcar da região. Este era um dos mais antigos engenhos de açúcar e fubá de Jacarepaguá, inicialmente chamado de Engenho Nossa Senhora dos Remédios. Só a partir de 1789, passou a ser conhecido como Engenho Novo de “Curicica”, “Pavuna” ou “Jacarepaguá”, quando ficou sob o controle da família Teles Barreto de Meneses (ANDRADE, 2010). Assim, entre os séculos XVII e XX, essa fazenda produziu cana-de-açúcar, fubá e café, utilizando-se de mão de obra escrava (ANDRADE, 2010; POTENGY, HOPPE, 2012).

Algumas edificações da época da Fazenda do Engenho Novo foram tombadas. “A sede da fazenda e a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, tombadas pelo INEPAC em 1990, são remanescentes do século 19. A igreja foi construída em 1862, por Dona Maria Teles Cosme dos Reis, filha de Catarina e Pascoal, sobre as fundações da antiga capela do século 17” (ANDRADE, 2010, p. 36). As ruínas do aqueduto que conduzia água para a propriedade do engenho, conhecido como Aqueduto dos Psicopatas, parte final em estrutura de arcos, foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938. “A jazida arqueológica do aqueduto foi registrada em 1962 no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN”.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> Ibid., p. 68.

<sup>65</sup> Ibid.

**Figura 34 - Sede da fazenda Engenho Novo (Década de 1940)**



Fonte: Acervo IMASJM

**Figura 35 - Sede da fazenda Engenho Novo (2013)**



Fonte: Acervo pessoal Vítor Pimenta

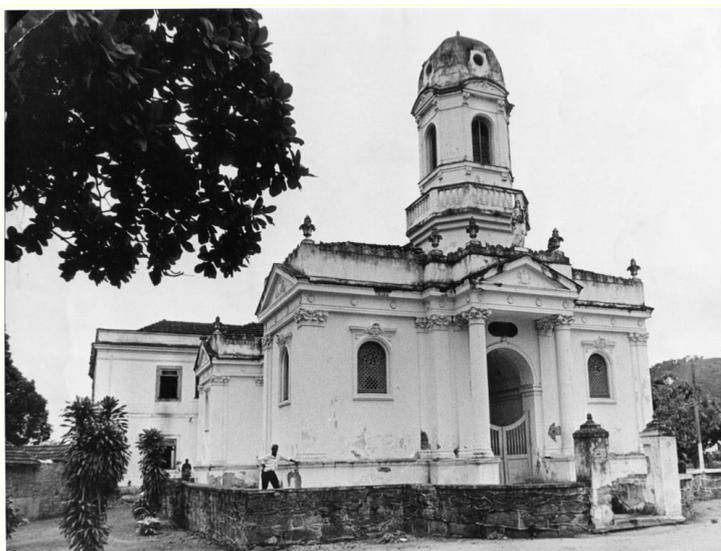
(As duas imagens acima referentes à sede da Fazenda Engenho Novo desvelam as marcas do tempo impressos no corpo arquitetônico do edifício em dois momentos distintos. Até hoje, o prédio se encontra entregue ao sabor das intempéries.)

**Figura 36 - Igreja de N. S. Remédios (2013)**



Fonte: Acervo pessoal Beatriz Freitas<sup>66</sup>

**Figura 37 - Igreja de Nossa Senhora dos Remédios (S/D)**



Fonte: Acervo IMASJM

(A presença física da Igreja Católica no território se remonta ao século XVII, quando anteriormente, no lugar desta igreja, fora construída uma capela. Atualmente, a igreja foi o único bem do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas que passou por um processo de restauração.)

---

<sup>66</sup> Imagem premiada em 3º lugar no “Concurso cultural Olhares sobre o Patrimônio Fluminense”, na categoria Adulto, no Tema Memória Preservada, com a fotografia “Luz da Colônia”.

Foi na área desta fazenda, a partir da desapropriação pelo governo federal iniciada em 1912, que se implantou a Colônia Juliano Moreira (CJM), inaugurada em 1924, tendo a construção iniciado em 1919. A CJM, sob a direção de Rodrigues Caldas, surge com capacidade para atender 300 internos. O propósito era sanar os problemas das colônias de alienados, São Bento e Conde de Mesquita, localizadas na Ilha do Governador. Conforme ISER/Fiocruz (2004), a Colônia buscou ampliar a assistência aos doentes mentais que necessitavam de um espaço livre maior, para práticas de desenvolvimento de oficinas e de trabalho agropecuário. Além disso, o espaço foi criado para diminuir a superlotação que prejudicava o êxito do tratamento e “reduzir o ônus do Estado, uma vez que o trabalho dos doentes deveria promover a autossustentabilidade do novo empreendimento hospitalar” (ISER/FIOCRUZ, 2004, p.4). A transferência dos pacientes das colônias da Ilha do Governador era realizada “a partir de critérios de encaminhamento baseados na cronicidade e indigência dos internos<sup>67</sup>”.

Lougou (2006) acreditava que poderia aplicar aos doentes a descrição trazida por Foucault dos ocupantes do Hospital Geral de Paris:

De todos os sexos, lugares e idades, de qualquer qualidade de nascimento e seja qual for sua condição, válidos ou inválidos, doentes ou convalescentes, curáveis ou incuráveis. Trata-se de recolher, alojar, alimentar aqueles que se apresentam de espontânea vontade, ou aqueles que para lá são encaminhados pela autoridade real ou judiciária (FOUCAULT<sup>68</sup>, 2013, p. 49 apud LOUGON, 2006, p. 31).

Neste cenário asilar, como nos apresentou Machado de Assis no conto *O Alienista*, o universo de internos era vasto. No caso de Casa Verde, eles vinham de todas as vilas e arraiais vizinhos. “Eram furiosos, eram mansos, eram monomaníacos, era toda a família dos deserdados do espírito. Ao cabo de quatro meses, a Casa Verde eram uma povoação. Não bastaram os primeiros cubículos” (Machado de Assis, sem ano, p. 11). Ao contar sobre o ambiente do asilo Casa Verde, Machado descortinou duas questões importantes que atravessaram esse modelo institucional. A primeira, o critério ou a falta de critério para internar os chamados “loucos”, tanto que no conto o autor expressa seu espanto por meio da personagem padre Lopes, quando ele confessa que não imaginara a existência de um número expressivo de doidos presentes no mundo e, o mais surpreendente ainda, a situação incompreensível de alguns casos. A segunda, como desdobramento da anterior, o alto número

---

<sup>67</sup> Ibid.

<sup>68</sup> FOUCAULT, Michel. História da loucura: na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 2013.

de internações, provocando a queda de qualidade no atendimento aos pacientes e, por conseguinte, o sucateamento do modelo de assistência.

Quando se inaugurou o complexo hospitalar, a região de Jacarepaguá era uma área rural de difícil acesso, apesar de ser ocupada desde o final do século XVI, reunindo expressivo patrimônio edificado, como as igrejas São Gonçalo do Amarante (1625), Nossa Senhora da Pena (1663) e Nossa Senhora do Loreto (1631).

**Figura 38 - Igreja São Gonçalo do Amarante (2010)**



Fonte: Acervo pessoal Vítor Pimenta

(Construção da primeira metade do século XVII, mais um patrimônio da Igreja Católica do período colonial presente na região de Jacarepaguá. Ao fundo encontra-se uma das sedes do Parque Estadual da Pedra Branca, chamado Núcleo Camorim<sup>69</sup>.)

A colônia, primeiramente, recebeu o nome de Colônia de Psicopatas-Homens. Somente a partir de 1935, passou a ser denominada Colônia Juliano Moreira<sup>70</sup>.

---

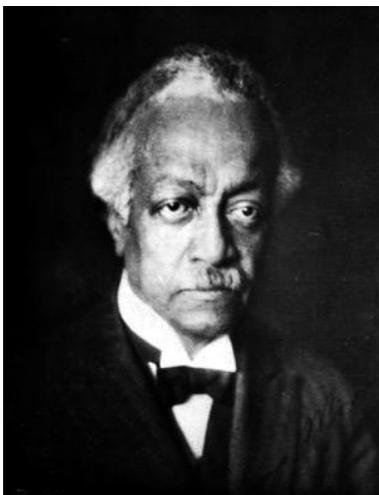
<sup>69</sup> Para maiores informações:

[http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA\\_008594#/Sobreoparque](http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008594#/Sobreoparque)

<sup>70</sup> Teço adiante uma síntese sobre o personagem Juliano Moreira por ser ele aquele quem passa a nominar a Colônia substituindo a denominação anterior: Colônia de Psicopatas-Homens.

## 4.1 Juliano Moreira

Figura 39 - Juliano Moreira (S/D)



Fonte: Blog História do Povo Negro<sup>71</sup>

Segundo Venancio (2010), o homenageado foi um jovem prodígio que se interessou desde cedo pela área de saúde. “Iniciou o curso de Medicina, na Bahia, onde nasceu, quando tinha apenas 13 anos! Cinco anos depois, em 1891, formou-se com a apresentação da tese ‘Sífilis maligna precoce’” (VENANCIO, 2010). Apesar da origem humilde, conseguiu com muita dedicação seguir sua vocação. O pai de Juliano era inspetor de iluminação pública, e a mãe, empregada doméstica. O menino foi apadrinhado pelo médico baiano Luís Adriano Alves de Lima Gordilho, barão de Itapuã (1830-1892). A relação dos dois se desenrolou na casa do barão, onde sua mãe trabalhava.

Quando tinha 23 anos, o jovem negro passou em um concurso para o cargo de assistente da cátedra de Clínica Psiquiátrica e Doenças Nervosas da Faculdade de Medicina da Bahia. Juliano Moreira sofreu muita resistência, já que a banca examinadora era, em grande parte, formada por escravocratas. Naquela época, logo depois da abolição da escravidão, “Ser negro, pardo ou mestiço era, quase sempre, uma barreira à ascensão social. Mesmo assim, Moreira conseguiu ultrapassar esse obstáculo, alcançando uma bem-sucedida trajetória profissional” (VENANCIO, 2010).

Em 1899, ele realizou uma conferência divulgando as ideias de Sigmund Freud (1856-1939). Diante dessa iniciativa, o médico é considerado o precursor da psicanálise no Brasil. Juliano Moreira também foi inovador, ao questionar as teorias que consideravam as doenças

---

<sup>71</sup> Disponível em: <https://historiasdopovonegro.wordpress.com/conhecimento/mudando-o-rumo-da-historia/>  
Acesso em: 12 jan. 2015.

comuns nos trópicos, como a sífilis, o beribéri e a malária, sendo causadas pelo clima, pela raça e pelas condições sociais.

Na área da saúde pública, ele incentivou fortemente a primeira lei de assistência aos alienados de 1903. A legislação tratou de três questões: “o direito de internação dos cidadãos com alienação comprovada pelas autoridades médicas, as condições institucionais necessárias para a internação dos alienados e o modo como a União deveria administrar e fiscalizar as instituições nesse campo” (VENANCIO, 2010).

Juliano Moreira participou ainda junto com os médicos Carlos Eiras, Henrique Roxo e Afrânio Peixoto, da elaboração da primeira classificação psiquiátrica brasileira, entre 1908 e 1910. A comissão se inspirou na grande síntese das doenças mentais feita pelo psiquiatra alemão Émil Kraepelin em meados do século XIX.

Assim como Kraepelin, Juliano Moreira acreditava que as chamadas doenças mentais eram uma exceção biológica e podiam ser observadas na dimensão orgânica dos doentes, nos seus traços de degeneração. As suas ideias eram diferentes da maioria das teses do mundo “civilizado”, onde os países mestiços eram vistos como mais suscetível à doença mental e à degeneração. Ele se afastava completamente da concepção de os distúrbios psiquiátricos estarem ligados a aspectos climáticos ou raciais.

A questão racial era assunto amplamente debatido pela intelectualidade brasileira no período, e Juliano Moreira, ao contrário de muitos, considerava possível a inclusão da miscigenada população brasileira em um projeto universal de desenvolvimento das nações. Para ele, o país poderia constituir uma sociedade fundada no ideal da igualdade moral dos indivíduos, por meio da melhoria da educação e das condições sociais (VENANCIO, 2010).

Juliano foi um profissional cuidadoso e preocupado com o tratamento dos doentes mentais.

Foi como interno do Hospício Nacional dos Alienados, no Rio de Janeiro, que o escritor Lima Barreto (1881-1922) conheceu o psiquiatra e diretor do hospital, Juliano Moreira (1873-1933). Desde sua primeira internação, em 1914, o escritor foi visto por vários médicos do hospício, um “mais nevrosado e avoado” que ele, e outro “que o tratou com indiferença”. Moreira, mulato como Barreto, despertou a simpatia do escritor: “Na segunda-feira, antes que meu irmão viesse, fui à presença do doutor Juliano Moreira. Tratou-me com grande ternura, paternalmente, não me admoestou, fez-me sentar a seu lado e perguntou-me onde queria ficar” (Ibid.).

Na administração do Hospício Nacional dos Alienados, no Rio de Janeiro, o gestor revolucionou propondo, no lugar de coletes, camisas de força e grades, a adoção da

klinoterapia (terapia pelo repouso) e do trabalho em oficinas como tratamento. O “alienista” também difundiu a necessidade de criação de diferentes tipos de hospitais para tratamento, como um manicômio judiciário para os doentes mentais criminosos:

Ficará completo a missão do Estado no que diz respeito a alienados no Distrito Federal, no dia que fizer construir pavilhões especiais para mentecaptos que praticarem crimes e para criminosos que ensandecerem, ou nos asilos comuns ou nas proximidades das prisões. Prevê ainda a construção de colônias para os alcoólatras, para os epiléticos e para os imbecis, tendo entretanto o cuidado de desvincular estes projetos do primeiro, de viabilidade econômica mais assegurada (MOREIRA<sup>72</sup>, 1920, p. 84 apud LOUGON, 2006, p. 63).

Ele também propôs a criação de uma colônia agrícola. Conforme Lougon (2006), era preciso construir os asilos da maneira mais científica e eficiente possível, compatível com as modernas conquistas da psiquiatria do momento. O projeto de Juliano Moreira sugere a separação dos doentes em cinco categorias conforme prognóstico e diagnóstico e, posteriormente:

que sejam diferentes os cuidados e mesmo a planta física dos hospitais que irão acolhê-los, permitindo maior ou menor liberdade de ir e vir, aproveitando a capacidade de trabalho dos que a têm, e custodiando os que devam permanecer encerrados (Ibid.).

Esta concepção de organização, projetada por Juliano Moreira, é o que veremos na seção seguinte, ao discorrer sobre o desenvolvimento da CJM, agora, penetrando no seu interior.

## **4.2 A vida íntima da CJM**

Quando a Colônia passou a ser intitulada Colônia Juliano Moreira, a instituição mudou também sua marca institucional de atender apenas pacientes masculinos. Assim, posteriormente, foram aceitas mulheres, crianças com patologias de desenvolvimento e adolescentes com problemas comportamentais, oriundos do antigo Serviço de Assistência a Menores (SAM) (POTENGY, HOPPE, 2012). Os hospitais-colônia caracterizavam um paradigma assistencial adotado pelo Estado Brasileiro no início do século XX. A criação desses espaços para tratamento e custódia de doentes mentais era vista como uma alternativa moderna ao modelo de hospício clássico vigente no século XIX. A ideia norteadora era deter os doentes mentais longe dos centros urbanos, haja vista que a presença desses enfermos era

---

<sup>72</sup> MOREIRA, J. Discurso – Lançamento da pedra Fundamental do manicômio Judiciário. Revista Siniátrica, ano XIII, 5: 72-73, 1920.

incômoda para a sociedade. Com tal característica, o projeto os isolou em espaços longínquos, onde o trabalho agrícola era o principal instrumento terapêutico, ou seja, a praxisterapia - *Praxis Omnia Vincit* (a prática sempre vence) - como alternativa para o confinamento das instituições fechadas. “O trabalho, em lugar da vida ociosa em hospícios tradicionais, era considerado ‘ordenador, moralizador e disciplinante’, como forma terapêutica de resgatar o que ainda restava de saudável nos ‘alienados’ (ISER/FIOCRUZ, 2004, p. 4-5).

Nessa perspectiva, a CJM distinguiu-se por ser um projeto público inovador de hospital-colônia baseado em dois pilares: a praxisterapia, trabalho agrícola como instrumento terapêutico, e a assistência heterofamiliar, onde a instituição concederia casas funcionais para alguns de seus funcionários, para que os mesmos proporcionassem aos pacientes um convívio familiar (LOUGON, 2006). Para atender à primeira prática, “todo manicômio moderno deve dispor de terrenos para ocupação dos doentes ao ar livre, um serviço de horticultura, avicultura, apicultura, etc., e um serviço de oficinas, nos quais é exigida uma relativa subordinação cerebral” (MOREIRA<sup>73</sup>, 1928, p. 438 apud LOUGON, 2006, p. 78). O segundo instrumento terapêutico visava à integração do doente, um meio de transição entre o hospital e a vida comum. “Para isso, o doente é entregue a uma família moralmente bem constituída, e lá vive sob a vigilância do alienista, prestando serviços compatíveis com seu estado mental e aptidões. A assistência hetero familiar se dá no interior das colônias, por intermédio dos funcionários e de duas famílias”.<sup>74</sup> Por meio da seguinte política: “Construindo o Estado casinhas, e dando-as aos seus melhores enfermeiros casados, fixa-os no estabelecimento, melhorando-lhes a vida e fiscalizando diretamente o trato dispensado ao alienado” (Brasil – Ministério da Justiça e Negócio Interiores<sup>75</sup>, 1923, p. 103 apud LOUGON, 2006, p. 79).

Desse modo, a assistência hetero-familiar foi implementada por meio dos funcionários e de suas famílias. Entretanto, o relatório do ISER/Fiocruz (2004) aponta que, posteriormente, essa proposta foi ampliada, tornando não mais obrigatório à família que recebia o paciente residir em terrenos da Colônia e nem mesmo estar ligada ao quadro de funcionários do hospital. À vista disso, no passado, somente os funcionários tinham autorização de residir nas moradias funcionais construídas na área da instituição. Com o passar do tempo, foram sendo construídas outras casas, além das agregadas às originais, em virtude do crescimento das famílias dos funcionários que lá permaneceram após cumprirem sua jornada de trabalho. Nesse contexto, os antigos moradores construíram um vínculo funcional e afetivo com a

---

<sup>73</sup> MOREIRA, J. Relatório do Ministério da Justiça e Negócio Interiores. Rio de Janeiro, 1928.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>75</sup> BRASIL. Relatório do Ministério da Justiça e Negócio Interiores. Rio de Janeiro, 1923.

instituição, resultando em uma quase total dependência no que se refere à própria sobrevivência e de sua família. Os moradores utilizavam a luz, a água, o correio e a cozinha do hospital, e seus filhos estudavam na escola da colônia, além de consumirem os produtos do hospital como frutas, verduras e a criação de animais.

Como se observa, a CJM, por um lado, foi responsável formalmente por construir as casas de alguns núcleos habitacionais, como a área dos Lordes, e, por outro, informalmente, “permitiu” ou tolerou a ocupação/construção de outras áreas, como as comunidades Caminho da Cachoeira e Fincão, localizadas no Setor 1, área cedida à Fiocruz. Tais áreas foram ocupadas, primeiramente, a partir dos anos 1960, pelos funcionários da Colônia. Todavia, em seguida, novas casas foram surgindo como resultado do parcelamento dos lotes e/ou da ocupação de outras áreas.

De acordo com a pesquisa de Lougon (2006), os moradores residentes na área da CJM eram, aproximadamente, 3 mil em 1984, independentes de estarem ou não vinculados à instituição.

Na verdade, o número apontado de três mil moradores corresponde a uma estimativa, pois o último censo realizado data de dezembro de 1982, quando foram recenseados 2.039 residentes, distribuídos em 430 casas. Destas, apenas 81 haviam sido construídas pela instituição para abrigar seus funcionários, sendo, neste sentido, as únicas de existência ‘oficial’, tendo as demais se originado espontaneamente. (LOUGON, 2006, p. 32).

Ao longo de 60 anos, a CJM se constituiu em uma população de residentes que se reunia em torno de “uma comunidade onde conviviam cerca de cinco mil pessoas direta ou indiretamente ligadas ao tema fundador: a doença mental”<sup>76</sup>, classificadas pela própria comunidade em quatro categorias: moradores referidos acima, doentes, funcionários e técnicos. Os doentes mentais somavam-se cerca de 2.600 em 1982, com predomínio de mulheres, na proporção de aproximadamente 50% a mais do que homens. Os funcionários – servidores de nível de escolaridade elementar e média, sem formação profissional específica na área de saúde mental – somavam-se cerca de 1.200, exercendo a função, geralmente, de manutenção e operação do conjunto hospitalar. “São auxiliares operacionais de serviços diversos, vigilantes, motoristas, mecânicos, porteiros, atendentes de enfermagem, cozinheiros, datilógrafos etc”.<sup>77</sup> Por último, os técnicos – servidores contratados para exercer funções de nível superior –, num total de 160 (1985). Eles são, em grande parte, psiquiatras, psicólogos,

---

<sup>76</sup> Ibid., p.30.

<sup>77</sup> Ibid., p. 31.

terapeutas ocupacionais, assistentes sócias e enfermeiros, profissionais da área de Saúde Mental. Em menor escala, inclui-se na equipe clínicos gerais, odontólogos e profissionais de outras áreas como nutrição, bioquímica, engenharia, arquitetura, direito, estatística etc.

Sobre a constituição do espaço físico e suas formas de organização, segundo Lougon (2006), a CJM se estruturava a partir de várias unidades e cada unidade constituía um núcleo. O Núcleo Rodrigues Caldas, inaugurado em 1924, é o mais antigo. Em 1984, dos dez pavilhões que possuía na sua estreia, apenas cinco encontravam-se em funcionamento, abrigando cerca de 250 internos. “Os pavilhões são galpões construídos em alvenaria, dispostos a uma distância de cem a quinhentos metros um do outro, e que dispõe de cerca 50 leitos cada, além de instalações sanitárias” (LOUGON, 2006, p. 34). Os pavilhões podem ser abertos, permitindo o livre ir e vir dos internos, ou fechados, construídos com muros e apresentando um pátio interno para banhos de sol e circulação.

Do ponto de vista administrativo, cada núcleo é dirigido por um chefe, que se subordina diretamente ao diretor da CJM. O staff, sob sua coordenação, divide-se entre a ‘equipe técnica’ e a de ‘funcionários’. A equipe técnica compõe-se de dois ou três psiquiatras, um odontólogo, um clínico geral, um psicólogo, um assistente social, um terapeuta ocupacional e um enfermeiro. A equipe de funcionários divide-se em atendentes de enfermagem, vigilantes e auxiliares ocupacionais de serviços diversos (AOSD), que constituem o grupo mais numeroso, que presta serviços na lavanderia, refeitório, almoxarifado e outros setores (LOUGON, 2006, p. 34).

De acordo com o relato de Lougon (2006), cada pavilhão mede cerca de 60 por 15 metros. Na parte interna, os leitos ficam a uma distância variável um do outro, dependendo do número de camas existentes. O prédio abriga ainda quartos individuais, geralmente cerca de quatro por pavilhão, que eram destinados quando inaugurados ou para os funcionários plantonistas ou para guardar material de almoxarifado. Em 1984, esses quartos eram ocupados por internos que obtiveram permissão para ocupar o espaço, significando um importante salto na qualidade de vida dos detentores, já que as enfermarias se encontravam em péssima condição de atendimento. “A inexistência de armários individuais ou de qualquer lugar seguro para guardar objetos pessoais leva a que os internos tenham de portar consigo todos os seus pertences, onde quer que estejam, para evitar que sejam furtados”.<sup>78</sup> Para realização de tal prática, a própria instituição fornece, como parte do vestuário, uma sacola de pano azul com alça destinada à guarda dos objetos pessoais. Entretanto, como comumente há falta ou insuficiência de sacolas, os pertences são escamoteados por baixo das vestimentas,

---

<sup>78</sup> Ibid., p. 35.

“conferindo um aspecto amorfo e bizarro aos pacientes”.<sup>79</sup> O quarto individual, apesar das suas medidas diminutas, oferece privacidade e segurança ao interno, pois pode ser trancado. Além de proporcionar a possibilidade de se ter objetos como uma mesa, um armário e um fogareiro, tornando a vida consideravelmente mais suportável. A aquisição de um quarto passa por dispositivos informais oriundos das relações de poder, praticadas por internos via tráfico de influências e favores. Nos termos de Goffman, a participação do interno nessa situação ocorre mediante “ajustamentos secundários”, ou seja, o participante atua utilizando meios ilícitos ou conseguindo fins não autorizados ou ambas as possibilidades, e demonstram participar de outras formas distintas daquilo que a instituição supõe que deve ser. Portanto, o participante age contra a interpretação oficial do que deve fazer e obter nesse ambiente organizacional. “Os ajustamentos secundários representam formas pelas quais o indivíduo se isola do papel e do eu que a instituição admite para ele” (GOFFMAN, 1974, p. 160).

Na sua descrição etnográfica, Lougon nos apresenta o caso dos chamados ‘xerifes’ – “pacientes que assumem a liderança num pavilhão ou, como são referidos pelos internos, aqueles que mandam nos outros” (LOUGON, 2006. p. 36). A relação de obediência com os outros internos pode ser garantida com uso da força física ou agressividade do xerife. O reinado do xerife pode também ser reforçado por acordo informal com os funcionários responsáveis pelo pavilhão, enfermeiros e vigilantes. Desse jeito, o xerife funciona como intermediário entre os agentes e os demais pacientes. “Por intermédio de pequenos favores, como indicar aqueles que estão fazendo coisas erradas ou precisando de tranquilizantes, auxiliar na distribuição de remédios, fiscalizar a execução da faxina pelos internos, coibir os considerados impróprios e impor a disciplina, o status do xerife é obtido ou confirmado”.<sup>80</sup> O status de xerife faz o detentor, muitas vezes, possuir quarto individual equipado com alguns utensílios, que podem incluir fogão, rádio ou televisão. O seu poder oriundo do acordo com os membros da instituição faz desse interno, muitas vezes, o porteiro do pavilhão, possuindo as chaves do prédio para abri-lo pela manhã e fechá-lo à noite.

Apesar da vida dos pacientes ser controlada por meio de rotinas diárias e horários rígidos como acordar, tomar cada refeição, ficar em silêncio e dormir, esta uniformidade não atinge a todos de modo semelhante. Alguns internos seguem as rotinas sem questionamentos e de forma tolerante. “Pois, para estes, a passagem do tempo apenas é marcada, no cotidiano do asilo, pelos momentos em que são servidos as refeições – o café da manhã às 7h, o almoço às

---

<sup>79</sup> Ibid.

<sup>80</sup> Ibid.

12h, e o jantar às 17h”.<sup>81</sup> Já outros pacientes, conseguem driblar as rotinas do hospital.

Numa instituição total, no entanto, os menores segmentos da atividade de uma pessoa podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe diretora; a vida do internado é constantemente penetrada pela interação de sanção vinda de cima, sobretudo durante o período inicial de estada, antes de o internado aceitar os regulamentos sem pensar no assunto. Cada especificação tira do indivíduo uma oportunidade para equilibrar suas necessidades e seus objetivos de maneira pessoalmente eficiente, e coloca suas ações a mercê de sanções. Violenta-se a autonomia do ato (GOFFMAN, 1974, p. 42).

A CJM, enquanto instituição total, nos termos de Goffman, operou com dispositivos que acarretavam o apagamento das diferenças individuais, “no sentido da perda de relações e objetos que compõem o universo e a história pessoais de cada interno, num processo descrito por alguns pesquisadores como de ‘desindividualização’ ou ‘despersonalização’ (Goffman, 1974; Moffat, 1980; Moreira, 1983)”.<sup>82</sup> Entretanto, Lougon (2006) observou, em seu trabalho na CJM, o aparecimento e desenvolvimento de estratégias de preservação da individualidade opostas ao princípio uniformizador do hospital. Alguns internos adotaram hábitos singulares, afastando-se do convívio coletivo homogeneizado pelas normas institucionais. “Em estudo realizado no Núcleo Ulysses Vianna, da CJM, Pedro Pelegrino (1983) aborda a homossexualidade como tática de rebeldia às normas homogeneizadoras da instituição”.<sup>83</sup>

#### 4.2.1 “Bispo”

Arthur Bispo do Rosário é um caso emblemático na utilização de artifícios artísticos para a autodefesa. O interno foi conduzido pela polícia para internação no Instituto Psiquiátrico da Praia Vermelha, em 1938, sendo transferido, em 1942, para a CJM, onde veio a falecer em 1989.

Chegando ao Núcleo Ulysses Viana, Bispo espontaneamente pediu que o encerrassem numa cela individual, destinada a pacientes agitados ou rebeldes, de onde não mais saiu. Utilizando criatividade, improvisou materiais diversos para produzir uma extensa obra artesanal. (...) Com o tecido azul do uniforme, Bispo obteve fio para bordar tapeçarias que retratam os navios em que viajou, os portos por onde passou, as bandeiras do código semafórico que utilizava quando sinaleiro, nomes de ruas do Rio de Janeiro que conheceu, ou ainda, a planta dos hospital em que se encontra. Nega-se a aceitar a condição de doente psiquiátrico que lhe deram, que sabe ser de “esquisofrenia paranóide” (LOUGON, 2006, p.47).

---

<sup>81</sup> Ibid, p. 38.

<sup>82</sup> Ibid. 45.

<sup>83</sup> Ibid.

**Figura 40 - Arthur Bispo do Rosário**



**Figura 41 - Mãos à obra**



Fonte: <http://espacohumus.com/arthur-bispo-rosario/>

Fonte:<sup>84</sup> Foto: Walter Firmo

(Bispo e manto amalgamados, formando um único corpo. Um corpo milimetricamente elaborado à mão para o dia da passagem e da apresentação.)

As duas imagens acima revelam a obra-prima de Bispo do Rosário chamada de Manto da apresentação. Essa obra é considerada por muitos especialistas como a síntese da criação do artista. Bispo a criou para cobrir seu corpo no dia de sua passagem da terra para o céu. Nessa realização, o criador ornamenta seu corpo para ser reconhecido por Deus, levando consigo, bordados a fio, todos aqueles que o considerava como próximos a sua figura.<sup>85</sup>

A cama nave, o manto sublime, os objetos sacralizados pela linha azul, revelam os aspectos celestes da morada, enquanto as palavras, os números cifrados e os mapas bordados sobre os tecidos desenhavam a geografia de uma terra absorvida pelo mundo que a obra instaura. A conjunção céu e terra que condiciona a instauração da obra de arte de Bispo é expressão de um delírio histórico-mundial, cujo motor é, na verdade, o desejo de habitar no plano ilimitado da composição da obra. Habitante da desterritorialização, Bispo se reterritorializa pela arte, fazendo a terra entrar no plano instaurado pela obra como condição do mundo que anuncia porvir (MACIEL JUNIOR, 2012, p. 111).

Arthur Bispo do Rosário transformou o espaço institucional, constituído de celas fortes, dor e sofrimento, destinado ao tratamento da doença mental em um cenário de criação, onde teceu com as suas próprias mãos uma perspectiva de morada da vida, arraigada na sua percepção de mundo. A CJM, nesse sentido, foi o palco do artista, além disso, o conjunto hospitalar, ao longo da sua história, sofreu com o processo de transfiguração.

<sup>84</sup> <http://www.futura.org.br/blog/2014/11/17/semana-da-consciencia-negra-tem-documentarios-debates-e-reportagens-especiais-no-futura/>

<sup>85</sup> Ver: <http://www.unesp.br/aci/jornal/207/divino.php>

### 4.3 Uma dinâmica de mudanças

Em 1944, devido ao alto número de casos de tuberculose registrados entre os pacientes da CJM, o governo federal investe em unidades hospitalares buscando resolver tal enfermidade. Dessa maneira, é criado o pavilhão de tisiologia Nossa Senhora dos Remédios (PNSR), voltado ao atendimento de pacientes do sexo feminino. Em 1952, inaugurou-se o Conjunto Sanatorial de Curicica, unidade independente da estrutura da CJM, durante a gestão de Raphael de Paula Souza, à frente do Serviço Nacional da Tuberculose (SNT).

Quando iniciou, em 1973, o complexo abrigou 15 núcleos em operação, totalizando 5.200 pacientes, sendo o momento em que o modelo assistencial chegou a ser mais aceito. Até 1988, foi feita uma desativação gradual dos núcleos por causa da redução do número de pacientes internados, seja por óbitos, evasões, altas e, principalmente, por uma radical redução de novas internações. Essa desativação que ocorreu paulatinamente foi fruto, inicialmente, da unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões de diferentes categorias profissionais (IAPs) e da criação, em 1967, do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). O INPS se responsabilizou pelos encargos assistenciais prestados anteriormente pela Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAN) e, posteriormente, “pela mudança do modelo assistencial de saúde, ao nível nacional” (ISER/FIOCRUZ, 2004, p. 6).

Em 1979, o movimento antimanicomial teve um papel importante, que resultou em intervenções profundas na instituição: “nesse período houve a suspensão dos tratamentos com eletrochoques, a abertura dos “quartos-fortes” (celas individuais onde alguns pacientes eram mantidos presos) e o fechamento do hospital para novas internações” (MACIEL, VENANCIO, ZELLI, MONNERAT, 2008, p. 2). Nessa conjuntura, o PNSR foi desativado no final da década de 70. Posteriormente, a direção da Colônia autorizou verbalmente sua ocupação por antigos funcionários e suas famílias. Outros prédios inativos também foram habitados sem regularização jurídica formal. Com o passar das décadas, houve um aumento populacional do tipo geracional, provocado pelo crescimento natural dessas famílias. “A área ao redor da Colônia também passou por um processo de adensamento populacional”.<sup>86</sup>

No começo dos anos de 1980, depois de atravessar por um longo processo de sucateamento e deterioração, a CJM inicia uma mudança no seu modelo assistencial, em conformidade com a Reforma Psiquiátrica que já vinha acontecendo em diversos países. De acordo com a análise de Lougon, deve-se considerar que os novos modelos de assistência

---

<sup>86</sup> Ibid., p. 3.

psiquiátrica se organizam segundo o contexto social, político, econômico e geográfico que cada nação enfrenta no seu percurso histórico. “Diferem, assim, o modelo dos países nórdicos, o sistema nacional de saúde inglês, a psiquiatria democrática italiana com seus conceitos singulares, a psiquiatria de setor francesa, a desinstitucionalização nos EUA ou o processo brasileiro” (LOUGON, 2006, p. 142), do ponto de vista do autor incipiente até aquele momento. A modernização da assistência a doentes mentais no Brasil seguiu os modelos de transferência dos países centrais para os periféricos, com forte influência da chamada Psiquiatria Democrática Italiana.<sup>87</sup>

Nesse contexto, a CJM aboliu as lobotomias, o eletrochoque, os abusos neurolépticos, e novas internações de longos períodos não foram mais aceitas. Assim, a assistência de novos pacientes ficou sob a responsabilidade, a partir de 1981, do Hospital Jurandyr Manfredini, que apresentava uma metodologia comunitária. “O Movimento Antimanicomial radicalizou a mudança de paradigma, procedendo-se a um esvaziamento dos pacientes dos pavilhões e criando-se novos dispositivos terapêuticos como centros de atendimento e residências terapêuticas” (POTENGY, HOPPE, 2012, p. 4). Na outra ponta, na mesma área da CJM, na década de 1990, ocorreram “ocupações” em massa que avançaram sobre as áreas fronteiriças da antiga CJM e que foram denominadas de: Antiga Creche, Área Verde, Dois Irmãos, Entre Rios, Vila Arco-Íris e Vale do Ipê.<sup>88</sup>

Em 24 de junho de 1996, segundo o relatório *Colônia Juliano Moreira: ações conclusivas do processo de municipalização e redefinição de área*, iniciou-se o processo formal de pré-municipalização da Colônia Juliano Moreira e diversos estudos foram realizados buscando integrá-la à malha urbana da cidade. A ação foi conduzida “por meio do Convênio nº 031/96-01 entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. O acordo constante no processo nº 25000.013758/96-45 incluía também, quinze postos de assistência médica do ex-Inamps e três maternidades” (BRASIL, 2003, p. 15).

A municipalização dos serviços de saúde da CJM “insere-se no conjunto de medidas governamentais de implementação da Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, de 19/9/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes”.<sup>89</sup>

Essa política, segundo este relatório final, teve como objetivo principal retomar o

---

<sup>87</sup> A este respeito, ver: ROTELLI, F. A institucionalização inventada. In: NICACIO, F. (Org.). *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec, 1990.

<sup>88</sup> *Ibid.*

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 11.

controle da situação fundiária no território, levando-se em consideração suas características em sintonia com a relevância do interesse público. Assim, os representantes do Ministério da Saúde (MS), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), do Ministério da Fazenda (MF) e das secretarias e órgãos municipais da Prefeitura do Rio de Janeiro foram designados, em novembro de 1999, pela Secretaria Executiva/MS, e compuseram um Grupo de Trabalho Interinstitucional. Ao longo de 23 meses, ocorreram negociações e iniciativas administrativas para identificar e redimensionar a destinação das áreas que compreendem o imóvel da União denominado Colônia Juliano Moreira. As atividades iniciaram-se em agosto de 1999 com a elaboração de um Plano de Trabalho para Conclusão do Processo de Municipalização da Colônia Juliano Moreira, que incluiu a formação de um Grupo de Trabalho (GT) e o processo de inventariança<sup>90</sup>, visando regularizar a transferência, o patrimônio e a cessão de funcionários federais.

Por sua vez, o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Oswaldo Cruz, reativa dentro do maior setor da CJM – denominado meio ambiente – o projeto de produção de medicamentos fitoterápicos, iniciado em 1995 nas terras daquela unidade, mantendo assim o domínio de parte da área, ampliando e intensificando ações em prol da pesquisa e do fomento do setor Saúde. Também vinculado ao Ministério e ocupando uma pequena área do imóvel, está a Fundação Nacional de Saúde/MS desde 1991, por meio do Centro de Referência Professor Hélio Fraga, excelência em pneumologia sanitária, o qual realiza pesquisas, dissemina tecnologia de ensino e produz insumos no combate e controle da tuberculose e de outras doenças pulmonares (Ibid., p. 14).

Esse processo, “com base nas orientações dos dirigentes, no material produzido nas reuniões do GT, nas negociações e nas contribuições dos segmentos envolvidos e fundamentados na legislação vigente”<sup>91</sup>, culminou com a divisão da CJM, no ano de 2000, em seis grandes setores. A área correspondente ao Setor 1 – com aproximadamente cinco mil hectares – foi concedida à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Setor 2, à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Saúde (SMS), o Setor 3, 3A e 3B, à

---

<sup>90</sup> Designação de comissão de inventariança conjunta (MS/SMS) para proceder ao inventário da Colônia e viabilizar o cumprimento dos procedimentos necessários à conclusão da Transferência da Gestão patrimonial e a correspondente integração à Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

<sup>91</sup> Ibid., p. 37.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Habitação (SMH), o Setor 4 e 4A, ao Agente Imobiliário (antiga propriedade do Ministério do Exército), o Setor 5 - Hospital Raphael de Paula Souza (HRPS) -, à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMS, e o Setor 6 - Centro de Referência Prof. Hélio Fraga (CRPHF) -, à Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) (Ver figura abaixo).

Figura 42 - Divisão territorial da antiga Colônia Juliano Moreira



Fonte: Estudo do PDCFMA sobre imagem do Google Earth

Na perspectiva do relatório final, a divisão da área total da CJM discorreu fortalecendo o valor institucional de caráter público, “sendo um consenso entre todos os órgãos envolvidos a necessidade de viabilizar uma gestão compartilhada desse complexo de terras, permeado por logradouros públicos, com ocupações institucionais, funcionais e invasões”.<sup>92</sup> O documento oficial demonstrou ser esse caminho o principal instrumento na busca por segurança e controle da infraestrutura existente naquele momento, pelo fato dos problemas, constituídos historicamente, demandarem ações urgentes e interinstitucionais, visando fundamentalmente ao funcionamento das unidades hospitalares e à proteção ao meio ambiente.

Por sua vez, a regularização da situação habitacional exigirá sensibilidade na abordagem da população; e transparência na adoção de critérios sociais e jurídicos. A forma de ressarcimento dos danos e prejuízos ao erário público, em face da constatação e comprovação da precariedade socioeconômica das famílias residentes, poderá até mesmo ocorrer liberando-se contrapartidas financeiras, mas certamente deve estar acordada formalmente em atos de zelo e de fiscalização, pela própria comunidade, do patrimônio cultural, ambiental e público que integra a Colônia Juliano Moreira. A promoção do ordenamento e urbanização da área já ocupada e sua integração ao bairro de Jacarepaguá deve primar pela retirada das ocupações dos imóveis e terrenos que possam, futuramente, comprometer a realização das ações de assistência à saúde (Ibid., p. 79-80).

O GT sugeriu o Setor 2 e Setor 5 como zonas de uso especial. À vista disso, a prioridade centrou-se para a área da saúde e ações socioeducativas. Eles compreendem, basicamente, as seguintes unidades de assistência psiquiátrica: Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira; Hospital Municipal Jurandyr Manfredini, e o Hospital Municipal Álvaro Ramos, além da unidade de assistência Hospital Raphael de Paula Souza - “*Hospital de Curicica*” para os(as) moradores(as) de “Curicica 1” -, cuja municipalização se efetuiu pelo Termo de Cessão de Uso de 29/12/1999. Ademais, “por constituir-se como unidade independente da estrutura da CJM, não foi contemplado no âmbito do inventário, somente na setorização da ocupação”.<sup>93</sup> O processo de destinação dessas áreas à Prefeitura do Rio de Janeiro demandou do ente executivo a apresentação do Plano Diretor de ocupação da área, principalmente quanto aos terrenos extra-hospitalares. A gestão dos setores, conforme indica o relatório final, “deve primar pela instalação de equipamentos públicos, sendo primordial tratar o conjunto de ocupações efetivadas por terceiros, em que mesclam-se funcionários autorizados, descendentes, invasores e comerciantes.”<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> Ibid., 79.

<sup>93</sup> Ibid., 54.

<sup>94</sup> Ibid., 76.

O relatório final só não apresentou a maneira como cada tipo de ocupante seria tratado pelo poder público, a partir da efetuação da municipalização da área da CJM. Como observamos no capítulo anterior, não houve qualquer distinção de tratamento entre aqueles que o poder público permitiu que construíssem suas casas na área do “*Hospital*” e os “invasores” que se estabeleceram, posteriormente, sem a permissão das instituições públicas. Nessa direção, os funcionários autorizados, descendentes, invasores e comerciantes foram todos classificados como “invasores”, habitantes de “comunidade” ou “favelados”, do mesmo modo como foram denominados(as) os(as) moradores(as) de “Curicica 1”.

Por fim, neste capítulo, tratei do contexto local, isto é, das transformações ocorridas no território da antiga CJM do período colonial passando pelas lembranças da minha infância e focando, particularmente, no processo histórico da instituição de saúde até chegar à compreensão da municipalização e aos seus desdobramentos. E são sobre estas perspectivas de futuro que irei me dedicar na última parte dessa imersão às lagoas de histórias de Jacarepaguá.

## 5 PROSPECTIVA

O espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo. O antropomorfismo. Necessidade da vacina antropofágica... Contra o mundo reversível e as idéias objetivadas. Cadaverizadas. O stop do pensamento que é dinâmico... E o esquecimento das conquistas interiores.

Oswald de Andrade – MANIFESTO ANTROPÓFAGO  
(Revista de Antropofagia, Ano I, No. I, maio de 1928)

Como se percebe, esta etnografia buscou mergulhar nas marcas deixadas pela experiência etnográfica no **“corpo-arquivo”**, navegando por rotas, onde o corpo, as sensações, as percepções, a memória possam ser revalorizadas e redescobertas. A iniciativa foi fazer uma reflexão que leve em consideração o ser humano de fato como um ser humano (MATURANA, 2012) e o corpo não em oposição ao espírito. Assim, expressou Frantz Fanon, “Nós estamos no mundo. E viva o casal Homem-Terra! Aliás, nossos homens de letras nos ajudam a vos convencer. Vossa civilização branca negligencia as riquezas finas, a sensibilidade” (FANON, 116, p. 2008).

Uma viagem que me permitiu vislumbrar a presença e participação da memória entrelaçada tanto no corpo do etnógrafo quanto no corpo textual desta etnografia. Estas letras aqui expostas se teceram a partir das lembranças, das feridas contraídas no campo de batalha do pesquisador. Colônia, “Curicica 1”, Jacarepaguá foram o palco dessa imersão experiencial, onde a prática do trabalho de campo, sentida e marcada anteriormente, mostrou-se potente na hora da construção etnográfica. Um movimento de dentro para fora que trouxe uma dimensão do passado, inscrita no corpo, para o tempo presente. Nessa revelação de imagens latentes, eu busquei demonstrar que a etnografia está submersa no campo da memória, seja quando o etnógrafo elabora sua dissertação, como tentei descrever aqui, ou quando ele entrevista um interlocutor(a), ou mesmo em conversas informais, pois nestes momentos o nativo acaba por acionar a memória de suas experiências. Nesta perspectiva, o trabalho do etnógrafo é permeado pela memória do pesquisador, incluindo a “memória corporal” (TAVARES, 2012), entremeada pela memória do nativo. Nesse sentido, a memória exerce o papel de relacionar o corpo presente com as marcas do passado e, simultaneamente, interfere na dinâmica corrente do hoje. A memória pulsa do passado jogando com as imagens do presente, em um diálogo permanente com o devir. Por isso, o significado das experiências passadas corre o risco de sofrer alterações a qualquer momento ou, como no caso de “Curicica 1”, a memória social é

acionada e as lembranças de origem e trajetória se transformam em um ato político contra o processo de mudanças trazidas pelas novas dinâmicas da cidade.

Nesse cosmopolitismo (Fisher, 2011), “Curicica 1” pode ser visualizada como uma vinheta, para pensarmos a relação micro e macrolocal, refletindo sobre as formas de lidar com a diversidade e com a diferença. Em outras palavras, relacionar a situação local, etnográfica e os grandes processos globais, isto é, por exemplo, analisar as conexões entre “Curicica 1” e “Olimpíadas” na cidade do Rio de Janeiro. O tempo atual do território, sobre o qual me debrucei nos três capítulos anteriores, é um período de notáveis transformações socioespaciais, resultantes tanto dos preparativos para os Jogos Olímpicos em 2016 quanto das obras de urbanização do Pac-Colônia. Grandes intervenções urbanas que se somam às demais políticas que atravessam o município do Rio de Janeiro, como a construção das vias com corredores de ônibus expresso TransOlímpica, TransCarioca, TransOeste e TransBrasil, as obras de infraestrutura espalhadas pela cidade, a implantação pelo poder público das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas “comunidades” anteriormente dominadas por poderes paralelos, têm como o objetivo efetivar a imagem de cidade “olímpica” e competitiva.

Os impactos socioambientais e urbanos gerados por estas políticas públicas na área da antiga CJM, região do bairro Jacarepaguá, um dos dez bairros da XVI RA (Região Administrativa), defrontam-se com a percepção do “morar” dos habitantes locais e do significado de tais intervenções, trazendo à tona marcas históricas distintas de apropriação do território pelos sujeitos locais. Este contexto coloca em cena uma cidade multidimensional que se configura no choque de concepções divergentes, as quais são disputadas na dinâmica da própria metrópole. Atualmente, parte das obras de urbanização e infraestrutura da prefeitura referentes ao PAC da Colônia Juliano Moreira (Jacarepaguá) está concluída em alguns setores, e outra, em andamento. Este projeto tem uma previsão orçamentária na ordem de R\$ 142 milhões (R\$ 100 milhões do PAC e R\$ 42 milhões do Pró-Moradia).

Intervenções: estão previstas a urbanização da região e implantação de infraestrutura, inclusive das comunidades Entre Rios – onde foram concluídas as obras e o Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) Zilda Arns –, Arco-Íris, Vale do Ipê, Caminho da Creche, Parque Dois Irmãos, *Curicica 1* e Nossa Senhora dos Remédios; a canalização e retificação dos rios Engenho Novo e Areal; a construção de 1.665 moradias e regularização fundiária da área com entrega dos títulos de propriedade. Também está programada a preservação da memória local com a recuperação do aqueduto e do centro histórico, onde será criado o Museu Bispo do Rosário, no antigo

Na mesma direção, a construção da TransOlimpica - corredor viário com faixas para BRT (Bus Rapid Transit) com 23 km de extensão ligando o bairro Deodoro ao Recreio dos Bandeirantes - é apresentada pela prefeitura como um legado das Olimpíadas que trará benefícios na área de mobilidade urbana tanto para a região quanto para a cidade, proporcionando aos usuários e moradores locais mais qualidade de vida. Este corredor viário fará conexão às outras vias expressas de mesma natureza, ou seja, se ligará à TransBrasil em Deodoro, à TransCarioca, na Taquara, e à TransOeste, no Recreio dos Bandeirantes, passando pela Colônia. Diante desse cenário, é importante elucidar os desdobramentos que tais investimentos vêm provocando, principalmente ao acentuar uma dinâmica de valorização da terra e de especulação imobiliária, em uma área já dominada por poderes paralelos (milícias).

A implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Colônia Juliano Moreira (Jacarepaguá) reitera a identidade desses moradores(as) como sendo diferente das demais que já se encontram no território e dos “outros” que virão, já que os moradores(as) de “Curicica 1” teceram, como observamos no capítulo 2, de maneira particular, uma concepção de “direito à moradia” engendrada na relação com o “*Hospital de Curicica*” no contexto da época. Não se trata de um direito universal, mas de um direito específico que se legitima devido ao trabalho exercido no Hospital. Estas novas formas de políticas públicas na esfera urbana inserem uma dinâmica na história de vida desses moradores que se relacionam à memória, à produção do controle da ordem, à construção de um bairro que se adequa a um modelo específico de cidade articulado entre poder público e setores empresariais sem a participação efetiva dos moradores. Isso se dá porque, a relação das moradoras(es) com o poder público, depois da municipalização, não foi efetivada como elas(es) esperavam a partir da reivindicação de melhoria da infraestrutura da localidade, como o asfaltamento de parte da Estrada da Curicica que se encontra sem pavimento, esburacada, produzindo nuvens de poeira. O grupo de “Curicica 1” não obteve sucesso na sua empreitada, segundo a moradora Tânia, devido à passividade dos moradores(as) de “Curicica 1”. Por outro lado, a moradora aponta à atenção dada pelos órgãos públicos aos grupos paramilitares, como sendo fruto da agressividade adotada pela milícia, cuja atitude rendeu o atendimento das solicitações do grupo, tanto que a “*Associação*” controlada pela milícia conseguiu “*legalizar*” a “*invasão*”,

---

<sup>95</sup> Secretaria Municipal de Habitação do município do Rio de Janeiro. PAC da Colônia Juliano Moreira (Jacarepaguá). Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?id=159876>. Acesso em: 14 jan 2014.

também, segundo o morador Cláudio. A falta de êxito na busca de concretização de seus direitos foi o suficiente para fazer os moradores(as) de “Curicica 1” desacreditarem na Prefeitura, tendo em vista a decepção que já traziam diante do fim da tutela empregada pelo “*Hospital de Curicica*” anteriormente. Tal descrédito fica evidente quando Tânia menciona: “*Então continuamos assim abandonados*”. A desatenção por parte da Prefeitura demonstra uma “cidadania incompleta” das moradoras(es) de “Curicica 1” que, na sua prática de mobilização, revelou o funcionamento atravessado do Estado na cidade do Rio de Janeiro, onde a milícia tem suas “reivindicações” deferidas e os ex-tutelados são ignorados, tratados como “invasores”, “subcidadãos”. O sentimento de abandono permanece nos corpos dos moradores(as) de “Curicica 1”, assim, eles continuam unidos, mas “desassociados”, ou seja, sem nenhuma instituição coletiva que os represente legalmente. O líder ou o papel de liderança que antes era exercido pelo “*Hospital*”, agora, é praticado pela memória social local de “Curicica 1”. Uma entidade na qual o tempo é o agente de legitimação, e, simultaneamente, o passado é acionado e trabalhado pelos agentes locais.

Nessa perspectiva de prática da memória, ao travar um diálogo intenso com boa parte dos moradores desta localidade, foi possível perceber que eles concebem o adensamento da região como sendo prejudicial à “paz da comunidade”, em função da chegada de pessoas de outras áreas, que são desconhecidas e diferentes dos demais que se encontram ali, grande parte, por décadas. A convivência com “*ocupações*” e “*invasões*” dos outros habitantes faz parte do processo histórico e da memória desses moradores, o que permitiu que eles reafirmassem suas especificidades identitárias e territoriais na região. Nas palavras do morador Cláudio: “... *tem áreas que não eram habitadas, então... vieram pessoas e fizeram comunidades... aqui nessa parte aqui não é invasão, não*”. “Curicica 1”, no entanto, é tratada pelo poder público a partir do processo de municipalização como área de invasão, de acordo com o memorial do Centro de Referência Professor Hélio Fraga presente no anexo do relatório “Colônia Juliano Moreira: ações conclusivas do processo de municipalização e redefinição de área”, de 12/01/2001.

Imóvel constituído pôr terreno com benfeitoria situado a Estrada da Curicica s/n.º no bairro de Curicica Rio de Janeiro – RJ, objeto de reversão para o centro de Referência Professor Hélio Fraga, que assim se descreve e confronta. O marco 1 esta localizado no canto do muro do imóvel, área de invasão e Estrada da Curicica. Partindo do marco 1, com azimute de 317°30’54”, e medindo 82.99 metros encontra-se o marco 2, o alinhamento compreendido pelo marco 1 e 2 confronta com área da invasão. Partindo do marco 2, com azimute de 330°14’47”; e medindo 305.38 metros encontra-se o marco 3; o alinhamento compreendido pelo marco 2 e 3 confronta com o

Projac Cidade Cenográfica. Partindo do marco 3, com azimute de 32°43'48"; e medindo 111.89 metros encontra-se o marco 4; o alinhamento compreendido pelo marco 3 e 4 confrontando com o Morro Dois Irmãos. Partindo do marco 4, com azimute de 119°45'10"; e medindo 265.38 metros encontra-se o marco 5; o alinhamento compreendido com área de invasão. Partindo do marco 5 e com azimute de 130°58'22"; e medindo 175.69 metros encontra-se o marco 6; o alinhamento compreendido pelo marco 5 e 6, confrontando com Hospital Raphael de Souza e Paula, partindo do marco 6, com azimute de 231°12'45"; e medindo 277.04 metros encontra-se o marco 1; e assim fechando o perímetro da área. O alinhamento compreendido pelo marco 6 e 1 confrontando com a Estrada da Curicica. E de acordo com levantamento topográfico com uma área de 82.017,50m<sup>2</sup> (oitenta e dois mil e dezessete metros quadrados e cinquenta centímetros) (BRASIL, 2003, p. 297).

O documento, acima, impõe a dissociação formal entre a localidade “Curicica 1” e o “Hospital de Curicica”, efetuada pelo mesmo Estado, representado pelo Ministério da Saúde (MS), que antes permitira à construção de moradias, conforme anexo A. Um processo de transformações que está conectado às alterações no modelo de assistência à saúde no Brasil. Como se observa nos capítulos anteriores, essas mudanças locais estão ligadas a uma nova concepção de assistência que perpassa a unidade de saúde do nível municipal ao nacional, passando pelo internacional. Assim, a administração do Hospital passou da gestão federal (Ministério da Saúde) para a gestão municipal (Secretaria Municipal de Saúde), seguindo os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição Federal de 1988.

Nessas mudanças que afetaram “Curicica 1”, a relação entre cultura local e cultura global está sempre presente, como nos aponta Bhabha (2008), ou seja, não se pode falar sobre o universalismo e excluir o local, ou, ainda, sobre o localismo, abstraindo deste o universal, pois ambos existem simultaneamente num mesmo tempo e espaço. O local da cultura está nesse espaço geo-histórico fluído e heterogêneo. Nesse sentido, as mudanças ocorridas no território da CJM, no que se refere ao modelo assistencial, seguiram-se em conformidade com a Reforma Psiquiátrica que já vinha acontecendo em diversos países, como, por exemplo, na Itália, França e Estados Unidos. As novas políticas adotadas pelo governo brasileiro na modernização da assistência a doentes mentais no Brasil chegaram à “Curicica 1” sem nenhum aviso formal. Os moradores e moradoras somente descobriram que não faziam mais parte dos planos do Hospital, quando foram homogeneizados pela nova direção do agora Hospital Municipal Raphael de Paula Souza (HMRPS) com o seguinte termo “*Ali, agora é favela*”. E é justamente contra esse processo de homogeneização aplicado pelo poder público que os moradores(as) de “Curicica 1” lutam recentemente. Uma dinâmica de produção de identidades distintas e diversas, estudada por Nestor Canclini, que aponta para o caráter

paradoxal dessa relação, pois, apesar da existência de “um processo de homogeneização globalizante que faz aflorar diferenças e integrações, esse processo não anula a cultura local, o regional; em outras palavras, seria como dizer que ‘viver em uma cidade não implica dissolver-se na massa e no anonimato’” (CANCLINI, 2008, p. 286). A questão é que existe um paradoxo da globalização contemporânea, nas palavras de Stuart Hall, “o fato de que, culturalmente, as coisas pareçam mais ou menos semelhantes entre si (um tipo de americanização da cultural global, por exemplo). Entretanto, concomitantemente, há a proliferação das diferenças” (HALL<sup>96</sup>, 1997 apud HALL, 2003).

Para os moradores(as) de “Curicica 1”, o PAC-Colônia e a TransOlímpica são relevantes transformações socioespaciais que acentuam ainda mais a distinção das identidades locais. Essas grandes construções, promovidas pelo poder público, em forma de empreendimentos urbanos, funcionam como catalisadores de novos processos de mudanças nas redondezas de “Curicica 1”. Nesse sentido, o fato de existirem já é algo preocupante para os moradores e moradoras de “Curicica 1”, ainda mais quando os projetos são realizados sem a participação efetiva da população. A participação popular se processa em poucas reuniões, pautadas por uma assimetria de poder de decisão entre população e a esfera governamental, sendo a última palavra dada pelo poder público, que baseia suas decisões a partir, por exemplo, de estudos controversos de viabilidade ambiental, social, etc. Nessa perspectiva de jogo político, os agentes públicos escamoteiam os ganhos políticos e econômicos por trás dessas operações, sendo a força motriz as vantagens privadas em detrimento da “coisa pública”. Em nome de uma cidade “melhor” para todos, as iniciativas dos governos passam por cima de uma minoria comparada à população da cidade do Rio de Janeiro, ignorando uma leitura local de desenvolvimento daqueles que já moram na região. O depoimento da moradora Tânia, a seguir, retrata como ela percebeu as mudanças na região, enfrentadas pelos moradores(as) de “Curicica 1”:

*Ah, é muito complicado porque vêm pessoas de outro lugar com maneiras diferentes, atitudes diferentes e agressivas. Não são atitudes que colaborem pra aumentar, pra evoluir. São atitudes pra denegrir, pra não ter ideias de evolução para os seus próprios filhos. Não estou dizendo todos, viu? Mas tem algumas pessoas que ainda impedem isso. E o negativo é mais forte que o positivo, porque as pessoas de bem não querem confusão... discussão... O lado da confusão, impede da gente de resolver coisas. (...) A gente vê palavrão demais, que é coisa que a gente quase aqui não tinha... falta de respeito com os mais velhos. Então, são essas culturas que eles trazem do lugar deles pra cá, essas mudanças (TÂNIA, 53 anos, separada, 41 a 50*

---

<sup>96</sup> HALL, Stuart. The local and the global. In: King, A. D. (Ed.). Culture, Globalization and the world system. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1997.

anos de tempo de moradia na localidade, pensionista, Ensino Médio Completo, renda familiar: acima de 5 S.M.).

Essas mudanças socioespaciais, como o PAC-Colônia e TransOlímpica acentuam a proliferação de novos habitantes que se tornam, mais uma vez, a grande questão enfrentada pelos moradores(as) de “Curicica 1”, segundo suas próprias palavras. Esse cenário ocasiona o surgimento de uma nova realidade social, cuja relação de forças se perpetua numa estrutura de vida em domínios majoritários e minoritários (FISCHER, 2011). Nesse contexto, os moradores(as) de “Curicica 1” buscam se ajustar às transformações em curso na tentativa de conseguirem uma prática ética de coexistência com os demais habitantes do território, no entanto, eles continuam resistindo às modificações sociais, baseadas na memória social de “Curicica 1”, uma vez que esses moradores(as) ergueram muito mais do que casas ao longo dessas últimas décadas de suas vidas. Eles construíram suas identidades atreladas à relação de interdependência com o “*Hospital de Curicica*”, tecendo, de maneira particular, uma história local. Uma trajetória registrada nos corpos e nas mentes dos moradores(as) de “Curicica 1”, na qual a memória enquadrada luta contra o esquecimento do poder público (POLLAK, 1989). Assim, o grupo procura trabalhar essas lembranças dos acontecimentos e das interpretações do passado para expressá-los publicamente, rompendo com o silêncio dos discursos dos agentes públicos que atualmente ignoram esse tempo pretérito neste cenário de grandes transformações urbanas.

Nesse ambiente de mudanças e disputa, os moradores(as) acionam a memória social da “situação histórica” que experimentaram tanto para se diferenciarem dos “outros” habitantes da região, inclusive dos novos que estão por vir, quanto para se protegerem da aproximação da Prefeitura com a implantação desses empreendimentos, devido, principalmente, ao medo de perderem suas casas e tudo o que elas representam. Nessa arquitetura social, pode-se dizer que o reconhecimento do direito à permanência na localidade sustenta o sonho da moradia, da casa própria. Entretanto, a presença da Prefeitura e da Fiocruz de maneira efetiva na região, ao invés de ser considerada uma chance de concretizar o sonho ou legalizá-lo, é encarada como uma ameaça real de serem expulsos de suas moradas da vida (HEREDIA, 1979), mesmo quando o morador Cláudio evoca o direito constitucional: “*A legislação diz o seguinte: que todo cidadão tem o direito a habitação. Então hoje em dia eu estou baseado nisso aí e estou morando aqui. Meu direito é de ficar aqui*”. Os depoimentos desses moradores(as) clamam por uma relação que se respeite o direito constitucional, mas, acima de tudo, que se leve em consideração a história local que eles

ajudaram a construir. Muitos desses moradores desejam é ter sua moradia legalizada, como narrou à moradora Fernanda: “*Eu acho que nós precisamos ter as coisas legalizadas, tudo direitinho para a gente... pagar imposto, pagar tudo*”.

Como podemos verificar, as representações, percepções e narrativas sobre o passado se tornam recursos estratégicos dos moradores e moradoras de “Curicica 1” na luta por direitos, de modo que o poder público assegure a diferenciação dos grupos culturalmente estabelecidos. Dessa forma, é importante se pensar a necessidade do diálogo entre antropologia e história, conforme analisou Sidnei Peres na sua obra *Política da Identidade*, cuja “a abordagem histórica e a etnografia se entrelaçam de modo a se complementarem e se reforçarem mutuamente, viabilizando a compreensão antropológica do movimento indígena e dos processos de emergência étnica no Rio Negro” (PERES, 2013, p. 375). A dimensão histórica nos permite vislumbrar os processos constitutivos que situam as possibilidades das experiências etnográficas no cotidiano concreto. A historicidade das relações entre moradores(as) e instituição de saúde pública no território da CJM, se mostrou importante na compreensão da percepção de “morar” e “direito à moradia”, da memória social, da identidade, das concepções de moradores(as), das sociabilidades e alteridades, do exercício da cidadania, etc. Outra relação que se apresentou relevante nesta etnografia foi entre pesquisador e instituição. “É, portanto, mister uma reflexão mais refinada sobre a atuação do antropólogo como sujeito, ou seja, sobre o modo como intervém na configuração das interações estudadas e sobre as respectivas implicações éticas e epistemológicas”.<sup>97</sup> Os pesquisadores, no contexto do projeto “Habitat Saudável”, no qual me incluo, cometeram a mesma violência simbólica que foi praticada pelos responsáveis do HMRPS, quando denominaram de “comunidade” a localidade “Curicica 1”, reproduzindo o conceito utilizado pela prefeitura na elaboração do relatório final (FIOCRUZ, 2010). Nessa situação institucional, acabei sendo dragado pelas normas e regras de elaboração e desenvolvimento de um projeto, limitado pelo fator tempo. Nesse sentido, tentei aqui, refletir sobre algumas práticas de realização do projeto, tocando, principalmente, no “autor generalizante” Fiocruz que homogeneizou a “heteroglossia” dos sujeitos do projeto, tanto dos pesquisadores quanto dos moradores(as) de “Curicica 1”. Nessa perspectiva, abri meu campo analítico para se pensar uma etnografia dialógica e polifônica, expressa no diálogo com os pares e moradores(as).

A partir dessa abordagem, construí uma noção de etnografia pautada na interação

---

<sup>97</sup> Ibid., p. 371.

dialógica com o outro, onde o meu **“corpo-arquivo”** interage com os demais corpos-arquivo dos interlocutores no interior dessa experiência, cujos dados de pesquisa não são apenas observados, como alertou Peirano (1995). Nessa relação, conforme a autora, os dados etnográficos marcam no corpo e no intelecto do pesquisador uma outra perspectiva de ser, transformando a sua própria personalidade. Nesses encontros, as categorias nativas e a observação do etnógrafo chocam-se e esse embate é sentido de maneira visceral muitas vezes, pois diferentes culturas se comunicam na experiência singular de um único ser, no **“corpo-arquivo”**.

Nessa experiência e postura epistêmica corporal, é possível realizar uma pesquisa etnográfica abrindo-se o leque de constituição de um novo circuito do conhecimento, que se propõe sair das amarras do pensamento dicotômico, ainda fortemente vigentes nas nossas Instituições de Ensino Superior (IES). A tentativa é buscar novos horizontes para se compreender os dispositivos cognitivos da incompletude dos corpos humanos como sujeitos e dos moradores(as) como cidadãos, limitados pela colonização do pensamento brasileiro, como bem expressou Julio Cesar de Tavares na sua análise:

Só radicalizando nossa maneira de pensar, condensando-nos, enquanto sujeitos, aos nossos objetos e deslocando-nos dos territórios permitidos para terrenos contaminados pelo recalque da colonização, é que poderemos fazer fecundar uma nova linhagem de pensadores que sejam capazes de “dar a volta por cima”: traçar a teia do que já foi tecido e caminhar por outras superfícies do pensamento e da realidade. Desta forma, não devemos ter escrúpulos em demarcar novos lugares de saber, novos territórios de investigação, novos continente de análise, que constituam novas superfícies de conhecimento. Poderíamos adotar muitos dos procedimentos dos arqueólogos, saindo à cata das realidades dispersas para construirmos sua compreensão sob a forma de discurso das diferenças (TAVARES, 2012, p. 137).

Por uma descolonização cultural imediata. Como bem apresentou Enrique Dussel (2015), é preciso olhar para nós mesmos e construirmos a nossa filosofia latino-americana, uma vez que “a filosofia europeia não é universal e a teoria surge da práxis”. Nesse sentido, o autor sublinha que não é necessário abandonar as contribuições dos grandes pensadores críticos europeus, mas sim nos colocarmos como protagonistas a partir da nossa experiência para emprendermos a crítica da descolonização, transformando esta crítica em caminho para desenvolvermos o nosso olhar sobre o mundo, seguindo essa perspectiva “as comunidades indígenas não estão perdendo suas tradições, estiveram antes da modernidade, durante e depois da modernidade. Possuem critérios exemplares como o respeito pela natureza, que é

uma atitude metafísica e ética que precisamos recuperar”. Saibamos concretizar a “antropofagia” nos avanços que cada civilização realizou, elaborando a crítica e criando o nosso mundo a partir dos nossos corpos pensantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. *Distúrbios identitários em tempos de globalização*. Mana, 7(2): 7-33, 2001.
- ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- ALMEIDA, Antonio Gouveia. *Colônia Juliano Moreira: sua origem e um pouco de sua trajetória histórica (1880-1946)*. Revista Brasileira de Saúde Mental, Rio de Janeiro, ano 13, v.11, p.161-169. 1967.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidade Imaginada: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Inês El-Jaick. *Ruínas do Antigo Engenho Novo no Núcleo Histórico Rodrigues Caldas da Colônia Juliano Moreira: pesquisa histórica e iconográfica*. Revista de História da Arte e Arqueologia, v. 13, p. 35-54, 2010.
- ARAÚJO, Carlos Francisco Correia de. *Jacarepaguá de antigamente*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1995.
- ASSIS, Machado de. *Contos selecionados (Vol. II)*. Coleção Machado de Assis. Prefácio e revisão de H. Pereira da Silva. RJ: Editora Prazo-livro Ltda., (sem ano).
- BAKHTIN, Mikhail. *Discourse in the Novel*. In: HOLQUIST, Michael (org.). *The Dialogic Imagination*. Austin: University of Texas Press, 1981 [1937]. p. 259-442.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- \_\_\_\_\_. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BECKER, Howard S. *Segredos e Truques de Pesquisa*. Tradução Maria Luiz X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o Espírito*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BHABHA, Homi K. *Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Compreender*. In: BOURDIEU, Pierre (Org.) *A miséria humana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. *Colônia Juliano Moreira: ações conclusivas do processo de municipalização e redefinição de área: Relatório final*. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2003, 1. ed., 6.a reimpr.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Rezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: \_\_\_\_\_. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

CORRÊA, Armando Magalhães. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1936.

COSTA, Waldemar. *Imagens de Jacarepaguá*. Rio de Janeiro: s. n., 1995.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000091.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2015.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997b.

\_\_\_\_\_. *O Ofício de Etnólogo ou como ter Anthropological Blues*. Cadernos de antropologia e imagem, v.1, 1978.

DAS, Veena. *Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: RBCS, v.14, n.40, junho, p. 31-42 1999. Disponível em:

[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=196:rbc-40&catid=69:rbc&Itemid=399](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=196:rbc-40&catid=69:rbc&Itemid=399). Acesso em: 15 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papyrus, 1990.

DUSSEL, Enrique. “La filosofía europea no es universal”. El Espectador, Colômbia, 03 abril 2015. Disponível em: <http://www.elespectador.com/noticias/actualidad/filosofia-europea-no-universal-articulo-552386>. Acesso em: 05 abril 2015.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000, 224 p.

ESTERCI, Neide. A medição da terra e o advento da nova ordem. In: \_\_\_\_\_. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador : EDUFBA, 2008.  
\_\_\_\_\_. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FIOCRUZ. *Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PDCFMA)*. Relatório Final – Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica: geração de Metodologias e intervenção social para a melhoria do ambiente construído. Rio de Janeiro, 2010.

FISCHER, Michael. *Futuros antropológicos: redefinindo a cultura na era tecnológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.  
\_\_\_\_\_. *História da loucura: na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2013a.  
\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2013b.  
\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FRIEDMAN, Jonathan. Ser no mundo: globalização e localização. In: Mike Featherstone (organizador). *Cultura Global. Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

GLUCKMAN, Max. “Malinowski’s ‘functional’ analysis of social change”. In: Order and rebellion in tribal Africa: collected essays with an autobiographical introduction”. London, Cohen & West, 1963, p. 207-234.  
\_\_\_\_\_. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. Bela Feldmann-Bianco (org.) Editora Globo. São Paulo, 1987.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.  
\_\_\_\_\_. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.  
\_\_\_\_\_. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. A questão multicultural. In: \_\_\_\_\_. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2003.

HASENBALG, Carlos. A distribuição de recursos familiares. In. HASENBALG, C.; SILVA, Nelson Valle (orgs.). *Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London and New York: Taylor & Francis, 2000.

\_\_\_\_\_. *Anthropology is not Ethnography*. (Read at the University of Edinburg. 12 March 2007, and Academy 14 March 2007.). *British Academy*, 154, PP. 69-92, 2008.

ISER/FIOCRUZ. Relatório Final - Levantamento das Famílias Moradoras do Campus de Jacarepaguá. Parte I e II. Rio de Janeiro, 2004.

LATOUR, Bruno. A etnografia das ciências. In: LATOUR, Bruno.; WOOIGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.

LOUGON, Maurício. *Psiquiatria institucional: do hospício à reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2006.

MACIEL JUNIOR, Auterives. De Manoel de Barros a Arthur Bispo do Rosário: o deslimite brasileiro. In: Catálogo da exposição: Arthur Bispo do Rosário: a poesia do fio do Santander Cultural. Porto Alegre, 2012.

MACIEL, Laurinda Rosa; VENANCIO, Ana Teresa; ZELLI, Bruno Dallacort; MONNERAT, Sílvia. História Oral dos Moradores do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios da Colônia Juliano Moreira. XIII Encontro de História. ANPUH – Rio de Janeiro. 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental* (2ª ed.). São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).

MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. In: *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos*. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MENDO PÉREZ, Maria Ayara. Produção social do espaço urbano na periferia da metrópole: a incorporação da antiga colônia Juliano Moreira no tecido formal do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado) – UFRJ / PROURB / Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2014.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORAIS, M. P. A. *Linguagem e Loucura em Guimarães Rosa*. Todas as Musas: Revista de Literatura e das Múltiplas Linguagens da Arte (Online), v. 01, p. 170-180, 2010.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo,*

*identidade e etnia*. Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004.

NADER, Laura. *Ethnography as theory*. Hau: Journal of Ethnografie Theory 1 (1): 211-219, 2011.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1968.

NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Ana Beatriz Melo da Silva de. *Habitabilidade e subjetividade: uma perspectiva de intervenção em assentamentos urbanos irregulares no Rio de Janeiro*. 2013. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de Engenharia Urbana, Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: \_\_\_\_\_. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000. p. 17-35.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *“O nosso governo”*: os ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; (Brasília, DF): MCT/CNPq, 1988.

PALMA, Ricardo. Prefácio. CORRÊA, Armando Magalhães. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1936.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. In.: *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, Isabel Brasil. *Dicionário da educação profissional em saúde*. Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 5 n.10, p. 200-212, 1992

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944)*: mito, política, luto e senso comum. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (Organizadoras). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, 8ª ed., p. 103-130.

POTENGY, Gisélia.; HOPPE, Sigrid. *Identidade e apropriações do espaço no bairro Colônia*. 28ª Reunião Brasileira de Antropologia. RBA. São Paulo, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Rio sem Remoções. *Vila Autódromo: uma história de luta*. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/vivaavila/index.php/joomla-home>. Acesso em: 14 jan. 2014.

ROQUETTE PINTO, Edgar. Prefácio. In: CORRÊA, Armando Magalhães. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1936.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. Marshall. “O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica: Por que a Cultura Não é um ‘Objeto’ em Via de Extinção”. *Mana. Estudos de Antropologia Social* 3 (1): 41-73; *Mana. Estudos de Antropologia Social* 3 (2): 103-150, 1997.

SARTRE, Jean-Paul. *Being and Nothingness*. Trad. por Hazel E. Barnes. Nova Iorque: Philosophical Library, 1956.

Secretaria Municipal de Habitação do município do Rio de Janeiro. *PAC da Colônia Juliano Moreira (Jacarepaguá)*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?id=159876>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL. Hospital Municipal Raphael de Paula Souza. Divisão de Apoio Didático e Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.sms.rio.rj.gov.br/servidor/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/manutencao/viaweb.htm?editionsectionid=164&infoid=1666>. Acesso em: 14 de Julho de 2009.

SEIDL-DE-MOURA, Maria Lucia; FERREIRA, Maria Cristina. *Projetos de Pesquisa: Elaboração, redação e apresentação*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

TAVARES, Julio Cesar de. *Dança de guerra – arquivo e arma: elementos para uma teoria da capoeiragem e da comunicação corporal afro-brasileira*. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

TURNER, Victor. *Liminal ao liminoide: em brincadeira, fluxo e ritual. Um ensaio de simbologia comparativa*. *Mediações, Londrina*, v. 17 n. 2, p. 214-257, Jul./Dez. 2012.

VECCHIOLI, Virginia. Resenha bibliográfica de *Critical Events. An anthropological perspective on contemporary India*. Livro publicado por Veena Das. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132000000200012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132000000200012&script=sci_arttext). Acesso em: 05 mar. 2015.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

VENANCIO, Ana Teresa A. *Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p.35-52.  
\_\_\_\_\_. *Sem camisa de força*. *Revista de História (Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro, v. 55, p. 65 - 69, 01 abr. 2010. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/reportagem-psiquiatria-sem-preconceito>. Acesso em: 20 jan. 2015.  
\_\_\_\_\_. “Sobre a desinstitucionalização psiquiátrica: história e perspectivas”. In *História, Ciências, Saúde*. V. 14, n° 4, p. 1415-1420. Out.-dez. 2007.

VENANCIO, Ana Teresa A.; CASSILIA, Janes Alessandra. Política assistencial psiquiátrica e o caso da Colônia Juliano Moreira: Exclusão e vida social (1940-1954). In Wadi, Yonissa Marmit.; Santos, Nádia Maria Weber (org.) *História e Loucura: saberes, práticas e narrativas*. Uberlândia, Ed. Universidade Federal de Uberlândia. 2010.

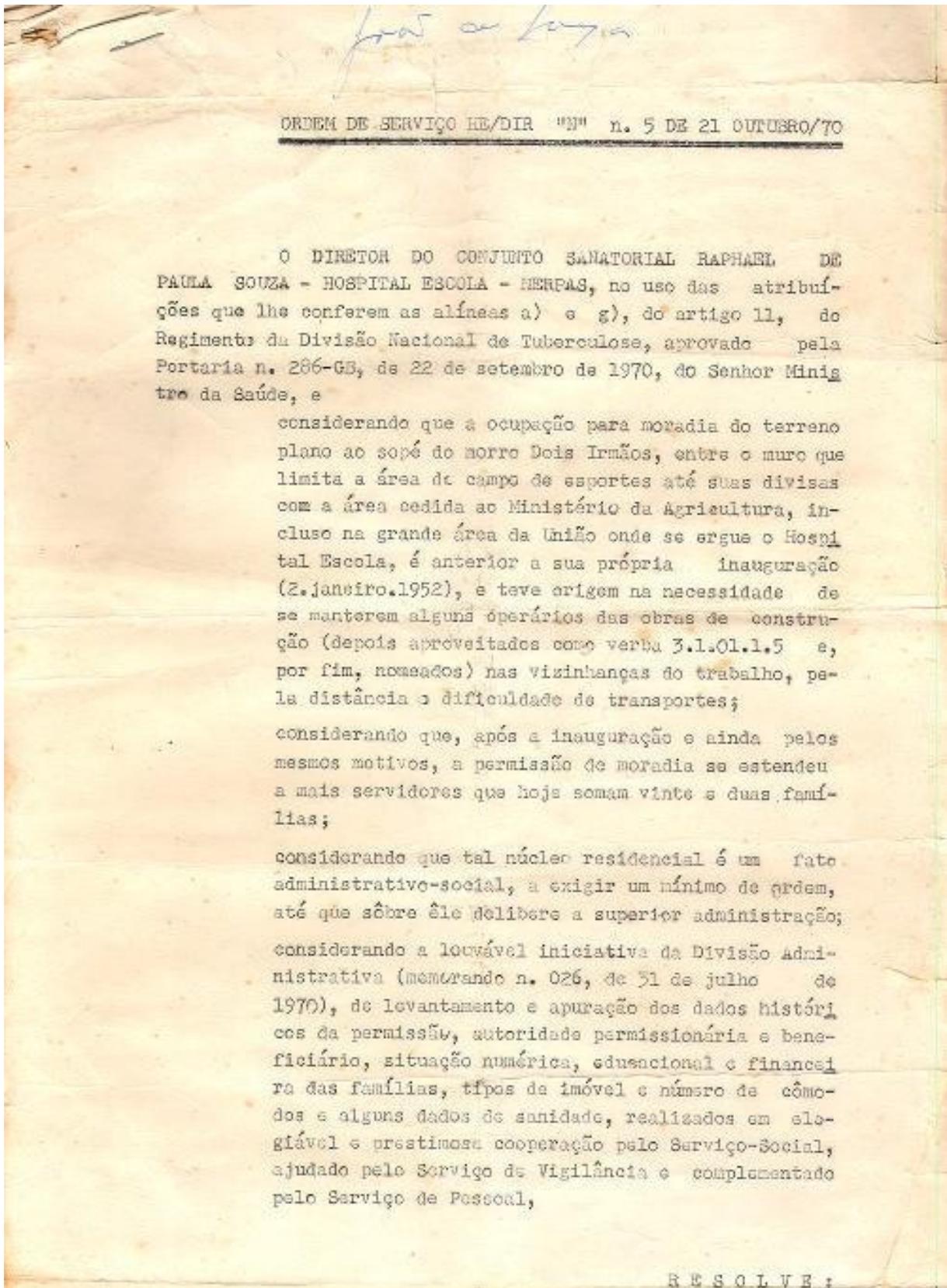
VENANCIO, Ana Teresa A.; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. “*Morar no asilo: perspectivas de análise da “comunidade interna” da Colônia Juliano Moreira*”. In Cadernos do NUPSO. Ano 2, nº 3. jan/ jun. 1989.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

## ANEXOS

### Anexo A - Ordem de serviço HE/DIR "N" n. 5 de 21 outubro/1970



1.0 - Instituir o livro aberto pela Divisão Administrativa, fiel traslado do levantamento feito, de "Registo de Moradores e Moradas", como instrumento oficial de controle da Vila Residencial dos Servidores do Hospital Escola.

2.0 - Proibir a construção ou montagem de novas moradas, a qualquer título.

3.0 - Tornar obrigatório, por parte dos moradores, requerimento protocolado no Serviço de Comunicações do Hospital Escola, para fins de ampliação ou reforma dos imóveis existentes, em que fique declarada a natureza da reforma ou o tipo de cômodo a ser construído e sua finalidade.

4.0 - Tornar restrito o uso dos atuais imóveis e de suas eventuais ampliações aos servidores responsáveis, registrados no livro referido em 1.0, e a seus ascendentes e descendentes diretos que em sua companhia vivam.

5.0 - Deferir competência ao Grupamento de Atividades Diversas, da Divisão Administrativa, para supervisionar o cumprimento do presente.-

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1970.

  
DR. JOSÉ ARISTIDES FERRAZ  
Diretor do Conjunto Senatorial Raphael  
de Paula Sousa - Hospital Escola

## Anexo B - Roteiro da entrevista qualitativa

**FUNDAÇÃO FIOCRUZ**  
PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS FIOCRUZ MATA ATLANTICA  
Escritório Técnico de Iniciativa Locais e Território Saudável  
Roteiro de entrevista para o entrevistador

### i. Preparação

Identificação e mapeamento de informantes-chaves: moradores mais idosos e mais antigos na área, jovens, lideranças informais, líderes religiosos, esportivos, culturais, artísticos, de grupos de pessoas que fazem bordado, comida, etc.

### ii. Objetivos da entrevista

Temos dois objetivos da entrevista qualitativa no contexto que estamos estudando: Conhecer um pouco mais sobre as redes sociais da comunidade, como se dão as relações sociais, como os diferentes grupos se relacionam; Conhecer um pouco mais sobre os temas abordados na entrevista. Não se trata de uma pesquisa com questionário a ser preenchido, mas uma entrevista direcionada para determinados tópicos que devem ser cobertos. A entrevista é mais uma conversa direcionada. O entrevistado tem a tendência de se estender ou de desviar a conversa para o assunto que ele está preocupado. Cabe a nós, entrevistadores, "puxar" a conversa para o que nos interessa de maneira que não haja muita divagação e as entrevistas possam ser comparadas. Estas são indicações de tópicos. Lembrar que todos os blocos devem ser cobertos na entrevista, embora cada um com profundidade diferente. Não se trata também de procurar regularidades quantitativas, mas de abordar aspectos qualitativos. Mesmo que apareçam comportamentos inusitados para a comunidade, pouco comuns, eles são importantes. As entrevistas devem ser gravadas e realizadas em um lugar tranquilo. Não fazê-lo quando perceber que vai haver muita interrupção, que o entrevistado está apressado, etc. A entrevista deverá ser feita em duas etapas. Portanto, o entrevistado será avisado que, como a entrevista é longa, você retornará para mais uma conversa. Esta estratégia é interessante porque dá a oportunidade de ver o contexto em dois momentos distintos: conhecer outras pessoas da casa e da vizinhança, facilitando a entrada. Sugere-se aqui o momento de parada da primeira etapa, mas depende de quando o entrevistador achar melhor parar.

Datas da entrevista: 1ª vez: \_\_\_\_\_ 2ª vez \_\_\_\_\_

Locais da entrevista (Local do bairro, bairro, município) 1ª vez \_\_\_\_\_ 2ª vez \_\_\_\_\_

Local de moradia do entrevistado (Local do bairro, bairro, município) \_\_\_\_\_

Pesquisador responsável: \_\_\_\_\_

Tempo da entrevista: 1ª vez \_\_\_\_\_ 2ª vez \_\_\_\_\_

### iii. Roteiro

**1. IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO DOMÉSTICO DO ENTREVISTADO** (verificar se o entrevistado já foi entrevistado na pesquisa quantitativa, se foi pular este item 1)

O entrevistador deverá anotar, em primeiro lugar, o nome do entrevistado e suas características. O entrevistado é o Ego. A partir dele se dá a relação de parentesco. Quando não há relação de parentesco, determinar a relação social (ex: amigo do filho, agregado). A seguir, passa-se para os outros componentes do grupo doméstico, um a um.

Nome	Grau de	Sexo	Idade	Local de Nascimento	Atividade	Estuda	Se Não
------	---------	------	-------	---------------------	-----------	--------	--------

	parentesco			Onde nasceu?	principal atual Faz o que?	Se Sim, Qual série?	estuda Qual a última série estudada
	EGO						

## 2. ORIGEM E TRAJETÓRIA SOCIAL

- 2.1. Onde o(a) senhor(a) nasceu? Foi lá que o(a) senhor(a) passou sua infância?
- 2.2. Principal atividade dos pais: se rurais, tinham terra ou não? Se já eram urbanos, o que faziam?
- 2.3. Qual o nº de irmãos e onde vivem? Possui contato com os irmãos? Como era a vida na época em que o entrevistado(a) era criança?
- 2.4. Como era a casa em que nasceu? (com atenção a aspectos construtivos, mas não exclusivamente).
- 2.5. Você trabalha? Com que idade começou a trabalhar? E o que fazia?
- 2.6. Na região onde o(a) senhor(a) morava costumava ter festas? O(a) senhor(a) costumava ir?
- 2.7. Em caso positivo, como eram essas festas
- 2.8. Você é casado? Com que idade e com quem se casou?
- 2.9. Em que outros lugares já morou e trabalhou? Tentar ver sua história de migração: primeiro entre lugares (cidades e estados) e, depois, intrametropolitana (municípios e bairros).

## 3. SOBRE A FAMÍLIA

### 3.1. SOBRE OS PAIS:

- 3.1.1. Estão ainda vivos? Moram ou não com o Sr.(a)?
- 3.1.2. Ajuda os pais? Em quê? (financeiramente, leva ao médico, etc.).
- 3.1.3. Escolaridade dos pais? (verificar: se são alfabetizados, em que série pararam os estudos, se pararam há muito tempo, se voltaram a estudar, se estão estudando agora).

### 3.2. SOBRE OS FILHOS: (SE TIVER)

- 3.2.1. Todos os filhos moram com o Sr.(a)?
- 3.2.2. Se não, onde moram e o que fazem? Frequência de visitas. Têm hábito de visitar parentes aos domingos?
- 3.2.3. Tem filhos menores que não moram com ele(a)? Se tiver, perguntar idade e sexo, com quem moram, e se ele(a) ajuda na criação e de que forma.
- 3.2.4. Se tiver filhos casados que não moram com ele (a): onde moram, quantos filhos tem e se ele (a) dá alguma ajuda material ou de tempo (cuida de criança, etc.)?
- 3.2.5. Como são as relações com sua família (onde nasceu ou a que criou)? Família ajuda ou atrapalha? Ajuda em que e atrapalha em que?
- 3.2.6. Quando está “na pior”, quem ajuda? Com quem conta?  
Verificar o consumo, através dos bens que tem em casa que são de uso comum e que são de uso pessoal: fogão, geladeira, TV, rádio, som, aparelhos eletrônicos, instrumentos musicais, computador, máquina de costura, eletrodomésticos e outros. Verificar se são novos ou já usados.
- 3.2.7. O que na casa é dele? O que comprou ou ganhou?

#### **4. SOBRE AS CONDIÇÕES DE MORADIA ATUAL**

##### **4.1. DESCRIÇÃO DA CASA**

4.1.1. Tentar que o entrevistado faça uma descrição da casa em que mora. De que material é feita, quantos quartos, se tem laje, se está em construção, se é alugada ou não. Se foi feita pela família, qual foi processo de construção. Tempo em que está morando.

4.1.2. A ideia aqui é determinar, em certa medida, o nível de vida do entrevistado. Seria interessante também verificar o consumo, através dos bens que tem em casa que são de uso comum e que são de uso pessoal: fogão, geladeira, TV, rádio, som, aparelhos eletrônicos, instrumentos musicais, computador, máquina de costura, eletrodomésticos e outros. Verificar se são novos ou já usados.

4.1.3. O que na casa é dele? O que comprou ou ganhou?

4.1.4. Como a família (ou os moradores) contribui para a manutenção da casa?

##### **4.2 ASPECTOS SUBJETIVOS DA MORADIA**

4.2.1. Procurar observar e registrar, por escrito, a decoração do ambiente, como os móveis estão dispostos, quadros, estátuas, objetos, eletrodomésticos. Este ambiente pode ser uma sala, um alpendre, uma cozinha e, se, por acaso, o entrevistado mostra os quartos: como estão dispostos os móveis?

4.2.2. Descrever e perguntar tudo que chamar a atenção do pesquisador. Por exemplo, se tiver plantas, se ele é quem gosta de plantas, quem cuida? Se tiver santos: qual a devoção dele (a). Se tiver computador, aparelhos eletrônicos, quem utiliza, para fazer o que: jogar, estudar, trabalhar, em que? Frequência de uso. O que o entrevistado pensa disso (se for de outra geração).

4.2.3. Para facilitar a conversa: perguntar a opinião dele sobre aspectos de conforto da casa, como por exemplo, se ele acha que a casa é quente, se é ventilada. Se foi ele que construiu se ele considera que está bem construída, ou não, se necessita de reparos, manutenção, reformas .

4.2.4. E quais seriam e quais as razões. Também conversar um pouco sobre a utilização dos cômodos, o que se faz em cada cômodo, onde dormem as pessoas da casa.

#### **5. HISTÓRIA LOCAL COM FOCO PRINCIPAL NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA E NAS MUDANÇAS AMBIENTAIS E SOCIAIS OBSERVADAS**

A idéia aqui é determinar quando ele veio morar no local onde mora, por que veio morar aqui, como veio (indicação, ocupação, etc.). Se já conhecia a região, a área ou algum morador. Se houve ajuda para ele vir morar nesta área.

5.1. Se já chamou alguém para morar na área, se ajudou e como ajudou nesta mudança?

5.2. Parentes e/ou amigos morando na mesma comunidade ou próximo. Determinar o grau de parentesco. Se há visitas entre eles. Se esta situação é boa ou ruim. Por quê?

5.3. Se tiver amigos morando próximo como os conheceu?

5.4. Determinar as mudanças de casa que já teve. Especificar os locais ( município, área da cidade do Rio de Janeiro, comunidades) e mudanças internas à comunidade, razões das mudanças e formas (passou para aluguel, invasão, compra , etc.)

5.5. Determinar como era a primeira construção – ele fez ou comprou. Tipo de reformas, mudanças, complementações, ampliações que a casa teve. Não se esquecendo dos casos de terrenos maiores em que os moradores permanecem construindo. Razões das reformas ou novas construções.

5.6. Acha que as mudanças foram para melhor? O que ainda gostaria de fazer na casa e/ou terrenos?

5.7. Em que fase estão as reformas (terminadas, em meio, falta pouco para acabar, falta muito)?

- 5.8. Como foi o processo da construção (ele mesmo fez, contratou alguém da comunidade ou de fora para fazer)? Como conseguiu ou está conseguindo fazer a reforma (uso do FGTS, 13 º, outras economias, hora extra, outra atividade)? Quais as principais diferenças desta casa hoje com a casa em que morou antes desta?
- 5.9. Como conseguiu o terreno em que está a casa hoje? A maior parte das famílias que moram na comunidade veio do mesmo lugar ou de vários lugares? De onde vieram? Quando elas vieram para cá?
- 5.10. Em geral, como era essa região e essa área da comunidade quando ele chegou aqui? O que mudou mais por aqui desde essa época até os dias atuais?
- 5.11. Quais foram as principais mudanças ocorridas em termos ambientais? Primeiro, pensando nos elementos da natureza, como as nascentes, os rios, as árvores e os animais; segundo, pensando na própria ocupação humana, ou seja, como foi aumentando o número de casas e famílias e quais foram as principais mudanças produzidas por esse aumento?
- 5.12. Tentar reconstituir, na história da ocupação da área, o agravamento dos problemas ambientais e sociais, decorrentes, entre outros, do adensamento habitacional e da falta de infra-estrutura e saneamento básico. Considerar também a presença, ausência e qualidade dos equipamentos urbanos (como escola, posto de saúde, hospitais), transportes, e comércio com preços mais razoáveis e serviços (como coleta de lixo).
- 5.13. Levar algumas cópias do mapa local (comunidade e seu entorno direto, incluindo o campus Fiocruz) sem as atuais edificações, somente com as referências espaciais/ambientais básicas (como morros, rios, ruas, avenidas, etc.) que ajudem o entrevistado a se situar no espaço da comunidade e seu entorno.
- 5.14. Registrar em mapa as mudanças apontadas, com a ajuda direta do entrevistado nesse registro, tentando fixar pelo menos dois momentos distintos do passado (quando chegou e a meio caminho do momento atual) e o momento atual do ponto de vista do entrevistado (cuidando o entrevistador para não induzir o entrevistado a partir do seu ponto de vista).
- 5.15. Que mudanças ocorreram desde sua chegada aqui na comunidade?
- 5.16. O que considera que mudou para melhor (também em termos da natureza local e em termos das relações humanas na comunidade)
- 5.17. O que considera pior entre as mudanças ocorridas nessa área? (buscar resposta em termos ambientais, da natureza local, e em termos sociais, ou seja, das relações entre os moradores).

## **2ª PARTE DA ENTREVISTA**

### **6. TRAJETÓRIA DE ESTUDO**

Lembrar que ESTUDO aqui se refere a qualquer tipo de curso ou aprendizagem, não somente a escolaridade formal. Por isso é preciso discriminar com precisão. Inclui aprendizagem em oficinas, ateliers, escritórios, na rua.

- 6.1. Como foi a sua vida escolar ou como vem sendo a sua vida escolar. Contar toda a trajetória: entradas e saídas da escola (diurno ou noturno), séries que cursou, escolas próximas ou distantes, motivos de abandono e de retorno, escolas públicas, particulares, telecursos, ong's, igrejas, pré-vestibular para negros e carentes.
- 6.2. Você frequenta escola? Se sim, qual? Como é a sua escola?
- 6.3. Para que serve o estudo? Gostaria de continuar a estudar ou frequentar a escola?
- 6.4. Que dificuldades o Sr.(a) enfrentou para se manter na escola? E hoje, voltou a estudar? Tem vontade de voltar a estudar?
- 6.5. Com o estudo que tem que tipo de trabalho consegue?
- 6.6. Como era ou é sua escola? O que mais gosta ou gostava em sua escola? A idéia aqui é perceber como são vistos os jovens mais escolarizados, se são estigmatizados

positiva ou negativamente

6.7. Você conhece jovens na sua comunidade que concluíram ou estão concluindo o ensino médio? E a universidade? Como acha que conseguiram chegar a isto?

6.8. Verificar se ele faz ou fez algum tipo de aprendizagem, treinamento ou semelhante. Por exemplo, em oficinas, ajudando um parente, em firmas, etc.

## 7. INSERÇÃO NO TRABALHO

Anotar qualquer atividade que proporcione algum tipo de remuneração. Não importando se com carteira assinada ou não. Ficar atento e anotar se o entrevistado faz alguma diferença entre trabalho e atividade, entre trabalho formal e informal, com carteira e sem carteira, temporário, eventual, regular, etc. E que critérios utiliza para classificar a atividade como tal. Peça a descrição da atividade, se é feita todos os dias e há quanto tempo. Verificar se alguém do grupo domiciliar recebe aposentadoria ou algum benefício. Cuidado também para vocês mesmos não sugerirem as suas próprias categorias e classificações.

### QUADRO SOBRE ATIVIDADES

Levantar as suas atividades consecutivas anotando idade, tempo de exercício, tipo de relações de trabalho e tipo de atividade exercida, período que ficou sem trabalho, tempo de procura por trabalho e por que saiu de cada trabalho. Se concomitante anotar as duas.

Atividades (desde a 1a)	Idade que tinha	Tempo de exercício	Tipo de pagamento (*)	Com carteira assinada	Atividade eventual	Razão da saída

\*Mensal, diário, eventual

7.1. Atualmente considera que está trabalhando? Se não, está tendo alguma atividade remunerada? Considera que esta atividade é trabalho? Se não considera, por quê?

7.2. Qual foi a primeira atividade remunerada? Qual a idade que tinha nesta época? Considera que era um trabalho? Era um emprego? Como conseguiu, quanto tempo ficou e por que saiu. Identificar se há diferenças no uso dos termos emprego, trabalho e outros termos que emprega.

7.3. Mesmo que se considere agora com trabalho, verificar se ficou algum tempo sem trabalho. Levantar os períodos sem trabalho e se procurou trabalho nestes momentos. Como procurou (por anúncio, agência, indicação de amigos, etc.)? Se deixou de procurar, por quê? Como se sustentava? Verificar se estudava nestas épocas, se parou e por que. Como arranjou trabalho?

7.4. Caso se considere sem trabalho verificar se busca trabalho, em caso negativo por que; como se sustenta e há quanto tempo está nesta situação. Chegou a procurar trabalho? Por quanto tempo e como procurava trabalho. Há quanto tempo parou de procurar trabalho e por quê? Como avalia o seu caso? Que tipo de trabalho ou de emprego você procura?

7.5. O que entende por trabalho e por emprego? E por viração. Veja se emprega outros termos para designar o trabalho informal (biscate, bico, etc.) e se faz diferença entre eles.

7. 6. Em que gostaria de trabalhar e por quê?

## **8. REDES DE SOCIABILIDADE. REPERTÓRIO CULTURAL, LAZER, TEMPO LIVRE E USO DA CIDADE**

Remete ao debate sobre a divisão dos territórios. A hipótese que está subjacente é que a cidade não é vivida da mesma maneira por todos, ela é cada vez mais demarcada. É preciso saber como o território é demarcado, como é feita a classificação do espaço que está sendo usado e o que não se usa. Quais as categorias que são utilizadas para demarcar as fronteiras entre os espaços do cotidiano. A cidade, os bairros, a praça, os bailes, as igrejas, etc. Estas questões devem ser feitas tendo em mente o contexto da comunidade em que vive o entrevistado. Por isso, é bom antes mapear a comunidade e saber e perceber os lugares de encontro, as praças, bares, bailes e igrejas e outras instituições. Essas questões se cruzam com lazer e relações com a metrópole. Este bloco deve ser explorado tendo em mente o contexto da comunidade. Procurar sempre perceber, anotar e utilizar na conversa a(s) categoria(s) que está sendo usada (“galera”, “turma”, ou outras) no mesmo sentido que está sendo usada.

8.1. Os amigos residem próximo? No mesmo bairro? Se não, por quê? Tem amigos em bairros vizinhos, se não tem, por quê? Como você se diverte? Aonde vai? (bailes, festas, igrejas, fora o bairro, na mesma comunidade, futebol, locais no bairro, praças, botecos, biroskas, etc.). Com quem? Quando? Em que horários (durante o dia, pela manhã)?

8. 2. Quais as organizações atuantes no bairro? Atua em alguma? Onde? O que faz lá? Por que frequenta esta e não outra? Quais as atividades que existem lá? Frequência às atividades. Procurar saber se vive a sociabilidade da organização que cita (grupos, bingos, etc.).

8.3. Verificar se o entrevistado faz parte de algum grupo de música, grafiti, hip hop, funk, teatro ou de outra produção artística. Em caso positivo, como e onde funciona o grupo? Frequência de encontros? Fazem apresentações, ensaios...? Como conseguiram se organizar? Estão ligados a outros grupos? Tipos de atividades que fazem? Como as pessoas se conheceram?

8.4. Pratica algum esporte? Quais? Onde e como? Gosta muito de praticá-los? Tem dificuldade para praticá-los? Frequenta ou frequentou academia? E academia de artes marciais? Acha que deveria ser feita alguma coisa para a prática de algum esporte que o tornasse mais acessível (ex: atletismo - Vila Olímpica)?

8.5. Como são as relações com o pessoal da comunidade, além dos amigos? Quem são as pessoas mais significativas para na comunidade? Acha que pode contar com pessoas ou instituições da comunidade quando tem um problema. Já aconteceu isto? Peça uma descrição.

8.6. O que costuma fazer nos finais de semana? Vai sozinho ou com amigos? Em média com quantos amigos? Costuma encontrar outros amigos? Onde?

8.7. Você tem um mesmo grupo de amigos? A turma, galera ou grupo tem formas de vestir e de falar próprias? Peça para comentar um pouco sobre o que distingue a turma dele das outras. A turma dele defende algum princípio? Quais são os princípios que defendem? (se o informante usar o termo galera refira-se a galera, e assim por diante).

8.8. Verificar se costumam namorar pessoas da mesma turma (galera) ou é mais comum namorarem fora da turma. Verificar se é mais comum namorarem pessoas da mesma comunidade ou de fora da comunidade, em bairros próximos ou não. Verificar se há preferências e aversões e as razões das preferências e aversões.

8. 9. Verificar se costuma sair do bairro para ir ao centro do município, ao centro da cidade do Rio de Janeiro, ou a qualquer outro lugar da metrópole, ou da cidade. E que tipo de coisas vai fazer. Ex: estudar, trabalhar, ver amigos, lazer, visitar parentes.

8.10. Acha que o Rio é mesmo uma “cidade maravilhosa”? Por quê? O que é morar no Rio de Janeiro, e no bairro... E na comunidade...?

8.11. Você sairia de sua comunidade? Se mudaria do seu bairro? Por quê?

## **9. CIDADANIA**

A proposta aqui é que a ideia de cidadania e de direitos não seja sugerida, nem induzida pelo pesquisador, mas que surja no discurso do entrevistado. Se não surgir já é um dado interessante.

9.1. O que sugere a palavra “direitos”?

9.2. Quais os direitos mais importantes?

9.3. Você faz alguma coisa para garantir seus direitos?

9.4. Tem interesse em política? O que conhece dos diversos partidos, tem algum que merece sua preferência, por quê?

## **10. ADULTISMO, RACISMO, SEXISMO E OUTROS SISTEMAS DE DIFERENCIAÇÕES**

Este bloco foi pensado para os jovens, mas seria interessante aplicar para todos com as mesmas perguntas, mesmo que pareçam sem sentido. A idéia deste bloco é que o entrevistado forneça sua própria ideia de discriminação. O que considera e se tem consciência de algum tipo de discriminação e contra quem. Por isso, não é bom induzir a que apareça nenhum tipo. Deixar que isto surja do próprio entrevistado.

10.1. Você se considera jovem ou velho? O que é ser jovem? (dependendo da pessoa)

10.2. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos jovens? Cite as coisas boas em ser jovem? E as dificuldades enfrentadas pelos velhos? Cite as coisas boas de ser velho.

10.3. Existe preconceito contra os jovens? Verificar se já foi vítima de algum. Pedir descrição. E existe preconceito contra os velhos? Verificar se já foi vítima de algum. Pedir descrição.

10.4. Como os adultos tratam os jovens? E como tratam os velhos? Todos ou alguns jovens e/ou velhos são tratados de forma diferente?

10.5. Você vê algum tipo de diferença entre os jovens daqui e os dos bairros mais ricos? E entre os velhos?

10.6. V. acha que todas as pessoas são tratadas do mesmo jeito? Existe algum tipo de discriminação? Qual? Como funciona? Quem a faz? V. conhece algum caso? Descreva?

10.7 Na sua comunidade há diversão e lazer para jovens? O que vocês costumam fazer? E existem atividades para os velhos? Se até aqui não aparecer a ideia de discriminação contra negros e mulheres, pergunte. Se tiver aparecido pule.

10.8. Você considera que no Rio há preconceito racial? E no seu bairro e onde você mora? De que tipo? Já sofreu algum tipo?

10.9. Para muitos não existe racismo, mas um problema de pobreza, o que você acha? O que é ser negro no lugar que você mora? E em outros?

10.10. Quem ou que instituição costuma mais tratar de forma diferente e negativa o povo negro?

10.11. Você acha que homens e mulheres são tratados de forma igual? Por quê?

10.12. Aqui a ideia é que ele forneça as suas ideias sobre desigualdade e se ele vê possibilidade de mudanças: Para alguns vivemos em uma sociedade justa, para outros não, há muitas desigualdades? O que acha? Por exemplo, todas as pessoas nessa comunidade são iguais, têm as mesmas oportunidades? Quem tem mais que os outros? Acha que esta situação é assim mesmo? Por quê? Acha que pode ser mudada? Como?

10.13. Considera que existem algumas pessoas melhores que as outras? Em caso positivo, quem seriam os melhores, e os piores? Acha que as pessoas melhores devem ser tratadas melhor que os outros? Por quê?

10.14. Acha que no Brasil todos somos iguais? Se não, por quê? E todos são tratados da mesma forma? Por quê?

10.15. A idéia é saber sobre seus planos para o futuro. Se tem ideia do que gostaria de fazer na vida e quais os obstáculos para realizar seus sonhos.

## **11. VULNERABILIDADES – OBSTACULOS – VIOLÊNCIAS**

A ideia aqui é perceber as concepções e vivências sobre a violência. E, particularmente, sobre as violências contra jovens e de jovens. E se a sua percepção tem algo a ver com territorialidade, pobreza, gênero, racismo. Peça a opinião dele:

- 11.1. Fala-se que o Rio é uma cidade violenta, que lhe parece? Todo o Rio ou partes do Rio? E o seu bairro, sua comunidade, por quê?
- 11.2. Quais os principais problemas relacionados à violência?
- 11.3. Mas o que é violência? Que tipos de violências sofrem jovens na mesma situação que você está? Por quê?
- 11.4. Você acha que algumas pessoas estão mais sujeitas à violência do que outros?
- 11.5. Já se sentiu mal visto ou mal tratado? Onde, por quem?

## **12. VULNERABILIDADES – TIPOS DE CAPITAL E RECURSOS**

Aqui se trata de perceber a sua avaliação sobre sua vida e se tem planos para o futuro.

- 12.1. O que é estar bem na vida? Sente que está bem na vida ou não? E como faz para se virar?
- 12.2. Pedir para que ele comente sobre o que tem de bom na comunidade e o que tem de ruim. Gosta de morar aqui? Gostaria de se mudar? Para onde? E por quê?
- 12.3. Quem mais admira e que gostaria de ser ou tem como referência?
- 12.4. O que pensa fazer da vida? Gostaria de mudar alguma coisa? Em caso positivo, o que vai fazer para mudar?
- 12.5. E o que mudaria na sociedade? Acha que pode fazer alguma coisa para esta mudança?
- 12.6. Se mandasse, se tivesse na política, que tipo de políticas proporia para a juventude?